

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**RAIMUNDO BONFIM DOS SANTOS**

**MODELO DE AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA:  
INSTRUMENTAL TESTADO NAS UNIDADES  
ESCOLARES DA BAHIA**

**SALVADOR  
2002**

**RAIMUNDO BONFIM DOS SANTOS**

**MODELO DE AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA:  
INSTRUMENTAL TESTADO NAS UNIDADES  
ESCOLARES DA BAHIA**

Tese submetida ao colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, em cumprimento final dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Robert E. Verhine

Salvador  
2002

---

Biblioteca Anisio Teixeira – Faculdade de Educação - UFBA

S237 Santos, Raimundo Bonfim

Modelo de Avaliação de Cooperativa – Escola: instrumental testado nas unidades escolares da Bahia / Raimundo Bonfim SANTOS. – Salvador : R. B. Santos, 2002.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2005.

Orientador: Prof. Dr. Robert E. Verhine

Cooperativa – Escola – Bahia. 2. Cooperativismo. 3. Avaliação. I. Verhine, Robert E. II Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III Título

CDD 334.8142

---

# TERMO DE APROVAÇÃO

RAIMUNDO BONFIM DOS SANTOS

MODELO DE AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA:  
INTRUSMENTAL TESTADO NAS UNIDADES ESCOLARES DA BAHIA

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de  
Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte  
banca:

Robert Evan Verhine \_\_\_\_\_  
Doutor em Educação  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Reginaldo de Souza Santos \_\_\_\_\_  
Doutor em Administração  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Alda Muniz Pêpe \_\_\_\_\_  
Doutora em Educação  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Marli Geralda Teixeira \_\_\_\_\_  
Doutora em Educação  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Pedro Bérghamo \_\_\_\_\_  
Doutor em Economia  
Universidade Nacional de Brasília - UNB

Salvador, 03 de dezembro de 2002.

## **AGRADECIMENTOS**

Externamos, aqui, os nossos agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, de forma especial ao nosso Senhor Jesus Cristo pela inspiração e força que nos foi concedida, o que permitiu a superação das adversidades e construção desta tese.

Registramos, também, o nosso reconhecimento à Anaitá, minha esposa, aos filhos Saulo, Orestes e Karla, aos irmãos Jorge e Vitório Bonfim, bem como as pessoas que muito ajudaram, conforme a seguir.

Ao Dr. Verhine, nosso orientador, cientista social de postura simples e democrática, pela orientação balizada, firme e competente; pela compreensão e disponibilidade; pela solidariedade e apoio permanente, possibilitando a elaboração desta tese e o nosso crescimento intelectual.

Aos docentes do curso de doutorado da UFBA, em especial, às Dras. Alda Pêpe e Marli Geralda, educadoras comprometidas com o magistério, exemplo de dedicação e solidariedade, amigas e conselheiras que nos acompanharam durante toda a trajetória do curso, ensinando, removendo obstáculos e nos ajudando a crescer como pessoa humana.

Aos professores dos Departamentos de Economia e Administração da UESC, de forma especial, aos colegas Lino Cintra, Maria Bernadete (Bete), Marcos Vinícius e Edmar Sodré, pelas contribuições, incentivos e ajuda direta, mediante leitura de textos, críticas e sugestões.

Ao colega Oton Magno, companheiro que está abraçando a carreira do magistério, pela valiosa contribuição prestada, com esmero e dedicação, na revisão dos textos e sugestões apresentadas.

Aos alunos que nos ajudaram na coleta de dados e, de forma singular, à Alécia Farias, estagiária, amiga, que se dedicou com presteza e desvelo, do início ao fim, contribuindo decisivamente na construção deste trabalho.

## RESUMO

O tema central desta tese é a Cooperativa – Escola, a qual é aqui identificada como instituição de natureza social que, de um lado, propicia a formação ampla do indivíduo e, do outro, funciona como instrumento de geração de posto de trabalho (emprego) e renda. Contudo, a questão que desponta é qual a categoria de Cooperativa-Escola que potencializa o trabalho educativo e, simultaneamente, a geração de emprego e renda? Esta questão desloca a investigação para outro ângulo na busca de encontrar mecanismo que responda às indagações que emergiram do problema. Nesse sentido, elaborou-se um Modelo de Avaliação, partindo da concepção de que o processo de construção do conhecimento assenta-se na informação pré-existente e é nutrido pela relação teoria-empíria. Daí, foram definidos os constructos, figurados nos eixos básicos: Cooperativa e Escola. No constructo Cooperativa foram identificados quatro vetores básicos: o administrativo, o econômico, o social e a participação. No constructo Escola foram distinguidos três fatores como determinantes do seu desempenho: ambiência física escolar, corpo docente e operacionalidade. Para efeito de validação, o modelo foi testado nas unidades escolares do Estado da Bahia. Os principais resultados foram: a maioria das unidades nasceu no modelo cooperativa de pais, posteriormente avançou para o misto; atualmente, a categoria cooperativa de docente surge com tendência de hegemonia; as melhores condições para funcionamento de Cooperativa-Escola são as cidades com população entre 41.000 e 135.000 habitantes e, inversamente do esperado, os municípios com maior contingente de população e renda não se constituem no principal mercado para operação. No constructo Cooperativa, a categoria docente foi a que apresentou maior eficiência na gestão, sobressaindo a unidade de Nazaré, na primeira colocação; no constructo Escola, a categoria cooperativa de pais foi a mais destacada, ficando a unidade de Barreiras com a melhor posição. Enfim, o Modelo de Avaliação proposto apresentou pertinência e mostrou condições de identificar as conexões dos fenômenos que integram o problema, revelando e decodificando a realidade em estudo.

**Palavras – Chave:** Cooperativa; Escola; Avaliação; Cooperativa de Pais; Cooperativa de Docentes; Cooperativa Mista.

## **ABSTRACT**

The main issue of this work is the Cooperative-school, which is identified as a social institution that promotes education and preparation for the job market. However, the question here is: What is the category of a Cooperative-school that simultaneously promotes educative activities and generation of jobs and income? This question relocates the investigation to another angle, trying to find a way to answer the matter that emerged. So an evaluation model has been created based on the idea that the knowledge building process considers pre-existing information and is fed by the empirical-theory relationship. Two key constructs were defined: Cooperative and School. For the Cooperative construct, four factors were identified: administrative, economic, social and participation. For the School construct, three main factors were identified: school physical environment, teachers and operational aspects. The model has been tested in units in the State of Bahia. The main results were: most units began as parent cooperative systems and later on changed into both parent and teacher cooperatives. Nowadays, the teacher cooperative emerges as a hegemonic tendency. The best conditions for operating cooperative-schools are found in cities which have between 41.000 to 135.000 inhabitants. On the other hand, cities with higher incomes and a greater number of inhabitants do not constitute the principal market for the operation of cooperatives. For the Cooperative construct, the teacher category presented the best management results and the unit of Nazaré received the highest score. For the School construct, the Barreiras unit was the one that achieved the best position. In conclusion, the evaluation model presented efficiency and good conditions with respect to identifying the phenomenon that integrates the problem and interpreting the studied reality.

**Keywords:** Cooperative; School; Evaluation; Parents' cooperative; teachers' cooperative; hybrid cooperative.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conjunto de variáveis	145
Figura 2 - Relação entre nº de Cooperativas, Alunos Matriculados e Alunos por Cooperativas por habitantes nos Municípios da Bahia – posição 2001.	207
Figura 3 - Número de Alunos por Unidade em Relação a População dos Municípios da Bahia – 2002.	208
Figura 4 - Recursos Financeiros Gerados pelas Cooperativas Escolares da Bahia – 2001.	210
Figura 5 - Índice de Classificação e Escore do vetor Participação de Cooperativas Escolas.	215
Figura 6 - Frequência do Nível Sócio Econômico dos Docentes das Cooperativas Escolares da Bahia - 2001	234
Figura 7 - Regularidade Institucional das Cooperativas Escolares da Bahia – 2001	237
Figura 8 - Nível de Ambiência das Cooperativas Escolas da Bahia no Constructo Escola	241
Figura 9 - Classificação das Cooperativas Escolas da Bahia – Constructo Escola	243
Figura 10 - Média do Desempenho Geral da Cooperativa, por Nível de Constructo e Categoria.	246



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis e Indicadores	146
Quadro 2 - Categorização das Cooperativas – Escolas do Estado da Bahia . Posição Ano 2001	202
Quadro 3 - Matriz de Correlação de Indicadores e Variáveis do Constructo Cooperativa. Posição 2001	224
Quadro 04. Matriz de Correlação de Indicadores e Variáveis do Constructo Escola – Coop. Escola. Posição 2001	250

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Níveis Sócio-econômicos em relação a Renda/ Consumo	184
Tabela 2. Renda Média Mensal para Estratificação da População	184
Tabela 3. Cooperativas – Escolas que integraram o conjunto da Amostra para o processo de Aplicação – Estado da Bahia.	193
Tabela 4. Relação dos Municípios que Abrigam Cooperativas-Escolas de Ensino de Nível Médio e Fundamental no Estado da Bahia	199
Tabela 5. Distribuição das Cooperativas-Escolas de acordo com o número de habitantes dos municípios. Posição 2001	206
Tabela 6. Postos de Trabalho (Empregos Diretos) Gerados pelas Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição. Dez. 2001	209
Tabela 7. Desempenho do Vetor Administrativo das Cooperativas - Escolas da Bahia. Ano 2001	213
Tabela 8. Desempenho do Vetor Econômico das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição Ano 2001	213
Tabela 9. Desempenho do Vetor Social das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição Ano 2000	214
Tabela 10. Desempenho do Vetor Participação das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição Ano 2000	215
Tabela 11. Desempenho das Cooperativas Escolas da Bahia da Bahia no constructo Cooperativa, por Categoria (pais, mista, docente). Posição 2001	219
Tabela 12. Desempenho Geral das Cooperativas – Escolas da Bahia. Ano 2001	222
Tabela 13. Ambiência Escolar das Cooperativas Escolas da Bahia. Posição Ano 2001	228
Tabela 14. Número de Alunos e Ambiência Física das Cooperativas - Escolas. Posição 2002	229

Tabela 15. Nível de Desempenho do Corpo Docente das Escolas - Cooperativas da Bahia. Posição 2001	231
Tabela 16. Frequência do Nível Sócio-Econômico dos Docentes das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição 2001	234
Tabela 17. Nível Sócio-econômico dos Professores das Cooperativas- Escolas da Bahia. Posição 2001	235
Tabela 18. Operacionalidade das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição Ano 2001.	239
Tabela 19. Desempenho Geral das Escolas Cooperativas da Bahia - Período 2001	241
Tabela 20. Comportamento das Cooperativas Escolas da Bahia por Categorias: Pais, Mista e Docentes, no Constructo Escola. Posição 2001	242
Tabela 21. Níveis de Desempenho do Constructo Cooperativa e Escola. Em relação à Média e Nº de Alunos – Posição Ano 2001.	249

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>ASPECTOS INTRODUTÓRIOS</b>	<b>14</b>
1.1	CONTEXTO ATUAL	14
1.2	O PROBLEMA E SEUS ASPECTOS TEÓRICOS	15
1.2.1	<b>O Papel da Educação</b>	15
1.2.2	<b>Traço da Escola Publica</b>	18
1.2.3	<b>Traços do Ensino Privado</b>	21
1.2.4	<b>Síntese do Problema</b>	31
1.3	OBJETIVOS DO ESTUDO	34
1.3.1	<b>Geral</b>	34
1.3.2	<b>Específicos</b>	35
<b>2</b>	<b>QUADRO TEÓRICO DE REFERENCIA</b>	<b>36</b>
2.1	COOPERATIVISMO	37
2.1.1	<b>Aspectos Gerais do Cooperativismo</b>	37
2.1.2	<b>Vetores que Influenciam o Desempenho das Cooperativas</b>	47
2.2	ESCOLA	115
2.2.1	<b>Revisão de Literatura</b>	115
2.2.2	<b>Ambiência Física Escolar</b>	119
2.2.3	<b>Corpo Docente</b>	127
2.2.4	<b>Operacionalidade da Escola</b>	133
<b>3</b>	<b>MODELO DE AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA (PROPOSTA)</b>	<b>137</b>
3.1	ESTADO DA ARTE EM AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA - ESCOLA	137
3.2	CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA - ESCOLA	141
3.3	ESCOPO ANALÍTICO DO MODELO DE AVALIAÇÃO PROPOSTO	143
3.4	PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS NA AVALIAÇÃO	147
3.4.1	<b>Procedimentos na Avaliação da Cooperativa</b>	147
3.4.2	<b>Procedimentos na Avaliação da Escola</b>	170

<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLOGIA UTILIZADOS NA VALIDAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO PROPOSTO</b>	191
4.1	HIPÓTESES RELATIVAS AOS RESULTADOS ESPERADOS	191
4.2	AÇÕES E PROCEDIMENTOS	192
4.2.1	<b>Dimensão Espacial da Aplicação do Modelo</b>	192
4.2.2	<b>Amostra</b>	193
4.2.3	<b>Unidade de Investigação para a Aplicação do Modelo</b>	194
4.2.4	<b>População Envolvida</b>	194
4.2.5	<b>Coleta de Dados</b>	195
4.2.6	<b>Atividades Realizadas na Aplicação do Modelo</b>	195
<b>5</b>	<b>VALIDAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA</b>	198
5.1	CARACTERIZAÇÃO	198
5.1.1	<b>Categorização das Cooperativas-Escolas da Bahia</b>	198
5.1.2	<b>Distribuição Espacial das Cooperativas-Escolas</b>	204
5.1.3	<b>Aspectos Gerais das Cooperativas-Escolas</b>	208
5.2	VALIDAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DO CONSTRUCTO COOPERATIVA	211
5.2.1	<b>Identificação de Desempenho dos Fatores que Modelam a Cooperativa</b>	211
5.2.2	<b>Desempenho Geral das Cooperativas</b>	220
5.3	VALIDAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DO CONSTRUCTO ESCOLA	225
5.3.1	<b>Ambiência Física Escolar</b>	226
5.3.2	<b>Corpo Docente</b>	230
5.3.3	<b>Operacionalidade da Cooperativa-Escola</b>	236
5.3.4	<b>Nível de Desempenho Geral do Constructo Escola</b>	239
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES E SUGESTÕES</b>	251
6.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
6.1.1	<b>Síntese dos Resultados de Validação</b>	258
6.2	RECOMENDAÇÕES	265
	<b>REFERÊNCIAS</b>	268
	<b>APÊNDICES</b>	273

# **CAPÍTULO I**

## **1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS**

### **1.1 CONTEXTO ATUAL**

O contexto sócio-econômico mundial, no início do novo milênio, é marcado por transformações profundas, com reflexos na vida das pessoas e nas relações sociais de produção.

As mudanças que estão sendo vivenciadas, nesta oportunidade, são determinadas pelo processo de acumulação de conhecimento (capital cultural) e representam avanços tecnológicos na automação, informática, eletrônica, química, física, biotecnologia e outras áreas de conhecimento. Esses avanços provocaram desdobramentos no campo econômico, alterando substancialmente o processo de apropriação, distribuição e, sobretudo, de acumulação do capital. O controle e posse das reservas de capital, a maioria, antes em mãos de governos, foram transferidas para a iniciativa privada.

Os reflexos das transformações e seus desdobramentos econômicos se manifestaram de dois lados. Primeiro, na globalização, na competição acirrada entre as empresas, na elevação da produtividade do trabalho, na redução dos preços dos bens e serviços produzidos em escala. Segundo, os efeitos se apresentaram na redução dos postos de trabalho, na diminuição da oferta de emprego determinada pela elevação da produtividade do trabalho motivadas pelas modernas técnicas produtivas, ensejando mudanças no enfoque econômico governamental.

O cenário global atual, impactado pelas mudanças e idéias decorrentes da conjuntura econômica, criou ambiência cujo ideário tem levado os países a colocar como prioridade a estabilidade econômica, diminuição de déficit nas contas públicas, controle e extinção da inflação, redução expressiva da carga tributária (diminuição de impostos), flexibilização de controles nas barreiras alfandegárias.

As conseqüências do novo enfoque macroeconômico governamental, o qual substituiu o Estado Bem-Estar<sup>1</sup> pelo Estado Neo-Liberal, expressam-se através da redução da receita, devido à diminuição da tributação; privatização e desestatização; incapacidade de atender a demanda de recursos para os serviços sociais, enfim, redução do tamanho do Estado, fechamento dos postos de trabalho e desemprego.

Com base no quadro apresentado, as questões que se pronunciam são: como fica a Educação nesse novo cenário? Qual o papel que está reservado à Educação? A Escola Pública, instituição criada pelo Estado burguês, continuará crescendo e ampliando a oferta de vagas? Qual é a tendência da Escola Privada? Na seção a seguir serão feitas reflexões sobre as questões colocadas.

## 1.2 O PROBLEMA E SEUS ASPECTOS TEÓRICOS

### 1.2.1 O Papel da Educação

Convém, em princípio, ressaltar que todos os avanços tecnológicos e desenvolvimento científico que geraram as transformações

---

<sup>1</sup> Estado Benfeitor ou Bem-estar. O Estado tem a sua política macroeconômica assentada nos postulados da teoria Keynesiana, a qual propaga a necessidade de se intervir na economia para diminuir o desemprego voluntário e aumentar a produção. Nessa linha o Estado incorpora critérios de utilidade social que favorecem o atendimento das necessidades mínimas em educação, saúde e outros bens e serviços. (Ver BIANCHETTI, 1997, p. 32)

existenciadas no mundo atual são resultados diretos ou indiretos do trabalho educativo. São produtos das investigações, dos estudos, das pesquisas que têm como base fundamental a educação, o capital cultural. É o conhecimento formado sistematicamente e acumulado historicamente que se constituiu no acervo e principal patrimônio da espécie humana.

Assim, a educação é o vetor responsável pela formação e sistematização do conhecimento, atuando quer como gerador de quadros de pesquisadores, docentes, dirigentes, operadores, quer como instrumento de transformação social ou de reprodução dos valores e dos interesses de grupos ou classes. Em qualquer situação a educação tem papel fundamental.

O reconhecimento da importância do saber, propiciou a formulação de teorias de desenvolvimento, as quais consideram a educação como instrumento estratégico para o crescimento econômico e elevação das condições de vida das massas trabalhadoras. Nessa linha, as teorias que se destacam são: o capital humano e a modernização.

A teoria do capital humano proclama que existe uma relação direta entre o nível de educação (capital humano) e o grau de desenvolvimento das atividades produtivas de uma sociedade; e diz que quanto mais alto é o capital humano mais elevada é a renda nacional e o desenvolvimento daquela sociedade. Em síntese, conclui que o investimento na educação incrementa o desenvolvimento econômico. Blaug, um dos estudiosos da questão, afirma:

O crescimento econômico é normalmente medido pelas taxas de crescimento de renda nacional; a renda nacional é, por definição, a soma de todos rendimentos ganhos ou sacrificados pela força de trabalho na economia; a extensão da educação tende a aumentar os rendimentos daqueles que foram seus beneficiários; logo, o investimento na educação acelera o crescimento econômico. (BLAUG, 1975, p. 63).

Schultz, um dos principais teóricos da abordagem do capital humano, enfatiza a importância da educação para elevação das condições



econômicas dos trabalhadores (população em geral) e a contribuição para o crescimento produtivo e econômico das sociedades.

Os trabalhadores transformam-se em capitalistas, não pela difusão de propriedades das ações das empresas, como o folclore colocaria a questão, mas pela organização de conhecimentos e de capacidade que possuem valor econômico. Esse conhecimento e essa capacidade são em grande parte o produto do investimento, combinado com outros investimentos humanos, são responsáveis predominantemente pela superioridade produtiva dos países tecnicamente avançados. (SCHULTZ, 1967, p. 35).

A teoria da modernização reserva à educação papel relevante para que os investimentos alcancem sucesso e a sociedade sofra as transformações desejadas. À educação cabe não só a função de formar os quadros dirigentes e operadores, como também contribuir para alterar a estrutura psicológica da população e internalizar valores que “favorecessem a expansão da produção, a industrialização, a urbanização e a modernização”. (SANTOS, 1987, p. 51).

Abstraindo-se da abordagem apresentada, referendada pelas teorias mencionadas, pode-se colocar em destaque a visão da UNESCO e CEPAL, as quais afirmam que a educação é o eixo do desenvolvimento e que a mesma pode fazer as transformações desejadas, oportunizando às populações e camadas populares, o acesso aos bens e serviços. Coraggio, comentando sobre a questão, cita o trabalho da UNESCO e CEPAL, conforme a seguir:

a educação e o conhecimento conformam o eixo da transformação produtiva com equidade (...). Parte-se de dois objetivos estratégicos: um denominado “interno”, ou seja, consolidar e aprofundar a democracia, a coesão social, a equidade, a participação; em suma a moderna cidadania, e o outro denominado “externo”, é a competitividade internacional, um desempenho econômico que o mercado mundial considere eficiente, como via para compatibilizar as aspirações de acesso aos bens e serviços modernos com a geração do meio que permita tal acesso. (CORAGGIO, 1996, p. 104).

A educação é vista, assim, como elemento chave para o desenvolvimento. Sua vinculação ao trabalho, ao mundo produtivo propiciará a geração de recursos humanos, os quais instrumentalizados com o “saber”, atuando de modo sistemático, desenvolverão a ciência e a tecnologia.

Nesse sentido, são os recursos humanos que de posse do saber, da educação, dirigem e pilotam a sociedade, encaminhando-a para o atendimento dos fins: a) científico/tecnológico – acumulação e expansão do acervo de conhecimento; b) econômico/político – geração e distribuição dos bens e serviços, apropriação e poder.

Dessa forma, descarta-se qualquer possibilidade da educação se afastar do nível de importância que está situada. Ao lado dos aspectos biológicos consubstanciados na saúde, a educação assume a posição como um dos mais importantes serviços necessários e indispensáveis à vida humana.

Reconhecido o papel e a importância da educação, a discussão que se coloca em pauta versa sobre a Escola Pública: o que se espera? Qual a tendência? A seguir um comentário síntese sobre o assunto.

### **1.2.2 Traços da Escola Pública**

Escola Pública é aqui entendida como toda unidade escolar, cuja manutenção é feita com recursos dos tesouros: Nacional, Estadual ou Municipal. Ela funciona consonante com os princípios herdados do liberalismo, os quais consagram a gratuidade e laicidade e abominam diferenciação de religião, classe e raça. Cunha, discorrendo sobre o ideário liberal na escola, cita:

Ideal liberal de educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio, de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político. (...). A educação deve estar a serviço do indivíduo, do homem total, liberado e pleno. (CUNHA, 1983, p. 34).

Obedientes aos princípios liberais, as escolas públicas no Brasil vêm, nos últimos anos, aumentando a oferta de vagas, em termos do ensino fundamental e médio, mas a cada instante a procura se expande também. Embora se observe a acentuada expansão<sup>2</sup> do sistema de educação e crescimento na taxa de escolarização líquida da população, o Brasil não conseguiu, ainda, universalizar o atendimento através do ensino público. Permanecem faixas das populações fora da escola, demandando vagas, e os contingentes de analfabetos continuam desafiando os esforços do governo e emprestando ao país indicadores sociais indesejáveis.

Em termos da qualidade da escola pública no Brasil, as informações existentes sinalizam de forma negativa, embora os dados, em maioria, não permitam formular posições conclusivas de forma genérica. Contudo, o indicador que chama atenção é o fato de que a maioria das pessoas às quais conseguem ampliar a renda, melhorando sua condição sócio-econômica, tende a transferir os filhos da escola pública para a rede privada, no ensino fundamental e médio.

Daí, a elite brasileira, na sua maioria, tem a sua formação educacional fundamental e média obtida na rede de ensino particular (privado e confessional). A opção da elite está vinculada a eficiência e qualidade, com repercussões no processo de reprodução do status da família.

Assim sendo, a escola reflete a classe social do cliente, estando portanto, o seu status ou prestígio na comunidade vinculada ao nível social dos pais dos alunos que a freqüenta. Castro e outros, na pesquisa ECIEL, discorrendo sobre a questão, afirmam:

Ricos e pobres não freqüentam escolas iguais. À parte as escolas particulares que, quando freqüentada pelos ricos, são de muito melhor qualidade, há uma diferença sensível e,

---

<sup>2</sup> Castro (1999, p. 39) diz que o "panorama da educação brasileira apresentou significativa melhoria nas últimas décadas". E acrescenta que "se do ponto de vista quantitativo a expansão do sistema atingiu patamares razoáveis (...), o mesmo não pode ser dito frente aos indicadores de qualidade e equidade. No tocante a estes aspectos, a situação atual da educação nacional ainda deixa muito a desejar".

alguns casos, dramáticas nas características de escolas públicas freqüentadas por diferentes classes sociais. Onde estão os pobres, estão também os piores professores, as maiores relações aluno/professor e tamanho de turma/professor, os prédios mais precários, mais sujos e menos equipados. (CASTRO e outros, 1980, p. 210).

Assim, levando em conta que a maioria das populações com melhor poder aquisitivo busca a formação dos seus filhos na rede de ensino particular, conclui-se que esse procedimento decorre dos aspectos qualitativos do ensino público, situação que contribui para reduzir a pressão sobre os agentes governamentais em termos de vaga e melhoria da qualidade.

Por outro lado, o cenário que se visualiza para a realidade sócio-econômica do país a curto prazo, é a redução de postos de trabalho e aceleração de desemprego, afetando especialmente as faixas médias, situadas em posição intermediária na hierarquia social. Isso propiciará, certamente, diminuição de renda em segmentos da população que sempre manteve filhos na rede de ensino particular. Tendências apontam nessa direção e sugerem um deslocamento de novo contingente de alunos transferindo-se para a rede pública, incrementando a procura de vagas, aumentando o hiato de diferença (oferta e procura), tornando a questão ainda mais grave, isso porque o Estado responde com mais de 80% das vagas do ensino fundamental e médio, e a ampliação demanda novos investimentos (CASTRO, 1999, p. 39 a 65).

O problema é que esses fatos estão ocorrendo no momento em que o enfoque básico é a redução do tamanho do Estado, em oportunidade que as receitas, frutos dos tributos, estão diminuindo e não pode ocorrer déficit fiscal, por causa da inflação, das pressões externas, do controle do orçamento; momento em que a palavra de ordem é enxugamento, redução de despesas com pessoal, demissão.

Por conseguinte, indaga-se: o governo vai continuar aportando recursos para contratação de professores de modo a atender toda a demanda, quantitativa de vaga para a escola pública? O governo destinará

recursos para elevar o nível de qualidade do ensino público, de modo atender a demanda reprimida existente?

Em princípio, à luz das informações conjunturais existentes, presume-se que neste início de milênio a questão educacional será mais agravada, não só pela incapacidade econômica do governo de gerar recursos e contratar pessoal para aumentar a oferta e melhorar a qualidade, como também, pelo crescimento da procura devido ao aspecto motivacional. Segmentos da população que vive à margem do processo escolar estão se constituído em novos clientes, para pressionar ainda mais a demanda represada.

Castro, refletindo sobre a questão cita que a demanda escolar está articulada com a taxa de urbanização do país, e que o número de matrículas, nos últimos anos, cresceu consideravelmente, totalizando um contingente superior a 53 milhões de alunos, quantidade que equivale a um terço da população brasileira, e acrescenta:

Em três décadas, o sistema educacional brasileiro mais que triplicou o seu tamanho. Trata-se portanto, de um sistema de massa exigindo vultosos investimentos do setor público, que responde por 89,3% das matrículas do ensino fundamental, 80,2% do médio e 38,35% do ensino superior. (CASTRO, 1999, p. 50).

Com a impossibilidade da Escola Pública em atender a totalidade da procura, supõe-se então, que a beneficiada do processo é a rede de ensino privado, destacando-se a Cooperativa-Escola, a qual será objeto de comentário nas páginas que seguem.

### **1.2.3 Traços do Ensino Privado (Escola Particular)**

Escola particular é aqui considerada como toda unidade escolar mantida com poupança privada, constituída como pessoa jurídica, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sujeita aos rigores da

legislação pertinente. Ela compreende três categorias: Escola Empresa, a qual tem o lucro como elemento balizador; Escola Confessional, de natureza ambígua e tem como elemento norteador subjacente a doutrina religiosa; Escola Cooperativa, aqui identificada como unidade escolar solidária. A seguir uma síntese de cada categoria de escola particular.

### **1.2.3.1 Escola Empresa**

A Escola Empresa desdobra-se em dois tipos: a) pequeno porte, b) médio e grande porte. O primeiro compreende unidades escolares, constituídas de um número limitado de salas de aulas, atuando no ensino fundamental e médio, com reduzida quantidade de professores e pessoal de apoio. São unidades escolares, na maioria das vezes, dirigidas de forma familiar, que geralmente enfrentam sérias dificuldades de caixa (recursos financeiros). O termo empresa é empregado apenas pelo aspecto formal. Para a legislação, essa empresa é uma prestadora de serviços, paga os tributos, é identificada como pessoa jurídica, é inscrita no CNPJ. Embora tendo um público cliente restrito, por unidade escolar, pela quantidade existente e mão-de-obra ocupada, elas emprestam significativa contribuição à sociedade na geração de postos de trabalhos e geração de renda.

A escola empresa tipificada como médio e grande porte geralmente possui diversas salas de aulas e um significativo número de professores e pessoal de apoio; tem uma caracterização jurídico-fiscal que a distingue como médio ou grande porte, como unidade empresarial. Ela é relativamente pouco estudada. O seu comportamento é pautado no modo de produção vigente (capitalista): atua como as empresas, visa a maximização dos seus lucros e a redução de despesas; possui o seu ponto de equilíbrio econômico e financeiro e visa ganhar mais do que gastar. CASTRO e outros, comentando sobre escolas particulares, citam:

Algumas escolas revelam a grande capacidade empresarial dos seus administradores, movendo-se segundo uma estratégia admirável, dentro da tradição capitalista. Estas escolas podem apresentar grandes taxas de crescimento e tudo indica que figurem entre as maiores. (CASTRO, e outros, 1980, p. 85).

O ganhar mais das escolas particulares passa pelo valor das mensalidades cobradas e o número de alunos ou pais dispostos a pagar. A questão é resolvida no âmbito do mercado. No jogo de forças estabelecido entre a oferta e a procura é que os preços são definidos. A renda da população, especialmente clientes e consumidores, se constitui em elemento chave na oferta do serviço e viabilização da escola no mercado.

De modo geral, a qualidade do serviço prestado é parâmetro e indicador para a determinação do preço das mensalidades. Por isso existem escolas particulares que prestam serviços de boa qualidade, como também outras que prestam serviços de qualidade inferior.

De qualquer forma, a escola particular, para sobreviver, terá que ser movida pelo sentimento de racionalidade econômica, não só pelo fato da competição, como também pelos aspectos da legislação, inclusive a trabalhista, a qual imputa a escola-empresa a pagar encargos sociais juntamente com salários e benefícios, cujo cumprimento, muitas vezes, é razão de embate judicial.<sup>3</sup>

No conjunto geral, as escolas empresas de médio e grande porte constituem-se, atualmente, em negócio lucrativo, operam em grandes redes, empregam um número considerável de docentes e servidores, algumas chegaram até a montar esquemas similares ao “franchising”. O volume de recursos financeiros que movimenta é expressivo, e representa uma fatia considerada na composição do Produto Interno Bruto – PIB, Nacional.

---

<sup>3</sup> Na Justiça Trabalhista no Estado da Bahia existem diversos processos de professores envolvendo colégios da rede particular.

### 1.2.3.2 Traços da Escola Confessional

As escolas confessionais pertencem a categoria da rede privada, particular. Essas unidades escolares têm como base subjacente o sentimento da fé, da doutrina. Geralmente essas escolas são vinculadas às seitas ou ordens religiosas. Em termos estruturais a maioria se apresenta de forma ambígua: ora atua pautada em princípios empresariais, movendo-se na direção do lucro e acumulação de capital; e, sob certas circunstâncias, encarna o sentimento da educação como sacerdócio e coloca em destaque o serviço e atendimento. Em outros momentos a escola confessional assume postura assemelhada à escola pública, oferecendo bolsas e prestando serviços gratuitamente.

Parte das escolas confessionais, principalmente as de ensino superior, investem em pesquisas. A maioria tem ensino de boa qualidade, custos significativos, e os preços cobrados pelas mensalidades escolares são similares aos das escolas empresas, embora presuma-se que a rentabilidade econômica, devido aos gastos com pesquisas, seja inferior a seus concorrentes da rede particular.

Castro e outros (1980) na pesquisa ECIEL evidencia a significativa participação dos grupos religiosos na educação privada, e exalta: “o alto grau de organização e dedicação em todos países”, isto é, da área pesquisada (América Latina). Castro afirma que a eficiência “emerge claramente na sua capacidade para oferecer uma educação que, em geral, atinge qualidade aceitável. De resto, as melhores escolas são quase sempre religiosas”. (op. cit. p. 89).

As escolas confessionais tradicionalmente recebiam apoio do poder público, através de verbas diretas e/ou mediante subsídios no pagamento dos tributos.



### 1.2.3.3 Escola Cooperativa

Escola Cooperativa ou Cooperativa-Escola é uma instituição social de natureza privada, onde a mantenedora ou proprietária da escola é uma associação de caráter cooperativista, cujo princípio básico é a solidariedade entre os membros. O lucro, que na linguagem cooperativista é identificado como sobra, não se constitui em preocupação. O que se persegue é a prestação do serviço.

A cooperativa (mantenedora da escola) possui uma figuração jurídica específica e o seu funcionamento é pautado em legislação pertinente (Lei nº 5.764).

O trabalho desenvolvido por essas unidades escolares tem sido relativamente desconhecido. Pouco ou quase nada se sabe sobre as classes sociais que a freqüentam, o tipo de ensino ministrado, a qualidade do serviço prestado, a caracterização dos docentes, os custos, os benefícios prestados aos cooperados, enfim o seu funcionamento e a sua participação no sistema educacional. Aspectos gerenciais, preços e comportamento econômico financeiro não têm se constituído em objeto de preocupação e estudo da economia da educação.

Um dos aspectos positivos da Cooperativa Escola é o fato da eliminação da figura do lucro, e a possibilidade que oferece de ajustar o custo da mensalidade ao nível da capacidade de pagamento dos associados. Rech, refletindo sobre Cooperativa Escola, afirma:

A grande vantagem da cooperativa-escola é que as mensalidades (pagas pelos pais ou alunos) são calculadas a partir da real necessidade da escola e os ganhos são inteiramente aplicados na sua manutenção e rateados entre os professores, não havendo lucro a ser arrancado por dono algum. (RECH, 2000, p. 44).

Além da vantagem mencionada existem outras que fazem com que a Cooperativa-Escola desponte como instrumento relevante neste contexto histórico. Primeiro, como mecanismo capaz de viabilizar a inserção

de docentes no mercado de trabalho<sup>4</sup>, atuando como proprietário e prestador de serviços, através da sua própria cooperativa. Segundo, pela oportunidade que oferece de intervir no mercado da prestação de serviço escolar, forçando ajustamento de preços cobrados em nível da capacidade da população. Terceiro, pela condição de contribuir para a expansão da ofertas de vagas escolares, ocupando espaços onde inexistente a escola pública e a escola-empresa não tem interesse devido à falta de escala e lucro. Quarto, pela possibilidade de produzir um serviço educacional de qualidade, conforme requerimento dos clientes. Esses aspectos oportunizarão às populações alternativas ao serviço educacional, além de se constituir em opção para geração de emprego e renda.

Literatura versando sobre o trabalho de Cooperativa-Escola é relativamente escassa. Os compêndios de cooperativismo não apresentam informações sobre a questão. Embora se tenha conhecimento da existência de Cooperativas-Escolas funcionando desde a década de 50, resente-se a falta de dados precisos relativo o seu início no Brasil. Entretanto, sabe-se que elas “tiveram um bom incentivo na década de 60, entrando em dificuldade com a reforma do ensino”. No momento estão instaladas em diversos pontos do país, vivem uma fase de expansão e, no final de 1998 totalizavam 193 em todo território Nacional. (RECH, 2000, p. 44).

No interior da Bahia a Cooperativa-Escola se expandiu no final da década de 80 e início de 90, quando foram implantadas em diversos municípios, entre os quais se destacam: Salvador, Itabuna, Ilhéus, Itapetinga, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Valença e outros. As motivações que ensejaram o aparecimento dessas unidades escolares não constam em publicações e/ou estudos da área educacional ou mesmo de cooperativismo.

---

<sup>4</sup> A Cooperativa Escola oferece, também, aos docentes a possibilidade de criar o seu próprio mercado de emprego, gerar posto de trabalho, entrando como principal capital o conhecimento, o fazer, e pequena soma de recursos financeiros. A exemplo dos médicos que formam suas cooperativas, intituladas UNIMEDs, as quais abrem espaços de trabalho para os seus associados, os docentes também podem fazer. Atuando de forma solidária, organizados e articulados, os professores têm condições de criar as suas cooperativas, gerar o seu próprio negócio e viabilizar engajamento no mercado de trabalho.

### 1.2.3.3.1 Categorias das Escolas Cooperativas

Constatações empíricas revelam que as Cooperativas-Escolas existentes estão estruturadas de três formas distintas: a) Cooperativa formada só pelos pais de alunos; b) Cooperativa constituída pelos docentes; c) Cooperativa mista de natureza eclética, formada por pais, docentes e funcionários.

#### a) Cooperativa-Escola Formada Pelos Pais

A Cooperativa Escola formada exclusivamente pelos pais é aquela em que os sócios formam a associação, organizam a escola e contratam docentes e funcionários de apoio para viabilizar o trabalho. Docentes e servidores são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, recebem salários e benefícios. Os associados são os principais consumidores e esse modelo de cooperativa<sup>5</sup> é similar a de consumo ou de distribuição de serviços<sup>6</sup>. O associado possui um capital investido identificado como quotas-partes. E as sobras líquidas poderão ser disponibilizados ao cooperado sob a forma de retorno, a depender da utilização, consumo, e resultado econômico da instituição.

A cooperativa de consumo se constitui na primeira experiência bem sucedida, vivenciada pelos pioneiros de Rochdale, quando foi posto em prática a doutrina da cooperação.

A cooperativa de consumo, identificada como a pioneira, iniciou como um pequeno armazém de distribuição de alimentos, em 21/12/1844,

---

<sup>5</sup> Rech classifica as cooperativas quanto a natureza e função. No que se refere a natureza o critério é distinguir a cooperativa de acordo com a atividade que desenvolve em relação ao sócio. Daí ele cita os grupos: 1) Cooperativas de Distribuição de Serviços; 2) Cooperativas de Colocação de Produção; 3) Cooperativas de Trabalho. O autor não fala da categoria eclética. (RECH, 2000, p. 37).

<sup>6</sup> Cooperativa de distribuição ou serviços – “são as que colocam à disposição dos sócios, bens e serviços de acordo com as suas necessidades dentro das melhores condições de qualidade e preços.” Entre elas cita: consumo, crédito, escolar e outras. (RECH, 2000, p. 35).

com pouco mais de duas dúzias de sócios, e cinquenta anos após figurava como uma forte cooperativa com cerca de 12.000 societários.

Cumprindo rigorosamente a doutrina, a referida cooperativa inovou com a aplicação do princípio do retorno dos excedentes, proporcionalmente ao consumo de cada sócio. Conforme Agudo, a distribuição das sobras foi um dos aspectos que mais contribuiu para o sucesso da cooperativa, foi o “ovo de Colombo”, e afirma:

Parece pouco. Pois foi uma autêntica revolução na natureza dos resultados obtidos. Enquanto que a devolução em consideração do capital levou as primeiras cooperativas a fecharem as suas portas, a devolução agora em proporção do consumo abria-as cada vez mais e permitia a extensão indefinida do investimento. Não admira: o operário, que era principal consumidor, via agora que valia a pena ser sócio da cooperativa e corria a ela. (AGUDO, 1980, p.33).

Considerada de relevada importância, a cooperativa de consumo transcende a fronteira do econômico para alcançar aspecto de ação social e moral. Ela supera a questão da defesa dos interesses financeiros e materiais para situar a luta em plano mais elevado, de retorno mais expressivo para o associado. Agudo, definindo a cooperativa de consumo, cita:

Uma cooperativa de consumo é uma empresa de caráter econômico e uma associação de fins morais e sociais; empresa de caráter econômico porque procura para os sócios benefícios que se ligam à satisfação de suas necessidades; e associação de fins morais e sociais, porque, em regra geral, a cooperativa de consumo exerce uma ação na vida dos sócios. (AGUDO, 1980, p.69).

## **b) Cooperativa-Escola Constituída de Docentes**

A Cooperativa-Escola de docentes é aquela em que os professores instalam a cooperativa e criam a escola. Só docentes e funcionários podem participar como sócios. Isso não quer dizer que todo professor é associado. Existem casos nos quais o professor ensina no colégio mas é contratado, recebe salários e benefícios de acordo com a

legislação. Os docentes associados possuem quotas partes o que representa o capital investido, e recebem pró-labore pelos serviços prestados e, no final do exercício, sobras líquidas, quando o desempenho econômico é favorável.

Esse modelo, para efeito legal tributário, se enquadra na categoria cooperativa de trabalho, a qual está prevista na legislação brasileira desde 1932, através do Decreto 22.239, Artigo 24, e foi instituída com a missão de instrumentalizar a população trabalhadora de meios de inserção no mercado de trabalho.

A cooperativa de trabalho tem as suas raízes assentadas nas idéias preconizadas pelo francês Phillipe Buchez, inclusive divulgadas antes do Manifesto dos Pioneiros de Rochdale, onde consta a doutrina cooperativista. Buchez, em trabalho publicado em 1831, enfatizou a necessidade de formação de associação de pessoas com o fim de trabalhar conjuntamente, respaldado na cooperação mútua, nascendo assim as premissas para a criação da cooperativa do trabalho. Conforme Pinho, Buchez delinea preceitos para reger o funcionamento, estabelecendo os critérios, entre os quais se destacam:

- O valor da remuneração de acordo com a categoria profissional de cada um.
- Criação de fundo de reserva, para acumulação de capital.
- Divisão de sobras ou dividendos de acordo com os dias trabalhos de cada associado, dentre outros. (BUCHEZ, apud PINHO, 1991, p. 28).

Buchez sugeriu, também, a criação de Banco de Estado de Trabalho para administrar o processo de acumulação de capital gerados pelos fundos. A proposta é abraçada e aprofundada por entusiastas da doutrina cooperativista, tais como Marx, Gide e outros, adaptando-a e conformando-a com base na doutrina apresentada pelos pioneiros de

Rochdale. As associações são transformadas em cooperativas e o processo é divulgado e exercitado em diversas partes do mundo.

As primeiras Cooperativas de Trabalho foram criadas na França, durante a revolução industrial. Posteriormente, o movimento se espalhou envolvendo a Inglaterra, Alemanha e outros países; atualmente abrange Espanha, Portugal, Canadá, Suécia, Noruega e outras nações importantes. As cooperativas operárias de produção na Europa, principalmente na França, têm posição relevante no conjunto da economia. (PINHO, 1991).

No Brasil, as cooperativas de trabalho vêm crescendo, porém a expansão ainda é relativamente tímida. Entre as ocupações, a categoria profissional médico foi a que conseguiu o maior nível de organização e crescimento da sua cooperativa, as UNIMEDs. Atualmente os profissionais da saúde estão empenhados na implantação da cooperativa de crédito - UNICREDS, voltada para a área financeira e a vertente empresarial. (IRION, 1997, p. 305).

### **c) Cooperativa-Escola de Natureza Mista**

A Cooperativa-Escola de natureza mista se apresenta de forma eclética, onde os associados, proprietários de quotas partes, são os pais e os docentes. Existem constatações de que certas cooperativas, exclusivas de pais, após enfrentar embates trabalhistas, resolveram mudar, tornando-se eclética ao incluir o professor como associado. Nesse modelo, o professor recebe apenas pró-labore e sobras, quando existentes, no final do ano. Nessa categoria, a cooperativa se identifica como a de consumo e de trabalho; figura-se como tipo misto, passiva de conflitos em face do antagonismo de interesses no seio do quadro societário.

#### 1.2.4 Síntese do Problema

O quadro apresentado manifestado na análise interpretativa da situação atual, delinea condições de impossibilidade do setor público em atender plenamente a demanda escolar manifesta e reprimida, evidenciada neste início de milênio. A redução do tamanho do Estado e a diminuição nos níveis de tributação provocarão desdobramentos, em termos orçamentários, que acabarão afetando a Escola Pública e limitando o seu crescimento. Conseqüentemente, despontam condições de favorabilidade para a expansão da rede particular de ensino: Escola Empresa, Escola Confessional, Escola Cooperativa.

Contudo, o cenário visualizado é marcado pelo enfoque macroeconômico, cujo perfil é: desemprego, terceirização, diminuição de renda, atingindo principalmente as populações de nível intermediário, consumidores dos serviços da rede escolar privada. Essa faixa da população provocará deslocamento na relação oferta e procura da educação, motivando ajustes, cuja dimensão dependerá da quantidade de pessoas envolvidas. Os ajustes apontam para as seguintes direções: redução de preços das mensalidades escolares com implicação na qualidade do serviço prestado; diminuição da taxa de lucro das escolas - empresas; transferência de recursos públicos para a rede de ensino privado, através da terceirização; transformação de unidades escolares e ampliação da prestação de serviços.

Assim sendo, as escolas privadas, apesar da retração econômica, continuarão sendo beneficiadas. Entretanto, a Escola Empresa e a Confessional têm limitações para crescimento devido aos encargos sociais previstos na legislação trabalhista e à carga tributária, os quais, conjuntamente, oneram os seus custos. Por sua vez, a Cooperativa - Escola é a que se manifesta com maiores condições de crescimento, pelo fato de ser desobrigada a pagar encargos sociais trabalhistas, como também pela redução da carga tributária que incide sobre ela. Acrescenta-se, ainda, a possibilidade que tem a Cooperativa-Escola de se organizar no nível de

comunidade e transcender para Município, Estado e território Nacional, atingindo o ensino fundamental, médio e superior, isto é, horizontalizar ações. A exemplo da cooperativa dos médicos (UNIMED), a dos professores poderá ganhar dimensão, formar parcerias com o Estado e preencher as lacunas quer da escola pública, quer da escola empresa.

É nesse quadro que se inserem as preocupações que estão motivando a realização deste trabalho: objetivar meios que permitam captar e decodificar a “caixa preta” da escola. É pesquisar, identificar, conhecer o trabalho, os resultados, enfim buscar informações e criar mecanismos que viabilizem e capacitem a Escola Cooperativa para os novos papéis que lhe estão reservados neste século que inicia.

Assim, considerando a potencialidade da Cooperativa-Escola de intervir no mercado de trabalho como instrumento gerador de ocupação, viabilizando o trabalho do educador autônomo, oportunizando-lhe condições de atuar como co-proprietário e prestador de serviço, impõe-se como necessidade obter informações que favoreçam e potencialize o desempenho dessa instituição (Escola - Cooperativa).

Contudo, vale salientar que evidências empíricas revelam que algumas Cooperativas-Escolas, por problemas no seio das suas estruturas, vêm apresentando desempenho insatisfatório, e outras Cooperativas-Escolas externam resultados positivos, satisfatórios.

Entretanto, convém ressaltar que a compreensão do que seja resultado positivo ou negativo do desempenho de uma Cooperativa-Escola demanda a existência de elementos referenciais para balizar e fundamentar a análise. Impõe a presença de um Modelo de Avaliação, com parâmetros calcados em base teórica, articulados com o modo de produção vigente na sociedade (economia de mercado).

No campo empírico, a importância de um Modelo de Avaliação de Cooperativa, em geral, é realçada quando se constata: dirigentes e associados desconhecendo critérios definidos para mensurar os resultados da sua cooperativa; corpo societário ignorando o real papel da sua instituição. Constatações dessa natureza já foram externalizadas em



diversos estudos. Melo (1998) em investigação realizada junto a produtores rurais observou que a maioria dos associados, inclusive portadores de diploma de curso superior, desconhecia aspectos sumários do estatuto, o papel do cooperativismo, além de outras informações, demonstrando ausência de elementos para avaliar a sua cooperativa. Santos (2001) estudando a questão verificou que os associados entrevistados desconheciam a existência de critérios para avaliar a sua cooperativa. Ele constatou inclusive que, diversos dirigentes cooperativistas desconheciam, também, informações elementares, como sejam: a efetivação da ação cooperativista; rédito financeiro desejado; a dimensão dos fundos (Legal e FATES) objetivado; o nível de participação perseguido, entre outros. Essas fragilidades apontam para a direção de trabalho na área da educação e sugerem a necessidade de se disponibilizar Modelo de Avaliação para possibilitar a mensuração dos resultados e transformação em prática que integre o cotidiano das relações corpo societário e Cooperativa.

Por outro lado, vale destacar que a produção do conhecimento sobre Avaliação de Desempenho de Cooperativa no Brasil apresenta-se de forma tímida, limitada, e caracterizando-se pela escassez de estudos publicados nessa área. Ainda mais grave é a situação da Cooperativa - Escola, cujo estado da arte, nesse campo de conhecimento, se expressa pela carência de produção científica. Ao que parece, o assunto ainda não motivou os economistas da educação a pesquisar, elaborar estudos e apresentar propostas.

A literatura existente, em termos quantitativos ainda restrita, versa sobre avaliação do desempenho geral, com enfoque voltado para as cooperativas de crédito, produção, agrícola, etc. Os estudos enfatizam a questão de forma genérica, não contemplam as especificidades das diferentes categorias e ignoram a Cooperativa - Escola.

É nesse contexto que emerge o problema: a carência de produção científica na área da Cooperativa-Escola; a ausência de conhecimentos construídos de forma científica, que potencializem a ação

empírica, na generalização da prática de acompanhamento, monitoramento e mensuração dos resultados (Avaliação).

Nesse sentido, o desafio que emerge é buscar elementos, construir ferramentas para a sociedade e, especificamente, para as pessoas interessadas em implementar ações no âmbito da Cooperativa-Escola, em conformidade com os princípios doutrinários, embasados em regras e determinações de natureza jurídica e econômica, que otimizem a viabilidade administrativa e social da instituição.

A questão que aflora da problemática apresentada consiste na necessidade de desenvolver um Modelo de Avaliação de Cooperativa-Escola que se constitua em um referencial capaz de nortear o processo de construção e, ao tempo, sirva de balizamento para o funcionamento da cooperativa. Demanda, portanto, a formatação de instrumento que permita ao corpo societário: estabelecer níveis desejados de execução no campo das ações físicas e financeiras; definir os critérios de aferimento; acompanhar o comportamento e extrair as informações que revelem a essência do desempenho da Cooperativa.

Assim, a questão central do problema se traduz na construção de um Modelo de Avaliação para Cooperativa-Escola, atividade que será realizada com base nos objetivos a seguir.

### 1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

#### **1.3.1. Geral**

Contribuir para o desenvolvimento e expansão do cooperativismo, no âmbito educacional, mediante a geração de conhecimentos e ampliação do acervo de informações na área da Avaliação do Desempenho.

### 1.3.2. Específicos

- Oportunizar elementos que permitam à sociedade e os interessados neste campo de conhecimento condições de realizar estudos, analisar e avaliar a eficiência da ação cooperativista.
- Possibilitar aos dirigentes, associados e interessados em Cooperativa-Escola, Modelo de Avaliação de Desempenho que permita fixar critérios, definir parâmetros, contemplar as especificidades, acompanhar e mensurar os resultados e externalizar comportamento e nível de realização.

Assim, no propósito de contribuir para desvendar os fenômenos que decorrem do problema e alcançar os objetivos delineados, elaborou-se o presente trabalho o qual foi concebido e estruturados em seis capítulos: o primeiro aborda os aspectos introdutórios; o segundo externaliza o quadro teórico que servirá de referência para a investigação; o terceiro apresenta um modelo de avaliação para Cooperativa Escola; o quarto demonstra os procedimentos metodológicos utilizados na avaliação do modelo; o quinto consiste na aplicação do modelo de avaliação de Cooperativa Escola; e o sexto e último exibem conclusões e sugestões.

## **CAPÍTULO II**

### **2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA**

Emerge do problema apresentado dois eixos para investigação, como sejam a Cooperativa e a Escola, os quais se constituem nos constructos básicos deste estudo. As questões que surgem daí são: o que avaliar e quais os indicadores representativos do conjunto Cooperativa-Escola? Como articular e harmonizar aspectos doutrinários, determinações de natureza jurídica com a lógica que rege o funcionamento das unidades produtivas na sociedade capitalista? Quais os elementos que retratam o desempenho das escolas nos campos das teorias da educação? As respostas às indagações propiciam elementos que favorecem a construção de Modelo de Avaliação de Cooperativa-Escola. Os resultados possibilitam a estruturação da concepção e a elaboração do arcabouço analítico do processo Avaliatório. Essas informações serão buscadas no Quadro Teórico de Referência, o qual contém pontos de vista de diversos estudiosos da área, posições teóricas e a própria posição do autor deste trabalho externados nas reflexões.

O presente capítulo está constituído de duas partes. A primeira versa sobre o cooperativismo, onde são abordados os seguintes temas: aspectos gerais do cooperativismo e vetores que influenciam o desempenho do cooperativismo. A segunda trata do constructo escola onde encontram-se: revisão de literatura, ambiência física escolar, docentes das escolas e operacionalidade.

## 2.1 COOPERATIVISMO

### 2.1.1 Aspectos Gerais do Cooperativismo

#### 2.1.1.1 Introdução

Cooperar, palavra de origem latina que quer dizer “cooperare”, o que significava colaborar, atuar juntamente com outro. Descende daí o termo cooperativismo, o qual se expressa como uma doutrina econômica-social que tem como axioma básico a cooperação mútua e espontânea de pessoas, indivíduos, na busca de um ideal comum.

Historicamente, existem manifestações de iniciativas de cooperação, vivenciadas pelo homem, desde o período da pré-história, atravessando a fase tribal, clânica, escravagista, medieval. Contudo, é durante a revolução industrial, com as reformas e transformações sociais, que surgem os princípios basilares que irão formar o ideário da doutrina cooperativista.

O ideário cooperativista se evidencia pela capacidade de aplicação múltipla no conjunto das necessidades humanas. Ele se manifesta pelo aspecto pluralista, prestando ao atendimento de serviços e atividades diversas.

A feição multifuncional do ideário permite a existência de variados tipos e categorias de cooperativas destacando-se entre elas, a Cooperativa-Escola, a qual se constitui em objeto de reflexão deste trabalho.

Assim, a presente seção tem a pretensão de analisar e discutir aspectos relacionados ao cooperativismo, a partir dos seus axiomas básicos, a fim de obter informações que permitam balizar e fundamentar a investigação.

Nesse sentido, esta seção está constituída da seguinte forma: introdução; importância do cooperativismo; contexto histórico do surgimento do cooperativismo; síntese da doutrina e as abordagens teóricas.

#### **2.1.1.2 A Importância do Cooperativismo**

A humanidade, ao longo da sua existência, vivenciou diversos modos de produção, isto é, formas de organização social e política, as quais estruturam, conformam e regem mecanismo de trabalho, meios de produção, tecnologias, relações sociais, em suma a produção, distribuição e apropriação dos bens e serviços gerados.

Os modos de produção que mais se destacaram são o capitalista e o socialista. O capitalista, baseado na posse privada dos meios de produção, se evidencia pela capacidade de produzir, pelo desempenho e racionalidade na geração e circulação dos bens e serviço. A eficiência produtiva, em contrapartida, enseja forte poder de concentração e acumulação de capital, cujos efeitos provocam desigual distribuição de renda, favorecendo uma minoria, detentora dos meios de produção, especialmente os estratégicos, a qual se apropria da maior parte da riqueza gerada.

Contrapondo o modo de produção capitalista evidencia-se o socialista, o qual se pronuncia pela eficiência na repartição da riqueza, na distribuição de bens e serviço gerados. O desempenho desse modo de produção está calcado na concepção da coletivização dos meios de produção. Contudo, a experiência empírica existenciada na Europa, mostrou que o socialismo não é eficiente na lógica produtiva. Não tem desempenho preponderante na produção.

Observa-se, assim, que o capitalismo de um lado é eficiente na forma de produzir, do outro é ineficiente no campo da divisão e distribuição. Já o socialismo é eficiente na divisão, repartição da produção e ineficiente

na forma de produzir. Dessa relação, emerge o ideário cooperativista, como doutrina econômica - social capaz de reunir os dois pontos virtuosos dos modos de produção citados: incorpora a lógica de produção e racionalidade do capitalismo, com a eficiência distributiva do socialismo. Desponta, portanto, como mecanismo que assegura a posse privada dos meios de produção, tornando o lucro mero remunerador do esforço, compatibilizando-o com o processo de socialização, quer na lógica da distribuição do poder; quer no processo de apropriação dos bens e serviços, na razão direta de contribuição e trabalho de cada um. Por essa razão, o cooperativismo tanto é viabilizado e cultuado nos sistemas de governo capitalista como nos socialistas. Daí, vejamos, como representantes de correntes ideologicamente antagônicas se manifestam sobre a questão.

Marx teceu comentários favoráveis ao cooperativismo. A Associação Internacional de Trabalhadores, instituição que ele influenciava, no Congresso Internacional de 1866, em Gênova, aprovou por unanimidade a seguinte resolução:

A associação Internacional dos Trabalhadores deve procurar generalizar o movimento cooperativo; não dirigindo-o mas impondo-lhe esta ou aquela diretriz. (MARX, apud AGUDO, 1980, p. 46).

Lênin, teórico e dirigente da doutrina socialista, afirmou que a cooperativa constitui-se em elemento não capitalista dentro do capitalismo, e cita:

Um regime de cooperadores altamente cultivados, quando os meios de produção se tornarem propriedade comum e o proletariado tiver triunfado da burguesia, eis o socialismo. (LÊNIN, apud AGUDO, 1980, p. 47).

Teóricos e dirigentes filiados ao paradigma liberal também se manifestam sobre o cooperativismo. Marshall exprime as suas idéias com simpatia sobre o papel social do cooperativismo e cita:

Certas organizações apresentam uma vocação social e outras têm como objetivo a realização do comércio. Somente a cooperação tem as duas funções. (MARSHALL, apud LAIDLAW, 1990, p.44).

Mill<sup>7</sup>, renomado cientista político da corrente teórica de Rosseau, portanto de tendência liberal, declara a sua simpatia ao cooperativismo. Ele acredita que a doutrina cooperativista conduz a transformação moral dos seus seguidores e que a organização cooperativa leva os seus participantes a:

uma rivalidade amistosa, na busca do bem comum de todos; à elevação da dignidade do trabalho; a uma nova sensação de segurança e independência da classe trabalhadora; e à conversão da ocupação diária, de cada ser humano em uma escola de afinidades sociais e da inteligência prática. (MILL, apud PATMAN, 1992, p. 50).

Cardoso<sup>8</sup>, cientista político, Presidente do Brasil que promoveu a abertura do mercado e adotou os postulados neo liberais na economia, declarou-se entusiasta da doutrina cooperativista e afirmou:

Ao basear-se em valores essenciais como a solidariedade e o comprometimento com o bem comum, o cooperativismo torna-se ele mesmo um valor, e como tal adquire uma importância que transcende o meramente econômico. Daí sua relevância especial (...). E adiante acrescenta: há no Brasil um espaço importante a ser ocupado pelo cooperativismo – um cooperativismo moderno, de gestão profissionalizada, em sintonia com o mundo contemporâneo. (CARDOSO, 1998, p. 53-55).

Dirigentes de importantes nações capitalista propagam as virtudes da doutrina cooperativista, bem como inserem na legislação dos seus países leis e diretrizes, estimulando a prática da cooperação e até concedendo subsídios e apoio para sua intensificação.

Visto a importância da cooperação, como forma de organização econômica - social, impõe-se conhecer a sua doutrina, bem como o contexto histórico em que ela nasceu.

---

<sup>7</sup> Mill, John Stuart. Autor da Teoria da Democracia Participativa



### 2.1.1.3 Contexto Histórico do Surgimento do Cooperativismo

O movimento cooperativista surge em período de transição, após a revolução industrial, em oportunidade que ocorriam mudanças nas relações sociais de produção. O movimento nasce na Europa, localizando-se na Inglaterra, França e Alemanha, em momento que o desemprego, determinado pelo fechamento de postos de trabalho se expandiu devido ao advento da máquina, da industrialização (HUNT & SHERMAN, 1986, p. 73). A substituição da força humana pela força motora provocou o desemprego de grande contingente da mão-de-obra (artesãos, operários e outros) e propiciou condições para eclosão das idéias e princípios de natureza solidária, quer na distribuição e no consumo de bens e serviços, quer no crédito e produção.

As idéias e princípios da cooperação formuladas pelos ideólogos: Owen, Louis Blanc, Fourier, Gide, Buchez e outros, possibilitaram a elaboração da doutrina cooperativista, através do movimento dos pioneiros de Rochdale<sup>9</sup>, a qual foi difundida e aceita em diversas nações, servindo como referência para o cooperativismo atual.

### 2.1.1.4 Síntese da Doutrina Cooperativista

---

<sup>8</sup> Cardoso, Fernando Henrique. Declarações prestadas em entrevista à Revista CooperBrasil.

<sup>9</sup> Rochdale é identificada como a primeira cooperativa formal. Ela é resultado da iniciativa de um grupo de operários que criou a sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, em 21/12/1844. O grupo fundou uma cooperativa de consumo, cujo capital inicial era 28 libras esterlinas e contava com 28 associados. Os fundadores são identificados como os pioneiros de Rochdale. Eles reuniram idéias, resgataram as experiências já realizadas e definiram um conjunto de princípios os quais se tornaram referência para todo o movimento cooperativista internacional (AGUDO, 1980, p. 25; POLONIO, 1999, p. 22; RECH, 2000, p. 9 e 23).

A doutrina cooperativista, formulada pelos pioneiros de Rochdale, repousa em um conjunto de princípios, os quais se constituem nas pilastras básicas de sustentação, conforme, a saber: adesão livre; gestão democrática; distribuição das sobras; juros limitados ao capital; educação cooperativista; interação cooperativa. Na forma original apresentada pelos pioneiros, constavam, ainda, os princípios vendas à vista e neutralidade religiosa, política social, sexual e racial, porém, o Congresso da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, fórum que legisla sobre a questão, considerou a manutenção destes princípios como inadequada para a realidade atual (NASCIMENTO, 1999).

A adesão livre significa que o ingresso de cada um ocorre de modo espontâneo, por livre vontade. Já a Gestão Democrática se expressa quer na igualdade de direito e deveres, quer no fato de cada um sócio ter direito a apenas um voto, independente da quantidade de cotas ou capital investido.

O princípio da distribuição de sobras consiste em assegurar aos associados retorno dos excedentes gerados, isto é, o saldo, a diferença entre a receita e a despesa, depois da retirada dos fundos. A distribuição das sobras é feita na razão da participação, do trabalho ou do número de operações. Ela se constitui em um dos indicadores de eficiência, pois a ausência dessa prática conduz a impressão da similaridade da cooperativa com a empresa comercial, na qual o associado é apenas um cliente, produtor ou consumidor. No Brasil, o princípio da distribuição das sobras é disciplinado pela legislação que versa sobre o cooperativismo, no Art.4º, o qual estabelece que o retorno das sobras líquidas é proporcional às operações realizadas pelo societário. (Ver Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971).

Quanto aos juros limitados ao capital, este princípio postula a necessidade de remuneração relativa ao valor mobilizado na aquisição da quota parte adquirida pelo associado. No Brasil, o valor fixado pela legislação vigente é de 12% ao ano, incidindo sobre o montante da quota parte.

No que se refere a educação cooperativista, trata-se de princípio que compõe o ideário dos pioneiros de Rochdale. Ele consiste na adoção de ações de natureza educativa que visam desenvolver o nível cultural dos associados, e ao tempo, conscientizá-los para o desempenho do papel de cooperado. A legislação brasileira estabelece a obrigatoriedade do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES, conforme o Artigo 28, II, da Lei 5.764, o qual será comentado mais adiante.

A integração cooperativa se constitui em princípio incorporado, recentemente, ao ideário através da Aliança Cooperativa Internacional e a Organização das Cooperativas da América. A integração implica na participação e engajamento do societário com a sua cooperativa, bem como interação inter e intra-sociais e cooperativas, de modo a fortalecer o sentimento de solidariedade e fraternidade.

Identificados os princípios doutrinários do cooperativismo impõe-se, agora, reconhecer as abordagens teóricas, através das quais os estudos e pesquisas visualizam o desempenho, apreciam o comportamento, enfim emitem conceitos e avaliam iniciativas de cooperação.

#### **2.1.1.5 As Abordagens Teóricas que Discorrem Sobre Cooperativismo**

Na gênese do ideário que concebeu e formou a doutrina cooperativista se distinguem três correntes de pensamento, as quais propagam princípios e propósitos semelhantes, mas se diferenciam, especificamente, na concepção de Estado. As correntes de pensamento possuem visões, a saber: a) encara cooperativas como empresas e a cooperação é considerada como mero setor de economia; b) a cooperação é considerada como sistema socialista de valor variável; c) a cooperação é concebida como o socialismo do consumidor. A seguir um comentário síntese sobre cada corrente.

##### **a) A Cooperação vista como Empresa – Mero Setor da Economia**

A corrente que concebe a cooperação como mero setor da economia tem identificação com os postulados do paradigma que defende a privatização dos meios de produção. Ela se associa à idéia de Estado não intervencionista e à cooperação funciona como setor independente, livre, no conjunto da sociedade. Esta corrente não questiona o conflito de classe e a cooperação não tem o papel de modificar a estrutura do estado, isto é, passar do capitalismo para o socialismo. Ela defende que a cooperativa, funcionando no Estado capitalista, tem a mesma figuração de empresa, e como tal deve ser gerida com vista a otimizar resultados. Walras, manifestando sobre a questão, diz:

os membros da cooperativa devem, como acionista que são, participar tanto nas perdas como nos ganhos da empresa, em proporção com a sua entrada de capital. (AGUDO, 1980, p. 44).

Modernamente, outros estudiosos discutem a dupla vocação do cooperativismo, como seja o atendimento ao social, paralelamente ao cumprimento de objetivos comerciais; e chegam a afirmar que as cooperativas são primordialmente empresas comerciais e devem se afirmar enquanto tal, caso contrário, deixarão de existir. Laidlaw reforça este ponto de vista citando:

uma cooperativa deficiente no plano comercial não poderá ter influência positiva no ponto de vista social, principalmente se estiver com suas portas fechando. (LAIDLAW, apud AGUDO, 1990, p. 44).

Assim, para que a cooperativa assegure ganhos para os societários e tenha a sua manutenção garantida, é necessário que ela desenvolva o processo de acumulação de capital, bem como realize a concentração e a expansão, quer mediante aumento de produção e produtividade, quer pela ampliação de quadros de associados e participação na empresa. Por isso Walras diz que o cooperativismo tem um duplo papel: “permitir o advento dum número crescente de trabalhadores ao capital e a gerência das empresas”. (WALRAS, apud Agudo, 1999, p. 44).

Contudo, os pensadores da corrente que identifica a cooperativa como empresa no Estado capitalista reafirmam o valor moral da cooperação e abominam o lucro como fim. O ganho, o resultado, é apenas instrumento para a sobrevivência. O fundamental é o atendimento às necessidades dos sócios. Fauquet, integrante dessa corrente, afirma que “toda a cooperativa visa diretamente satisfazer certas necessidades do homem, e é portanto uma empresa de serviço e não de lucro”. (FOUQUET, apud AGUDO, 1980, p. 45).

#### **b) A Cooperação como Sistema Socialista de Valor Variável**

A segunda corrente é a que “concebe a cooperação como peça de importância variável no meio doutros sistemas socialistas” (AGUDO, 1980, p. 41). Os ideólogos desta linha ressaltam a luta de classe existente na sociedade e defendem a socialização dos meios de produção. Advogam a necessidade de um Estado forte, intervencionista, e visualizam a cooperação como etapa e/ou estratégia, para formação da sociedade socialista. Renne, socialista que se tornou Presidente da Áustria, afirma o papel da cooperação dizendo que é uma forma de “socialização que restitui aos trabalhadores uma parte de mais valia”. (AGUDO, op. cit., p. 48).

Os integrantes mais destacados da corrente que encara a cooperação como sistema socialista de valor variável são: Marx, Engels, Lassarre, Renne, Neale, e outros. Neale chegou a apresentar princípios doutrinários, entre os quais se pronunciam:

- a identidade do socialismo com o cooperativismo;
- a oposição ao socialismo militante sobre os dois termos de nacionalização e luta de classe. (AGUDO, 1980, p. 48).

#### **c) A Cooperação como Socialismo do Consumidor**

A terceira corrente é a que enxerga a cooperação como o socialismo do consumidor. No ângulo doutrinário não existe diferença de

concepção desta corrente com a segunda, a qual vê a cooperação como um sistema socialista de valor variável. Ambas possuem a mesma visão de Estado, luta de classe e são caudatárias do paradigma socialista. A divergência se manifesta em termos de estratégia na forma valorativa e no desenvolvimento e ação do trabalho cooperativo. O destaque que é atribuído às cooperativas de consumo e dentro delas a figura do consumidor, molda e define a arquitetura da estratégia. A idéia de criar o Estado ou a República cooperativa está assentada na convicção de que o engajamento das populações à atividade cooperativista propicia a formação de amplo mercado, o que favorece a produção e consumo em escala. A garantia de mercado enseja as condições de expansão até a universalização. Os defensores desta corrente de pensamento advogam que a cooperação poderá chegar a hegemonia da economia a partir, inicialmente, das cooperativas de consumo, depois deve conquistar e dominar as atividades: industrial e agrícola. Na estratégia consta criar a federação das sociedades cooperativas, controlar o Estado e substituir a iniciativa privada mediante a socialização. Lassau, ilustre integrante desta abordagem, exprime o seu pensamento sobre a questão afirmando:

No dia em que o movimento cooperativo espontâneo tiver adquirido grande força, o Estado poderá transferir a propriedade de empresas suas clientes o que tenderá por todo um sistema de participações a conferir às cooperativas de consumo o controle da economia. (LASSAU, apud AGUDO, 1980, p. 57 - 58).

Conclui-se, assim, que existe forte identidade entre as duas últimas correntes. No contexto doutrinário, a principal diferença se efetiva entre a abordagem que ignora a luta de classe e vê a cooperativa como empresa, e as correntes que alinham a cooperação ao socialismo, como etapa ou estratégia para a formação de sociedade, cujos meios de produção são coletivizados.

## **2.1.2 Vetores que Influenciam o Desempenho das Cooperativas**

Para a formatação do processo avaliatório impõe-se como necessidade reconhecer quais os aspectos que interferem e influenciam o desempenho das Cooperativas-Escolas? E de que forma esses aspectos exercem a mediação e como estão manifestados nessas instituições?

Examinando a literatura pertinente e verificando a prática cooperativista distinguem-se diversos elementos que interagem entre si, e que modelam o desempenho da cooperativa, entre os quais se destacam: as Determinações Legais e os vetores Administrativos, Econômicos, Sociais e a Participação. A seguir uma descrição de cada um.

### **2.1.2.1 Determinações Legais**

As determinações legais são aqui configuradas no ordenamento jurídico, representado pelo conjunto de leis, decretos, portarias e normas que disciplinam o funcionamento da instituição cooperativa no país. Elas estão consubstanciadas nas Leis 5.764 e 6.981, bem como na Constituição e outras leis a seguir.

#### **Lei 5.764**

Conforme Polônio (1999), o Brasil possui normas jurídicas que versam sobre o cooperativismo desde 1890<sup>10</sup>. Ao longo dos tempos foram editados diversos decretos, portarias e correlatos, emanados pelo Estado - Nação. Em 16 de dezembro de 1971, em plena ditadura militar, foi

---

<sup>10</sup> Polônio relata que em 1890 foram editados os Decretos: n.º 796 em 2/10 e o de n.º 869 em 17/10. "O primeiro concedeu autorização a militares para organizarem uma sociedade anônima sob a denominação de sociedade cooperativa militar; o segundo autorizava a organização da Companhia Cooperativa de Consumo Doméstico e Agrícola". (POLÔNIO, 1999, p. 23).

sancionada a Lei Federal 5.764, a qual tem como propósito definir e regimentar a Política Nacional de Cooperativismo.

A Lei 5.764 foi concebida em momento marcado pela hegemonia do pensamento militar, daí o seu caráter eminentemente centralizador. Em que pesem os vieses ideológicos indigitados no bojo da concepção, e da inadequação de alguns aspectos de natureza operacional, a referida Lei representou um importante passo e se constituiu em instrumento para o ordenamento das ações, alinhamento das políticas e expansão do cooperativismo no país. Essa Legislação continua, ainda, em vigor, embora já parcializada pelas alterações ocorridas, e complementada pela Lei 6.981, de 30 de março de 1982. As transformações desfiguraram, em parte, a Lei em epígrafe o que motivou o aparecimento do Projeto de Lei (substitutivo) no Senado, o qual está tramitando, mas ainda não foi aprovado.

A Lei 5.764, complementada pela 6.981, em conjunto se consubstanciam no principal estatuto jurídico da ação cooperada, figurando como legislação que rege o cooperativismo Nacional.

Imbuída do papel regulamentador e respaldado na vocação disciplinadora delegada pelo caráter legal (lei), essa legislação define áreas e formas de atuação, objetivos e classificação das cooperativas; estabelece os instrumentos de controle (livros necessários e outros instrumentos); versa sobre capital social, patrimônio, rateios de despesas e sobras; determina o criação de fundos de natureza compulsória (Legal e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES e outros, a critério de cada cooperativa); discorre sobre a função dos órgãos sociais, assembleias, conselhos, enfim pauta os procedimentos administrativos indispensáveis para o funcionamento das cooperativas.

Assim, para qualquer cooperativa instalada no país, a gestão administrativa terá que ser pautada na legislação citada, cuja natureza normativa impõe o seu cumprimento para assegurar o direito de funcionamento. Portanto, é dessa legislação que são extraídas as vigas básicas para compor a estrutura de cada cooperativa no país. Não importa o tipo de categoria: se é de trabalho, de crédito, consumo ou educação



(escola). Todas elas retiram das Leis mencionadas o fundamento no qual se apoia e define as suas ações. Assim, a Lei 5.764 exerce um papel balizador, cujo poder rege e conforma todo o sistema cooperativista no Brasil, definindo procedimentos de natureza compulsória.

Nesse sentido, as Cooperativas-Escolas têm o seu funcionamento pautado nas determinações contidas nas Leis mencionadas, de modo que o seu bom desempenho, do ponto de vista administrativo, inicia-se a partir do cumprimento das normas previstas na legislação, quer seja nos procedimentos operacionais relativos a controles, prazos, escrituração, quer na forma de gestão financeira, do provisionamento de fundos (definidos pela assembléia) e da realização de rateios, além de outros.

Do conjunto das normas e determinações inseridas na legislação, cabe destacar algumas que, no caso específico da Cooperativa-Escola, provocam efeitos que resvalam, de modo indireto, no seio da instituição. Entre as determinações se pronunciam: remuneração do capital social, rateios das sobras líquidas, e provisionamento de recursos financeiros nos fundos (Legal e FATES). Essas determinações exercem influência<sup>11</sup> significativa no comportamento do desempenho das cooperativas de trabalho. E, considerando que a Escola Cooperativa tanto a dos docentes como a mista se enquadra como cooperativa de trabalho, os procedimentos mencionados sobressaem e impõem a necessidade de se examinar a sua aplicação, o que será apresentado mais adiante.

## **A Constituição de 1988**

O Artigo 5º da Constituição de 1988, nas alíneas XVII e XVIII, reafirma a liberdade da Associação e Cooperativa e retira a interferência estatal prevista na Lei 5.764. Ele cita que a criação de cooperativa

---

<sup>11</sup> A influência das determinações (Remuneração do capital, Rateio das sobras e Provisionamento dos fundos) está sublinhada na discussão dos indicadores do desempenho do capital, no tópico 3.1.2.3.2. As idéias estão alinhadas com o pensamento do professor Luís Requejo, especialista em cooperativa e docente da Universidade de Illinois, o qual destaca a importância dos aspectos e gestões relacionadas ao capital para o bom desempenho da Cooperativa. (REQUEJO, 1998).

independe da autorização para o seu funcionamento e declara que “a criação de associações e, na forma da Lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

O artigo 174 da Constituição enfatiza apoio às iniciativas associativistas declarando no parágrafo 2º que: “A Lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismos”.

### **Outras Leis**

Além das normas jurídicas citadas, as quais conformam a conduta das cooperativas, existem outras leis, bem como decretos e portarias que também interferem no seu comportamento.

Algumas leis atingem as cooperativas parcialmente, variando a incidência de acordo com o tipo de negócio. Outras, atingem na sua totalidade. Do conjunto aqui identificado como outras legislações<sup>12</sup> cabe destacar: a) a consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que determina o pagamento do fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS e outros encargos sociais aos funcionários, assalariados, das cooperativas; b) a Previdência e Seguridade Social, disciplinada pelo Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999; c) o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, o qual incide nas operações de venda das mercadorias das cooperativas, conforme Lei Complementar n.º 87, de 13/09/96 e Artigo 121 do Código Tributário Nacional – CTN; d) o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Art. 153 da Constituição vigente; e) o Imposto sobre Serviço de Qualquer natureza – ISS, Artigo 153 da Constituição de 1988; f) outras normas jurídicas que determinam pagamento de COFINS – Lei 9.718/98, PIS - Lei 9.430/96, e Contribuição Social Sobre o Lucro – CSL, disciplinada pela Lei 7.689/88 versando sobre lucro de pessoa jurídica; Lei 9.532/97 e Decreto 3000/99 que trata do Imposto de Renda.

Incorporam-se, ainda, à categoria outras legislações de incidência específica, as seguintes Leis: 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação

---

<sup>12</sup> Ver POLÔNIO, 1999.

aplicável às Cooperativas-Escolas; 4.595/64, bem como a Resolução do Banco Central – 2.608/99, para as cooperativas de crédito.

A legislação mencionada de incidência parcial ou total, de forma compulsória, determina a obrigatoriedade, impõe o cumprimento o que, de certa maneira, influencia os resultados e conseqüentemente o desempenho das cooperativas.

Apresentada a legislação básica, figurada nas determinações de natureza legal, a discussão a seguir enfoca os vetores: Administrativo, Econômico, Social e Participação.

### **2.1.2.2 Vetor Administrativo**

#### **2.1.2.2.1 Aspectos Conceituais**

O vetor administrativo é visualizado na ótica da Escola Clássica francesa de administração e, neste trabalho, está representado nos procedimentos básicos por onde perpassam: o planejar, organizar, dirigir e controlar, no conjunto das ações e atividades da cooperativa. (FAYOL, 1994).

As ações e atividades, objeto das providências básicas, permeiam o dia a dia da administração, e a execução gera os resultados que asseguram o funcionamento da instituição.

Assim, para se analisar o desempenho de cooperativa, no ângulo do vetor administrativo, impõe-se como necessidade verificar a literatura que versa sobre a questão no campo do: a) planejamento; b) organização; c) direção; d) controle. A partir daí extrair informações e indicadores que permitam orientar a investigação.

## **a) Planejamento**

### Conceito de Planejamento

O planejamento, na visão de Kwasnicka (1995), é entendido como “a atividade pela qual administradores analisam condições presentes para determinar formas de atingir um futuro desejado” (op. cit. p. 169). Ele se traduz como instrumento de intervenção da realidade que permite determinar antecipadamente o que as pessoas vão realizar e quais as metas e objetivos que serão alcançados na empresa.

Nesse sentido, o planejamento atua como instrumento norteador do processo administrativo, guiando os rumos das ações e favorecendo os meios para compatibilizar os recursos disponíveis e otimizar a execução do trabalho. Ele funciona, também, como mecanismo que permite visualizar, antecipadamente, incertezas e riscos e buscar soluções, apontar caminhos e alternativas para superação dos obstáculos. Conforme Silva (1997) o planejamento contribui para aumentar a eficiência das funções administrativas: organizar, dirigir e controlar.

O planejamento é compreendido, também, como a esquematização do conjunto de ações, passos ou processos, que propiciam a realização de um objetivo. Por isso, ele é tipificado de formas variadas, o que motiva o aparecimento de diversas classificações ou categorias de planejamento.

### Tipos de Planejamento

Silva, discorrendo sobre a questão, destaca dois tipos: 1) planejamento especial; 2) planejamento geral. O especial é visto como aquele que, atingindo o seu objetivo, deixa de ser utilizado; enquanto o geral se caracteriza por ser usado muitas vezes, de forma permanente.

Chiavenato (1987) aponta três tipos de planejamento, como sejam: 1) institucional ou estratégico; 2) tático ou gerencial; 3) operacional. Posição idêntica é adotada por Kwasnicka apresentando as mesmas

categorias de planejamento. Outros teóricos, a exemplo de Jucius e Schlender (1970), reforçam a posição de Chiavenato, sublinhando a importância da atuação estratégica do planejamento e a função tática para o desenvolvimento da ação planejada.

Identificados os tipos de planejamento, os quais servirão de referência, a etapa que segue consiste na caracterização de cada um.

### Planejamento Institucional ou Estratégico

Partindo das premissas que o futuro da organização é fato de extrema importância e que em cada dificuldade ou restrição sempre existem possibilidades, o planejamento estratégico é concebido com o fim de oportunizar à empresa condições de antever o seu campo de atuação futuro. Ele se constitui em instrumento que envolve prazos mais longos, embora possa ser utilizado a curto prazo, e define claramente o que se deve fazer na empresa. (CHIAVENATO, 1987, p. 204). Geralmente este tipo de planejamento se apóia em planos e projetos existentes e trata da interação da empresa com o ambiente interno e externo. Ele busca vislumbrar oportunidades e possibilidades, bem como limitações e restrições em diferentes cenários que representem, figuradamente, situações a serem enfrentadas pela empresa. Trabalha com incertezas e as decisões são formuladas com base em julgamento.

O planejamento estratégico atinge a empresa de forma global, os seus efeitos têm um caráter sistêmico e perpassam todo o tecido social da instituição. Ele é de natureza abrangente e envolve o quadro de direção do topo da hierarquia da empresa.

o planejamento estratégico é um conjunto de tomada deliberada e sistemática de decisões envolvendo empreendimentos que afetam ou deveriam afetar toda a empresa por longos períodos de tempo. É um planejamento que (...) é desenvolvido nos níveis hierárquicos mais elevados da empresa, isto é, no nível institucional. (CHIAVENATO, 1987, p. 204).

Assim, o planejamento estratégico ou institucional é identificado como o plano básico da empresa no qual é definido a missão da instituição derivando, daí, a formulação de táticas e formas operacionais de atuação para atingir os objetivos e metas.

### Planejamento Gerencial ou Tático

O planejamento gerencial ou tático é um instrumento que enfeixa um conjunto de decisões que afetam e delimitam a atuação da empresa. Ele é desenvolvido pela administração intermediária, e se volta mais para o corpo interno da empresa. A sua dimensão temporal varia em torno de um a três anos, o mais comum é um, sendo considerado, portanto, como de médio e curto prazo.

o planejamento tático é o conjunto de tomada deliberada e sistemática de decisões envolvendo empreendimentos mais limitados, prazos mais curtos, áreas menos amplas e níveis mais baixos da hierarquia da organização. (CHIAVENATO, 1987, p. 232).

Enquanto o planejamento estratégico define o que a empresa deve fazer, o gerencial ou tático estabelece quando fazer, quanto, quais os recursos e tecnologia, enfim, formas de execução, integrando o processo decisório ao nível operacional, permitindo, assim, a consecução das metas e objetivos.

O planejamento gerencial ou tático pode ser elaborado para a instituição como um todo, como também para áreas, departamentos ou mesmo objetivos específicos (administração por objetivos). Em qualquer situação ele é constituído dos seguintes itens: objetivos, metas, orçamento e cronograma e, de forma manifesta ou subjacente, ele contém propósitos, diretrizes e políticas da empresa.

### Planejamento Operacional

Conforme Chiavenato, o planejamento operacional se volta, precipuamente, para o que fazer e como fazer para otimizar e maximizar os

resultados da empresa. Ele se caracteriza como instrumento de dimensão temporal de curto prazo e é concebido e executado nos escalões de execução da base da empresa.

como o grau de liberdade na execução das tarefas e operações no nível operacional é pequeno e estreito, o planejamento operacional se caracteriza pelo detalhamento com que estabelece as tarefas e operações, pelo caráter imediatista focalizando apenas o curto prazo e pela abrangência local (...). (CHIAVENATO, 1987, p. 253).

Assim, o planejamento operacional é transfigurado em plano (s), tem um caráter indicativo, e se articula diretamente com o planejamento gerencial. Nessa condição, ele pode ser manifestado de diferentes formas: a) relacionado a procedimentos do como fazer, definindo passos, operações e tarefas, detalhados em quadros programa, fluxograma e correlatos; b) relacionado a dinheiro, orçamentos<sup>i</sup>, manifestado em previsões financeiras mensal, bimestral, trimestral, enfocando fluxo de caixa, previsões de vendas e assemelhados; c) relacionado a tempo onde são destacadas, principalmente, as variáveis atividade e tempo, e os resultados desejados, evidenciados em cronograma operacional, gráfico de Grantt, etc; d) relacionado a comportamento, externalizado através de regras e procedimentos do quadro da empresa. (CHIAVENATO, op. cit. p. 254).

O planejamento operacional pode, também, representar um recorte do gerencial, sintetizando, esquematicamente, as ações a serem realizadas em termos de: recursos, tecnologia empregada, período de tempo limitado, geralmente de um mês.

Ao concluir a reflexão sobre planejamento vale mencionar a importância da avaliação sistemática dos resultados, a necessidade de aferição para verificar o nível de eficiência. Silva (1997) proclama que a avaliação é uma tarefa difícil, porque muitas vezes as previsões falham e ocorrem variações diversas e, ao tempo, enfatiza que não basta planejar é preciso acompanhar, verificar e avaliar os resultados.

As atividades planejamento e avaliação se aplicam, na totalidade, ao processo de gestão pública. A sistematização das ações, mediante a planificação, constitui-se em aspecto que contribui para a obtenção de resultados positivos, isso porque: a) o planejamento de longo prazo funciona como instrumento norteador que assegura a continuidade administrativa das ações, independente da rotatividade dos mandatos dos dirigentes; b) o planejamento gerencial, vinculado ao orçamento, permite que os dirigentes programem o desempenho da cooperativa, e se traduz como bússola que sinaliza e orienta os atos e fatos; c) o planejamento-operacional funciona como mecanismo que guia a execução das práticas e rotinas, quer no ponto de vista da tecnologia de processos (forma de fazer), como no ângulo das metas físicas e sistemas de trabalho do setor público.

## **b) Organização**

A organização, enquanto função administrativa, significa processo que busca estruturar, organizar e integrar os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros), definindo atribuições, enlaces, de conformidade com o planejamento da empresa. Ela reúne e agrega os fatores para otimizar a execução dos planos. Portanto, a sua função é organizar a base, montar a estrutura para o trabalho de direção e por conseguinte, a execução das metas e realização dos objetivos da instituição.

No que se refere à estrutura organizacional Silva, apoiando-se na teoria comportamentista, diz:

A estrutura organizacional determina os cargos, ou postos que devem ser ocupados pelas pessoas, bem como as funções (ou serviços) a serem desempenhadas por elas. Ao definir quem deve ocupar os cargos ou postos e as funções (ou serviços) de cada pessoa, a estrutura organizacional estará estabelecendo a linha de autoridade (direito de mandar e poder de se fazer obedecer e de responsabilidade (obrigação) de fazer e prestar contas do que foi feito) dentro da empresa. (SILVA, 1997, p. 38).



Assim, observa-se que a estrutura organizacional se constitui na base funcional da empresa, a qual define os níveis de atribuições, o status das unidades e pessoas, constituindo-se no arcabouço referencial para a atuação do trabalho de direção e controle.

A estrutura organizacional projeta a hierarquia da empresa, define cargos e tarefas e é espelhada em representação gráfica que pode demonstrar o desenho organizacional ou o organograma da empresa.

O organograma é um gráfico que retrata as relações funcionais, os níveis de autoridade e as responsabilidades com seus respectivos fluxos. Ele representa a configuração estrutural da instituição. Esse instrumento, conforme Kwasnicka, apresenta as vantagens de evitar duplicação de funções, subvalorização de atividades, inversões e desvios de valores.

Na visão de Chiavenato a estrutura organizacional compreende os seguintes itens: diferenciação, formalização, centralização e integração.

A diferenciação consiste na adoção de procedimentos que resultam na divisão do trabalho, das tarefas e operações, atividades que propiciam a formatação do organograma.

A formalização implica no estabelecimento das regras, regulamentos que pautam as relações entre as pessoas e as unidades que compõem a empresa. Ela é de natureza normativa e tem a missão de definir, claramente, os papéis, as atribuições, os fluxos, direitos e deveres dos integrantes da empresa. Constitui-se no instrumento que propicia a adequação da conduta de conformidade com a filosofia da instituição. A formalização resulta na formatação de documento que orienta o trabalho no âmbito da função direção.

A centralização trata do processo decisório e gravita na esfera da distribuição do poder. Já a integração trata da coordenação intraorganizacional na empresa, isto é, a articulação entre os cargos e funções.

Conclui-se a reflexão sobre organização colocando em destaque o pensamento de Mintzberg, citado por Chiavenato, o qual afirma que a estrutura de uma organização pode ser definida “simplesmente como a

soma total das maneiras pelas quais ela divide o seu trabalho em tarefas distintas e obtém coordenação entre elas”. (MINTZBERG, apud Chiavenato, 1987, p. 286).

Nesse sentido, para a Cooperativa-Escola obter resultados positivos faz-se necessário que os seus componentes estruturais, manifestados nos recursos humanos, físicos, financeiros e materiais estejam organizados, integrados, articulados e coordenados. Por isso, é imperioso que a Cooperativa-Escola tenha uma estrutura organizacional, com atribuições formalizadas, hierarquia e papéis claramente definidos.

### **c) Direção**

Dirigir é conseguir que as pessoas realizem as atividades previstas e necessárias para a consecução dos objetivos e metas da empresa. A direção, enquanto função administrativa, é definida por Silva (1997) como processo que conduz o pessoal à execução das tarefas, antecipadamente planejadas.

Nesse sentido, o administrador, ao desenvolver o trabalho de direção, cabe orientar, instruir os seus comandados, motivar e fazer com que eles desempenhem as suas tarefas. Daí o trabalho de direção implica na adoção de mecanismos que propiciem o cumprimento dessa função administrativa.

Nessa linha de raciocínio, Silva (1997) destaca meios de direção empresarial, sublinhando como os principais: emissão de ordens, motivação, coordenação e liderança. A emissão de ordens (instruções) é instrumento importante na comunicação da empresa com o empregado, através do qual pode-se começar, transformar ou parar uma tarefa ou conjunto de ações de uma instituição. A emissão de ordens de serviço tem implicações: quanto à amplitude, podendo ser geral ou específica; quanto à forma, podendo ser verbal ou escrita. Em ambos os aspectos, a comunicação pode interferir positivamente ou negativamente no desempenho do empregado.

A motivação é aspecto relevante para a produção e desempenho do indivíduo. A pessoa motivada apresenta melhores condições para realizar tarefas mais complexas e gera mais rendimento. A motivação humana tem sido assunto de interesse da psicologia que atua no campo administrativo, procurando as relações que existem entre a produtividade e a motivação. Contudo, já existem estudos que apontam fatores de motivação, como sejam: “melhor remuneração, projeção e prestígio social, oportunidade de progredir, trabalho interessante e tratamento humano”. (SILVA, 1997, p. 74). Assim, é importante que as ações do dirigente possam favorecer aos empregados possibilidades de sobrevivência, segurança, satisfação e estimulação, contribuindo para que as atividades sejam realizadas e os objetivos e metas devidamente atendidos.

Coordenação e liderança completam os meios de direção empresarial. A coordenação atua como processo que promove a integração e harmonização dos atos e fatos, conjugando os esforços e canalizando meios para cumprimento das ações. Ela está presente em todas as funções da administração: no planejamento, organização, direção e controle. É uma atividade de natureza permanente e contínua, que integra como prática que favorece a obtenção de resultados. Quanto à liderança, a mesma se constitui em aspecto que propicia a otimização dos resultados. Ela incrementa a motivação, estimula os empregados, facilita o processo de aceitação. A liderança da chefia pode se expressar através da posição hierárquica, da competência funcional ou mediante traços da personalidade (dinâmica, empática). Estes atributos conjugados oportunizam condições para o trabalho de convencimento e aceitação, impactando positivamente o desempenho de direção.

Na Cooperativa-Escola a função direção se manifesta no seio da administração, no contexto do processo administrativo, e os efeitos estão refletidos nos resultados, nas metas, compromissos e desempenho da instituição.

#### **d) Controle**

O controle, na condição de função administrativa, visa assegurar que as metas e objetivos sejam devidamente atingidos. Portanto, a sua missão é desenvolver mecanismos que permitam evidenciar os resultados, o desempenho seja no ângulo do conjunto das atividades do fator mão-de-obra, como também no de capital, materiais e produtos. Silva define controle como:

o processo administrativo que consiste em verificar se tudo está sendo feito de acordo com o que foi planejado e as ordens dadas, bem como assinalar as faltas e os erros, a fim de repará-los e evitar sua repetição. (SILVA, 1997, p. 82, grifo nosso).

Na visão de Silva a função administrativa Controle apresenta as seguintes características: maleabilidade; instantaneidade; correção. A maleabilidade, enquanto característica, se revela por possibilitar a realização de mudanças e alterações nos planos ou projetos. A instantaneidade consiste em apontar, de forma imediata, os desvios erros e equívocos. A correção se caracteriza por permitir a reparação de faltas e erros, evitando a repetição. (SILVA, 1997, p.83).

Kwasnicka (1998) proclama que o controle é classificado em três categorias a saber:

- 1) preventivo – consiste em detectar fato ou problema antes da ocorrência;
- 2) contínuo – acusa, evidencia os desvios, à medida que os atos fatos vão acontecendo;
- 3) histórico – permite a avaliação dos resultados, e é realizado após a existência do fato. A correção é feita para evitar que o erro aconteça novamente.

As categorias e tipos de controle são aplicadas ao processo administrativo da instituição Cooperativa-Escola. A exemplo da função direção, o controle externaliza os seus efeitos nos atos e fatos do conjunto que conforma as atividades da Cooperativa-Escola.

Conclui-se a revisão de literatura sobre o Vetor Administrativo no qual foi apresentado pontos de vista de diversos estudiosos da questão. As idéias expostas, bem como aspectos relativos as determinações legais mostrados na seção anterior, constituir-se-ão no arcabouço referencial para a definição dos indicadores do vetor.

### **2.1.2.3 Vetor Econômico**

O vetor econômico aqui é representado por um conjunto de aspectos, relacionados ao capital, os quais estão organicamente vinculados e influenciam e espelham o comportamento da cooperativa. Ele age em conformidade com a lógica do sistema econômico e o desempenho é externalizado através dos indicadores. A seguir consta comentário síntese sobre a lógica do sistema econômico e indicadores de desempenho do capital.

#### **2.1.2.3.1 A Lógica dos Sistemas onde as Cooperativas Interagem**

Os aspectos relacionados ao capital estão umbilicalmente relacionados ao modo de produção vigente na sociedade, de modo que o seu comportamento se expressa como reflexo da estrutura econômica, manifestada nas relações sociais de produção. Significa dizer que é o sistema econômico no qual a cooperativa se encontra que, de certa forma, pré-determina as ações. Isso porque cada modo de produção possui a sua própria lógica, a qual norteia estruturalmente a forma de agir do conjunto das atividades produtivas.

Na lógica socialista o excedente econômico, elemento indispensável para assegurar o crescimento e manutenção da sociedade, é extraído do trabalho coletivo, onde os meios de produção (Capital e Recursos Naturais) são socializados, isto é, pertencem ao Estado. A

combinação dos vetores de produção se efetiva com a mediação do trabalho, gerando daí o capital. A reprodução do capital com incremento de tecnologia promove a acumulação, concentração, centralização e expansão, tudo isso enfeixada nas mãos do governo. Quando não ocorre o processo de acumulação o Estado reduz a taxa de crescimento, perde a capacidade de investir e atender as demandas sociais, figuradas no consumo de bens e serviços, o que pode resultar em retrocesso e/ ou “debacle”.

Mas é importante, aqui, destacar que as instituições existentes no sistema socialista são de natureza estatal e as empresas privadas presentes, a exemplo das cooperativas, atuam, quase sempre, sem concorrência. A competição, quando existe, é incipiente. Não há, por parte da empresa, preocupação com acumulação de capital, pois isso é função do governo, o qual propicia recursos conforme necessidades previstas no planejamento central. A cooperativa funcionando nesse sistema terá, necessariamente, conduta diferente da sua assemelhada no sistema capitalista. Ela se apoiará na vocação do socialismo e da sua doutrina, orientando as suas ações na distribuição máxima dos resultados, repartição de renda.

Contrariamente, funciona a lógica do capitalismo. O excedente econômico é extraído do trabalho assalariado, onde os meios de produção (Capital e Recursos Naturais) são privados, isto é, pertencem aos indivíduos e/ ou agentes econômicos. A combinação dos fatores de produção resulta na geração de capital, a qual tem como elemento impulsionador a competição, o que favorece a acumulação dos lucros.

A competição apoiada no uso da tecnologia contribui para a reprodução do capital, configurando a essência da lógica do sistema: acumulação, concentração e centralização de capital, em mãos de iniciativa privada, tendo o mercado como arena e âncora de direcionamento.

A competição agindo como vetor motivador determina que os agentes econômicos busquem a superação dos seus concorrentes, conquistem mercado e tenham lucro, o qual reinvestido gera mais capital, cuja reprodução e ampliação resulta na acumulação. Daí que a acumulação

transcende a questão de decisão individual, e se constitui em uma regra para sobrevivência que se traduz como "uma Lei imanente da sociedade do capital e da competição entre os capitalistas" (FRIGOTTO, 1984, p. 63).

A concentração de capital é consequência da concorrência e da acumulação. Ela espelha a ampliação vertical e horizontal dos negócios, a extensão de empreendimentos, conquista de novos mercados, sem, contudo eliminar os concorrentes do sistema. Daí, é muito comum encontrar cooperativas que comungam a lógica do capital. Ela se inicia com uma atividade e, à medida que vai aumentando capital, centraliza e concentra. Alguns exemplos comprovam essa tendência<sup>13</sup>.

A centralização do capital pode ser compreendida como um processo que resulta na eliminação de concorrentes, na "apropriação de capitalistas por capitalistas, na transformação de muitos capitais pequenos em alguns poucos grandes". (FRIGOTTO, 1984, p. 86).

Assim, a acumulação, a concentração e a centralização agem de forma integrada, são indissociáveis e se constituem na força motriz que, alimentada pela competição, embalam o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, qualquer instituição que deseje obter sucesso empresarial na sociedade capitalista terá que, necessariamente, competir em mercado, obter lucro, acumular capital, concentrar e centralizar. Ela terá que obter lucro para lastrear a sua expansão. Caso contrário, a empresa acabará sucumbindo, porque à luz da lógica capitalista, a concorrência sufoca o agente que não consegue acumular capital e expandir.

Assim sendo, a cooperativa, atuando na sociedade capitalista a sua sobrevivência passa, também, pela necessidade de atendimento às regras capitalistas. Obviamente que essa instituição possui mecanismos que

---

<sup>13</sup> A cooperativa dos Médicos forma o complexo UNIMED. Ela iniciou com a de trabalho e hoje tem seis vertentes: trabalho, crédito, consumo, empresarial (participação, seguros e outros) institucional e internacional (IRION, 1999, p. 305). A COOPERHODIA é considerada como a maior cooperativa de consumo da América Latina. Ela iniciou as atividades com uma loja em Santo André, São Paulo e, atualmente, está completando 12 unidades (pontos de vendas). Se tornou parceira (sócia) de outras empresas e criou a Coop Seguros que já é considerada "a sétima maior corretora, na região do ABC paulista" (CABRAL, 1998, p. 57-59). As cooperativas mais destacadas do Sul da Bahia são: COOPERCACAU e COOGRAP, ambas iniciaram as suas atividades e depois diversificaram atuando nos ramos de venda de insumos, serviço bancário e industrialização.

regulam e limitam a tendência exorbitante da acumulação. Mas, na prática, o que se tem constatado é que as cooperativas que obtiveram sucesso trilharam pelo caminho da acumulação, concentração e centralização.

Conclui-se que as cooperativas têm o seu comportamento balizado pelo modo de produção que está inserido, cuja influência norteia a sua atuação variando, sem, contudo, perder a sua identidade como elemento de acumulação e distribuição de benefícios.

#### **2.1.2.3.2 Fatores que Externalizam o Desempenho do Capital**

Reconhecida a lógica dos sistemas econômicos onde as cooperativas interagem, vale enunciar os elementos que externalizam o comportamento do capital, como sejam: a) o capital social; b) remuneração do capital; c) rédito financeiro; d) provisionamento dos fundos; e) receita; f) custo; g) número de clientes.

##### **a) Capital Social de Cooperativa**

Na linguagem econômica, capital significa valores monetários e/ou bens que transfigurados em ativos formam o patrimônio dos agentes. A denominação capital social de cooperativa é atribuída ao montante dos ativos legalmente escriturados, integralizados em quotas partes dos sócios, cujos proprietários não podem dispor livremente.

O capital social de cooperativa é fracionado em quotas partes, sendo que cada sócio (pessoa física) só pode subscrever até 1/3 do total, salvo as exceções previstas na legislação em vigor<sup>14</sup>. Para a formação do capital social, a integralização das quotas pode ser feita através de prestações periódicas e/ou contribuições pecuniárias imediatas, na forma definida nos estatutos de cada instituição. A ampliação do capital pela integralização das quotas pode ser feita pela valorização dos bens mediante

---

<sup>14</sup> Legislação em vigor. Lei 5.764



avaliação sistemática e homologação em assembléia ou por retenção de crédito financeiro (sobras líquidas), proporcional a contribuição de cada sócio, com base no que estabelece o Art.27, da Lei 5.764.

O capital social da cooperativa representa o patrimônio da empresa e as variações dos ativos e passivos (dívidas e obrigações) configuram o desempenho do negócio. As variações são registradas em instrumento contábil, intitulado balancete, o qual especifica os ativos que compõem o patrimônio, os passivos, receita gerada, despesas e outras informações do gênero.

O balancete, através do desempenho do capital, retrata a saúde econômica financeira da cooperativa, permitindo evidenciar se o negócio está crescendo, estabilizado ou regredindo. Possibilita, também, observar índice de liquidez e taxa de rentabilidade.

Daí a importância de se conhecer o comportamento do capital social, manifestado na variação do seu valor, na dimensão quantitativa monetária, e tomar essas informações como indicadores para avaliar o desempenho do patrimônio da cooperativa.

A importância do capital social é destacada por Requejo, o qual afirma:

Quanto maior é o compromisso da cooperativa com o associado (medido através do capital social) mais os bancos os vêem como clientes potenciais. O montante do capital social é um excelente indicativo de que as cooperativas têm sido gerenciadas realmente para o benefício de seus associados. (REQUEJO, 1998, p. 38).

Contudo, o professor Requejo declara que no Brasil os dirigentes das cooperativas agrícolas preferem “alocar os resultados do exercício para as reservas e fundos indivisíveis ao invés de alocar os resultados para a conta do capital social”. Os valores aportados nos fundos indivisíveis não retornam aos associados, não contribuem para aumento do patrimônio, portanto não refletem na distribuição do dividendo. Isso favorece a falta de motivação do associado e contribui para enfraquecer a cooperativa. (REQUEJO, 1998, p. 30 - 38).

## **b) Remuneração do Capital**

A remuneração do capital tem a sua justificativa assentada nos postulados da economia clássica. Na ótica dos teóricos que formularam a doutrina, no contexto individual, a posse de capital representada pela poupança é resultado de sacrifício e privação de alguém que renuncia o consumo, a aquisição de bens e/ou serviços que possam lhe dar prazer, para acumular capital. Significa, portanto, ato de abstinência, através do qual o agente econômico transfere sua satisfação para ser obtida posteriormente. Dessa forma, traduz-se como controle de gastos efetivando e ensejando processo de acumulação de ativos.

Assim, convencionou-se, na economia, a remunerar o capital, isto é, pagar uma taxa ao proprietário da poupança, pelo uso do respectivo ativo. Epistemologicamente, significa indenizar o proprietário pela renúncia do consumo e ao tempo remunerar pelo fato que o capital investido gera mais ativos e reproduz mais capital.

Instituída como procedimento usual no mundo dos negócios a remuneração de capital é estatuída nos códigos comerciais e é praticada pelas empresas mercantis, estando presente nas escriturações contábeis nacionais e internacionais.

A prática da remuneração do capital é transplantada para o cooperativismo. A quota parte de cada sócio é entendida como uma poupança obtida mediante renúncia de consumo ou abstinência de uso. Conjuntamente, incorporou-se, também, a crença de que o valor da quota ,investido, em qualquer outra atividade, teria como retorno adicional dividendos decorrentes da sua reprodução. Essa convicção está subjacente no ideário que configurou os princípios da cooperativa de Rochdale. Ele se circunscreve com a expressão: “pagamento ao capital dum juro reduzido” (AGUDO, 1980, p. 30). Portanto, o sentimento que passa é que os pioneiros reconheciam a necessidade de remunerar capital, e o faziam, embora com taxa de juros inferior ao preço praticado no mercado.

No caso brasileiro, a legislação pertinente está alinhada com o posicionamento defendido pela economia clássica e a exercitada pelos pioneiros de Rochdale, sintonizada, também, com a prática desenvolvida no mundo dos negócios. A remuneração do capital é disciplinada pela legislação, sendo permitido o pagamento do juro com taxa de até 12% ao ano sobre o valor da quota integralizada.

Desse modo, a remuneração do capital é definida em legislação e se constitui em mecanismo que espelha a dimensão e comportamento do negócio. Quanto maior for o patrimônio da cooperativa mais expressivo é o valor dos dividendos recebidos pelo sócio. Quanto menor é o patrimônio também, na mesma proporção, será a quantidade de dividendo que cada sócio receberá.

A remuneração de capital é um dos indicadores largamente utilizado pelos Bancos e Agentes de Crédito, especialmente quando estudam a capacidade de pagamento da cooperativa para liberação de financiamento.

A não realização da prática remuneração de capital contribui para desestimular os associados a investir na cooperativa. Isso porque ao comparar a taxa de retorno marginal do investimento na cooperativa em relação a outras alternativas, o associado constata que a falta de retorno é um sério obstáculo o que representa desempenho ineficiente. (REQUEJO, 1998).

Na análise da ineficiência das cooperativas agrícolas do Brasil, Requejo desloca a discussão para o campo da restituição do capital do associado, o que representa um passo a frente à questão da mera remuneração do capital. Ele diz que estudos desenvolvidos nos Estados Unidos indicam que o período médio de restituição é da ordem de 16 anos. Cita que as cooperativas são penalizadas quando não efetuam a restituição nos prazos previstos e que várias unidades da Federação já estabeleceram, na legislação, períodos máximos para restituição do capital.

### **c) Rédito Financeiro (Rateio das Sobras Líquidas)**

Na linguagem empresarial, sobras líquidas significam o lucro do negócio. É o produto da receita total (RT) deduzido das despesas, da remuneração do capital e da depreciação. Na linguagem cooperativista, para efeito contábil, o lucro é chamado de rédito financeiro, o que quer dizer sobras. E a sobra líquida significa o rédito financeiro deduzido dos valores destinados aos fundos (Legal, FATES e outros). Por isso, o rateio das sobras líquidas consiste na distribuição, repartição proporcional do rédito financeiro com os sócios que efetivamente contribuíram para a sua formação.

O rateio das sobras líquidas é um dos pontos de sustentação das vigas do postulado e está presente na gênese da doutrina cooperativista. No contexto histórico, o rateio das sobras aparece nos estatutos da cooperativa de Rochdale com a expressão "retorno dos excedentes em proporção do consumo de cada sócio" (AGUDO, 1980, p. 83). É a de Rochdale que escreve nas páginas da história como a primeira cooperativa bem sucedida no mundo. Foi a partir da experiência vivenciada pelos pioneiros de Rochdale, com base nos seus estatutos, que a doutrina cooperativista se consolidou. Embora já tivessem ocorrido diversas tentativas para a edificação do cooperativismo, todavia as iniciativas acabaram em fracasso. Rochdale se constituiu no marco referencial e pelo sucesso alcançado provou que a doutrina, a teoria, era empiricamente válida e a sua aplicação era exeqüível e viável, com uma diferença, para as formas praticadas anteriormente. A diferença consistia na introdução do princípio do retorno dos excedentes na proporção da contribuição do sócio.

Algumas experiências cooperativistas anteriores, adotavam como prática a redução dos preços sem retorno de excedentes; e outras faziam a devolução de excedentes com base no capital (quotas partes). As instituições que adotaram os procedimentos: redução de preços e/ou retorno com base no capital acabaram fracassando, fechando as portas. Na visão de Agudo, a introdução do princípio do retorno dos excedentes, com base na

contribuição do sócio, exercitada pela cooperativa de Rochdale, foi o grande diferenciador e o principal mecanismo que serviu para atrair, integrar e possibilitar a coesão do sócio com a cooperativa, refletindo em sucesso. Ele diz que embora pareça pouco, mas significou uma "autêntica revolução na natureza dos resultados obtidos", e se traduz como a pedra de toque, "o ovo de Colombo" (AGUDO, 1980, p. 83).

É assim que o retorno das sobras se insere nos postulados do cooperativismo, tornando-se um dos princípios doutrinário, obrigatório, aceito universalmente, pois contribui para fortalecer a coesão da cooperativa com o seu corpo societário.

No Brasil, o princípio do retorno dos excedentes está representado na expressão retorno das sobras líquidas, e encontra-se inserido na Lei 5.764, em dois artigos: no 4º, alínea VII; e no 21, alínea IV, no qual afirma a obrigatoriedade do estatuto da cooperativa constar a "forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas (...)".

Analogamente ao que aconteceu com o cooperativismo, o capitalismo introduziu e estatuiu a prática da distribuição dos lucros (sobras líquidas ou excedentes), constituindo-se em mecanismo de caráter essencial para incrementar o processo de acumulação e expansão. Daí essa prática passou a integrar a lógica do sistema.

A distribuição dos lucros ou excedentes, no capitalismo, incide sobre a empresa mercantil constituída como sociedade anônima, isto é, de capital social aberto. As corporações desse gênero, interessadas em dispor de capital para expandir as suas atividades, e sem querer correr o risco de pagar juros, fracionam o seu capital social em quotas, chamadas de ações, colocando-as no mercado-de-capital, à venda. Cada ação representa a fatia mínima do patrimônio da empresa e tem o seu preço definido pelo mercado, com base no montante de ativos, resultados de balanços e outras formas de avaliação. Os agentes econômicos (pessoa física ou jurídica) adquirem as ações e se transformam em sócios. Os agentes, ao comprar ações, transferem poupança, cujo montante promove a capitalização (acumulação),

fato que ensejou o aparecimento das multinacionais, empresas, cuja dimensão do patrimônio representa, algumas vezes, superioridade em relação às nações do terceiro mundo.

Contudo, para que os agentes transferissem suas poupanças às empresas, em troca de ações, tornou-se necessário instituir formas de remuneração. Isto porque o ativo desembolsado representa esforço e sacrifício pela abstinência de consumo, e a sua integralização ao capital social vai potencializar crescimento, expansão e lucro. Desse modo a ação adquirida figura como investimento, cujo retorno se efetiva na razão direta dos lucros da empresa.

Assim, com base na agregação dos ativos captados através das empresas de sociedade anônima o capitalismo consolida a sua base de acumulação. E nessa condição, passa à população a imagem de que qualquer pessoa pode ser capitalista, investidora, não por dispor de empresas, mas por ser dona de fatias do patrimônio de corporações mercantis, portador de ações, proprietário de ativos, adquiridos livremente no mercado de capitais, independente da quantidade mobilizada. Entretanto, para que esse discurso fosse aceito e essa prática fosse internalizada e transformada em senso comum, foi necessário estatuir e normatizar a distribuição anual dos lucros, a repartição dos dividendos, procedimento que é utilizado em todo o mundo capitalista, com regras definidas em legislação específica. No Brasil, essa prática está disciplinada na Lei 6.404/76 e 4.728/64.

O retorno do investimento aplicado em ações, expressado em pagamento de dividendos, incorpora-se como prática usual realizada nas corporações de sociedade anônima. A crença da participação nos lucros povoou a consciência dos agentes econômicos, gerando como resultado a ampliação de investidores, a expansão do número de portadores de ações. Esse fato acontece, com mais intensidade, nos locais em que o capitalismo alcançou estágios mais adiantados, como sejam: Estados Unidos, Japão, Canadá e Europa. Nessas localidades, o foco de preferência dos pequenos e médios poupadores é o mercado de capitais, é a aquisição de ações.

Assim, a distribuição de lucros se constitui em prática essencial para incrementar a acumulação de capital, pelo seu efeito dialético alimentando a lógica capitalista.

Observa-se, assim, que a distribuição do excedente (sobras líquidas) constitui-se em instrumento fundamental, quer pela capacidade de potencializar a coesão e integração do associado com a cooperativa (vê exemplo Rochdale), quer pela atuação como força motriz para a acumulação de capital e efetivação da lógica capitalista.

No caso das cooperativas de trabalho e especificamente as de educação (Cooperativa-Escola), o retorno das sobras líquidas assume um papel importante, pois os sócios, que prestam serviços ministram aulas têm os seus rendimentos ou retiradas baseadas nas planilhas de custos e estimativas de receita. Os valores arbitrados para os pró-labores devem, estrategicamente, assegurar uma margem considerável para cobrir diferenças com inadimplência e problemas de natureza intempestiva. Se a cooperativa aumentar, muito, o valor da mensalidade (serviço) para crescer a quantidade de rédito financeiro ela perde espaço para os concorrentes e como esse mercado não é monopolista, a mesma é obrigada a praticar preços de forma competitiva. A diferença estratégica entre o que a Cooperativa-Escola recebe e o que paga aos professores tem que ser calculada de modo garantir: a) pontualidade nos pagamentos mensais; b) distribuição do retorno semestral ou anual, rédito. Isso se torna uma preocupação significativa, em vista que o prestador de serviço não tem 13º mês, nem um terço do salário como remuneração de férias e nem tão pouco FGTS. Dessa forma, são as sobras líquidas e a divisão dos fundos que podem compensar as perdas de benefícios que são assegurados à mão-de-obra quando regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. A outra alternativa que se afigura é aumentar o pró-labore do prestador de serviço, situando a quantia em valor mensal que elimine a possibilidade de retorno ou rédito. Ocorre que a adoção desse procedimento vulnerabiliza, significativamente, a cooperativa, pois aumento nos percentuais de inadimplência e/ou alterações estruturais poderão provocar colapso

financeiro. Assim, o contingenciamento de recursos para a distribuição em forma de sobras, no caso das cooperativas de trabalho, apresenta-se como recurso relevante para o sucesso do empreendimento.

Verificada a importância da disponibilização de recursos para realização de rateios das sobras líquidas as indagações que surgem são: qual o montante ideal? Qual a quantidade mínima que deve ser gerada para distribuição com os sócios?

A literatura que versa sobre cooperativismo tem ignorado o fato, e não apresenta índice ou quociente para balizar a questão. Evidentemente trata-se de um terreno árido, movediço, pois a formulação do índice está relacionada com o tipo e categoria de cooperativa, atividade realizada, quantidade de sócios, finalidade, dimensão do negócio, capital social, enfim diversas variáveis, sujeitas, inclusive, a questão de natureza subjetiva. Daí a dificuldade em se estabelecer quocientes ou índices para a formação do rédito.

Contudo, no caso da Cooperativa-Escola, o critério norteador poderá ser a categoria da cooperativa, onde repousa a sua especificidade, tendo como base de referência à lógica de interesse do associado.

Nessa linha de raciocínio, se a cooperativa for constituída exclusivamente por docentes, identificando-se com a de “trabalho”, a maximização da satisfação dos associados passa, fundamentalmente, pela renda auferida, aliada a outras questões como valorização profissional, condições de trabalho, etc.

Por outro lado, se a cooperativa for formada apenas por pais de alunos, caracterizando-se com o tipo “consumo”, a maximização da satisfação dos associados (clientes e consumidores) passa pela obtenção de preços baixos e boa qualidade de ensino.

Assim, a dimensão do rédito financeiro deve, em princípio, relacionar-se com a lógica do interesse do associado. No caso da cooperativa exclusiva dos professores, os docentes não recebem o 13º salário, 1/3 de férias, FGTS e outros benefícios. Portanto, nas cooperativas desse gênero espera-se que o total do rédito financeiro anual seja capaz de



compensar, pelo menos parcialmente, as perdas decorrentes da ausência dos benefícios sociais. Nesse caso o *rédito* deve ser equivalente a um valor que cubra o 13º e o abono de férias, índice em torno de 1,5, da média da folha de pagamento.

Quando se tratar de cooperativa exclusiva de pais, levando em conta a lógica de interesse dos sócios, é desejável que o *rédito* seja equivalente, no mínimo, a média da receita mensal das contribuições escolares.

Quando se tratar de Cooperativa mista a questão toma outra feição. Primeiro, como harmonizar interesses conflitantes entre os sócios - pais e professores? Segundo, como alinhar lógicas diferentes de satisfação. A questão remete a estudos e a planilha de custos, e a gestão administrativa financeira deverá pautar-se nos indicadores mencionados para as cooperativas de pais e de docentes, isto é, 1,5 da média mensal da remuneração dos associados prestadores de serviços e 1,0 da média das mensalidades escolares para os associados clientes.

Os índices do *Rédito Financeiro* aqui propostos foram estabelecidos para a realização desta pesquisa. A indicação apoia-se nas seguintes premissas: 1) a distribuição do *rédito financeiro* é fato desejável, constitui-se em experiência vitoriosa vivenciada pelos pioneiros de Rochdale, e contribui para a integração do sócio à cooperativa e fortalecimento da instituição; 2) para se obter *rédito* é necessário que os preços dos produtos, bem como os valores das remunerações integrem as planilhas de custos da cooperativa; 3) se os preços dos produtos forem elevados, para se obter um *rédito* expressivo, a cooperativa perde o poder de competitividade e a concorrência domina o mercado, os associados se afastam; 4) se a remuneração do associado prestador de serviço for muito baixo para gerar *rédito* promove-se a desmotivação dos professores, resultando em desagregação e enfraquecimento, falta de quadros.

Assim, sugere-se, que os índices médios do *rédito*, para integrarem as planilhas de custos, sejam capazes de resultar em valores que assegurem: a) para a cooperativa, disponibilidade de caixa e condições de

competitividade no mercado; b) para o associado prestador de serviço, pelo menos a compensação da ausência dos benefícios – 13º mês, férias e correlatos; c) para o associado-cliente, o contingenciamento de reserva, cuja quantia possa cobrir, pelo menos, uma mensalidade escolar na ocorrência de eventualidades que afetem a sua capacidade de pagamento. Como também, a respectiva quantia projetada deverá se constituir em reserva que, na hipótese de exacerbação de custos da cooperativa, o associado, no final do exercício (ano), não precise realizar aportes financeiros para complementação de caixa, na cobertura de prejuízos em rateios, como estabelece a Legislação. (Ver Lei 5.764, Art. 21, Alínea IV, Rateio de Perdas Apuradas).

#### **d) Provisionamento dos Fundos**

O provisionamento dos fundos consiste em destinar recursos financeiros, contingenciados, especificamente para atender os fins previstos em legislação e estatutos da cooperativa. A legislação em vigor estabelece que as cooperativas são obrigadas a manter, no mínimo, dois Fundos podendo, a critério do corpo societário, de conformidade com as suas necessidades, decidir pela criação de outros. Os principais fundos definidos pela Lei 5.764 são: o de Reserva Legal e o de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES.

Contudo, para efeito da mensuração do desempenho dos indicadores de capital, será tomado como referência o Fundo de Reserva Legal, os outros fundos serão apreciados nos indicadores sociais.

O fundo de reserva legal é constituído com recursos oriundos das sobras, cujo percentual que incide é, no mínimo, 10%. Os recursos contingenciados nesse fundo destinam-se a cobrir prejuízos, reparar perdas e assegurar o funcionamento da cooperativa.

O crescimento do fundo de reserva legal está relacionado ao desempenho econômico e a eficiência administrativa. À medida que aumentam as sobras e a receita global, e os prejuízos e perdas se

estabilizam ou decrescem, amplia-se o volume de recursos financeiros disponíveis nesse fundo. Ele age como mecanismo de acumulação compulsório de capital e é, por seu intermédio, que se efetiva a formação da poupança<sup>15</sup> do negócio cooperativo. A poupança propicia desenvolver o processo de centralização, concentração, enfim a expansão da atividade, de conformidade com a lógica do sistema econômico. Portanto, é a acumulação do capital que vai oportunizar os meios para assegurar a competitividade, vetor imprescindível à sobrevivência da cooperativa na sociedade capitalista.

Nesse âmbito, os valores acumulados no fundo de reserva legal evidenciam o nível de poupança, externam capacidade de liquidez e potencial para investimentos da cooperativa, traduzindo-se como importante indicador econômico.

#### **e) Receita Bruta**

A receita bruta, aqui no presente trabalho, consiste na arrecadação total da Cooperativa-Escola. Compreende o pagamento das mensalidades escolares, taxas, renda de prestação de serviços, aluguéis, juros, contribuições de sócios e similares. O somatório das rendas se constitui no montante do ativo financeiro arrecadado e contabilizado anualmente (exercício civil), o qual assegura o funcionamento das escolas.

A receita se traduz como um dos principais indicadores do desempenho econômico da cooperativa. O seu fluxo e dimensão sinalizam índice de liquidez e fornecem pistas para calcular capacidade de pagamento ou de endividamento do empreendimento.

O total da receita produz efeitos variados na rentabilidade e otimização do negócio. A rentabilidade depende do valor cobrado pelos serviços prestados, como também dos seus respectivos custos. O nível ótimo de operação, traduzido no número ideal de alunos por turma, ou por

---

<sup>15</sup> Existem outras alternativas para a cooperativa obter poupança e expandir. Entre as alternativas se destacam: obtenção de empréstimo e subscrição de quotas partes (aumento de capital). Os empréstimos implicam em pagamentos futuros de juros e encargos que muitas vezes inviabilizam a cooperativa.

professor tem implicações diretas no custo e conseqüentemente na receita. Daí destacam-se, duas outras questões, como sejam: número de consumidores e valor das contribuições escolares.

#### **f) Custo do Serviço Escolar**

A Cooperativa-Escola é uma instituição que atua como empresa, e a sua manutenção e funcionamento dependem de resultados econômicos. Esses resultados decorrem: 1) da receita total, isto é, da venda dos serviços e contribuições diversas; 2) dos gastos realizados com a operacionalização do colégio.

O conjunto dos gastos implica em desembolso de valores monetários para aquisição de insumos, materiais e serviços, bem como remuneração de mão-de-obra e capital. São esses elementos que propiciam a compatibilização dos vetores de produção para a geração dos produtos da escola: aluno, serviço e correlatos.

Assim, para se obter bons resultados econômicos é preciso ter eficiência não só na venda dos seus produtos, como também exercer severa vigilância e controle nos gastos, de modo que o desempenho seja, no mínimo, equivalente a um. Isto é, para cada unidade monetária despendida se tenha pelo menos uma de retorno, para sobreviver.

Isso significa reconhecer a importância do estudo e análise de custo da atividade. Impõe-se, assim, saber os componentes das despesas, quais os elementos que estão onerando e qual é o custo final do seu produto. Só assim é possível estabelecer o preço de venda, bem como controlar os gastos e perseguir bons resultados. Portanto, só depois do dimensionamento do custo do aluno, desagregado em diversos vetores, é possível compor a planilha estabelecendo o valor da mensalidade escolar. Daí, a preocupação em saber quanto custa o aluno da Cooperativa-Escola? Quais os componentes que incidem com maior participação na formação do custo?

A base teórica que respalda os estudos sobre custos encontra-se na microeconomia, a qual propicia as categorias básicas para análise. Aqui no Brasil, Castro e outros (1980), com base na ciência econômica e levando em consideração trabalhos realizados pela UNESCO, elaboraram estudos e desenvolveram considerações metodológicas sobre custos educacionais.

Na pesquisa ECIEL, coordenada por Castro e at ali (1980), foi feito um estudo comparativo de custos e eficiência da Educação na América Latina. Neste trabalho, o custo é entendido como fluxo de dispêndios dentro de uma dimensão temporal, com base em unidade modelares de referência.

A pesquisa ECIEL estabeleceu como componentes das despesas educacionais os seguintes itens: custo de mão-de-obra, despesas de consumo, o custo dos serviços de capital, custo do ensino arcados pela família e a renda sacrificada pelos alunos. O somatório resultou no custo agregado por aluno ano, o qual se desdobrou em três subcategorias: custos monetários da escola, custos totais da escola e custos sociais da escolarização.

Martins (1991) tece comentários sobre a classificação das despesas educacionais para fins de enquadramento orçamentário. Ele salienta a importância de se efetuar um tratamento analítico e define quatro categorias, a saber:

- 1) despesas com mão-de-obra (salários e encargos sociais);
- 2) despesas com material permanente (móveis, construções em geral);
- 3) despesas com material de consumo (material escolar, material de limpeza, etc);
- 4) despesas com serviços prestados por terceiros, também chamado de outros serviços e encargos.

Lourenço Filho (1976) refletindo sobre economia e finanças da educação, apoia-se em literatura americana a apresenta 12 categorias para enquadramento das despesas educacionais, como sejam: administração, ensino, serviço de saúde escolar, transporte dos alunos, conservação dos

edifícios, encargos de previdência, serviços de alimentação e atividades complementares, serviços de extensão educativa, despesas de capital ou investimento, despesas financeiras e auxílio e subvenções.

Verhine (1998) discorre sobre o assunto e realiza uma análise panorâmica do estado da arte referente aos custos educacionais. O autor situa a questão no foco da ciência econômica e inicia diferenciando, conceitualmente, despesa de custo. Ele posiciona teoricamente a questão e aponta as categorias básicas de custo, como sejam: custo total (ct), custo médio (cm) e custo marginal (cmg).

O custo total (ct) é entendido como produto da soma dos dispêndios com custeio<sup>16</sup> e capital. O custo médio (cm) é o resultado da divisão do custo total pela unidade de referência desejada na análise, podendo ser: horas, recursos, insumos, produtos, pessoal, etc. Já o custo marginal (cmg) é definido como “aumento do custo total, resultante do acréscimo de uma unidade de insumos ou produtos”. (VERHINE, 1998, p. 111).

O autor em pauta apresenta a metodologia de cálculo de custos, formulada por Levin (1983), intitulada o *método de ingredientes*. Nesse método as despesas são apropriadas em cinco categorias, a saber: 1) pessoal; 2) instalações físicas; 3) material e equipamentos; 4) outros insumos do programa; 5) insumos de cliente. A quarta categoria se destina à apropriação das despesas que não são incluídas nas três primeiras. Já a quinta visa a contabilização dos gastos efetuados pela família, bem como a renda sacrificada do aluno.

Verhine aponta os principais estudos econômicos de custo educacional realizados no Brasil e enfatiza que, entre os trabalhos mais recentes, existem três que se destacam pelo rigor metodológico, conforme a seguir.

---

<sup>16</sup> Despesas de custeio: consiste em despesas “com bens consumíveis e serviços que proporcionam benefícios imediatos ou de curto prazo e que precisam ser renovados regularmente”. Despesas de capital “incluem a aquisição de ativos duráveis, como prédio e equipamento, dos quais se espera que proporcionem benefícios para um longo período de tempo.” (VERHINE, 1998, p. 110).

O primeiro é o trabalho de Xavier & Marques (1987) cuja abordagem metodológica privilegia, fundamentalmente, custos diretos de funcionamento. O estudo abstrai a apropriação de despesas com obras, aquisição de terreno e correlatos, bem como gastos da família, renda sacrificada e similares. Daí o plano de contas dessa proposta contempla as seguintes categorias: a) pessoal docente; b) pessoal não docente; c) material de consumo; d) serviços de terceiros. Portanto, trata-se de plano de contas simplificado.

O segundo estudo de custos educacionais, mais destacado, na visão de Verhine, é o trabalho produzido por Harbison e Hanushek (1992). O estudo se apoia no *método dos ingredientes*, no processo de decomposição das despesas de forma detalhada. O plano de contas contempla a apropriação das despesas em três categorias: 1) custos de capital; 2) custos de custeio; 3) custos de treinamento de professores. Conforme Verhine (1998, p.116) o estudo “visava fornecer a economistas e instituições financeiras (como o Banco mundial) as diretrizes para selecionar os investimentos sociais mais rentáveis”.

O terceiro trabalho de custo educacional, destacado, é produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada – IPEA (1994). Ele foi financiado pelo Banco mundial, utilizou o *método de ingredientes*, e desenvolveu um conjunto de procedimentos de natureza metodológica que realça o seu rigor científico. O plano de contas compreende cinco categorias para a apropriação das despesas, como sejam: 1) pessoal; 2) instalações; 3) equipamentos; 4) materiais; 5) outros recursos. O trabalho do IPEA tem um caráter abrangente no dimensionamento dos custos e contou com aportes de matemática e estatística que o diferenciou, consideravelmente, dos outros estudos de custos realizados no Brasil.

Finalmente, a análise panorâmica apresentada por Verhine fala das limitações das abordagens sobre custos educacionais<sup>17</sup> e proclama que ao se produzir estudos dessa natureza se deve “mostrar uma total

---

<sup>17</sup> No âmbito do custo educacional Verhine desenvolveu estudos sobre despesas por aluno no ensino fundamental, na rede estadual de ensino na Bahia.

transparência ao descrever os aspectos metodológicos de seu trabalho”. (op. cit. p. 120).

A proposta apresentada por Lourenço Filho se traduz como plano de contas para efeito de planificação e contabilização, implicando em um extenso rol de rubricas, enquanto que as categorias defendidas por Martins, esquematicamente, são operacionais, embora incompletas pela ausência de rubrica para alocar as despesas com capital. O modelo apresenta semelhanças com o de Xavier & Marques (1987) o qual não dispõe, também, de rubrica para contabilizar despesas com material permanente e de capital.

Quanto ao modelo trabalhado por Castro e outros constata-se que o mesmo tem pertinência operacional mas resente-se a falta de rubrica para apropriar despesas com serviços de terceiros e encargos, tais como: locação de equipamentos, veículos e similares; consertos e reparos de máquinas, passagens, hospedagem, telefone e correlatos. Em idêntica situação posicionam-se os estudos que se apoiam no método de ingredientes. Apesar do rigor científico na coleta e tratamento dos dados, o plano de contas não contempla condições para apropriação das despesas com serviços de terceiros e encargos, rubrica que vem aumentando a sua participação na composição geral dos custos educacionais.

Assim, em vista dos aspectos mencionados, nesta investigação, deliberou-se que os custos serão apreciados com base nas categorias apresentadas por Verhine (1998), por isso na presente investigação buscou-se, objetivamente, identificar: custo total, custo médio, custo operacional e outros.

#### **g) Número de Consumidores**

A prática usual, nas avaliações de desempenho de cooperativa, é observar o comportamento do número de sócios, verificando as variações anuais. As alterações positivas indicam crescimento do quadro social, portanto expansão do negócio. Aqui, o foco da avaliação desloca-se do



associado, para concentrar nas figuras dos consumidores e clientes, com base nas categorias a seguir:

- a) Associado - proprietário de quota parte, integrante do quadro social da cooperativa, mas não consome serviço da instituição (não estuda e nem tem filho(s) na escola da cooperativa);
- b) Associado / cliente - associado que possui dependente estudando na escola da cooperativa;
- c) Associado / consumidor - associado que consome diretamente o serviço da escola; é ele próprio quem estuda;
- d) Consumidor - aluno matriculado freqüentando curso na escola da cooperativa, dependente de associado.

Nesse sentido, abstrai-se da idéia de tornar como referência, para efeito de avaliação, o número de associados e sim o número de consumidores do serviço. Isso porque é comum encontrar pessoas que não utilizam serviços da cooperativa, possuem quotas partes, mas não têm dependentes freqüentando a escola e nem contribuem pecuniariamente, são apenas sócios. Na condição de apenas associado, a sua presença, no quadro, não tem efeito na receita da cooperativa. O associado cliente pode ser considerado, embora seja uma informação parcial, pois ele pode ter vários dependentes e apenas um matriculado no colégio, por razões diversas; como também pode ser o contrário: um associado com diversos dependentes consumindo o serviço escolar da cooperativa.

Assim, para efeito da Cooperativa-Escola, a referência que se apresenta com maior clareza, para avaliação, é o número de consumidores, isto é, alunos matriculados, freqüentando curso da escola. Este é que passa a ser o indicador principal e, secundariamente, o associado cliente, pois é no consumidor que incide o pagamento das mensalidades, taxas e similares, resultando desse processo, a receita básica da instituição. É o consumo per

capta do serviço escolar que propicia a renda, de conformidade com os valores estabelecidos nas mensalidades.

### **2.1.2.3.3 Índice de Desempenho do Capital**

Apresentada a reflexão sobre os indicadores do desempenho do capital, as questões que despontam são: é como proceder a análise do comportamento desses elementos em Cooperativa-Escola? Como saber se o desempenho é adequado, desejável? As questões levam a discussão para o campo do conhecimento contábil, de modo a identificar taxas de rentabilidade, índices de liquidez, retornos, enfim elementos que permitam retratar o desempenho dos diversos indicadores.

Nesse sentido, o balancete, peça contábil que se constitui em vitror da empresa, se destaca-se como instrumento essencial e imprescindível à análise do desempenho. Esse instrumento tem a sua formatação estrutural definida pelo Conselho Internacional de Contabilidade, com padrões e regras normatizadas e adaptadas, no Brasil, pelo Conselho Federal de Contabilidade e legislação específica, como seja a Lei 6.404.

O balanço, na condição de peça contábil, é de caráter compulsório, inclusive para as Cooperativas-Escolas, as quais são obrigadas a apresentá-lo, anualmente. Esse instrumento, se construído seriamente, retrata a saúde econômica-financeira do negócio e de modo manifesto ou subjacente, oportuniza informações que permitem calcular: a) taxa de rentabilidade; b) nível de solvência / liquidez do negócio, bem como outros indicadores.

#### **a) Taxa de Rentabilidade**

A taxa de rentabilidade é um índice largamente utilizado na atividade contábil. Ela serve para evidenciar o lucro da empresa ou a capacidade do capital ou um ativo, investido, gerar lucro e/ou dividendos.

A taxa de rentabilidade pode ser aferida de diferentes formas, mediante a divisão do patrimônio, receita ou lucro, conforme a seguir:

- patrimônio líquido / lucro líquido
- patrimônio atualizado / lucro líquido
- receita bruta / lucro líquido
- lucro líquido / despesas

Os produtos das operações (divisão) acima retratam a taxa de rentabilidade do negócio, sinalizando pista sobre o desempenho do capital. (FRANCO, 1987 e MARION, 1991).

### **b) Índice de Solvência / Liquidez**

O índice de solvência é um quociente que expressa a capacidade da empresa em quitar as suas dívidas. Ele mede o potencial da empresa de resolver, pagar os seus compromissos financeiros, externalizando índice de liquidez.

O índice de liquidez, no ponto de vista contábil, é um quociente que expõe o potencial financeiro efetivo da empresa. Ele manifesta a capacidade e quantidade de capital em dinheiro, bem como títulos e/ou bens disponíveis que podem ser transformados ou trocados monetariamente, para utilização em espécie, em moeda. Esse índice se subdivide em diversas categorias. Para efeito de avaliação de Cooperativa Escola, quatro se destacam como indicadores: a liquidez imediata, a liquidez corrente, a liquidez geral e a medida de solvência, conforme comentário a seguir.

#### Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata é produto da divisão dos ativos monetários, identificado no balanço com a o nome disponível, pelo passivo circulante. Franco (1989), refletindo sobre a questão cita, que no Brasil, a

média de liquidez imediata varia de 10 a 20%, embora mencione a existência de "empresas sólidas que apresentam quocientes inferiores a 10%". (op. cit. p. 147).

### Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente, também chamado de liquidez comum, é obtido mediante a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. O ativo circulante compreende tudo que pode ser transformado ou convertido em moeda, como sejam: créditos, estoques, valores mobiliários, e despesas diferidas.

Na visão de Franco, o quociente de liquidez corrente "é considerado normal quando atinge cerca de 200%". Entretanto, ele afirma que o índice pode variar a depender do ramo da atividade da empresa, bem como da política de vendas, sendo aceitável um quociente inferior a 200% (FRANCO, 1989, p. 149).

### Liquidez Geral

O índice de Liquidez geral é resultado da divisão do total dos ativos, isto é, o circulante acrescido do realizável a longo prazo, pelo total do passivo, o qual compreende o circulante (passivo) e o exigível a longo prazo. O resultado obtido indica que cada unidade monetária do estoque da dívida, a empresa tem  $X$  unidade para saldar o seu compromisso. Franco declara que "no Brasil, a média do quociente de liquidez geral varia de 100 a 200%, conforme as circunstâncias" (FRANCO, 1989, p. 151).

### Medida de Solvência

Na ótica de Franco, a medida de solvência se identifica com o quociente de liquidez corrente ou comum (op. cit. p. 151). Existem outros autores que apresentam visão diferente. Irion (1997) comentando sobre

desempenho do capital destaca a necessidade de se identificar o índice de solvência, declarando que o mesmo é obtido através da divisão do total do movimento (receita geral anual) pelo patrimônio líquido da cooperativa. O quociente obtido corresponde o índice de solvência.

Na ótica de Irion quando “o índice de solvência é adequado, o fluxo de caixa da cooperativa é compatível com os negócios e a cooperativa não encontra dificuldade para atender a demanda dos associados”. Contudo, ele diz que o quociente varia de acordo com o tipo e categoria de negócios e conclui:

o índice de solvência não é o mesmo para os diferentes tipos de cooperativas, porque depende do ramo de negócio de cada um. Por falta de estudos não se conhece o índice ideal para cada setor do cooperativismo. Este é um tema para os pesquisadores resolverem. (IRION, 1997, p. 80).

Rech proclama, também, a necessidade de se identificar o grau de solvência de cooperativa, ao incluir esse tema no banco de questões para avaliação, relacionada à eficiência empresarial, em forma de indagação com o seguinte conteúdo:

7. Qual o grau de solvência (Relação entre o ativo total (disponível + realizável + imobilizado + pendente de ativo) com o exigível a curto e a longo prazo? (RECH, 2000, p. 136).

Contudo, na presente pesquisa adotou-se como referência o quociente de solvência apresentado na formulação do Irion (1997).

Assim, conclui-se a reflexão sobre o vetor econômico, no qual foram abordadas diversas questões sobre o comportamento dos indicadores do capital, destacando-se os seguintes aspectos: primeiro, a inserção da cooperativa na lógica do sistema econômico, onde ficou demonstrado que a sua atuação, tendencialmente, deve ficar articulada com os princípios que balizam o modo de produção que ela estiver integrada; segundo, o alinhamento existente entre o ideário econômico que sustenta a doutrina cooperativista e os princípios e procedimentos oriundos da economia

clássica; finalmente, o terceiro, a constatação que a cooperativa possui vocação distributiva que favorece a equalização social, mas a sua eficiência e capacidade de promover benefícios depende dos resultados econômicos, do desempenho do vetor capital.

#### **2.1.2.4 Vetor Social**

##### **2.1.2.4.1 Conceituação**

O vetor social é aqui representado por indicadores que se traduzem em benefícios diretos para os sócios: prestadores de serviços, clientes e consumidores. O social está relacionado aos ganhos, proveitos, vantagens para os associados.

Por outro lado, a expressão social para a cooperativa típica de trabalho nem sempre tem a mesma ressonância na cooperativa de consumo. O que pode significar benefício para uma, pode simultaneamente representar um encargo para a outra. E no caso específico de cooperativa-escola de natureza mista, a questão se torna mais complexa, por ter que se conviver, dentro da mesma instituição, com dois focos diferentes de interesses: 1) dos associados prestadores de serviços; 2) a dos associados clientes e consumidores.

Para o associado prestador de serviço a maximização da sua satisfação passa, pelo reconhecimento do seu esforço e do seu trabalho manifestado, principalmente, na remuneração, no recebimento do pró-labore e sobras, de conformidade com o mercado, de modo assegurar ao indivíduo condições de vida com dignidade. Por outro lado, para o associado cliente ou consumidor, a maximização da sua satisfação se efetiva, principalmente, com a obtenção de ensino de qualidade com preços módicos, abaixo do mercado, o que implica em redução de despesas e otimização dos custos da cooperativa. Portanto, os benefícios que representam vantagens para o

associado prestador de serviço podem significar encargos para o cliente e o consumidor.

Dessa forma, os dois focos de interesse nem sempre se alinham. A garantia do atendimento dos anseios das diferentes categorias de associados passa por conflitos, prevalecendo o interesse da que exerce o domínio na instituição. No caso da Cooperativa-Escola mista, imagina-se que a tendência é prevalecer a posição dos associados clientes consumidores, os quais possuem a maioria no quadro social.

Sendo assim, na avaliação de cooperativas de natureza mista (trabalho e consumo) os indicadores sociais deverão contemplar os dois focos de interesses: o dos prestadores de serviços e a dos clientes consumidores.

Convém ressaltar, também, a impossibilidade de tratar o social de modo isolado. Os benefícios, na maioria das vezes, decorrem da esfera econômica, estão intrinsecamente relacionados e, em certas ocasiões, se afiguram até, como vantagens sócio-econômicas oferecidas diretamente aos associados.

#### **2.1.2.4.2 – Fatores que Externalizam o Desempenho do Vetor Social**

Explicitado o sentido do vetor social na avaliação de cooperativa escolar vale destacar os fatores que retratam o desempenho, como sejam:

a) participação no fundo FATES; b) existência de fundo social complementar; c) distribuição de sobras líquidas; d) remuneração / pró-labore; e) preço do serviço escolar.

##### **a) FATES**

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES tem a sua origem repousada no berço da doutrina cooperativista, no bojo das idéias exercitadas pelos pioneiros de Rochdale. Na sua origem, esse

princípio se apresenta com o título de “educação para os sócios”. Ele foi incorporado aos estatutos com a finalidade de propiciar aos associados e familiares conhecimentos capazes de efetuar a elevação moral e intelectual dos indivíduos.

Na visão dos pioneiros de Rochdale, à cooperativa, cabia, também, o papel de contribuir com a educação do seu corpo societário, bem como preparar para o exercício da democracia e direção do movimento cooperativista. Com esses propósitos os pioneiros estabeleceram um percentual de 2,5% da receita para a educação dos sócios, cujos recursos destinavam-se a cobrir gastos com manutenção de escolas, biblioteca e atividades similares.

Agudo, comentando o assunto relata o artigo que disciplinava a questão, inserido nos Estatutos dos Pioneiros, conforme o saber:

Dizia o artigo 42º dos estatutos que nesse ano foram adaptados: Que seja constituído um fundo separado e distinto para o aperfeiçoamento intelectual dos membros e das pessoas de família a seu cargo, mantendo a actual biblioteca e criando outros meios de instrução considerados desejáveis. Esse fundo será de 2,5% sobre os benefícios anuais da cooperativa. (AGUDO, 1980, p. 34).

A experiência vitoriosa da cooperativa de Rochdale favoreceu a internalização do princípio da educação do sócio, de modo que a obrigatoriedade em destinar recursos para atividades educacionais está presente na maior parte dos estatutos das cooperativas do mundo.

Aqui no Brasil, a obrigatoriedade da educação para os sócios está manifestada na Lei 5.764, Art. 28, com o título de Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES. Este fundo tem como principal fonte de recursos o equivalente a, no mínimo, 5% do rédito financeiro registrado no exercício. Os recursos destinam-se a cobrir gastos com atividades de natureza educativa com sócios, familiares e, em certos casos, até mesmo com funcionários da cooperativa.

Visto a importância do FATES e a sua inserção histórica nos estatutos do cooperativismo, o que se espera é que nas Cooperativas-



Escolas fundo receba tratamento especial, na elaboração do plano, mediante participação ampla do quadro de docentes e associados clientes, bem como na sua discussão e aprovação.

A operacionalização do FATES resultará em amplos benefícios de natureza sócio-cultural, revestindo-se em vantagens para o quadro societário, mediante aporte de recursos para a biblioteca, qualificação e treinamento dos associados e financiamentos de projetos de pesquisa, ensino e extensão.

#### **b) Existência de Fundo Social Complementar**

Nas cooperativas de trabalho os sócios prestadores de serviços não recebem salário e sim pró-labore, portanto não fazem jus às vantagens previstas na consolidação das leis trabalhistas - CLT. Daí, eles não recebem: o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), o que equivale a 8% do salário; 13º salário, para cada 12 meses de trabalho; 1/3 do salário a título de abono de férias; participação no plano de integração social (PIS). O pagamento ao Instituto de Seguridade Social (INSS) é feito exclusivamente pelo sócio-prestador do serviço, o que na iniciativa privada é rateado entre as partes (patrão e empregado). No afastamento, o funcionário da iniciativa privada, quando demitido, recebe a título de ajuda, pagamento equivalente a 40% do total de recursos depositados no FGTS, e poderá, também, receber seguro desemprego, o que não acontece com o sócio prestador de serviço quando se afasta do quadro.

Assim, a busca de mecanismos para reparar, pelo menos parcialmente, as perdas, desponta como vetor preponderante, no sentido de fazer justiça e propiciar aos sócios condições de tornar a atividade um projeto de vida permanente, existenciado dignamente.

Utilizar a cooperativa para escamotear os direitos e negar, na sua quase totalidade, as vantagens conquistadas pela sociedade é explorar a categoria de professores e funcionários; é proporcionar aos associados clientes e consumidores benefícios pela possibilidade de ter os seus filhos estudando em escola privada, com rótulo e status de particular, além de

outras vantagens, sem contudo desembolsar recursos no valor real do serviço que está sendo consumido. É contemplar o consumidor de privilégio em detrimento do sacrifício e perda do prestador do serviço.

As alternativas que se apresentam para compensar as perdas, conforme já fôra mencionado, é incluir de forma negociada as vantagens e encargos nas planilhas de custo; cobrar dos consumidores e ou pagar diretamente, ou reter em fundo social complementar para repasse posterior.

A criação de Fundos é facultado às cooperativas através do parágrafo 1º do Artigo 28 da Lei 5.764, o qual propicia a liberdade de criar esse mecanismo, inclusive de caráter rotativo, com fins específicos, definindo forma de acumulação do capital, aplicação e liquidação.

Amparando-se em instrumento legal as cooperativas, especialmente a de trabalho, devem criar fundos complementares de conformidade com os seus interesses e especificidades. Elas necessitam dispor de mecanismos que ensejem a poupança compulsória para substituir, pelo menos parcialmente, o papel desempenhado pelo FGTS e os encargos similares, (13º e férias) etc.

A incorporação dos encargos na planilha de custo é questão passiva de entendimento entre as partes. Recomenda-se que o ativo (recursos financeiros) fiquem, em fundo específico, disponível para ser rateado, em final de exercício ou semestre letivo, de acordo com o interesse e necessidades do grupo.

Contudo, é fundamental que exista poupança acumulada, contingenciada com o fim exclusivo de reparar os benefícios que foram retirados com a adoção da prática cooperativista.

Por outro lado, convém salientar, também, que o fundo social complementar se traduz como instrumento de acumulação de capital o que poderá ajudar a cooperativa a se integrar a lógica do sistema capitalista e viabilizar a sua existência: acumular, centralizar e concentrar.

A adoção de procedimentos que assegurem aos prestadores de serviços remunerações dignas, potencializará a cooperativa condições de dispor em seus quadros: profissionais competentes, habilitados, capazes de

oferecer ensino com qualidade e atender anseios e as aspirações dos clientes consumidores.

### **c) Distribuição das Sobras Líquidas**

Apresentar sobras líquidas indica competência e eficiência. É desempenho do vetor capital, aspecto que já foi comentado na seção anterior, na qual foi apresentada a base epistemológica que sustenta o princípio da distribuição, quer no ideário cooperativista, como na doutrina capitalista.

Em comentário anterior também já foi evidenciada a obrigatoriedade da distribuição das sobras líquidas no Brasil, procedimento estatuído na legislação, o qual as cooperativas realizam de forma compulsória. Contudo, a discussão nesta seção objetiva refletir sobre a forma como é feita a distribuição dos ativos, vez que os reflexos ressonam, no bolso dos associados especialmente das cooperativas de trabalho.

Em vista da compulsoriedade, a prática comum utilizada nas cooperativas no Brasil é integralizar as sobras líquidas ao capital. Isso já vem se constituindo como praxe: as assembleias, mediante proposta das diretorias, autorizam a transformação das sobras em quotas partes. Esse procedimento funciona como mecanismo de capitalização. Na maioria das vezes, o quantitativo do Fundo de Reserva Legal não tem expressividade; a integralização é o mecanismo adotado para a acumulação de capital.

Tratando-se de cooperativa de produção, consumo ou similar, a integralização das cotas, através da aplicação das sobras líquidas, pode não ter maiores repercussões para o associado, porém para a cooperativa de trabalho o efeito é diferente.

Nas cooperativas de trabalho, inclusive as de educação, é muito comum que parte considerável do esforço despendido do prestador do serviço acabe ficando retido, e algumas vezes não é recompensado.

A retenção decorre entre outros, de dois aspectos: 1) da necessidade de atender a legislação, retendo-se, no mínimo, 10% para o

fundo legal, mais 5% para o FATES, podendo também existir outros, além das despesas correntes; 2) em outros casos, a retenção ocorre de forma indireta, figurando em perdas determinadas pela realização de serviços por preços abaixo do mercado, sem receber, também, compensações mínimas semelhantes as que são devidas aos assalariados regidos pela CLT.

Assim, a busca de instrumentos que resultem em recompensa e reduza o impacto das perdas para o prestador de serviço se distingue como aspecto essencial. Isso porque a qualidade e quantidade do produto final, gerado pela cooperativa, depende fundamentalmente do prestador do serviço. Da sua competência, motivação e engajamento depende o produto por ele gerado. Já associado cliente ou consumidor, sua relação com a cooperativa é diferente. A integração e utilização do serviço é quase sempre condicionada por interesses diversos, mas, literalmente associados aos efeitos do produto gerado pela cooperativa. Assim, na partilha das funções, ao prestador de serviço cabe o papel de produzir o bem ou serviço, e o associado cliente consumir o bem ou serviço. Daí ambas as categorias de associados são regidos por lógicas diferentes.

O associado prestador de serviço para poder gerar o produto (ensino), na Cooperativa-Escola, é necessário a pré-existência dos fatores de produção: capital, tecnologia e trabalho. O capital decorre da poupança transfigurada em quotas partes, representado nas instalações da escola, equipamentos, materiais, insumos e até ativos financeiros chamados de “capital de giro”. O trabalho é expressado nas ações que resultam no esforço físico e intelectual da força de trabalho empregada. E a tecnologia pode ser compreendida como o conjunto de conhecimentos e informações disponíveis e aplicáveis. A combinação dos fatores de produção é feita pela força de trabalho, especialmente docentes e funcionários, a qual enseja e determina a quantidade e qualidade do serviço gerado (ensino).

Para se ter a produção de um bem ou serviço de uso continuado, como é o caso da educação (ensino), é necessário, no mundo atual, uma permanente atualização e engajamento da mão-de-obra, no caso docentes e funcionários. A mão-de-obra envolvida é obrigada a estabelecer uma relação

de natureza umbilical, íntima e permanente, desprendendo daí a sua capacidade de trabalho de forma contínua. A capacidade de trabalho significa o capital humano<sup>18</sup>. E o retorno do esforço despendido se afigura como questão fundamental para assegurar a existência do indivíduo, para possibilitar a aquisição de bens e ampliação do estoque de conhecimentos.

O retorno econômico do capital humano, neste caso, corresponde a remuneração paga ao associado prestador do serviço; e a renda, auferida na forma de pró-labore e das parcelas decorrentes de rateios das sobras líquidas e de outros fundos. Desse modo, é o retorno econômico que garante a manutenção da vida biológica, social e cultural do prestador de serviço. É ele que possibilita acesso à moradia, alimentos, saúde, transporte e integração sócio-cultural, propiciando reinvestimento e aquisição de novas competências.

O retorno econômico se conjuga com o social e psicológico, refletindo diretamente na qualidade do serviço prestado, impactando e caracterizando o produto gerado. Portanto, a recompensa do esforço despendido se manifesta na satisfação do indivíduo, cuja maximização está alinhada ao retorno econômico, isto é, o recebimento do pró-labore e as parcelas do rateio das sobras líquidas, em ativo financeiro.

Já a relação que se estabelece entre o sócio cliente ou consumidor com a sua escola cooperativa se comporta na forma a seguir. Para se consumir o produto da cooperativa de ensino é necessário que se disponha de uma poupança prévia, a qual é destinada à aquisição de quota parte. O indivíduo integrado como sócio, para passar a condição de cliente ou consumidor, seleciona curso para freqüentar em conformidade ao interesse e a disponibilidade financeira, e efetivar contrato.

Nessa fase, despontam como aspectos importantes: a qualidade do ensino e o custo mensal, ou seja, o valor da poupança que será transferido para o investimento na educação. A qualidade do ensino tem a sua dimensão de grandeza manifestada em resultados futuros, mediante a

---

<sup>18</sup> Conjunto de conhecimentos e habilidades inerentes ao homem que elevam a sua produtividade individual. (SANTOS, 1987).

apropriação dos conhecimentos, acumulação de capital humano e retornos econômico e social, geralmente a médio e longo prazo.

O custo se articula com a aquisição do conhecimento, cuja qualidade e quantidade refletem, diretamente, no nível de satisfação do sócio. Quanto melhor a qualidade maior é a satisfação.

O outro foco de interesse que compõe a relação entre cliente ou consumidor com a sua cooperativa é o valor do investimento mensal para a aquisição do serviço escolar. A poupança que é desembolsada pode ser destinada para outros investimentos, basta prescindir do serviço da cooperativa e utilizar a escola pública; ou mesmo reduzir o valor do desembolso buscando alternativas mais baratas, ou ainda aumentar o desembolso e procurar colégios mais caros e pagar valor maior.

Quase sempre, a motivação que leva o indivíduo a buscar a cooperativa é o interesse pecuniário, financeiro, salvo as exceções como é o caso de localização, distância de residência do aluno e atuação monopolista na oferta de ensino, ou questão da qualidade do curso.

O procedimento mais comum é se buscar a Cooperativa-Escola como alternativa para se freqüentar a escola particular, manter o status da família com custo inferior ao que é cobrado pelo mercado local ou regional. Nesse sentido, o esforço se consubstancia na agregação dos seguintes aspectos: 1) buscar o ensino de qualidade, que assegure a imagem social; 2) desembolsar capital, pagar colégio abaixo do preço de mercado. Nessa lógica, a maximização da satisfação do cliente se efetiva da seguinte forma: quanto melhor e mais barato for o ensino, maior é o grau de satisfação, contentamento. Portanto, mais expressivo é o retorno da poupança mobilizada na integralização das cotas do investimento inicial e, por conseguinte, até mesmo, nas integralizações futuras.

#### **d) Remuneração- Pró-Labore**

Esclarecido o papel da recompensa do esforço despendido pela mão-de-obra e evidenciada a importância do retorno econômico para os

reinvestimentos e manutenção do homem, busca-se, nesta seção, refletir sobre o pró-labore dos associados prestadores de serviços.

A cooperativa de trabalho e por conseguinte a dos professores, não deve se tornar em mecanismo cuja atuação no mercado se constitua em instrumento para rebaixamento de renda da categoria (professores e servidores). Ela não deve se transformar em fator referencial que acabe favorecendo os empresários da educação a diminuir salários, usurpar direitos e negar benefícios conquistados pela categoria nos sindicatos. Também não deve se constituir em instrumento que, a título da eliminação de lucros exacerbados e despesas desnecessárias, tenha o valor da mensalidade fixada em quantia inferior ao custo real, tornando-se incapaz de honrar os pagamentos de forma digna.

A cooperativa deverá balizar as suas ações e compor a sua planilha de custo de modo assegurar a recompensa econômica, condizente com a realidade do seu público básico (o quadro societário). Nessa linha de raciocínio, a cooperativa deve estabelecer como missão a oferta do produto (ensino) ministrado de conformidade com os interesses e exigências dos clientes (associados e consumidores), porém pautada em ética que tenha como base subjacente o compromisso social: a valorização do homem e o respeito à dignidade humana.

O quadro societário, ao formar uma Cooperativa-Escola, deve abstrair da idéia que esse organismo se comporte como casa de caridade ou unidade de serviço público. Ela deve ser concebida, encarada e administrada, como empresa que tem que sobreviver dentro da lógica capitalista e, como tal, tem que propiciar meios para que os seus quadros aumentem a competência, enriqueçam o capital humano e produzam serviços com qualidade. Só assim ela poderá ter uma equipe de educadores profissionais, qualificados, reconhecidos publicamente pelo trabalho e valorizados na comunidade. Daí a relação entre o prestígio social da escola e o nível de competência dos professores (DEMO, 1996a, p. 89).

Nessa ótica, sugere-se que a cooperativa, levando em conta princípios, estabeleça faixas de pagamento do seu quadro de pessoal, cuja

amplitude pode variar de um teto mínimo aceitável, para atender as necessidades humanas, ao valor máximo arbitrado de conformidade com as exigências dos clientes, nível de conforto e bem estar do grupo e aspirações dos docentes.

O valor mínimo pode ser referenciado com base nos salários pagos pela Prefeitura Municipal e Governo do Estado. O valor máximo resulta dos salários mais altos encontrados na comunidade os quais, na maioria, são provavelmente os dos colégios freqüentados pela elite. A média do mercado deve ser calculada com base em dados colhidos na comunidade.

Assim, o reconhecimento do trabalho dos professores de um lado, se manifesta na credibilidade pública da escola, em face da qualidade do seu produto (o ensino). Do outro lado, implica na efetivação de recompensas, retorno econômico para garantir a sua existência e atender as exigências e demandas da comunidade. Pois, “a sociedade tem o direito de cobrar a competência do professor desde que remunere e valorize convenientemente”. (DEMO, 1996b, p. 89).

Desse modo, na esteira dos benefícios sociais, o aparecimento da Cooperativa-Escola não deve interferir no mercado de salários, pois a remuneração a ser paga deve corresponder a média que já é praticada. Se os pró-labores pagos ficarem acima da média o fato é positivo, indica reconhecimento e valorização, mas, a médio e longo prazo, deslumbram-se perspectivas de risco, devido a concorrência. Se o valor do pró-labore estiver abaixo do mínimo, mesmo incorporando parcelas de possíveis rateios, o cenário indica ineficiência e sinaliza impossibilidades de garantir ao professor condições dignas de vida. Nesse caso, fica evidenciado que a recompensa pelo esforço não está sendo feita e o associado prestador do serviço não tem o seu benefício ou satisfação maximizada. Portanto, na avaliação dos benefícios sociais é importante incluir e verificar o comportamento das cooperativas na forma de realizar as recompensas, em especial o pró-labore.



### **e) Preço do Serviço Escolar**

Para o associado cliente e/ou consumidor o preço do serviço escolar cobrado e a qualidade do ensino se constituem nos principais benefícios oferecidos pela Cooperativa-Escola.

O preço do serviço escolar aqui é entendido como o valor da mensalidade que é desembolsada pelo associado, a qual serve como indicador de benefício, além de sinalizar a situação da Cooperativa-Escola em termos de competitividade no mercado.

Em princípio, espera-se que o valor cobrado da mensalidade esteja abaixo da média, cuja diferença deve equivaler, aproximadamente, a taxa de lucro, nível de risco e similares. Se o valor estiver acima da média do mercado, indica que os clientes devotam confiança à escola e/ou estão satisfeitos. Evidencia que concordam em fazer desembolso mensal em quantia similar ao cobrado pelos estabelecimentos escolares mais caros da localidade. Nesse caso, o principal benefício da cooperativa se expressa através da qualidade de ensino.

Quando o custo do investimento (mensalidade) escolar fica muito abaixo da média, com diferença a partir de 30%, no ponto de vista do benefício econômico, a vantagem é expressiva, pois significa mais dinheiro no bolso do cliente. Mas, nesse caso, deve-se examinar cuidadosamente a questão da qualidade. Ela pode não está sendo satisfatoriamente atendida.

Assim, o valor do desembolso mensal e a satisfação com relação a qualidade do ensino são dois elementos que precisam ser apreciados conjuntamente. Não se pode execrar a falta de qualidade sem colocar em evidência o valor mensal do investimento. A questão da qualidade também está intrinsecamente ligada à escola e a sua análise impõe a decomposição dos elementos que referenciam o conceito, para confrontá-los com a prática exercida.

Paralelamente ao exame da qualidade do ensino, deve-se verificar, também, a situação dos professores, em termos de competência e atualização. Pois, o professor é a peça chave que compõe a ambiência

escolar, o único que é insubstituível; todos os outros são prescindíveis, inclusive o livro didático que pode ser substituído pelo docente (DEMO, 1996b, p. 89). Nessa condição, a maximização da satisfação do docente é fundamental para que a escola alcance níveis satisfatórios de qualidade.

Conclui-se que o valor da mensalidade reflete a dimensão do benefício sócio-econômico da cooperativa e está relacionado ao nível de qualidade. Mas, a lógica que rege é: quanto menor for a mensalidade e melhor a qualidade do ensino, mais elevado será o nível de maximização da satisfação dos clientes e consumidores.

#### **2.1.2.5 Vetor Participação Cooperativista**

A participação é aqui entendida como vetor que interfere e contribui para modelar o desempenho geral de cooperativa. Nessa condição, ela se insere neste estudo e se constitui no tema central desta seção. A tematização está apresentada na conceituação e revisão de literatura (busca de posição teórica), conforme a seguir.

##### **2.1.2.5.1 Conceituação e Revisão de Literatura**

Participação vem da palavra parte, que quer dizer fazer parte, tomar parte ou ter parte (BORDENAVE, 1993, p. 22). Embora estas palavras tenham conotações diferentes, no seio estão interligadas. Logo a participação expressa ação junto a algo, trabalho, intervenção e posse. Ela representa, também, forma de agir em favor de alguma coisa, quase sempre de um objetivo, um alvo, um desejo.

Assim a participação cooperativa, é, portanto, manifestação da ação do cooperado, e se expressa em: fazer parte, ter parte e ser parte. Implica, portanto, na relação, ser integrante do quadro societário, ter parte

do capital social e tomar parte, isto é, contribuir, agir, fazer, atuar para que a instituição realize a sua missão.

A participação do associado se traduz como aspecto relevante, pois da sua efetividade depende o desempenho geral da cooperativa. O reconhecimento dessa importância é proclamado por vários estudiosos do cooperativismo, entretanto, a produção do conhecimento sobre a questão se apresenta de forma limitada. Percebe-se a escassez de literatura sobre participação cooperativa, e nos trabalhos encontrados, na sua maioria, a questão é inserida de forma sintética e dispersa.

Nesse sentido, importa definir os indicadores necessários para aferição do desempenho da variável participação. Por isso, serão buscados na revisão de literatura, estudos sobre a teoria da participação, nos diversos enfoques, estruturados com base nas seguintes premissas:

- por compreender que a cooperativa é uma instituição de inspiração eminentemente democrática (capital, voto, ação, gestão) enfocou-se a participação na ótica da doutrina democrática e buscou-se o pensamento dos clássicos desse epistolado, os formuladores da doutrina, informações para referenciar a questão;
- por entender que a cooperação é uma prática social, que se desenvolve no seio da sociedade, com efeitos em todo o seu conjunto, enfocou-se a participação no ângulo da política social e recorreu-se a visão dos teóricos que propagam a importância desse instrumento no processo de aperfeiçoamento social, para respaldar o estudo;
- por reconhecer que os resultados que propiciam a existência material do cooperativismo são produtos da ação que se efetiva na práxis, enfocou-se a participação na dimensão empírica e foram buscadas as idéias de cooperativistas com experiência e militância nesse tema, para embasar a investigação, conforme a seguir.

### **a) Participação na Ótica dos Teóricos da Democracia**

Pateman (1992), no seu trabalho *Participação e Teoria Democrática* discorre sobre a participação, embasando a discussão nos teóricos da democracia, especialmente Rousseau, Mill e Cole.

Rousseau (1911 e 1995), teórico liberal, expõe os seus pontos de vista sobre a participação e mostra que só é possível o exercício da democracia mediante a participação individual de cada pessoa no processo político de tomada de decisões, resultando na participação coletiva.

Para se entender o papel da participação, na visão de Rousseau, é necessário identificar as premissas que ele coloca para assegurar o funcionamento da democracia. A primeira versa sobre condições econômicas, isto é, para funcionar bem um sistema participativo é necessário que ocorra igualdade e independência econômica entre os seus integrantes. Não se trata de igualdade absoluta, mas relativa, de modo que ninguém “seja rico bastante para comprar o outro e em que nenhum fosse tão pobre que tivesse que se vender” (PATEMAN, 1992, p. 38). O que se deseja é que todo o indivíduo tenha propriedade, porque traz segurança e independência. Rousseau afirma:

portanto um dos mais importantes assuntos do governo é evitar a extrema desigualdade das riquezas, certamente não permitindo o aumento das que já existem, mas, também, impedindo por todos os meios que alguém possa acumulá-las; nem tampouco construindo hospitais para os pobres, mas preservando os cidadãos de caírem na pobreza. (ROUSSEAU, 1995, p. 38). Adiante acrescenta: (...). as leis são sempre úteis aos que têm posses, e prejudiciais aos que não têm nada: donde se conclui que o estado social só é vantajoso aos homens, quando têm alguma coisa e quando nenhum tem em excesso. (op. cit. p. 89).

Uma outra premissa destacada por Rousseau, para assegurar a participação, é que ninguém precisa ser senhor de ninguém e cada qual é dono de si mesmo, e da própria vida. O processo participatório assegura que, ainda que nenhum homem ou grupo seja senhor de um outro, todos

são igualmente dependentes entre si e igualmente sujeitos às leis. Assim, a participação está alinhada à liberdade e qualifica o indivíduo para exercê-la na condição de senhor, dono de si próprio. Rousseau cita:

se indagarmos exatamente em que consiste o maior dos bens, qual deve ser o objetivo de todo sistema legislativo, concluiremos que reduz a dois objetivos principais: a liberdade e igualdade. A liberdade, porque toda dependência particular é uma parcela de força retirada do corpo do Estado; a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela. (ROUSSEAU, 1995, p. 110).

Rousseau declara que a participação desenvolve a integração, entre os indivíduos, aproxima as pessoas e capacita para tomada de decisões, favorece a realização de trabalho grupal e a formação de comunidades.

Assim, em condições que prevalecem a igualdade econômica (relativa) e a liberdade, a participação se manifesta nas tomadas de decisões e aplica-se a qualquer grupo ou associação.

o processo de participação assegura que a igualdade política seja efetivada nas assembleias em que decisões são tomadas. O principal resultado político é que a vontade geral é, tautologicamente, sempre justa (ou seja, afeta a todos de modo igual), de forma que os direitos e interesses individuais são protegidos, o mesmo tempo que se cumpre o interesse público. (PATEMAN, 1992, p. 37).

Dessa forma, é destacada, também, a importância da participação nas assembleias, através das quais decisões, controles e outras formas de poder são exercitadas.

Conforme Pateman, Rousseau enfatiza que a participação se manifesta nas tomadas de decisões, funcionando como instrumento de controle que ajuda a proteger os interesses privados e assegurar um bom governo. Cita, também, que a participação tem a função de integração, passando ao imaginário a sensação de que cada cidadão isolado pertence à sua comunidade, facilitando a interação e o exercício da liberdade. (PATEMAN, 1992, p. 41), Rousseau afirma:

encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado de toda força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça a si mesmo, permanecendo tão livre quanto antes. Esse é o problema fundamental que o contrato social soluciona. (op. 1995, p. 78).

Mill (1937) retoma Rousseau e reafirma a importância da participação para a efetivação do processo democrático, proclamando que “é por meio da participação em nível local que o indivíduo aprende a democracia”. (MILL, apud Pateman, 1992, p. 46).

A teoria de Mill sobre a participação consiste em oferecer o máximo de oportunidades aos atores sociais para que eles participem, inicialmente no nível local do processo político. A participação inicial tem como alvo o desenvolvimento de qualificações e habilidades necessárias à evolução, ascensão e acesso às atividades de controle e exercício da representação.

Mill advoga, também, que a participação tem o papel educativo, auxilia no acolhimento das decisões, bem como desenvolve função integrativa. Pateman, comentando o assunto diz que Mill atribui especial relevo à função integrativa da participação. E acrescenta: “Talvez o aspecto mais interessante da teoria de Mill seja uma ampliação da hipótese a respeito do efeito educativo da participação”. (PATEMAN, 1999, p. 49).

Mill enfatiza a importância do processo político, isto é, votar e ser votado no exercício da participação. O sufrágio eleitoral envolve, integra e compromete o indivíduo, favorecendo o engajamento. O processo se completa com a participação nas reuniões, assembleias, onde são efetivadas as tomadas de decisões.

Cole (1913) respalda-se em Rousseau e reafirma a importância da igualdade econômica (relativa) para a implementação da igualdade política, as quais se tornam indispensáveis à prática da democracia.

O exercício da democracia, na sua ótica, é realizado através da participação individual dos atores, o que enseja o geral, o todo, manifestado na idéia da vontade constante defendida por Rousseau.

Cole formula a teoria das associações, na qual é ressaltada a necessidade do indivíduo de atuar na sociedade, desenvolver ações, participar ativamente. Pateman, referindo-se à teoria da Associação de Cole, diz:

se o indivíduo quiser se autogovernar, então ele não só tem de ser capaz de participar da tomada de decisões em todas as associações das quais ele é membro, como as próprias associações têm de ser livres para controlar os seus próprios assuntos (...). (PATEMAN, 1992, p. 53).

Cole propaga que os homens precisam cooperar em sociedade (associações) para atender as suas necessidades, daí a importância da participação na organização e construção das leis, pois quanto maior a cooperação, maiores são as possibilidades da efetivação da liberdade e autogestão.

No trabalho de Cole fica evidenciada a importância da participação, a qual deve ser desenvolvida a partir das associações, como membro atuante. Isso implica em destacar a relevância da atuação nas reuniões, em assembléias, nas tomadas de decisões que vai da feitura das regras e normas até o desempenho do cotidiano das instituições (sociedade).

Pateman, concluindo a reflexão diz que a teoria da democracia participativa se assenta na premissa de que os indivíduos e instituições não podem viver isolados, necessitando, portanto, do máximo de participação de todas as pessoas, em todas as instâncias da sociedade. A massificação da participação é vista como instrumento de socialização, efetuada através de treinamento, preparação, qualificação.

A participação transcende o papel de catalizador do processo para atuar em nível psicológico com o fim de desenvolver, nos indivíduos, condições para internalização de princípios, adoção de procedimentos e aceitação das decisões emanadas da sociedade. A participação, portanto, tem o papel educativo de capacitar as pessoas para atuar democraticamente. Pateman afirma:

A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. (PATEMAN, 1992, p. 61).

A participação se efetiva mediante a existência da igualdade e liberdade. A igualdade econômica (relativa), defendida por Rousseau, se expressa na posse de propriedade e na política, consubstanciada nos direitos e deveres. Enquanto a Liberdade é configurada no direito de cada um ser livre e dono de si próprio.

Nesse contexto, compete à participação o papel de convencimento, do treinamento e habilitação dos indivíduos para a efetivação da sociedade democrática.

Pateman conclui o seu trabalho enfatizando o papel educativo da participação. A autora consegue reunir elementos dispersos nos discursos dos pensadores democratas e comprova, de modo enfático e pertinente, o papel educativo da participação como pilastra básica da doutrina democrática.

## **b) Participação com Enfoque na Política Social**

Dallari aborda a questão da participação voltando o tema, fundamentalmente, para o ângulo político. Ele inicia discorrendo sobre política e adota o seguinte conceito: “é a conjugação das ações dos indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fio comum” (DALLARI, 1994, p. 10). E quanto à participação, ele a define como um compromisso de vida exigido como um direito e procurada como uma necessidade.

Dallari desenvolve o discurso da participação política tendo como eixo condutor a idéia de que o homem é um animal político, portanto social, cuja existência impõe a necessidade de convivência com outras pessoas. Ao estabelecer relações com outros indivíduos passa a viver em sociedade, com direitos e deveres, que implicam em atuação, participação, individual e coletiva, eventual ou sistematicamente organizada.



A participação política é entendida como uma necessidade da natureza humana, indispensável à vida em sociedade.

Dallari destaca a necessidade da conscientização e apresenta categorias de participação, como sejam: participação formal e real. A formal é entendida como a participação que afeta aspectos secundários no processo político, enquanto que a participação real é aquela que influi, de algum modo, nas decisões políticas fundamentais. O autor em epígrafe ressalta, também, formas de participação diversas, tais como: em reuniões, movimentos, núcleos e/ou associações; exercício de função.

A participação em reuniões é apontada como importante prática de interação grupal, para apresentação de pontos de vista, elaboração de planos, ação conjunta. Do mesmo modo é destacado o exercício de função, compreendido como processo de intervenção, forma de atuação participativa, mecanismo para transformação.

O discurso de Dallari sobre participação tem o escopo político/jurídico como base referencial.

Demo (1993) aborda sobre o tema participação enfocando na política social. Não se trata de participação específica em cooperativismo, mas na sociedade como um todo, pois o foco do discurso apresentado é a participação como instrumento para reduzir as desigualdades sociais, democratizar as oportunidades e usufruto dos bens produzidos pela sociedade.

O trabalho sobre participação do professor Demo está estruturado em duas partes: a primeira enfatiza a participação na política social; a segunda apresenta, de forma sumária, traços teóricos e práticas da participação.

Demo afirma que a participação é uma forma de poder, uma das maneiras de intervir na realidade e que se traduz, também, como um processo de conquista. Ele declara que as pessoas não são habituadas a participar dos processos, ensejando omissão, acomodação.

talvez não esteja em nossos hábitos participar. É mais prático receber as coisas dos outros, mesmo porque é um projeto milenar viver às custas dos outros. (DEMO, 1993, p. 25).

Na primeira parte do livro, Demo destaca os objetivos da participação, como sejam: autopromoção, realização da cidadania, implementação de regras democráticas do jogo, negociação, controle de burocracia, cultura democrática e controle de poder. Em relação ao controle do poder, ele mostra como o mesmo se instala e os riscos da perpetuação. Pessoas ou grupos, ao assumirem o poder, reproduzem mecanismos que asseguram a concentração e continuidade em cargos e posições estratégicas que garantem o domínio e direção.

olhando de cima para baixo o poder tende historicamente a concentrar-se e perpetuar-se. Desenvolve todos os expedientes no sentido de tornar-se legítimo, ou seja, aceito como poder necessário e adequado, (...). Em seguida diz: (...) A situação ideal de poder, olhada de cima para baixo é aquela em que o grupo dominante é considerado legítimo e merecido, não cabendo suspeita de usurpação ou outorga. Aí reina-se a vontade (...). A perpetuação no poder pode ser vista como mérito da competência, que em outro lugar não existiria (...). (DEMO, 1993, p. 74).

Assim, Demo mostra como prática indesejável o domínio e a perpetuação de grupos na direção da sociedade, pois o poder tem a esperteza de encobrir a incompetência, facilitar desmandos e provocar a desmobilização.

Na segunda parte do livro é relatada, de forma sintética, a teoria e prática da participação, no item que Demo intitulou como características participativas das comunidades, isto é, como modelo ideal de participação dos indivíduos.

No modelo ele mostra a necessidade de quem está no poder, por delegação, de prestar contas e evidenciar transparência. Enfatiza a importância da participação de todos os membros, votando e sendo votado, atuando operativamente, realizando rodízios em exercícios de funções, de modo evitar a perpetuação. Demo afirma:

- d) voto ativo e passivo geral, de tal sorte que todos podem ser indicados ao poder, bem como todos participam no processo de indicação: no caso mais radical, todos em rodízio, são designados pela base para ocupar o comando, mesmo que alguém não seja propriamente um líder ou entenda de administração e gestão;
- e) estabelecimento de regras comuns no jogo quanto ao exercício do poder, que somente podem ser mudadas em assembléia geral ou por votação geral; entre elas: rodízio no poder, possibilidade de depor (...), etc. (DEMO, 1993, p. 87).

Demo destaca o papel da assembléia e reuniões como espaço para exercício da participação, constituindo-se em instrumento importante na implementação de atividades de natureza democrática. Coloca em relevo a questão eleitoral, o voto, sublinhando o quanto é significativo não só para efetuar o rodízio do poder entre os integrantes mas, também, para a prática da democracia, com reflexos diretos na integração do indivíduo à sua instituição.

Bordenave (1995) disserta sobre o tema em pauta, externando no seu trabalho um estudo específico sobre os diversos ângulos da participação, também com enfoque na política social.

O autor inicia mostrando que a participação é um aspecto inerente ao ser humano, uma necessidade de natureza psicológica, social e econômica. Daí ele diz que a participação tem duas bases complementares: a afetiva e a instrumental. Na afetiva a participação é motivada pelo sentimento, emoção e correlatos; na instrumental o vetor norteador é a utilidade e o interesse.

Bordenave, tomando como referência a inserção dos indivíduos na sociedade, estratifica a participação em duas principais categorias: macro e microparticipação. A macroparticipação está relacionada às ações desenvolvidas pelos agentes sociais, visando interferir no conjunto geral da sociedade, enquanto a microparticipação é desenvolvida em nível de associações locais e está relacionada aos aspectos periféricos do contexto social. Ele destaca, também, as maneiras de participar, apontando: a)

participação de fato; b) participação espontânea; c) participação imposta; d) participação voluntária; e) participação concedida.

Bordenave externaliza os graus e níveis de participação. Apresenta um esquema contendo sete graus, que tem como ponto zero, o menor grau, o da informação, e no outro extremo, o mais elevado da participação, representado pela autogestão. Os estágios intermediários entre os dois pólos extremos representam controle das decisões pelos membros, de acordo com a intensidade de ação dos associados.

Quanto aos níveis, Bordenave mostra esquema de estratificação da participação, definindo com base na importância, na qual ele aponta seis categorias a saber:

- Nível 1 - Formulação da doutrina e da política da instituição.
- Nível 2 – Determinação dos objetivos e estabelecimentos de estratégias.
- Nível 3 - Elaboração de Planos, programas e projetos.
- Nível 4 - Alocação de recursos e administração de operações.
- Nível 5 - Execução de ações
- Nível 6 - Avaliação de resultados.(BORDENAVE, 1995, p. 34).

No esquema acima, quanto menor é o nível, mais alto é a participação do público, dos associados, e menor é o poder da direção. Quanto maior o nível menor é a participação dos associados e mais elevado é o poder da direção.

Bordenave destaca as ferramentas operativas da participação, distinguindo a participação simbólica e a real. Na simbólica, a influência dos membros (associados) é mínima, irrisória; é meramente formal. Já na participação real, o integrante, (o associado), influencia decisivamente na vida da instituição. Entre as ferramentas operativas se destacam: o conhecimento da realidade, a organização, a comunicação, a educação para participação e escolha dos instrumentos.

Em relação à ferramenta operativa da comunicação, o autor sublinha dois processos: a informação e o diálogo. E diz que a “participação democrática se baseia em canais institucionais”, destacando: 1º) o de

informação; 2º) canais de consulta permanente; 3º) canais de reivindicação e protesto. (BORDENAVE, 1993, p. 68). Assim, se pronunciam os três elos da comunicação: a informação, a consulta e a escuta.

Na ferramenta Educação para a Participação, Bordenave expõe a importância do aprendizado, do treinamento, da apropriação do conhecimento para elevação da qualidade da participação. Diz, também, que a qualidade é incrementada quando os indivíduos aprendem a organizar e coordenar reuniões, encontros, assembléias e correlatos. A participação exerce uma função educativa importante e só exercitando é que se aprende a participar. Bordenave afirma:

A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando. (BORDENAVE, 1995, p. 74).

Bordenave conclui o seu trabalho apresentando 10 princípios da participação, os quais funcionam como as pilastras de sustentação desse importante instrumento para o exercício da democracia e da vida em sociedade.

### **c) Participação com Enfoque no Cooperativismo – Dimensão Empírica**

Rech (2000) discorre sobre a participação voltada para cooperativa sem, contudo, apresentar capítulo ou seção específica para o assunto. As suas idéias sobre participação estão sumarizadas em seu livro, em diversos itens, tais como: Aprender a ser Dono, Estrutura de Poder e outros. Nessas seções, ao lado de outras questões, a Participação é sublinhada como aspecto relevante na prática do cooperativista.

O autor, em pauta, chama a atenção para a participação e destaca que é fundamental que o associado se conscientize do papel que exerce, pois ele é dono do negócio, é o proprietário do empreendimento. O poder, a decisão repousa nas mãos dos donos, daí a necessidade da ação e desenvolvimento. Ele propaga que a omissão é nociva, porque leva a destruição. Cita:

Na cooperativa não há espaço para aqueles (...) que ficam esperando para ver o que os dirigentes ou os outros, decidem. (...) Ou apenas para criticar. E acrescenta (...) É necessário se envolver, apostar, intervir, para que a cooperativa siga adiante. (RECH, 2000, p. 99).

Rech declara a necessidade das cooperativas criarem instâncias que permitam a participação permanente do seu quadro societário, para promover debates, reuniões, encontros e outras formas que aproximem e integrem os indivíduos entre si e desenvolva o espírito da cooperação. (RECH, 2000, p. 95 a 96).

Entre as instâncias para participação permanente Rech recomenda a implantação de sistema de informações e Núcleos, o sistema de informações tem a finalidade de manter os associados cientes do que acontece na cooperativa, favorecendo as tomadas de decisões nas assembléias. O Núcleo é entendido como base de encaminhamento de propostas e idéias dos associados. Ele cita também, a título de sugestão, a formação de conselhos consultivos, “formados pelos representantes dos Núcleos de base da cooperativa, e mais outros integrantes” (RECH, 2000, p. 124).

A presença em reuniões também é destacada por Rech, como aspecto que espelha participação, cujo espaço se viabiliza, sugestões, críticas e intervenções dos sócios; oportunidade que os associados debatam os seus pontos de vista, encaminham propostas, discutem a prática da cooperação. A reunião ao lado da eleição, completa o processo da participação.

Rech diz que a cooperativa, na condição de associação, necessita de participação igualitária dos seus integrantes, daí ele recomenda alguns mecanismos para serem executados, como sejam:

1. evitar acúmulo individual de quotas partes (...);
2. evitar controle político/econômico por parte dos grupos (...);
3. promover uma saudável rotatividade na direção (...) e promover a transparência na gestão e nas contas da cooperativa;

4. desenvolver programas de educação cooperativista para que todos os associados dominem o espírito da iniciativa e possam participar plenamente. (RECH, 2000, p. 103).

Rech enfatiza a rotatividade no exercício dos cargos de direção como fator positivo, aspecto que é mencionado por outros cientistas sociais como relevante para integração e participação dos associados. Ao tempo, o autor, em epígrafe, menciona a necessidade da integração da mulher e do jovem, cuja participação é importante para a vida futura da cooperativa.

Mélo (1998) aborda a questão da participação, embora apresentando-a de forma dispersa, pois o enfoque principal do seu trabalho é a educação cooperativista. No contexto geral, o autor centraliza a discussão no âmbito dos aspectos comportamentais, tendo como base referencial a assertiva de que a falta de participação nas cooperativas brasileiras resulta do acentuado individualismo.

O trabalho de Mélo está estruturado em três capítulos. O primeiro situa a questão teoricamente, dimensiona o problema e define as hipóteses. Na revisão de literatura, o autor destaca a educação cooperativista, no qual sublinha a necessidade do cooperado atuar como proprietário e usuário do negócio, integrando e participando da sua cooperativa, e afirma:

uma cooperativa surge como uma entidade meio, cujo objetivo é o de prestar serviços aos seus membros que são, ao mesmo tempo, donos e usuários do empreendimento. Para isso os cooperados devem se integrar em sua vida societária e empresarial, participando das reuniões informais, assembléias, conselhos, diretorias e, principalmente dos negócios, objeto da sociedade.(MÉLO, 1998, p. 37) grifo do autor deste trabalho.

Na reflexão sobre o problema Mélo enfatiza que a ausência da educação cooperativista favorece o individualismo e cita:

a) prevalece um acentuado individualismo dos associados, em detrimento de um trabalho coletivo, ocasionando um envolvimento parcial do quadro social e um marcante afastamento das cooperativas quando estas passam por dificuldades econômicas e financeiras, contribuindo para o agravamento da situação. (MÉLO, 1998, p. 53).

Ao estabelecer as hipóteses para guiar a realização da parte empírica, Mélo proclama que o reduzido nível de participação dos sócios é decorrente do individualismo, o que motiva o aparecimento de problemas na cooperativa, conforme declarou:

a) os problemas das cooperativas são agravados pelo individualismo, ocasionando uma menor participação dos cooperados e relativo afastamento das cooperativas, (quando o sistema econômico entra em crise mais acentuada). (MÉLO, 1998, p. 54).

O segundo capítulo do seu trabalho compreende a descrição empírica da investigação, a qual foi realizada junto a uma cooperativa de produtores rurais, na região cacauera do sul da Bahia. A pesquisa buscou saber como se desenvolve o nível de participação dos associados e de que forma esses níveis se articulam com a educação Cooperativista. Mélo diz:

para testar a hipótese realizamos pesquisas (...) procurando verificar se o comportamento (cem por cento participativo, pouco participativo e nada participativo) desses associados da cooperativa, condiz com o seu grau de educação (...). (MÉLO, 1998, p. 55)

O autor constata um comportamento pouco participativo do quadro de cooperados e declara:

É possível que o comportamento pouco participativo dos associados se deva ao pouco conhecimento que têm da cooperativa (Quadro 4). E acrescenta, adiante:  
Essa pouca participação, demonstrada no Quadro 6, de certa forma, comprova que a maioria dos associados não tem consciência do papel que deve ter na cooperativa como dono e usuário do empreendimento. (MÉLO, 1998, p. 72)

Contudo, Mélo não categoriza conceitualmente o termo participação, bem como não define o que ele chamou comportamento pouco participativo<sup>19</sup>. A ausência de conceituação cria uma certa dubiedade no

---

<sup>19</sup> Qual o referencial de grandeza para a pouca participação. E como enquadrar níveis de grandeza acima de 50%? São questões que deixam dúvidas no trabalho.



entendimento, revelado em alguns momentos. Observa-se que em determinado instante a participação se circunscreve na órbita da utilização dos serviços da cooperativa, conforme evidencia a Tabela 6, na página 72 do seu trabalho. Em outra oportunidade a participação está alinhada à administração e ao contentamento dos associados, conforme fica evidenciada na declaração a seguir:

Acreditamos que a relativa participação dos associados está existindo, porque a cooperativa está administrada a contento e os dirigentes são bem aceitos. (MÉLO, 1998, p. 94) grifo do autor deste trabalho.

Apesar das dúvidas mencionadas, registra-se a relevante contribuição do trabalho de Mélo, a qual está realçada no capítulo III, onde ele apresenta uma proposta de educação cooperativista. A proposta tem como objetivo subjacente propiciar condições, mediante informações, conhecimentos, educação, para que o cooperado participe efetivamente da sua cooperativa. O plano é resultado, principalmente, da sua experiência, vivência empírica, intuição, obtidas na militância<sup>20</sup> cooperativista. Daí que, é nessa seção que centraliza as principais proposições sobre a participação apresentadas, conforme a seguir.

A proposta apresentada contempla diversos aspectos da participação e inicia enfocando a partir do processo de planificação do trabalho, conforme declaração:

o planejamento passa a ser participativo e não exclusivo dos dirigentes que, muitas vezes, assim o fazem, porque não contam com a participação dos cooperados. (MÉLO, 1998, p. 88).

Ainda no que se refere à planificação, o autor em destaque defende a necessidade de se levantar as dificuldades, elaborar cronogramas de ação, promover cursos, palestras, reuniões e correlatos, como mecanismo de incentivar a educação e promover a participação.

---

<sup>20</sup> Militância – Mélo atua no cooperativismo por mais de 20 anos e já exerceu diversos cargos, como sejam: Presidente, Coordenador, Consultor, Conselheiro, Professor, etc.

Mélo propaga a necessidade de instalação de um setor ou unidade para desenvolver o trabalho educativo e de comunicação. Recomenda a criação de Boletim Informativo e outros mecanismos para manter o associado informado do que acontece na cooperativa.

Ele defende a criação de Núcleos de cooperados, organizados em torno de uma área de ação da cooperativa, a exemplo do que postula Rech. E fala da necessidade de conselhos de Representantes ou comitê central.

Mélo ressalta, também, a necessidade de recursos financeiros para o desenvolvimento do programa educativo, e salienta que o FATES é a fonte que deve suprir os meios necessários à implementação desse trabalho.

As idéias contidas no plano educativo esboçado por Mélo estão parcialmente identificadas com as proposições defendidas por Rech. A convergência de pensamento se efetiva basicamente nos seguintes pontos: na importância da participação nas reuniões; participação nos eventos para educação cooperativista; implantação de boletim e mecanismos para informação e atualização dos sócios; instalação de Núcleo de cooperados e/ou conselho de representantes e comitê; utilização do FATES como fonte muniadora dos recursos.

Assim, as idéias dos cooperativistas citados (Rech e Mélo) referenciam a dimensão empírica da participação nesta pesquisa, propiciando elementos para a composição dos indicadores, bem como favorecendo informações para análise sobre participação cooperativista.

Conclui-se, aqui, a revisão de literatura, na qual foram expostas as idéias de diversos pensadores que produzem conhecimento no campo da participação. As reflexões apresentadas servirão de base para a formação dos indicadores, os quais estão apresentados na seção 3.4.1, Procedimentos para Avaliação da Cooperativa.

## 2.2 ESCOLA

Concluída a discussão sobre a cooperativa, na qual ficaram demonstrados os fundamentos, a doutrina e sobretudo os fatores que modelam o seu desempenho, o problema a seguir é identificar elementos que integram a estrutura escolar. O desafio é reconhecer os componentes que traçam os contornos que definem a imagem da Escola, na ambiência interna. Implica, portanto, em saber a infra-estrutura, quem ensina e como funciona, para, extrair os elementos que possibilitem a construção de um Modelo de Avaliação da Cooperativa-Escola.

Assim, a presente seção se inicia com uma revisão de literatura, buscando focar o conceito de escola e, na seqüência são colocados em destaque os seguintes aspectos: Ambiência Física Escolar, Corpo Docente e Operacionalidade da Escola.

### 2.2.1 Revisão de Literatura

O conceito de escola varia de acordo com a visão de mundo do analista. Se ele for filiado à corrente crítica, provavelmente vai postular que a escola é determinada pelo modo de produção vigente na sociedade, no caso atual, o capitalismo, e a sua principal função é disseminar e inculcar os valores da classe dominante, contribuindo para a reprodução social, e fazendo com que os filhos herdem a posição social do pai na hierarquia da sociedade (ALTHUSSER, 1985 e SAVIANI, 1995).

Se o indivíduo for alinhado ao pensamento clássico, identificado como pertencente a linha conservadora, certamente, vai advogar que a escola é uma instituição autônoma, nas suas relações com a estrutura social. Ele vai defender, também, que a principal função da escola é contribuir para ascensão do indivíduo, funcionando como mecanismo potencializador da justiça social. Nessa ótica, a Escola é o mecanismo que

pode corrigir as distorções, favorecendo o crescimento e possibilitando o desenvolvimento de talentos que contribuem para expansão da sociedade como o todo. (CUNHA, 1983 e SAVIANI, 1995).

Dessas posições antagônicas, surge uma outra corrente a qual identifica a escola como instituição que mantém relações com a sociedade, recebendo influência e ao tempo influenciando. Nessa posição, a escola, ao tempo que desenvolve o seu papel reprodutor, dialeticamente atua como agente de transformação, favorecendo ascensão e potencializando as mudanças sociais.

Contudo, independente da visão de mundo, existe um certo consenso sobre a atuação da escola. Esse consenso se efetiva na crença de que ela é o principal mecanismo de preparação dos agentes operadores e dirigentes da sociedade moderna. A escola é vista como a instituição capaz de formar os quadros que compatibilizam adequadamente os fatores de produção para se obter os bens e serviços demandados pela sociedade. Ela é o instrumento que promove os avanços no campo da ciência e tecnologia, contribuindo para aumentar o acervo de conhecimentos historicamente acumulados pela sociedade. Essa crença é partilhada por diversas correntes de pensamento, as quais defendem a idéia de que a escola, além de efetuar a transmissão de conteúdos, trata de aspectos comportamentais de natureza não cognitivos que ensejam a ampla formação do indivíduo.

Assim, entendendo a escola como a principal instituição responsável não só pela produção e transmissão do conhecimento, como também, pela formação do indivíduo dentro de perspectivas amplas (filosófica, cultural e psicológica), as perguntas que surgem são: como deve está estruturada a ambiência escolar para ela realizar a sua missão? Quais os aportes que devem compor a Escola para que seja cumprido o seu papel? Qual a infra-estrutura desejada e necessária para que a escola materialize as suas proposições e objetivos?

Estudos desenvolvidos no campo da pedagogia vêm enfatizando, reiteradamente, que a ambiência escolar, bem como os seus equipamentos,

influem de forma substancial no processo de formação dos alunos. A influência da ambiência é destacada como de relevada importância para que a escola cumpra os seus objetivos e tenha sucesso. Esse sentimento é manifestado por diversos estudiosos, tais como Turner, Castro, Martins, Athayde, Reeder, Bello e Luzuriaga.

Turner ressalta a importância da ambiência escolar no sentido de favorecer a formação do aluno, afirmando que “a vida sadia dentro de uma escola exige: a) solubilidade do meio ambiente; b) medidas de segurança; c) um modo de vida saudável; d) relações humanas harmoniosas”. (TURNER apud, CASTRO e outros, 1980, p. 15)

Castro e outros apoiam-se em McLuhan como também nas idéias de Turner e proclamam a importância da infra-estrutura material e humana da ambiência para que a escola venha alcançar sucesso. Citam que as contribuições da infra-estrutura são valiosas e a ausência, indubitavelmente, é um obstáculo ao bom êxito do processo educativo, e acrescentam:

De fato não há evidência de que escolas luxuosas, dotadas de recursos altamente sofisticados ofereçam ensino necessariamente melhor que escolas mais simples. Contudo, condições elementares de limpeza, conservação, mobiliário equipamentos e instalações de infra-estrutura básica, cujo montante representa uma fração reduzida dos gastos totais podem constituir elementos facilitadores ou obstaculizadores da tarefa educativa. Precárias condições no tocante a estes recursos podem ser, inclusive, fatores ocasionadores da evasão escolar, na medida em que venham a se constituir em causas de repulsão que alienam o aluno. (CASTRO e outros, 1980, p. 16).

Assim, Castro e outros reafirmam a relevância da infra-estrutura e do aporte de equipamentos para a escola poder desenvolver a sua ação potencializadora na formação do homem e, por conseguinte, no cumprimento da sua finalidade de agente produtora e disseminadora de conhecimentos.

Martins (1991) parte do pressuposto que a escola tem, além da função de transmitir a herança social e produzir novos conhecimentos, o papel de promover o desenvolvimento global da personalidade do educando,

e para que isso ocorra de modo eficiente, é importante que no trabalho da escola sejam, levado em conta, os seguintes aspectos: econômico, físico, social e étnico.

Martins apóia-se em Athayde (1975), o qual defende que o homem, para desenvolver-se rumo à maturidade, deve receber uma educação tanto em termos de conhecimento como em termos formativos e informativos, suscitando a necessidade da escola dispor de estrutura para realizar uma dinâmica que propicie o cumprimento dos seus objetivos. (MARTINS, 1991, p. 120).

Nessa linha, Martins aprofunda a discussão destacando a necessidade da escola possuir: a) infra-estrutura material, com prédios, instalações e mobiliário; b) clientela escolar; c) uma dinâmica na qual se inclui estrutura funcional, recursos humanos, currículo e atividade dos docentes. Em relação à clientela escolar, ele enfoca a necessidade de se conhecer o perfil, levando em conta: nível sócio-econômico, rendimento escolar, hábitos de estudo, entre outros aspectos.

Bello (1998) parte da premissa que a eficiência da escola se efetiva com a existência de recursos financeiros, materiais e humanos. Ele se fundamenta em Reeder (1967), o qual afirma que a disponibilidade de recursos financeiros é imprescindível para a escola desenvolver as suas potencialidades, e que os recursos financeiros determinam os aspectos a seguir: tamanho de classe, condições materiais da escola, material didático e os recursos humanos.

Em relação à estrutura da Escola, Bello tece considerações sobre localização, característica do edifício escolar, material didático, além de aspectos como: higiene, segurança, estética e outros, reafirmando a importância desses elementos para a escola cumprir os seus objetivos.

À luz das idéias expostas pelos estudiosos da educação, manifestadas nos discursos e comentários apresentados, conclui-se que a ambiência escolar, incluindo infra-estrutura e recursos humanos, são elementos importantes para que a escola realize a sua missão social. A

presença desses recursos é fundamental para a escola desenvolver a sua tarefa básica de ensinar, formar e socializar o homem.

Nesse sentido, pesquisar o desempenho de Cooperativa-Escola impõe-se como necessidade examinar e conhecer a infra-estrutura, a sua ambiência física, de modo obter informações que permitam aferir aspectos da funcionalidade.

Assim, cabe indagar quais os aportes existentes na ambiência das Cooperativas Escolas do Estado da Bahia? Como se apresenta a ambiência física? Quem é o corpo docente? Como se processa a operacionalização. A seguir comentários sobre esses aspectos.

### **2.2.2 Ambiência Física Escolar**

A ambiência física escolar é geralmente considerada a infra-estrutura básica, a qual assegura o funcionamento da escola. E possibilita as condições de operacionalidade, conforto e bem estar e é analisada e discutida por diversos estudiosos entre os quais se destacam: Bello, Martins, Castro e outros.

Bello (1998) enfoca a ambiência escolar a partir da construção do edifício, destacando os aspectos que devem nortear a concepção do prédio. Ele se fundamenta nas recomendações de uma instituição norte-americana, intitulada Comissão de Construção Escolar da Associação Nacional de Educação, a qual elenca itens que devem ser observados na edificação de um estabelecimento escolar, como sejam: adequabilidade às necessidades educacionais, segurança, higiene, conveniência, capacidade de expansão, flexibilidade, estética, economia (tamanho do prédio).

Bello (1998) tece considerações, também, sobre o mobiliário escolar e material didático, destacando a importância desses instrumentos na atividade educacional.

Martins (1991) aborda a questão da ambiência com a denominação Organização Física e Material da Escola. Ele enfoca quatro aspectos básicos como componentes da Ambiência: 1) O edifício escolar; 2) espaço de lazer e recreação; 3) mobiliário e material didático; 4) organização do pessoal - o educador, pessoal de apoio operacional, orientador, supervisor, bibliotecário e o diretor.

No edifício escolar é levado em consideração tamanho, espaço disponível por aluno, ventilação, iluminação, instalações sanitárias, piso, pintura, salas para laboratórios e professores etc. E é destacada a relevância de espaço para lazer.

Castro e outros (1980) desenvolveram pesquisas sobre a ambiência escolar através do projeto ECIEL, nos países da América Latina, inclusive o Brasil. Na pesquisa, a Ambiência Escolar é transfigurada na infraestrutura e é constituída de itens que se consubstanciam em variáveis, conforme a seguir: a) tamanho e operação das escolas; b) material de construção; c) estado de manutenção e condições de limpeza da escola; d) material existente nas escolas (didático e outros); e) existência de laboratórios e oficinas; f) instalações e comodidades complementares; g) intensidade de uso do equipamento escolar.

Na investigação, a variável instalações e comodidades complementares abrangem: a infraestrutura básica, fossas, sanitários e outros; instalações de alimentação e saúde, como sejam, gabinetes médico e dentário, cozinha, refeitório e correlatos.

#### **2.2.2.1- Fatores que Externalizam a Ambiência Escolar**

Reconhecidas algumas idéias sobre os componentes da Ambiência Escolar, vale saber quais os indicadores capazes de externar o desempenho das Cooperativas-Escolas. Contemplando as proposições e recomendações apresentadas na revisão da literatura e levando em conta



aspectos operacionais no processo avaliatório, deliberou-se considerar a ambiência física escolar com o sentido de infra-estrutura básica, e arbitrou-se que a mesma será manifestada através do comportamento dos seguintes indicadores: o prédio tamanho e operação da escola; instalações de comodidade; atividades extra-classe; biblioteca; laboratórios; material didático, material de apoio e conforto; estado de manutenção e condições de limpeza.

### **a) O Prédio – Tamanho e Operação da Escola**

Conforme Martins (1991, p. 138), os seguidores da pedagogia tradicional defendiam a idéia da relação existente entre uma boa escola e um prédio bonito, imponente. Daí porque as edificações escolares das primeiras décadas do século XX serem verdadeiros palacetes.

Superada a crença da relação da santuosidade do edifício com a eficiência do trabalho escolar, o que é posta em destaque é a questão da adequabilidade do prédio: são as suas condições e compartimentos, a luminosidade, ventilação e espaço. Isso porque já está demonstrado que esses elementos se constituem em variáveis que facilitam a aprendizagem, de modo que um prédio escolar, dotado de condições adequadas poderá, mais facilmente, possibilitar o cumprimento da missão educacional.

Quanto ao prédio escolar, a preocupação sobre o tamanho se efetiva devido as repercussões de custo, em termos de números de alunos por sala, quantidade de turmas e cursos oferecidos.

No que se refere à sala de aula, a temática se desloca para saber a capacidade de acomodar o aluno, levando em conta o índice técnico (MEC), o qual determina que seja disponibilizado por discente espaço equivalente a um metro quadrado de superfície e quatro metros cúbicos de área. Nessa mesma linha, destaca-se a questão da luminosidade a qual deve assegurar claridade de modo adequado, devendo, entretanto, evitar a incidência direta dos raios solares, para não causar problemas de calor,

como também existência de efeitos negativos que poderão afetar a saúde dos alunos (vista, pele e correlatos).

Assim, com relação à iluminação, a recomendação é que as escolas que atuam no turno da noite devem utilizar luz fria, com suas lâmpadas colocadas em posições estratégicas, nos compartimentos, para que garanta uniformidade na distribuição da luminosidade.

No que tange à ventilação, o estabelecimento escolar deve ser concebido e edificado de modo a possibilitar ventilação natural, em todas as suas salas e em caso de impedimento, que sejam colocados aparelhos, substitutos com o objetivo de proporcionar conforto aos alunos.

O prédio que se destina a acomodar um estabelecimento escolar deve ser dotado de compartimentos e dependências que sejam capazes de viabilizar o funcionamento de: sala de aula, biblioteca, salas para professores, laboratórios, atividades administrativas e operacionais; cantina, almoxarifado, além de instalações sanitárias e áreas para comodidades de lazer e recreação.

Conforme Luzuriaga (1970), o edifício escolar deve ser concebido de modo a garantir a sua finalidade funcional, ficar situado em local de fácil acesso, em área arejada e possuir as instalações, desde as higiênicas até as pedagógicas. E diz,

Que a escola e as salas de aula tenham os caracteres mais semelhante possíveis aos de uma casa bem cuidada e que de certo modo, possam servir de estímulo à melhora do lar dos alunos. (LUZURIAGA, 1970, p. 290).

Conclui-se que o edifício escolar tem a sua capacidade de acomodação de alunos definida pela quantidade de salas de aula e área construída; e que a sua manutenção e limpeza (pintura e aparência) são importantes para a ambiência e que também servem para projetar a escola.

## **b) Instalações de Comodidade e Atividades Extra- Classe**

As instalações de comodidades são aqui compreendidas como espaço de lazer, recreação e cultura. Elas abrangem salas de jogos, quadras, campos de futebol, anfiteatro, auditório, pátio de recreação, piscina, pomar, jardins e correlatos. Também, incluem-se nessa categoria cantina, restaurante, e os equipamentos de saúde (enfermaria para pronto atendimento, gabinete médico e odontológico).

As instalações mencionadas, quando existentes e em operosidade, conferem aos alunos e professores condições de bem estar e conforto, propiciando a formação de ambiente que favorece o desenvolvimento das potencialidades dos educandos nos variados ramos e atividades, contribuindo de modo efetivo para que a escola realize a sua missão social.

Quanto às atividades extra - classe, aqui elas serão manifestadas através da presença de banda escolar, coral, equipe esportiva, participando ativamente de competições, clubes literários, associações, e, similares.

As atividades extra - classe sinalizam a dinâmica de ambiência escolar e contribuem para formar um clima que, inclusive, ajuda a tornar os ambientes de comodidades mais ativos, dinâmicos. Elas favorecem condições para que os alunos estabeleçam relações íntimas com o colégio e com a ambiência. Possibilita a geração de líderes, atletas; cria empatia, promove o nome do colégio na comunidade. Enfim, a realização de bons trabalhos extra - classe pode ajudar a elevar o status do colégio na comunidade.

Assim, o desejável é que todos os colégios tivessem condições de desenvolver um programa consistente de atividades extra - classe, como também possuíssem as instalações de comodidade, exemplificadas nos equipamentos mencionados. Todavia, custos de implantação e manutenção implicam em quantias que elevam consideravelmente o valor total da mensalidade escolar. Especialmente em colégios, cujo número de aluno não ultrapassa a 300, o valor da mobilização do capital e manutenção dos equipamentos, na maioria das vezes, tende a superar as condições financeiras dos sócios das cooperativas.

Contudo, a falta de certos equipamentos pela escassez de capital não justifica a adoção de inércia, descaso, pois algumas atividades de recreação ou de caráter cultural podem ser realizadas em locais fora do colégio, mediante terceirização, aluguel, convênio ou similar, como é o caso das práticas de educação física que algumas escolas realizam em clubes da cidade ou aulas de dança e lutas marciais que são praticadas em academias externas ao colégio.

Da mesma forma existem outras atividades que podem ser executadas no próprio colégio, mediante adaptação do local, tais como: encenação de peças artísticas, shows, concursos e correlatos.

### **c) Existência de Biblioteca e Laboratórios**

A biblioteca é um dos equipamentos que compõem a ambiência física escolar. Ela se constitui como um dos instrumentos mais importantes, em face da sua contribuição para o processo de ensino aprendizagem, pois é através da biblioteca que os docentes poderão iniciar os alunos nas atividades de investigação, exercitando a busca, a descoberta, e até o aprender a aprender. No lidar com os livros, no exercício da procura, a biblioteca assume a posição de sala de aula complementar, onde a presença dos trabalhos técnicos - científicos, podem completar o aprendizado.

Embora o espaço físico ocupado e os móveis e materiais sejam relevantes, o que configura a importância da biblioteca é a disponibilidade de seu acervo, traduzido na quantidade e qualidade. O que confere prestígio à biblioteca é a existência de livros, revistas, informativos bem como fitas, “shows room” e correlatos. A relevância é determinada pela sua capacidade de integração ao mundo, de modo assegurar uma permanente atualização.

Além da dimensão do acervo um outro aspecto importante é a operacionalidade da biblioteca. É a funcionalidade manifestada na frequência de professores e alunos, na utilização do material, quer através de empréstimos, quer em consulta no local, pois, afinal do que adianta uma

biblioteca com acervo extraordinário, se não for utilizada pelos alunos? Que serventia tem uma biblioteca para a comunidade escolar se é vetado ao aluno o direito de usar, freqüentar? Ela, fechada, constitui-se, em apenas, depósito de livros e, como tal, a sua função é de anexo auxiliar de almoxarifado.

Desse modo, para que a biblioteca cumpra a sua função, é importante que ela seja disponibilizada ao alunado, não apenas no horário escolar do curso do aluno, mas também, em outros horários, bem como, seja garantido mecanismo de atualização.

No caso específico da Escola-Cooperativa, espera-se que o Fundo FATES possa contribuir para a atualização permanente da biblioteca.

Em termos de espaço físico, a biblioteca escolar voltada especificamente para o fundamental e ensino médio, conforme Zóballi (1999), deve ter, no mínimo, dois compartimentos ou salas, sendo uma destinada para leitura e consultas e a outra para guardar o acervo (livros, revistas, fitas e correlatos). A sala de leitura deve possuir mesas e cadeiras para acomodar os alunos nas consultas e trabalhos, e a do acervo dispor de prateleiras para colocar o material. O local da biblioteca deve ser arejado, bem iluminado e silencioso.

E, conforme Zóballi, a biblioteca tem, entre outros, os seguintes objetivos:

Ser um campo de exploração e enriquecimento pessoal e cultural para os seus usuários; e favorecer a formação de bons hábitos, quer seja de leitura propriamente dita de análise, pesquisa ou apreciação do que quer que esteja contido no livro. (ZÓBALLI, 1999, p. 115)

Quanto à existência de laboratórios a sua presença como componente da Ambiente Física- Escolar é relevante nas escolas de ensino médio e de ensino superior. Nos estabelecimentos de ensino fundamental a presença desse componente é relativizada, isso porque a maioria dos estudos que pesquisaram a relação entre a existência de laboratório e o rendimento escolar concluíram que a influência é pouco significativa (CASTRO e outros, 1980).

Contudo, nesta pesquisa, buscar-se-á identificar e considerar, como laboratório, unidades que realizem atividades típicas de estudo, práticas, pesquisa e manipulação em: química, física, matemática, informática, línguas e correlatos, bem como, núcleos de estudos ou salas específicas, contendo acervo de uma área de conhecimento, a exemplo de geografia, história, biologia e correlatas.

#### **d) Material Existente / Equipamento**

O material existente, nesta pesquisa, está representado pelos equipamentos didáticos e equipamentos de apoio e conforto.

Os equipamentos didáticos compreendem: quadro ou equivalente, quadro mural, mimeógrafo, retroprojeter, tela, projetor de slide, projetor de diafilmes, episcópio, gravador, televisor, computador, vídeo cassete, mapas, atlas, data-show e correlatos.

Quanto aos equipamentos de apoio, esta pesquisa abstrai a presença óbvia de certos materiais como: carteira escolar, arquivos, escrivatinhas e similares, e estabelece como indicadores os seguintes: ventiladores, aparelhos de ar refrigerado nas salas de aula (exclusivamente); bebedouros com água disponível permanentemente; geladeira na sala dos professores; mesa com cadeiras em sala específica destinada exclusivamente para os professores.

Foi destacada, na literatura pertinente, a importância dos equipamentos didáticos e os materiais de apoio para que a escola realize adequadamente o seu trabalho educativo. Demo, refletindo sobre os recursos eletrônicos disponíveis à educação, sublinha a importância do professor e diz que parece claro que este tipo de apoio pode ser de extraordinária eficácia. (DEMO, 1996b, p. 111).

#### **e) Estado de Manutenção e Condições de Limpeza**

O estado de manutenção consiste em identificar as condições das instalações do prédio. Implica em reconhecer a situação do piso, cuja

recomendação técnica é que deve ser preferencialmente de cerâmica; pintura, a funcionalidade da rede elétrica e hidráulica, sanitários e aparência em geral do edifício. O reconhecimento desses aspectos permite identificar as condições de conservação do prédio, isso porque estudos já demonstraram a importância que se tem a existência de um ambiente salubre, higiênico, com bom aspecto de conservação para a interação e o desenvolvimento do trabalho educacional.

Quanto às condições de limpeza, aqui, implica na verificação da presença de resíduos, poeira, sujeira de modo geral, em: materiais e equipamentos, como também, nos pisos, paredes, portas das salas, sanitários e área de lazer. A presença acentuada de riscos, escritos, impropérios, descaracterizam o local, projetam uma imagem negativa, de descuido. A condição de limpeza se traduz como requisito. Isso porque levando em conta o tempo que o aluno permanece na escola, a sua presença em ambiente descuidado, acaba influenciando e passando, subjetivamente, um valor negativo.

Por outro lado, a limpeza e conservação se justificam pelo fato de que o aluno visa encontrar, na escola, condições de conforto, no mínimo, igual ao que vive em sua casa e, apesar do subjetivismo do conceito de limpeza “as pessoas estão sempre menos dispostas a aceitá-las em local público, do que em sua própria casa”, pois existe uma tendência dos indivíduos a rejeitarem as sujeiras dos outros (Castro e outros, 1980).

### **2.2.3 Corpo Docente**

O corpo docente se constitui em um dos principais vetores que influencia o desempenho da Escola. Daí a importância de se inserir essa questão na Avaliação de Desempenho da Escola.

Assim, a seção em epígrafe tematiza o trabalho docente, refletindo o papel e as limitações na visão de diversos estudiosos, e conclui

apresentando elementos que permitem definir indicadores da decência, no esforço de compor o processo avaliatório.

Luckesi (1990) aborda o papel do educador e parte do princípio que o professor é “criador e criatura ao mesmo tempo”, portanto influencia o meio e é por ele influenciado. Nessa condição dialética de condicionado e condicionador o docente assume um papel específico que se configura no trabalho pedagógico, no exercício do magistério. Ele enfatiza que o docente deve possuir conhecimentos e habilidades para exercer a função, bem como ter a capacidade de compreender a realidade, efetivar compromisso político e atuar na transformação da realidade. Luckesi apoia-se em Mello (1986) para ressaltar a importância da competência, habilidade e compromisso político.

Tedesco (1995), discorrendo sobre a questão do docente, distingue dois ângulos para efetuar a análise. Em um ele coloca em evidência a própria atividade pedagógica, entendendo o exercício da profissão docente como “a aplicação de um conjunto de normas, habilidades, conhecimentos e técnicas destinadas à criação de um determinado produto: o aprendizado” (op. cit, p. 29). No outro ângulo, ele mostra a necessidade de se analisar a forma e as condições sociais do exercício da atividade docente.

Tedesco afirma que historicamente a importância que a escola desfrutava na sociedade resvalava na figura do docente, conferindo-lhe prestígio social elevado, o que compensava as deterioradas condições de emprego. Na atualidade, em face do currículo escolar não incorporar, de forma permanente, os adventos científicos atualizados, a importância da escola no processo produtivo reduziu, contribuindo para diminuir a expressão escolar e por conseguinte a autoridade do docente.

A massificação do ensino em conjunto com a perda da autoridade determinaram a redução do prestígio social da ocupação docente, a qual vem acompanhada da deterioração das condições de emprego, eles contribuem para que os professores, especialmente de ensino básico, ingressem na carreira utilizando-a como trampolim, dando-lhe um caráter de



transitoriedade. Tedesco fala, também, da presença hegemônica do sexo feminino na profissão e, no final da reflexão, Mello (1986) ressalta a importância da formação profissional.

Martins (1991) comenta sobre o papel do educador, ressaltando que ele é a figura fundamental da comunidade educativa. E para que desempenhe bem a sua missão, é necessário que desenvolva processo de atualização permanente, por meio de cursos, congressos, simpósios, leitura, enfim, o professor deve ser um estudioso permanente. Ele destaca a necessidade do educador manter um convívio intensivo com a comunidade escolar, defendendo a dedicação.

Martins conclui, destacando a importância que se tem a boa formação do professor aliada a uma atualização permanente, como fatores indispensáveis para o êxito da aprendizagem. Contudo, ele afirma: “lamentavelmente, o professor, principalmente por problemas financeiros, de tempo e estabilidade, acaba ficando cada vez mais desatualizado”. (MARTINS, 1991, p. 142).

Demo (1996b), abordando a questão do docente inicia afirmando a necessidade de se obter níveis aceitáveis na qualidade da educação para o desenvolvimento, e mostra que é uma questão que depende fundamentalmente dos professores. Ele se apóia em Mello (1986) e destaca dois aspectos inerentes ao professor, como sejam: a valorização profissional e a competência técnica, resultando, daí, o que ele chamou de qualidade formal e política.

No aspecto da qualidade formal, ele diz que a maioria dos professores não tem uma formação adequada, em face da convergência de fatores, tais como: falta de base acadêmica, ausência de atualização constante, titulação e outros.

No aspecto da qualidade política, ele cita que o professor atual é produto da própria educação: se não foi preparado para ser o cidadão, acaba reproduzindo a situação. Ao lado disso, uma outra questão é sublinhada, que é o problema da valorização profissional figurada na remuneração, quadro de carreira e estruturação social e sindical.

Na visão de Demo, a maioria dos professores não consegue desenvolver o trabalho com qualidade, e não tem produção própria. Eles tendem a produzir cópia da cópia o que leva a apear a qualidade da educação. Na sua ótica, o problema é complexo, isso porque, professor é o elemento essencial e indispensável ao processo ensino aprendizagem. Todos os aportes existentes na escola são importantes para a aprendizagem: a ambiência escolar, biblioteca, os materiais didáticos, os livros, mas o professor é o mais importante, é insubstituível, é o cerne da educação. Demo afirma:

Todos os apoios didáticos importantes em si, dependem da capacidade do professor, inclusive aproveitamento das adequações físicas dos estabelecimentos, do material escolar, etc. O único livro didático insubstituível é o próprio professor. Deve estar de tal modo bem formado, que, se necessário for ele prepara texto em português, exercícios de matemática, projeto de planejamento, etc. (DEMO, 1996b, p. 89).

Fica, assim, evidenciada a importância da profissão educador. A qualidade do seu trabalho provoca efeitos que ressoam em toda a sociedade. Nessa linha, para se ter um produto de qualidade, na ótica de Demo, é preciso atacar duas questões: a remuneração do professor e a sua formação, proclamando que a sociedade deve exigir e cobrar qualidade e competência desde que valorize e remunere adequadamente o educador.

Ao concluir a reflexão, é ressaltada a questão da renda como aspecto relevante para o docente ter uma formação adequada, manter-se atualizado e apagar essa imagem de “Auleiro”. E diz:

É preciso rever o perfil do professor, abandonando a imagem de auleiro para sedimentar a competência renovada, crítica e criativa, capaz de estabelecer o diálogo inovador com os desafios do futuro, na cidadania e produtividade. (DEMO, 1996b, p. 90).

### 2.2.3.1 Fatores que Externalizam o Nível da Docência

As idéias expostas na revisão da literatura permitem a formulação de conceitos sobre o trabalho do educador, como também que sejam colocadas novas posições ou juízos sobre a questão, conforme a seguir.

Aqui, parte-se do pressuposto que o professor, na condição de ser humano, estabelece com o meio ambiente relações de natureza orgânica. E dessa vinculação natural são efetivados os laços que fazem com que o indivíduo sofra influências, como também exerça a capacidade de influenciar.

Isso implica em reconhecer que a qualidade do trabalho docente não depende exclusivamente do professor, como também não pode ser debitado como resultado total ou reflexo das determinações. Ambos se conjugam. A sociedade pode, efetivamente determinar, mas o professor também, tem o seu espaço para atuar, modificar, transformar e melhorar.

O espaço do professor para efetuar as mudanças, no mundo atual, é potencializado pela condição de mercado, pela renda, a qual não apenas atua como fator de motivação, mas, sobretudo, assegura condições para atualização permanente. A renda disponibiliza recursos para a aquisição da competência técnica, sobrevivência material e sócio cultural, com implicações que resvalam na competência política.

A questão da renda como força motriz para fortalecer o espaço de atuação do professor é ignorada na abordagem de Luckesi e Tedesco. Luckesi substitui a dimensão econômica pela política; o compromisso político. Isso fica demonstrado quando ele declara que o professor não deve fazer do seu trabalho uma mercadoria e que o salário não paga o trabalho que se tem, evidentemente como professor. (LUCKESI, 1980, p. 117).

Das colocações que resultam na abstração da questão da renda decorrem dúvidas. A principal delas reside no fato de que o professor ao se integrar ao mundo e estabelecer relações com a sociedade precisa sobreviver. E todas as suas necessidades físicas, biológicas e culturais, expressadas em bens econômicos, transfigurados em mercadorias, são

supridos em mercados. Da mesma forma acontece com o que ele produz. Com os insumos adquiridos em mercado o professor combina o seu esforço físico e intelectual com os fatores: capital e tecnologia, daí resultando um produto: o ensino, transmissão de conhecimento. Esse produto é escasso, tem custo e a sua geração implica em dispêndio. E por ser escasso é considerado um bem econômico e não bem livre. Como bem econômico é transacionado em mercado, e o que é mediado pelo mercado é tipificado como mercadoria. Para que o produto ensino não seja considerado mercadoria ele teria que ser um bem livre, a exemplo do ar que respiramos, a chuva sob certas condições, a água do mar e correlatos - ou seja, teria que ser um produto gerado sem custo, abundante, essencialmente grátis<sup>21</sup>, com aquisição livremente disponível para todos, sem intermediação de mercados.

Assim, a questão que se coloca é que o trabalho do professor é uma mercadoria. Porém, a depender da qualidade ela pode ser considerada uma mercadoria especial, porque tem uma capacidade reprodutiva superior às dos outros ativos (financeiro, industrial, agrícola).

A potencialidade de reprodução e retorno, em muitos casos, é incalculável. Daí a remuneração desse produto, o ensino, deve ser na razão direta da sua qualidade. E o esforço do professor deve ser valorizado e recompensado, de modo garantir a boa formação, a competência técnica e condições de vida digna.

Entendendo a questão do educador dentro do enfoque apresentado e filiando-se parcialmente ao pensamento de Demo, elegem-se como componentes desta variável os seguintes itens: a) renda/nível sócio econômico; b) qualificação (titularidade); c) atualização.

#### **a) Renda**

---

<sup>21</sup> O ensino público embora oferecido gratuitamente mas a sua produção tem custo, o qual é pago parcialmente pela sociedade através de impostos. Não existe gratuidade na geração de ensino. PAVÃO, J. B. e BERGAMO, P. Cooperação no Trabalho. (mimeografado) S/D.

A renda é entendida como salário ou pró-labore, recebido em decorrência da prestação de serviço como professor. É receita obtida pela ministração de aulas, cursos, serviços extra - classe e similares.

O nível sócio-econômico compreende a identificação do status do professor, com base em matriz que enfoque capacidade aquisitiva no mercado. A base de referência é a renda, conforme pontuação apresentada nas Tabelas 2 e 3.

#### **b) Qualificação**

A qualificação, aqui, será representada pelo nível de escolaridade, a titularidade do professor. Ela indica o número de anos de estudo e expressa a potencialidade da competência técnica do corpo docente de uma instituição escolar.

#### **c) Atualização**

A atualização profissional reflete na síntese do currículo do docente e pode ser manifestada quer em participação de eventos, leituras de revistas, jornais, acesso à internet, bem como em inserção em instituições e grupos de pesquisa, associações e correlatas.

### **2.2.4 Operacionalidade da Escola Cooperativa**

Identificada a ambiência e conhecido quem ensina, a indagação se volta para a questão da operacionalidade escolar: como está o credenciamento legal (regularidade institucional)? qual a relação professor aluno, isto é, número de alunos por professor? Respostas aos questionamentos acima, permitem que seja traçado um quadro da operacionalidade da Escola - Cooperativa, possibilitando a definição de

elementos, que favorecem o delineamento do seu perfil, externado na Avaliação.

#### **2.4.2.1 Regularidade Institucional**

A regularidade Institucional é aqui compreendida como o atendimento às exigências definidas nos termos da legislação pertinente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – nº 9.430/96, o que significa o credenciamento legal. Ele se traduz no reconhecimento da Escola junto às instituições encarregadas da fiscalização, controle e acompanhamento, como seja, Conselho Estadual ou Municipal de Educação. Implica em enquadramento que se manifesta na outorga de autorização para funcionamento, transfigurado em diploma legal, o que assegura reconhecimento público e credencial que valida a existência do trabalho para todo o território Nacional.

#### **2.2.4.2 Tamanho da Turma**

A quantidade de alunos por sala, também chamado tamanho de turma, notifica-se como elemento importante na análise da operacionalidade do colégio. Distingue-se como informação valiosa que contribui para a elaboração do cálculo do custo do aluno, bem como permite identificar relação professor aluno.

Embora o usual seja dividir o total de alunos pela quantidade de professores que lecionam, para extrair a relação aluno/professor, esse procedimento nem sempre retrata a realidade da escola. Ele pode mascarar resultados, quando ocorrem cursos com pequeno número de alunos por salas, ou mesmo a existência de professores atuando fora da sala de aula,

em detrimento de outros cursos ou séries com um número elevado de discentes em sala.

Dessa forma, considera-se como procedimento mais adequado a verificação do número de alunos por sala, turma. Daí a turma passa a se constituir em unidade modelar de referência. Ela figura como um módulo, para efeito de sistematização e efetivação de cálculos de custo por professor, pessoal e outros. Do módulo referencial pode evoluir para série, nível escolar, curso etc.

No âmbito econômico, a maximização do capital se efetiva na medida que aumenta o número de alunos por sala. Quanto maior é a quantidade de discentes por sala menor é o custo final, o que implica em sobras e lucros. E, inversamente, quanto menor o número de alunos por sala mais elevado é o preço de custo do discente. Ora, logo na visão econômica, o ideal é colocar na sala de aula número expressivo de alunos para gerar mais lucro. Isso em nível aceitável pelo mercado, pois, caso a relação aluno/professor seja elevada, os pais insatisfeitos poderão transferir os filhos para outras escolas, diminuindo o número de alunos e afetando, negativamente, a estabilidade do negócio.

Contudo, a visão econômica não deve preponderar sobre a questão. Nesse ângulo, ela tem que se submeter às determinações pedagógicas, a qual leva em conta a maximização do aprendizado, a interiorização do conhecimento, apropriação e domínio do saber. Nessa linha, alguns especialistas da área advogam que nas turmas pequenas o aprendizado ocorre de forma mais eficiente. A existência de trabalhos que chegam a estabelecer o número ideal de alunos por sala, e que são, de certa forma, consensualizados nos colégios de ensino fundamental e médio, frequentados pela elite, conforme a seguir:

<b>Curso/ grau</b>	<b>N.º de Alunos por sala</b>
Pré- escola	20
1º grau	25 a 30
2º grau	30

Fonte: A Escola Ideal. Citado pela revista Veja, 03 de junho de 1998. P.153

<b>Classes de Aulas Extras</b>	<b>N.º de Alunos</b>
Idiomas (alunos por classe)	15
Informática (aluno por micro)	01

Fonte: A Escola Ideal. Citado pela revista Veja, 03 de junho de 1998. P.153

A literatura consultada aponta que não existe unidade de pensamento sobre o crescimento do aprendizado em turmas pequenas. Estudos e pesquisas realizadas não constataam diferenças significativas entre turmas grandes e pequenas. Entretanto foi observado na investigação feita pelo projeto ECIEL que os alunos de classe social baixa tiveram um aproveitamento escolar mais relevante em turmas menores (CASTRO e outros, 1980, p. 128).

De qualquer forma, o tamanho médio das turmas se constitui em referência para diversos aspectos, como sejam: o aferimento do custo, acompanhamento pedagógico e demanda escolar. Daí a importância desse indicador na composição da operacionalidade escolar.



## **CAPÍTULO III**

### **3 MODELO DE AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA (PROPOSTA)**

O presente capítulo tem a intenção de apresentar uma proposta de Modelo de Avaliação de Cooperativa-Escola. A tematização compreende a revisão de literatura, concepção, escopo analítico do modelo e procedimentos operacionais para realização da avaliação, conforme a seguir.

#### **3.1 ESTADO DA ARTE EM AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA**

A produção de conhecimento relativo à avaliação de desempenho de cooperativa, no Brasil, é rarefeita, escassa. Situação ainda pior é o acervo de conhecimento referente a Cooperativa-Escola. A literatura existente discorre sobre a avaliação do desempenho geral e não contempla a questão Cooperativa-Escola.

Os estudos relativos a Avaliação de Desempenho de Cooperativa abordam a questão de forma genérica. Nessa linha, cabe destacar o trabalho produzido por Pinho (s/d) o qual pode ser aplicado às cooperativas em geral, desde que alguns elementos de natureza metodológica fiquem resolvidos. Entre as questões problemáticas, as primeiras a serem destacadas são os critérios, transvestidos em variáveis objetivas e subjetivas. Essas definições passam por reconhecimento dos fatores, influência e dimensão que devem ser respaldadas na base epistemológica

da doutrina cooperativista e do sistema econômico vigente. Outras questões estão relacionadas à especificidade do segmento cooperativo, para projetar os pesos dos vetores e indicadores, de modo poder contemplar a realidade de cada um.

Nascimento (2000) desenvolve estudos e apresenta proposta para avaliação de desempenho de cooperativa. No trabalho, ele tece considerações críticas aos procedimentos comumente adotados pelos organismos creditícios, na forma de dimensionar o desempenho das empresas cooperativistas.

As técnicas e procedimentos utilizados pelos organismos financeiros focalizam a avaliação no âmbito de desempenho do capital, com ênfase na capacidade de pagamento, índice de liquidez e correlato. Nessa ótica, os economistas que realizam as avaliações priorizam as informações contábeis, destacando indicadores, tais como: sobras líquidas, índice de liquidez, remuneração de capital etc.

O caráter estrutural da cooperativa e os benefícios oferecidos são abstraídos da análise, isso porque na compreensão dos analistas, os benefícios representam vantagens para os associados da cooperativa. E quem empresta dinheiro deseja receber, a contra partida, os seus benefícios, isto é, juros e o retorno do capital. Não cabe aqui discutir retorno dos investimentos do prestador de dinheiro, o que se deseja é buscar modelos que favoreçam a avaliação da instituição cooperativa.

Retornando ao trabalho de Nascimento, observa-se que o mesmo tende a avançar a proposta de Pinho, ao incorporar, no bojo da análise, preocupações relevantes que passam a fazer parte, de forma indireta, do conjunto dos indicadores, como sejam: taxa de serviço do setor; desempenho da cooperativa antes e depois do investimento; flexibilidade operacional antes e depois; nível de capitalização, se adequado (NASCIMENTO, 2.000, p. 110).

Nascimento apresenta um rol formado por grupos e indicadores acompanhado dos seus respectivos pesos. Os grupos são constituídos de três itens: Administração, Integração e Comportamento Social. Com base

nos indicadores, ele se apóia em formulações matemáticas e categorias utilizadas por Pinho e formata e estrutura sua proposta de modelo de avaliação de cooperativa.

Do rol apresentado por Nascimento, contendo os indicadores e seus respectivos grupos, sobressaem as seguintes questões: 1) o peso que é atribuído à administração é equivalente a 50% do todo, índice que parece ser elevado; 2) no item administração prevalecem, fundamentalmente, indicadores do capital, utilizados largamente pelos economistas das instituições creditícias; 3) não são destacados, de forma concreta, a amplitude dos benefícios que a cooperativa gera para os seus associados, o que justifica a sua razão de ser; 4) são omitidas, dos indicadores, a interferência no mercado e a repercussão no preço antes e depois da presença da cooperativa.

Dessa forma, o trabalho de Nascimento passa a impressão de que se efetiva como um diálogo que o autor estabelece com os representantes dos órgãos creditícios. Daí a contestação aos procedimentos adotados. Mas a linguagem e os indicadores apresentados vendem a imagem que a idéia subjacente que preside o imaginário do criador do modelo, é o atendimento às cooperativas de produção, comercialização e similares.

Contudo, a proposta apresentada por Nascimento representa valiosa contribuição científica no campo da economia do cooperativismo. Ela permite avançar o conhecimento na área, ao oferecer um modelo de avaliação que, apesar das observações feitas, supera a visão estreita do interesse do capital, introduz novos elementos que permitem evidenciar o destacado papel do cooperativismo e a sua contribuição para a sociedade.

Rech, em seu trabalho intitulado Cooperativas: Uma Alternativa de Organização Popular, destaca a necessidade da Cooperativa realizar, periodicamente, planejamento e avaliação. Nesse sentido, o autor apresenta um roteiro para avaliação de cooperativas, o qual contém três etapas: 1) construção dos questionários; 2) construção dos indicadores; 3) encaminhamento e providências - realização propriamente dita.

A estrutura do questionário, a qual pode ser identificada como a Matriz de Avaliação, está dividida em seis áreas, sendo: a) desenvolvimento humano; b) adaptação ao meio; c) eficiência empresarial; d) planejamento, objetivos e resultados; e) estrutura organizacional; f) procedimentos administrativos. Para cada área o autor elencou as questões e indicadores que permitem avaliar o desempenho mínimo.

A proposta de Rech tem o mérito de se constituir em um banco de quesitos para mensurar o desempenho de cooperativa, mas não se expressa como um modelo de Avaliação. Isso porque a estrutura do questionário ou a matriz, possui superposição de áreas, ausência de outras importantes, como a social e a participação; e inadequação de quesitos em relação às suas respectivas áreas. Isso pode ser constatado quando se verifica a presença de quesitos como: controle de desperdício, qualidade do produto, ganhos e perdas, taxa de retorno, elencados na área do planejamento e não na de Eficiência Empresarial; ou, ocorrência de falhas ou faltas na atividade produtiva situadas na área do Desenvolvimento Humano, quando devia ficar na de procedimentos administrativos; capacitação de pessoal, qualificação de pessoal e outros similares, típicos de procedimentos administrativos, estarem na área da estrutura organizacional.

Em que pese a contribuição científica do trabalho, manifestada no discurso apresentado nos capítulos que antecedem a proposta, no ângulo da avaliação ressen-te-se a falta de conceituação para pautar teoricamente as áreas. Daí, aparece a de Desenvolvimento Humano, sem que o autor apresente, sequer, um conceito para balizar a questão. O resultado é que na composição geral surgem, informações tais como:

- I. Questões relacionadas ao desenvolvimento humano.
  1. Os associados estão identificados com as finalidades da cooperativa? 2. Há fidelidade da administração com o que é definido pela assembléia? 3. Os associados se sentem seguros em sua atividade produtiva, prestigiados e consideram estar financeiramente bem retribuídos? (...). (RECH, 2000, p. 135).

À luz do que está elencado nos quesitos acima, não se percebe relação entre os seus conteúdos e a questão Desenvolvimento Humano. A dissociação é visível. Supõe-se que a escolha das áreas e itens foi feita de forma intuitiva, podendo está, inclusive, articulada com a experiência empírica do autor.

Finalmente, cabe mencionar, como aspecto positivo, que a proposta de avaliação de Rech tem um caráter genérico, isto é, destina-se à aplicação em qualquer categoria de cooperativa (consumo, produção ou trabalho). Todavia, percebe-se que o seu trabalho está, de forma subjacente, dirigido, principalmente, às cooperativas de produção do Movimento dos Sem Terra – MST.

### 3.2 CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA

Avaliar quer dizer aferir, mensurar ou medir: resultados, grandezas ou objetos. Assim, avaliar desempenho de cooperativa é aferir os seus resultados, embasados em aspectos inseridos nas esferas que conformam e modelam a ação da instituição.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a cooperativa é um todo, figurado em um corpo, operacionalizado por quatro esferas que agem como força motriz, traçando e modelando os seus contornos. As esferas são: Administrativa, Econômica, Social e Participação. Elas estabelecem relações de dependência e independência entre si. Apresentam imagem de autonomia, liberdade, mas cada uma é influenciada e, simultaneamente, influencia a outra.

As esferas se articulam e se integram ao corpo por laços orgânicos, alimentados pelos fundamentos que compõe o todo na gênese da instituição. Os fundamentos compreendem: a base epistemológica da doutrina (cooperativista e economia); a lógica de funcionamento do sistema

econômico; e as determinações legais que garantem a existência jurídica da cooperativa.

A combinação dos fatores se efetiva na realização de fatos e atos na cooperativa, mediante planejamento, organização, direção e controle do conjunto de ações. A materialização dos resultados tem como fim assegurar a execução dos objetivos delineados e garantir o cumprimento da missão para qual o corpo (cooperativa) foi criado.

Nesse sentido, o foco de referência, para efeito da avaliação do desempenho, é: 1) os aspectos que ensejam as esferas e os seus respectivos componentes; 2) os objetivos da instituição a sua missão básica, razão da criação da instituição; 3) o indivíduo, o homem, o sujeito, o associado.

No que se refere aos aspectos das esferas, põe-se em destaque a dimensão de grandeza de cada uma e o caráter de imprescindibilidade, ou seja, a sua existência é essencial, de importância irrefutável, fato que pode ser visto no comentário a seguir.

A esfera administrativa agrega os procedimentos que propiciam a realização das ações, cujo cumprimento evidencia operosidade, espelha a utilização plena das funções administrativas.

A esfera econômica é constituída de indicadores do desempenho do capital, os quais têm como missão evidenciar e viabilizar, materialmente, a existência da instituição cooperativa. A esfera social se traduz como o vitror, através do qual se identifica o nível de utilidade da cooperativa para os seus associados. Portanto, ela é composta de indicadores que têm como função apontar os benefícios, as vantagens sócio-econômicos oferecidas aos cooperados. E a participação espelha a integração do associado, o engajamento e interação com a cooperativa. Reflete também, a capacidade da cooperativa em disponibilizar condições para assegurar o comprometimento dos seus integrantes e efetivar o envolvimento.

Assim, as quatro esferas se interrelacionam. O administrativo depende do econômico, que por sua vez precisa do social e da participação. Elas interagem entre si. O sucesso do econômico passa pelo administrativo

e o retorno, traduzido nos benefícios, ressoa no social e na participação, e vice versa.

Nessa linha, as esferas estão integralmente associadas, haja vista que:

- de que vale uma cooperativa cheia de bons propósitos, com vasto programa de distribuição de benefícios para os associados, se ela não possui dinheiro, capital, para pagar as contas? Ela acaba fechando as portas; e aí, para que serve? Perde a utilidade;
- do mesmo modo, que serventia tem uma cooperativa capitalizada que não presta nenhum benefício para os associados? Os cooperados não participam, os objetivos não são atendidos. Ela pode fechar as portas e não faz diferença.
- igualmente pode-se imaginar, qual o destino de uma cooperativa que possui capital, e até gera benefícios, mas tem funcionamento irregular? Vivendo de modo inadimplente e em desacato com as determinações de natureza fiscal, certamente essa cooperativa acabará sendo fechada.

Conclui-se que o bom desempenho da cooperativa é alcançado na medida que as esferas administrativa, econômica, social e a participação do quadro societário registram resultados positivos, gerando benefícios para os associados, possibilitando o cumprimento da missão da instituição cooperativa.

### 3.3 ESCOPO ANALÍTICO DO MODELO DE AVALIAÇÃO PROPOSTO

O escopo analítico do modelo está assentado nos constructos, Cooperativa e Escola. Esses dois estabelecem relações entre si, influências recíprocas, através dos seus componentes orgânicos, que aqui recebem a

denominação de variáveis. Assim, cada constructo possui o seu conjunto de variáveis, conforme evidencia a Figura 1.

O Constructo Cooperativa contém quatro variáveis: administração, econômico, social e participação, acompanhados dos seus respectivos indicadores, constantes no Quadro 1. Essas variáveis, neste modelo, estão transfiguradas em vetores; sendo que cada um tem o seu próprio nível de desempenho, mantém relações de dependência e independência com os outros, e o conjunto determina o desempenho geral da cooperativa. Operacionalizados os elementos, os resultados permitirão efetuar cruzamentos e articulações com as variáveis componentes do eixo escola.

O constructo Escola possui três variáveis: ambiência física, quadro docente e operacionalização. Essas variáveis contam com os seus respectivos indicadores, conforme mencionado no Referencial Teórico, (Quadro 1) estabelecem relações de influência entre si e com a cooperativa no geral. E os procedimentos operacionais estão descritos na seção 3.4.

Assim, o modelo permite que seja articulado o desempenho geral da cooperativa com os componentes orgânicos da escola, figurados nas variáveis, podendo, inclusive, cruzar resultados com indicadores específicos. Enfim, no conjunto geral, espera-se que o modelo seja capaz de viabilizar respostas, apontando o nível de desempenho das Cooperativas-Escolas, quer no ângulo da estrutura e gestão como mantenedora, quer na produção e distribuição do serviço escolar, o ensino. Espera-se que o modelo permita, também, identificar as categorias de Cooperativa-Escola que se apresentam com nível de eficiência.



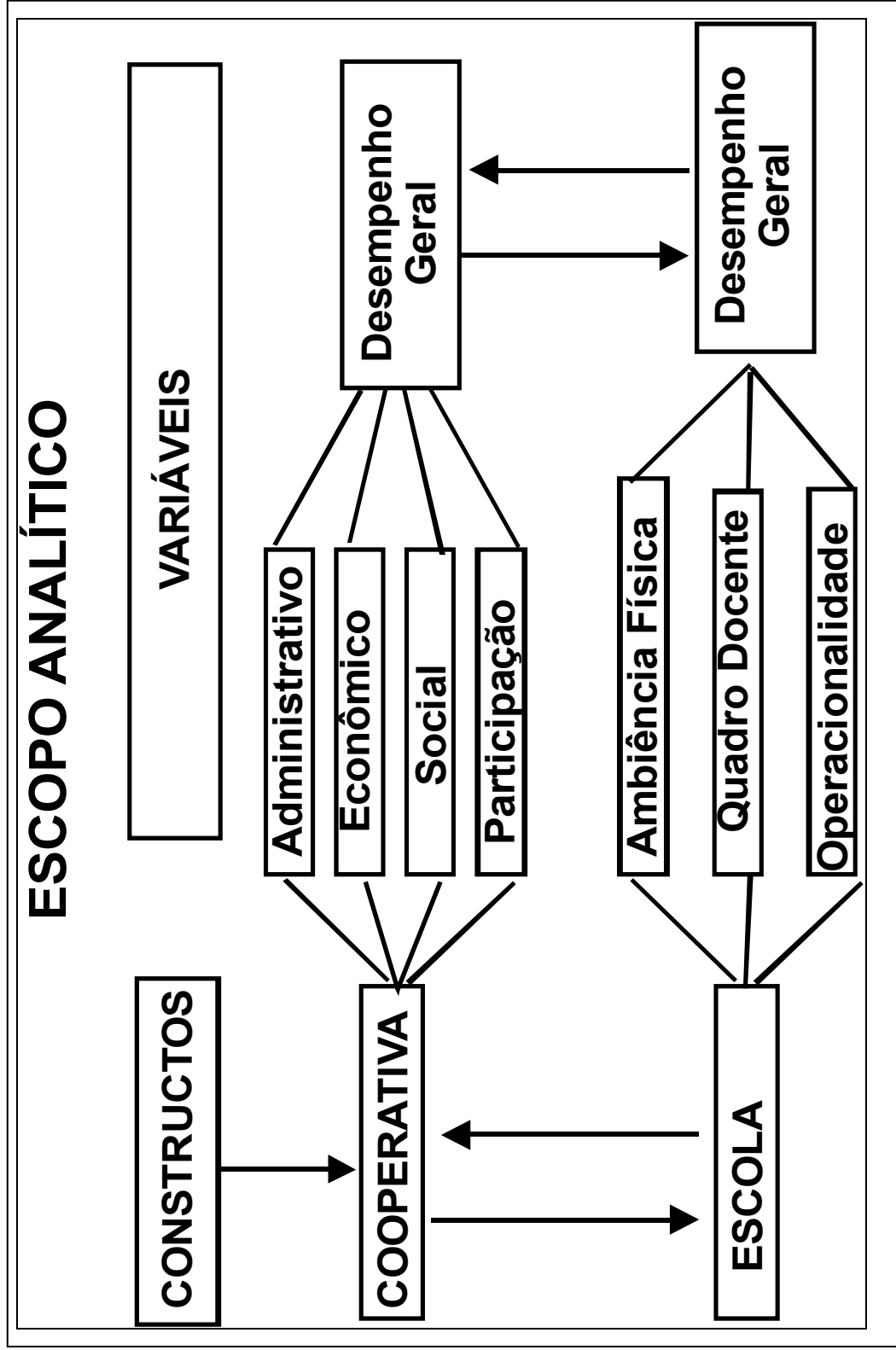


Figura 1 - Conjunto de variáveis.

Quadro 1 - Variáveis e Indicadores

COOPERATIVA		ESCOLA	
VARIÁVEIS	INDICADORES	VARIÁVEIS	INDICADORES
1. Fator Administrativo	1.1 – Planejamento 1.2 – Organização 1.3 – Direção e Controle	1. Ambiente Física e Condições de Manutenção	1.1. Prédio, tamanho e Operação da Escola. 1.2. Instalações de Comodidades 1.3 – Atividades Extra Classe 1.4 – Biblioteca 1.5 – Laboratórios 1.6 – Material Didático 1.7 – Material Existente 1.8 – Estado de Manutenção 1.9 – Condições de Limpeza
2. Fator Econômico	2.1– Capital Social 2.2– Remuneração do Capital 2.3– Crédito Financeiro 2.4– Provisionamento dos Fundos 2.5– Receita / N° de Clientes 2.6– Taxa de Rentabilidade / Índice de Solvência 2.7– Custo do Aluno	2. Corpo Docente	2.1 – Qualificação 2.2 – Atualização 2.3 – Nível Sócio-Econômico
3. Fator Social	3.1– Fundo FATES 3.2– Fundo Complementar 3.3– Distribuição das Sobras Líquidas 3.4 – Remuneração – P. Labore 3.5 – Preço do Serviço Escolar	3. Operacionalidade	3.1 – Regularidade Institucional 3.2 – Tamanho de Turma
4. Fator Participação	4.1 – Rotatividade Cargas 4.2 – Número Reuniões/Eventos 4.3 – Participação em Eventos 4.4 – Existência, Processo de Informação 4.5 – Funcionamento de Trabalho Educativo.		

### 3.4 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS NA AVALIAÇÃO

Esta seção tem como pretensão apresentar os procedimentos necessários para aplicar o Modelo proposto e avaliar o desempenho geral de uma ou várias unidades de Cooperativa-Escola, bem como distinguir o nível de eficiência por categoria. Ela está dividida em segmentos: a primeira aborda a operacionalização no âmbito da cooperativa e a segunda no ângulo da Escola, conforme a seguir.

#### **3.4.1 Procedimentos na Avaliação da Cooperativa**

O modelo aqui proposto tem a sua concepção teórica fundamentada nos princípios que estão na base epistemológica do cooperativismo, conjugados com aspecto da doutrina econômica, jurídica (legal), administrativa e sociológica, conforme considerações apresentadas no Quadro Teórico de Referência. E a sua execução implica na realização das seguintes etapas e procedimentos: a) construção de Matriz Referencial de Avaliação; b) identificação do nível de desempenho dos vetores; c) determinação do desempenho geral de cada cooperativa; d) classificação das cooperativas com base no desempenho.

##### **3.4.1.1 Estruturação da Matriz Referencial de Avaliação**

Na operacionalização da Avaliação, a construção de Matriz impõe-se como passo inicial. A matriz traduz-se como instrumento que compõe a estrutura básica do processo avaliatório. Ela é construída para cada Vetor, onde ficam explicitados os indicadores distribuídos em itens ou questões, conforme Quadro Teórico de Referência.

As questões que compõem os indicadores têm um caráter amostral, portanto devem ser representativas do conjunto para poder refletir a essência do fato, a realidade estudada.

Para cada questão do indicador atribui-se ponto ou peso (a critério), cuja valoração é feita com base na relevância do tema em estudo.

A totalização dos pontos atribuídos nas questões não afeta o conjunto geral, pois o vetor tem o seu limite de grandeza que varia de zero o mínimo, a dois o máximo. Além disso, o Vetor, também, tem o seu peso definido na composição do desempenho geral da cooperativa.

Nessa linha de raciocínio foram construídas Matrizes Referenciais de Avaliação, as quais estão nos anexos 1 e 2. Vale destacar também que a valoração das questões está manifestada nos números (pontos) registrados ao lado de cada alternativa da questão.

#### **3.4.1.2 Identificação do Nível de Desempenho dos Vetores**

Nesta seção, pretende-se apresentar os procedimentos que serão utilizados, para identificar o nível de desempenho dos vetores, o que possibilita avaliar o constructo Cooperativa. Este constructo é manifestado através de quatro variáveis, aqui chamado de vetores, com os seus respectivos indicadores. Os vetores são: a) administrativo; b) econômico; c) social; d) participação.

##### **a) Vetor Administrativo**

O vetor administrativo é uma variável, cujos indicadores foram estabelecidos em conformidade com as reflexões apresentadas, porém levando em conta a pertinência, a importância e as possibilidades concretas da obtenção de informação. Eles estão agrupados nas funções administrativas: planejamento; organização; direção; controle.

### Indicadores da Função Planejamento

Na função planejamento, as referências indicativas são: adoção da prática de realização dos planejamentos (institucional ou estratégico, gerencial ou tático e o operacional); efetivação da prática de avaliação dos planejamentos, observando índice de desempenho ou nível de execução do programado em relação ao executado.

### Indicadores da Função Organização

Na função organização, os elementos referenciais que servem como indicativos integram a estrutura organizacional, consistindo, portanto, na existência de: organograma ou desenho organizacional, formalmente estabelecido; documento que expresse a formalização do conjunto dos procedimentos, isto é, atribuições, enlaces, fluxos, direitos e deveres, bem como forma regimental para disciplinar as gestões financeiras, materiais e pessoal; cumprimento, atendimento, funcionalidade da estrutura organizacional da empresa legitimada institucionalmente.

### Indicadores das Funções Direção e Controle

Nas funções administrativas de direção e controle, no modelo aqui adotado, não cabe fazer uma apreciação específica dos atos e fatos administrativos realizados. O que se objetiva é verificar os resultados da condução geral do processo, externalizados nos compromissos, no cumprimento das normas e diretrizes que pautam a administração cooperativista. Portanto, incluem-se, nesse contexto, o cumprimento da legislação e estatutos que regem a funcionalidade da instituição.

Nesse sentido, cabe verificar e escolher quais os elementos que podem ser retirados e destacados como indicadores da direção e controle. As respostas e escolhas podem variar, a depender da ótica, bem como dos supostos teóricos do respondente. Todavia, aqui, amparando-se na convicção de que o atendimento pleno às determinações legais e obtenção de resultados satisfatórios sinalizam: coordenação, comando, controle administrativo, evidenciando

competência, eficiência, pontualidade e ação. Isso significa que as funções direção e controle estão presentes de forma subjacente. Daí foram selecionados os seguintes indicadores:

- recolhimento dos encargos sociais (INSS, FGTS, e similar) conforme determina a legislação;
- recolhimento dos tributos na forma prevista em Lei;
- regularidade de desempenho do conselho de administração ou órgão similar (reuniões e deliberações);
- existência e atualização dos livros: matrícula, atas das assembleias, conselho administrativo e fiscal; fiscais e contábeis;
- regularidade no pagamento das taxas a OCEB (Organização das Cooperativas do Estado da Bahia) e/ou instituição similar;

No conjunto os indicadores do vetor Administração estão transfigurados nas questões que seguem:

### **INDICADORES DO FATOR ADMINISTRATIVO**

Os indicadores do fator estão distribuídos em 17 itens e totalizam 17 pontos.

- 1) Existe planejamento elaborado e sistematizado, norteando as ações da cooperativa?
  - 1.1 ( 1,0 ) sim;
  - 1.2 ( 0 ) não.
  
- 2) Os planejamentos existentes são:
  - 2.1 ( 0,4 ) estratégico ou institucional;
  - 2.2 ( 0,3 ) gerencial ou tático;
  - 2.3 ( 0,3 ) operacional.
  - 2.4 ( 0 ) não existe planejamento
  
- 3) Os planejamentos existentes são acompanhados e avaliados pelo conjunto: funcionários, dirigentes e associados.
  - 3.1 ( 1,0 ) sim;
  - 3.2 ( 0,5 ) parcialmente;
  - 3.3 ( 0 ) não.

- 4) Registrar o nível de execução geral do programado em relação ao realizado de cada planejamento.
- 4.1 ( 0,4 ) o estratégico \_\_\_\_\_;
  - 4.2 ( 0,3 ) o gerencial/tático \_\_\_\_\_;
  - 4.3 ( 0,3 ) o operacional \_\_\_\_\_.
- 5) A Cooperativa-Escola possui estrutura formalizada, funcional, com base em organograma ou desenho organizacional.
- 5.1 ( 1,0 ) sim;
  - 5.2 ( 0,5 ) parcialmente;
  - 5.3 ( 0 ) não.
- 6) Existe documento normativo que formaliza os procedimentos, define as atribuições, enlances, direitos e deveres dos funcionários e outras providências de natureza administrativa.
- 6.1 ( 1,0 ) sim;
  - 6.2 ( 0,5 ) parcialmente;
  - 6.3 ( 0 ) não.
- 7) O organograma da instituição, bem como os documentos normativos formalizados são aplicados.
- 7.1 ( 1,0 ) sim, rigorosamente;
  - 7.2 ( 0,5 ) parcialmente;
  - 7.3 ( 0 ) ocasionalmente.
- 8) O pagamento dos salários e pró-labore são feitos:
- 8.1 ( 1,0 ) regularmente, até o dia 05 do mês seguinte;
  - 8.2 ( 0,5 ) com atraso, parcial, até 30 dias;
  - 8.3 ( 0 ) com atraso superior a 30 dias.
- 9) O recolhimento dos encargos sociais é feito de forma:
- 9.1 ( 1,0 ) regular, não existem pendências;
  - 9.2 ( 0,5 ) parcial, ocorrem atrasos;
  - 9.3 ( 0 ) irregular e existem pendências.
- 10) O recolhimento dos tributos é feito de forma:
- 10.1 ( 1,0 ) regular, não existem pendências;
  - 10.2 ( 0,5 ) parcial, ocorrem atrasos;
  - 10.3 ( 0 ) irregular e existem pendências.
11. O provisionamento dos fundos é contingenciado em conta bancária específica:
- 11.1 ( 1,0 ) sim;
  - 11.2 ( 0,5 ) parcial, contabilizado mas não é disponibilizado em conta bancária específica;
  - 11.3 ( 0 ) não.

### Regularidade Funcional

- 12) O pagamento de taxas devidas à OCEB e/ou instituição similar está:
- 12.1 ( 1,0 ) regular, em dia;
  - 12.2 ( 0,5 ) existem dívidas, porém parceladas;
  - 12.3 ( 0 ) irregular, em atraso.
- 13) Existem e estão atualizados os livros: matrícula dos associados; atas das assembleias, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal; e os de natureza fiscal ( caixa, etc ).
- 13.1 ( 1,0 ) sim, existem e estão regular;
  - 13.2 ( 0,5 ) sim, existem mas com regularidade parcial;
  - 13.3 ( 0 ) os livros estão totalmente desatualizados e irregular.

### **b) Vetor Econômico**

O vetor econômico é uma variável que abrange o conjunto dos aspectos relacionados ao capital, conforme reflexão apresentada no referencial teórico. Ele é constituído pelos indicadores a seguir.

#### Capital Social

Indicador que apresenta a evolução do desempenho do capital social em termos quantitativo e percentual, tomando como referência o exercício (ano civil) anterior: aumentou, permaneceu estável ou reduziu.

#### Faturamento/Receita

Indicador que sinaliza os índices de liquidez e solvência, na forma apresentada no referencial teórico, com base no Balanço Contábil.

#### Rédito Financeiro

Indicador que mostra a distribuição das sobras líquidas, com os quantitativos, referenciado nos valores do pró-labore ou do pagamento da mensalidade.



### Provisionamento dos Fundos

Indicativo dos valores disponibilizados e contabilizados no Fundo de Reserva Legal, observando quantitativo e percentual, referenciado nos balanços contábeis do exercício anterior: aumentou, permaneceu estável ou reduziu.

### Remuneração do Capital

Indicativo da taxa de juros utilizado pela cooperativa para remunerar o capital social dos associados.

### Número de Consumidores

Indicador que externaliza o perfil da evolução do número de pessoas que está consumindo o serviço escolar. A referência é o número de alunos tomando por base o exercício anterior: aumentou, permaneceu estável ou reduziu.

### Custo

Indicador que exhibe os procedimentos utilizados pela cooperativa nos cálculos para o dimensionamento dos preços dos serviços executados. Evidencia a sistemática do processo, as categorias de custo e os itens e tipos de despesas que integram a composição dos cálculos.

### Liquidez / Solvência

Indicador que sinaliza a capacidade econômica financeira da empresa em honrar os seus compromissos, condições de quitar dívidas; em suma, apresenta a saúde financeira. A liquidez é externalizada nas seguintes categorias: imediata, corrente e geral. Conforme Franco: a média de liquidez imediata varia de 10 a 20%; "a liquidez corrente é considerada normal quando atinge cerca de 200%, a liquidez geral, no Brasil, varia de 100 a 200%". (FRANCO, 1984, p. 147-149).

## Taxa de Rentabilidade

É um indicador utilizado pela contabilidade que serve para mostrar a potencialidade do capital ou ativo investido. Ele evidencia o lucro da empresa. A referência é a taxa, obtida com base nos resultados do ano anterior: aumentou, permaneceu estável ou reduziu.

O conjunto dos indicadores do vetor econômico estão explicitados nas questões que seguem.

### **INDICADORES DO FATOR ECONÔMICO**

Os indicadores do fator estão distribuídos em 17 itens e totalizam 17 pontos.

1) O capital social totalizado no último exercício foi de R\$ ..... Em relação ao último exercício este valor é:

- 1.1 ( 1,0 ) superior, com taxa de \_\_\_\_\_ %;
- 1.2 ( 0,5 ) igual, com aproximação de até 5% abaixo;
- 1.3 ( 0 ) inferior, com índice maior do que 5%. Registrar o índice \_\_\_\_\_.

2) A receita líquida no último exercício totalizou R\$ \_\_\_\_\_. Em relação ao exercício anterior este valor é:

- 2.1 ( 1,0 ) superior, com taxa de \_\_\_\_\_ %;
- 2.2 ( 0,5 ) igual, com aproximação de até 5% abaixo;
- 2.3 ( 0 ) inferior, com índice maior do que 5%. Registrar o índice \_\_\_\_\_.

3) A receita bruta totalizada no último exercício foi de R\$..... . Este valor em relação ao último exercício é:

- 3.1 ( 1,0 ) superior, com taxa de \_\_\_\_\_ %;
- 3.2 ( 0,5 ) igual, com aproximação de até 5% abaixo;
- 3.3 ( 0 ) inferior, com índice maior do que 5%. Registrar o índice \_\_\_\_\_.

4) A taxa de rentabilidade do faturamento bruto, sobre o lucro líquido foi de \_\_\_\_\_%. Em relação ao exercício anterior este índice é:

- 4.1 ( 1,0 ) superior, com taxa de \_\_\_\_\_ %;
- 4.2 ( 0,5 ) igual, com aproximação de até 5% abaixo;
- 4.3 ( 0 ) inferior, com índice maior do que 5%. Registrar o índice \_\_\_\_\_.

5) A liquidez imediata (disponível/ passivo circulante) foi:

- 5.1 ( 1,0 ) de 10% ou mais;
- 5.2 ( 0,5 ) inferior a 10% até 5%;
- 5.3 ( 0 ) abaixo de 5%.

6) A liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante) foi:

- 6.1 ( 1,0 ) de 180% ou mais

- 6.2 ( 0,5 ) entre 100% e 179%
- 6.3 ( 0 ) abaixo de 100%

7) A liquidez geral (total do ativo/ pelo total do passivo) foi:

- 7.1 ( 1,0 ) de 100% ou mais;
- 7.2 ( 0,5 ) abaixo de 100% até 90%;
- 7.3 ( 0 ) inferior a 90%.

8) O valor total do rédito financeiro no último exercício foi de R\$ \_\_\_\_\_. Em relação ao exercício anterior este valor é:

- 8.1 ( 1,0 ) superior, com taxa de \_\_\_\_\_%;
- 8.2 ( 0,5 ) igual, com aproximação de até 5% abaixo;
- 8.3 ( 0 ) inferior, com índice maior do que 5% - Registrar o índice \_\_\_\_\_.

9) O rédito financeiro distribuído no último exercício foi:

a) Para o Associado Prestador do Serviço

- 9.1 ( 1,0 ) igual ou superior a 1,5 do valor média do pró-labore mensal, durante o ano. Registrar o índice \_\_\_\_\_;
- 9.2 ( 0,75 ) abaixo de 1,5 até 1,0 da média mensal;
- 9.3 ( 0,5 ) houve rédito, embora inferior a 1,0 da média;
- 9.4 ( 0 ) não houve rédito.

b) Para o Associado Cliente e/ou Consumidor

- 9.5 ( 1,0 ) igual ou superior ao valor de uma mensalidade escolar;
- 9.6 ( 0,75 ) abaixo de 1,0 até 0,5 do valor da mensalidade escolar;
- 9.7 ( 0,5 ) houve rédito, embora inferior 0,5 do valor da mensalidade;
- 9.8 ( 0 ) não houve rédito.

10) No último exercício o número de consumidores do serviço de educação (alunos) totalizou \_\_\_\_\_. Em relação ao exercício anterior este número de alunos é :

- 10.1 ( 1,0 ) superior, com taxa de \_\_\_\_\_%;
- 10.2 ( 0,5 ) igual, com aproximação de até 5% abaixo;
- 10.3 ( 0 ) inferior, com índice maior do que 5% . Registrar índice \_\_\_\_\_.

11) Os recursos provisionados no fundo de reserva legal, no último exercício, totalizaram R\$ \_\_\_\_\_. Este valor em relação ao exercício anterior é:

- 11.1 ( 1,0 ) superior, com taxa de \_\_\_\_\_%;
- 11.2 ( 0,5 ) igual, com aproximação de até 5% abaixo;
- 11.3 ( 0 ) inferior, com índice maior do que 5% - Registrar índice \_\_\_\_\_.

12) No último exercício o total de recursos disponibilizados para a remuneração do capital social do quadro foi R\$ \_\_\_\_\_. Esta quantia corresponde a que taxa de remuneração (juros) do capital social? Verificar a alternativa que a cooperativa está situada e anotar:

- 12.1 ( 1,0 ) 12% ao ano ou mais;
- 12.2 ( 0,8 ) abaixo de 12% até 10%;
- 12.3 ( 0,6 ) abaixo de 10% até 6%;
- 12.4 ( 0,4 ) taxa positiva, porém inferior a 6%;

12.5 ( 0 ) não houve remuneração.

13) A fixação dos valores das mensalidades e taxas cobradas pela Escola é pautada em:

- 1) ( 1,0 ) fundamentalmente, no cálculo do custo do aluno;
- 2) ( 0,5 ) parcialmente, no cálculo do custo;
- 3) ( 0 ) basicamente, na renda do associado; o custo não é levado em conta;
- 4) ( ) outras formas.

14) A cooperativa acompanha, de forma sistemática, o custo do aluno ?

Sim ( 1,0 )                  Parcial ( 0,5 )                  Não ( 0 )

15. Na realização dos cálculos são identificados:

15.1) Custo fixo	( 0,2 )	
15.2) Custo variável	( 0,2 )	
15.3) Custo Médio Operacional	( 0,2 )	Valor R\$ _____
15.4) Custo Empresarial	( 0,2 )	Valor R\$ _____
15.5) Custo total	( 0,2 )	Valor R\$ _____

16) No custo médio operacional é levado em conta despesa com o capital, tais como: gastos com materiais permanentes, construção, remuneração de capital e encargos financeiros ?

Sim ( 1,0 )                  Parcial ( 0,5 )                  Não ( 0 )

17) Na composição do custo são consideradas as despesas com:

17.1 Administração	( 0,2 )	taxa/índice	_____
17.2 Inadimplência	( 0,2 )	taxa/índice	_____
17.3 Divulgação e Marketing	( 0,2 )	taxa/índice	_____
17.4 Qualificação de pessoal	( 0,2 )	taxa/índice	_____
17.5 Outra	( 0,2 )	taxa/índice	_____

### c) Vetor Social

O vetor social é uma variável que evidencia o conjunto de benefícios que é prestado aos associados pela cooperativa. Ele está, no presente modelo, constituído dos seguintes indicadores: Fundo FATES, Fundo de Assistência Social, Distribuição das Sobras Líquidas, Remuneração Pró-Labore, Preço do Serviço Escolar, conforme a seguir.

#### Fundo FATES

Indicador que externaliza a existência de plano de aplicação do FATES; valores estabelecidos; percentuais e destinação dos recursos. Aspecto

que foi incluído nos estatutos do cooperativismo pelos pioneiros de Rochdalle e está presente na Legislação Brasileira, na Lei 5.764, obrigando as cooperativas a destinar recursos para esse Fundo.

### Fundo de Assistência Social

O Fundo de Assistência Social é um indicador que mostra se existe (sim ou não) Fundo complementar para os associados. Conforme Quadro Teórico este indicador se constitui em aspecto que favorece a ampliação de benefícios para os associados. Na legislação vigente é facultado à cooperativa criar Fundo complementar.

### Distribuição das Sobras Líquidas

A distribuição das sobras líquidas é indicativo da forma utilizada na distribuição dos resultados. Distribuição regular, irregular e/ou inexistente. Indicador que se constitui em pedra basilar da doutrina cooperativista. Procedimento adotado pelos pioneiros, fato destacado por Agudo (1980), e que diferenciou a prática cooperativista das formas ou tentativas realizadas anteriormente.

### Remuneração/Pró-Labore

A remuneração/pró-labore é um indicador que sinaliza a contribuição da cooperativa no que se refere ao pagamento pela prestação dos serviços. Tomando como base o mercado de trabalho local ele demonstra se a remuneração está acima, igual ou abaixo da média do mercado. Trata-se de questão discutida no referencial teórico. Ela se traduz como a recompensa do esforço, o trabalho, realizado pelo profissional. No caso do professor se constitui no mecanismo que além de assegurar a subsistência do indivíduo favorece a aquisição de conhecimentos e habilidade, fatores que potencializam a competência técnica, aspecto imprescindível à atividade do educador.

### Preço do Serviço Escolar

O preço do serviço escolar é um indicador que mostra o valor da mensalidade escolar evidenciando a sua condição em relação ao mercado local: acima, igual ou abaixo da média cobrada pelas Escolas da cidade. Ele é um dos sinalizadores que retrata o conjunto dos benefícios prestados pela cooperativa aos seus associados. Portanto, ao estabelecer a comparação do preço em relação ao mercado, deve-se tomar como referência unidades escolares que prestem serviço com a qualidade equivalente (padrão).

Os indicadores da variável social estão transfigurados nas questões a seguir:

#### **INDICADORES DO FATOR SOCIAL**

Os indicadores do fator estão distribuídos em 9 itens e totalizam 8 pontos.

1- Existe plano de aplicação do FATES, elaborado sistematicamente e aprovado pela plenária, com valores ou % pré - estabelecidos:

1.1 ( 1,0 ) sim, existe;

1.2 ( 0,75 ) sim, existe o plano, porém os valores ou percentuais de aplicação não estão estabelecidos;

1.3 ( 0,5 ) existe plano, porém não foi discutido e nem foi divulgado;

1.4 ( 0 ) não existe plano sistemático, apenas proposto, na forma exigida pela legislação.

2- Os recursos do FATES como estão destinados:

2.1 ( 0,25 ) \_\_\_\_\_ valor ou \_\_\_\_\_ % para biblioteca. Aquisição de livros e correlatos;

2.2 ( 0,25 ) \_\_\_\_\_ valor ou \_\_\_\_\_ % para qualificação dos associados, treinamento, eventos e similares;

2.3 ( 0,25 ) \_\_\_\_\_ valor ou \_\_\_\_\_ % para projetos de pesquisa, extensão ou assemelhados.

2.4 ( 0,25 ) \_\_\_\_\_ valor ou \_\_\_\_\_ % \_\_\_\_\_

2.5 ( 0,0 ) Não existe definição específica

3- Existe fundo complementar de assistência social para os associados prestadores de serviços:

3.1( 1,0 ) sim, existe;

3.2 ( 0,0 ) não.

4. As sobras líquidas são regularmente distribuídas com os associados:

4.1( 1,0 ) sim, distribuição de forma regular em espécie;

- 4.2( 0,75 ) distribuição regular, porém parcial. ( parte em quotas e parte em espécie) ;
- 4.3 ( 0,5 ) distribuição sempre em forma de capitalização de quotas;
- 4.4 ( 0 ) não existe distribuição por não ter sobra ou por outros aspectos.

5- Verificar a contribuição da cooperativa em termos de remuneração (pagamento de salários e/ou pró - labore) aos funcionários e associados prestadores de serviços. Observar as alternativas e anotar:

- 5.1 ( 1,0 ) a remuneração média está acima da que é paga pelo mercado ( município);
- 5.2 ( 0,5 ) a remuneração é igual a média do mercado;
- 5.3 ( 0,0 ) a remuneração está abaixo da média do mercado.

6- Quando a cooperativa iniciou, fase de implantação, os valores das remunerações:

- 6.1 ( 1,0 ) interferiram no mercado, contribuindo para subir;
- 6.2 ( 0,5 ) mantiveram estáveis, contribuíram para estabilizar;
- 6.3 ( 0,0 ) interferiram, contribuindo para baixar salários.

7- Registrar o número de postos de trabalho gerados diretamente pela cooperativa. Informação complementar.

- Número de docentes \_\_\_\_\_.
- Número de pessoal Administrativo e Apoio \_\_\_\_\_.
- Total de pessoas que recebem Remuneração/ pró- labore \_\_\_\_\_.

8- O valor da mensalidade paga pelos associados (clientes ou consumidores), em média, é R\$\_\_\_\_\_. Este valor está:

- 8.1 ( 1,0 ) inferior a média dos preços cobrados no mercado;
- 8.2 ( 1,5 ) igual a média praticada no mercado;
- 8.3 ( 0,0 ) superior a média do mercado.

9- Quando a cooperativa iniciou, fase de implantação, os preços das mensalidades escolares interferiram no mercado:

- 9.1 ( 1,0 ) sim, influenciaram, contribuíram para baixar;
- 9.2 ( 0,5 ) contribuíram para estabilizar;
- 9.3 ( 0,0 ) influenciaram, contribuindo para elevar.

#### **d) Vetor Participação**

O vetor participação envolve relações da cooperativa com os seus associados. Ele se constitui em variável, formada por um conjunto de indicadores definidos com base nos discursos apresentados na revisão de literatura, como também, na possibilidade real, concreta, de obtenção do dado ou informação.

Convém explicitar, também, que a participação em instituição de cooperação é um trabalho que envolve ação em duas dimensões: 1) a cooperativa em si, mediante instrumentos, ferramentas e procedimentos que

forneçam ou obstaculizam uma efetiva participação do corpo societário; 2) o cooperado, o associado, cujo grau de conscientização e interesse define o seu envolvimento e participação.

A dimensão do cooperado<sup>22</sup> não se constitui, nesta pesquisa, em objeto de investigação. O presente trabalho voltar-se-á para a participação no âmbito da cooperativa, cujos indicadores estão elencados a seguir: rotatividade nos cargos de direção; número de associados votando nas eleições; número de reuniões e eventos; frequência nas reuniões; existência de processos de informações; operacionalidade do trabalho educativo, através do FATES; existência de núcleo de base e conselho de líderes.

### Rotatividade nos Cargos de Direção

A rotatividade dos cargos de direção foi um dos itens apontados por diversos estudiosos da participação (DEMO, RECH, DALLARI) como fator salutar que promove a integração do associado. Foi evidenciado a nocividade da perpetuação no poder, de pessoas ou grupos, em regimes democráticos, com reflexos negativos para a instituição como um todo.

A rotatividade aqui é compreendida como a saída de 2/3 das pessoas do quadro de direção, da Cooperativa e a permanência de até, 1/3 dos dirigentes, com direito a ser reeleito, uma só vez. Daí, é desejável que, a cada eleição, ocorra a renovação de pelo menos, 2/3 do quadro dirigente (diretoria ).

### Participação nas Eleições

O sufrágio eleitoral se constitui em vetor componente do processo democrático, como ficou demonstrado nas reflexões dos formuladores da doutrina da democracia (Ver Rousseau, Mill e Cole). Nessa condição, a eleição para uma instituição como a cooperativa, de inspiração democrática, traduz-se como evento da significativa importância, isso porque, representa a oportunidade para o rodízio de direção, fator relevante destacada pelas teorias da participação.

---

<sup>22</sup> A participação do cooperado poderá ser verificada mediante indicadores que sinalizem: nível de interesse, envolvimento, integração, conscientização – autogestão.



Assim, a presença do associado na eleição, votando ou sendo votado, impõe-se como indicador que reflete participação. Um percentual elevado (80% ou mais) dos associados participando da eleição expressa interesse, integração e engajamento dos integrantes com a cooperativa.

### Número de Reuniões e Eventos

O número de reuniões realizadas, de natureza ordinária ou extraordinária, constitui-se em indicador do nível de participação em cooperativa. As reflexões apresentadas na revisão de literatura, foram unânimes em destacar a importância das reuniões para a agregação dos sócios, atualização, engajamento. Desde os formuladores da doutrina democrática (Rousseau, Mill, Cole), bem como, Demo, Dallari, Bordenave, Rech e Mélo, todos os autores consultados, enfatizam a questão das reuniões, como aspecto relevante para a vida da instituição. Entretanto, informações empíricas sinalizam que vem se tornando prática habitual as cooperativas realizarem apenas uma reunião ordinária com o quadro societário, a que está definida na Lei 5.764. Quando enfrentam dificuldades realizam assembléias extraordinariamente; esquecem a questão da informação, consulta e resposta, aspecto essencial para engajamento e mobilização do quadro associado. (BORDENAVE, 1995).

Assim, a realização de apenas uma reunião anual, é considerado aqui indício de manutenção, pouco dinamismo no ponto de vista da agregação. Em termo de Cooperativa Escola, o desejado é que ocorra, no mínimo, três reuniões ano (no início do primeiro semestre, no meio do ano e no final do semestre).

### Participação em Reuniões (Frequência)

A participação em reuniões e assembléias também é um aspecto preponderante para o êxito da missão da cooperativa. A presença dos associados representa interesse, envolvimento e possibilita o comprometimento nas tomadas de decisões. Rousseau, Cole e Mill destacam a importância das presenças nesses eventos como aspecto que favorece o convencimento e aceitação das deliberações e o desdobramento dos efeitos reflete na organicidade do sócio com a sua cooperativa. Daí, decorrem a lealdade e a fidelidade, e como consequência

o fortalecimento da instituição. Os demais autores consultados reafirmam, também, a importância desse item.

Assim, neste indicador será levado em conta percentual mínimo de associados por reuniões, sendo desejável que alcancem índices em torno de 80% ou mais, no caso específico de Cooperativa Escolar. Índice inferior a 50% indica situação indesejável, pois indica que menos da metade do quadro societário está participando, está interessada.

### Existência de Processo de Informação

Conforme Bordenave (1995), com base nos graus de envolvimento, a informação prestada ao associado é o nível mínimo esperado para classificar a participação. Na ótica de Rech a informação é um importante instrumento para assegurar o envolvimento do associado, preparando-o para as tomadas de decisões nas reuniões e assembléias, bem como na vida geral da cooperativa.

A informação, como indicador, aqui, embasa-se no sentimento de Rech e Mélo e compreende a existência de informativo regular, boletim, jornal, revista ou equivalente que comunique ao associado o que acontece na sua cooperativa. É, figurativamente, um instrumento que serve para a diretoria prestar contas continuamente do que realiza, com transparência, como preconiza Demo, produzido em linguagem identificada com o nível dos seus associados, e que possua credibilidade junto ao corpo societário. Complementarmente, buscar-se-á informação que externar um “Feed back” entre o associado e a cooperativa, isto é, verificar-se-á como funciona: seção de cartas, consultas, sugestões, críticas e respostas.

### Operacionalização do Trabalho Educativo através do FATES

O papel educativo da participação é fato destacado e consensualizado entre os doutrinadores que discorrem sobre a participação em instituições de inspiração democrática. Os liberais Rousseau, Cole, Mill, interpretados por Pateman, reafirmam o ponto de vista da função educativa da participação. Demo, Bordenave, Rech, Dallari, Mélo, mencionam, também, a questão educativa associada a participação. Então, incorpora-se a este trabalho a preocupação de

buscar, investigar a atuação do FATES, em termos de: difusão de conhecimentos, treinamentos, preparação dos quadros. Impõe-se, dessa forma, conhecer a intensidade do trabalho educativo mediante o número de eventos realizados, frequência de associados nos eventos; alcance do trabalho e destinação em termos de público contemplado.

### Existência de Núcleo de Base

O núcleo de base é apontado por Rech e Mélo como aspecto significativo no processo de consolidação do engajamento do associado na cooperativa. Outros estudiosos do cooperativismo, também, têm mostrado a importância dos Núcleos. Contudo, ao que parece, o núcleo de base tem função destacada nas cooperativas, cujo número de associado seja elevado e de localização espacial dispersa.

Nessa linha de entendimento, o indicador núcleo de base perde relevância quando se tratar de Cooperativa-Escola com número de associados igual ou inferior a 100, e que as suas instalações e atividades concentrem-se em um só lugar. O indicador aqui figura apenas como aspecto positivo para a cooperativa que possui esse instrumento, porém sem penalizar as que não o possui.

Os indicadores da variável participação estão transfigurados nas questões a seguir.

### **INDICADORES DO FATOR PARTICIPAÇÃO**

Os indicadores estão distribuídos em oito itens e totalizam sete pontos.

1. A diretoria atual da cooperativa, eleita na última eleição, é constituída dos seguintes integrantes:

<b>Nome dos Dirigentes</b>	<b>Cargo Atual</b>	<b>Cargo Anterior</b>

Com base no quadro acima, enquadre a cooperativa na alternativa correspondente a sua situação:

- 1.1 ( 1,0 ) ocorreu rotatividade no quadro de direção em 70% ou mais, e o(s) dirigente(s) reeleito(s) foram para novas funções;
- 1.2 ( 0,75 ) ocorreu rotatividade no quadro de direção em 70% ou mais, e houve dirigente que permaneceu na mesma função;
- 1.3 ( 0,50 ) ocorreu rotatividade no quadro de direção entre 50% e 69%, e os dirigentes reeleitos foram para nova função;
- 1.4 ( 0,25 ) ocorreu rotatividade no quadro de direção entre 50% e 69% e houve dirigente que permaneceu na mesma função;
- 1.5 ( 0,0 ) a rotatividade dos cargos de direção foi inferior a 50%.

2. Tomando como referência o livro de presença do quadro societário nas assembleias, verificar a participação na eleição da diretoria executiva, e enquadrar a cooperativa na alternativa correspondente a sua situação:

- 2.1 ( 1,0 ) o número de associados que votou nas últimas eleições corresponde a 80% ou mais no quadro societário;
- 2.2 ( 0,75 ) o número de votantes situa-se abaixo de 80% até o limite de 50%;
- 2.3 ( 0,0 ) o número de votantes é inferior a 50%.

3. Tomando o livro de atas das assembleias como referência verificar o número de reuniões realizadas e situar a cooperativa nas alternativas correspondente:

- 3.1 ( 1,0 ) o número de reuniões realizadas no último exercício totalizam quatro ou mais;
- 3.2 ( 0,75 ) o número de reuniões situou-se entre duas e três;
- 3.3 ( 0,25 ) foi realizada apenas uma reunião;
- 3.4 ( 0,0 ) não foi realizada nenhuma reunião durante o ano.

4. Com base no livro de presença das reuniões verificar e anotar nas colunas correspondentes, a frequência dos associados em cada reunião, durante o exercício, conforme a seguir:

Data da Reunião	Nº Associados Presentes	Percentual (%) em relação do Quadro
Total (Ano)		
Média (Ano)		

Obs: o cálculo da frequência é feito em relação ao total de associados em gozo pleno dos direitos.

Referendando-se no quadro acima enquadrar a cooperativa na alternativa correspondente a sua situação:

- 4.1 ( 1,0 ) a frequência média nas reuniões igual ou acima de 70%;
- 4.2 ( 0,5 ) a frequência média situou-se abaixo de 70% até 50%;
- 4.3 ( 0,0 ) a frequência média ficou abaixo de 50%.

5- Verificar se existe na cooperativa: a) publicação regular, tipificada em revista, jornal, boletim ou similar; b) documento em forma de circular, também, com produção regular, que desenvolva a função de publicação. A publicação regular aqui quer dizer circulação sistemática ou distribuição que pode ser: mensal, bimensal, trimestral ou semestral. E a função da publicação ou documento circular é manter o quadro societário informado dos fatos e atos realizados pela cooperativa. Observadas estas questões proceda as anotações a seguir:

- 5.1 ( 1,0 ) existe jornal, boletim ou revista, com circulação regular. Registrar nome da publicação \_\_\_\_\_ e período de circulação \_\_\_\_\_;
- 5.2 ( 1,0 ) existe documento circular que é enviado sistematicamente a todos os associados. Obs: se for distribuído só uma vez por ano não deve ser considerado;
- 5.3 ( 0,5 ) existe jornal, boletim ou revista, porém a circulação é irregular. Não tem efetividade e nem prazo definido;
- 5.4 ( 0,5 ) existe já instituído o documento circular, porém a sua produção e distribuição é irregular. Não tem efetividade e nem prazo definido;
- 5.5 ( 0,0 ) não existe comunicação regular da cooperativa com o associado através de publicação (jornal, revista, boletim ou Documento Circular).

6- Registrar, na folha em apêndice, informações sobre o trabalho educativo promovido pela cooperativa através do FATES ou outro mecanismo, em termos de seminário, treinamento e similar, bem como concursos, festa de conagração e assemelhados que contribuam para a qualificação do associado e favoreçam a integração e engajamento do quadro societário.

Com base nos dados (eventos educativos para participação e integração do quadro societário), enquadrar a cooperativa na alternativa que corresponde a sua situação:

- 6.1 ( 1,0 ) a cooperativa realiza quatro eventos ou mais por ano.
- 6.2 ( 0,5 ) a cooperativa realiza de dois a três eventos por ano.
- 6.3 ( 0,0 ) a cooperativa realiza menos de dois eventos por ano.

7- Ainda com relação aos Eventos Educativos para Participação e Integração, registrar informações sobre o número de associados envolvidos nos eventos. Verificar a alternativa que corresponde a situação da cooperativa e anotar:

- 7.1 ( 1,0 ) o número de associados envolvidos nos eventos educativos situa-se de 70% ou mais do quadro societário;
- 7.2 ( 0,75 ) o número de associados envolvidos fica abaixo de 70% até 50%;
- 7.3 ( 0,5 ) o número de associado envolvido fica abaixo de 50% até 20%;
- 7.4 ( 0,0 ) o número de associados envolvidos fica abaixo de 20 %.

8- Por se tratar de Cooperativa-Escola, conforme foi definido no Quadro Teórico (indicadores), este item só deve ser preenchido se constatado que realmente existe núcleo de base funcionando na cooperativa. Neste caso registrar as informações, conforme a seguir:

- 8.1 ( 1,0 ) existe Núcleo de Base funcionando regularmente;
- 8.2 ( 0,5 ) foi criado o Núcleo porém o seu funcionamento é irregular, precário;
- 8.3 ( 0,0 ) não existe Núcleo de Base.



O modelo em destaque apoia-se na matriz referencial de avaliação e nos indicadores apresentados para calcular o nível de desempenho de cada vetor (administrativo, econômico, social e participação), conforme a seguir:

- verificar na matriz o número de indicadores que compõem o vetor;
- observar o peso ou o número de pontos que é atribuído a cada indicador;
- havendo uniformidade de valor ou peso nos indicadores, realiza-se a multiplicação. Se os valores forem desuniformes realiza-se a soma. Em ambos casos o produto corresponde ao total de pontos do vetor e aqui é identificado com a sigla Tp;
- de posse do questionário preenchido pela direção da Cooperativa verificar o número de pontos obtidos pela cooperativa em cada vetor, tendo como base as questões e seus respectivos pontos definidos na Matriz Referencial de Avaliação;
- o total de pontos alcançados é aqui identificado com a letra P. O instrumento de apoio para a aferição de resultado é a Matriz ou a síntese. (Vide indicadores).
- com base nos dados extraídos, aplica-se a fórmula (1).

Fórmula (1)

$$DV = \frac{\sum_{i=1}^n P}{Em}; \quad \text{onde:}$$

- D V - quer dizer Desempenho do vetor;
- P - significa pontos alcançados pelos indicadores em cada vetor;
- Em - quer dizer eficiência mínima. É o estágio mínimo, figuradamente, que a cooperativa é capaz de realizar parcialmente a sua missão.
- Para se conhecer o Em aplica-se a fórmula (2)

Fórmula (2)

$$E m = \frac{T p}{2}; \quad \text{onde:}$$

- T p - significa total de pontos do vetor, o que já foi demonstrado;

- o número dois é um quociente constante através do qual delimita-se o tamanho da escala de variação. Neste caso a variação ocorrerá de 0,0 a 2,0;
- logo a fórmula geral (3) é a seguinte:

Fórmula (3)

$$DV = \frac{\sum_{i=1}^n P}{\frac{Tp}{2}}$$

### 3.4.1.3 Avaliação do Desempenho Geral da Cooperativa

A performance de cada vetor contribui para a formação do conjunto que determina e modela o desempenho geral de cada cooperativa.

Assim, reconhecidos os índices de desempenho dos vetores, calcula-se o desempenho geral de cada cooperativa, com base na fórmula (4), a seguir.

Fórmula (4)

$$\bullet \text{ DGC} = \frac{(\text{D V A. P1})}{2} + \frac{(\text{D V E. P2})}{2} + \frac{(\text{D V S. P3})}{2} + \frac{(\text{D V P. P4})}{2}$$

- D G C = Desempenho Geral da Cooperativa
  - D V A = Desempenho do Vetor Administrativo
  - D V E = Desempenho do vetor Econômico
  - D V S = Desempenho do vetor Social
  - D V P = Desempenho do vetor Participação
  - P1, P2, P3, P4 - significam os pesos de cada vetor, conforme a seguir: Administrativo P1 = 2; Econômico P2 = 3; Social P3 = 3; Participação P4 = 2.
- Neste modelo, privilegiou-se o vetor social e econômico com peso 3, devido às suas contribuições no mercado de trabalho, gerando emprego e renda além de outros aspectos, cuja complexidade limita o dimensionamento da grandeza.
  - O número 2 (dois) é quociente constante.



Aplicando a fórmula (4) os resultados que serão encontrados se expressam em grandezas, cujos números variam de 0 a 10, permitindo enquadrar cooperativas e identificar o nível de desempenho geral conforme a escala de aferição a seguir:

- Desempenho Muito Bom - escore igual ou Superior a 8.
- Desempenho Bom - escore entre 7 e inferior a 8.
- Desempenho Regular - escore entre 5 e inferior a 7.
- Desempenho Insatisfatório - escore inferior a 5.

#### **3.4.1.4 Classificação das Cooperativas**

A classificação de cooperativa é um procedimento que se recomenda quando se deseja estudar e avaliar: a) conjunto de cooperativas; b) distinguir desempenho por vetor ou categorias. Em ambos os casos os passos estão relacionados a seguir:

##### **a) Classificação de um conjunto de cooperativas**

- Relacionar as Cooperativas-Escolas e dispor tabularmente com os seus respectivos resultados - Desempenho Geral.
- Extrair a Média e o Desvio Padrão do Desempenho Geral do total das Cooperativas que constitui o universo da amostra.
- Com os resultados aplicar a Fórmula 5.

Fórmula (5)

$$I c = \frac{x - \bar{x}}{\alpha}; \quad \text{onde:}$$

- $I c$  - Índice de Classificação;
- $x$  - Significa o Desempenho do Vetor ou do Geral;
- $\bar{x}$  - a média do desempenho do vetor ou do desempenho geral do conjunto ou da categoria;
- $\alpha$  - desvio padrão de  $x$ , do conjunto ou da categoria.

Realizadas as operações, os dados obtidos, sistematizados em quadros, permitem visualizar e comparar o desempenho de cada cooperativa e sua respectiva classificação.

#### **b) Classificação de Cooperativas Agrupadas por Categorias**

- A categorização é o passo inicial e consiste no enquadramento de todas as cooperativas componentes da amostra, em conformidade com a tipologia ou natureza.
- Realizado o enquadramento proceder – se - á a operação, utilizando os mesmos passos adotados para a classificação de um conjunto de cooperativas.
- Dispor tabularmente as cooperativas por categoria; extrair a média e o desvio padrão e aplicar a fórmula (5).

### **3.4.2 Procedimentos na Avaliação da Escola**

Pretende-se, nesta seção, evidenciar os procedimentos que serão utilizados neste Modelo para examinar e avaliar o constructo Escola. Este Constructo é visualizado através de três variáveis com seus respectivos indicadores. E cada variável se constitui em um tópico desta seção, a saber: ambiência física escolar; quadro docente, e operacionalização, as quais estão sumarizados na descrição a seguir.

#### **3.4.2.1 Ambiência Física Escolar das Escolas-Cooperativas**

A Ambiência Física Escolar é uma variável constituída pelos seguintes indicadores: o prédio - tamanho e operação da escola; instalações de comodidades, atividades extra - classe, biblioteca, laboratórios, material didático, material de apoio e conforto, estado de manutenção e condições de limpeza. Nas páginas que seguem estão apresentados comentários sobre cada indicador, bem

como critérios para mensuração dos resultados articulados com o Escopo Analítico.

O modelo proposto para avaliar a ambiência física foi projetado, especificamente para este trabalho e a sua concepção está assentada em pressupostos pedagógicos, sociológicos, administrativos e econômicos, cujas idéias estão manifestadas e subjacentes no Quadro Teórico de Referência.

Na implementação de investigação esses indicadores, deverão ser constatados empiricamente, in loco, avaliados e pontuados. São nove indicadores, os quais retratarão o nível da ambiência física escolar, conforme a seguir.

#### **3.4.2.1.1 Prédio - Tamanho e Operação da Escola**

O indicador prédio abrange o espaço, a estrutura e os aspectos funcionais, de modo que os itens componentes são: cômodos - compartimentos existentes; capacidade física em relação ao número de alunos; claridade natural; iluminação, ventilação, os quais estão distribuídos em seis questões, com os seus pesos respectivos, conforme a seguir.

1.0 - O espaço destinado aos alunos é: ( 1 ) superior a um m<sup>2</sup>; ( 0,5 ) em torno de um m<sup>2</sup>; ( 0 ) inferior a um m<sup>2</sup>.

2.0 - A quantidade de compartimentos existentes (salas) atende as necessidades da escola: ( 1 ) sim; ( 0,5 ) parcialmente; ( 0 ) não.

3.0 - A claridade natural nas salas de aula é: ( 1 ) satisfatória; ( 0,5 ) regular; ( 0 ) insatisfatória

4.0 - A iluminação, especialmente a noite, nas salas de aula é: ( 1 ) satisfatória; ( 0,5 ) regular; ( 0 ) insuficiente.

5.0 - A ventilação nas salas e compartimentos é:  
 ( 1 ) satisfatória e ocorre de forma natural.  
 ( 1 ) satisfatória - conta com apoio de aparelho refrigerado.  
 ( 1 ) satisfatória porque conta com apoio de ventilador.  
 ( 0,5 ) é regular e acontece de forma natural.  
 ( 0,5 ) é regular, conta com apoio de refrigerador e/ou ventilador.  
 ( 0 ) é insatisfatória, faz muito calor, é desconfortável.

Obs: A questão 5.0 o limite máximo é 1 ponto, pois comporta apenas uma alternativa.

## 6.0- Compartimentos e Salas Existentes no Prédio.

<b>Compartimentos- salas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Salas de aula		
Biblioteca		
Sala específica para professor		
Sala para orientação pedagógica		
Sala para serviços de supervisão/coordenação		
Sala para diretoria		
Sala para secretaria e apoio		
Sala Almoxarifado		
Sanitário masculino - quantidade		
Sanitário feminino - quantidade		
Sanitário exclusivo para professor e funcionário		

Obs: Vale 0,5 ponto cada assertativa sim até o limite de 5,0 (cinco)

## 3.4.2.1.2 Instalações de Comodidade

As instalações de comodidades existentes, à disposição dos alunos, se constituem em indicador que compõem a ambiência física. O aspecto da abrangência é amplo, e envolve desde sala e gabinetes até jardins, parques e correlatos. Assim, para cada instalação existente credita-se um ponto. Caso o número total seja 11 ou mais registra-se o limite máximo que é 10 pontos.

**Instalações de Comodidades Existentes na Escola.**

<b>Instalações de Comodidades Existentes</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Quadra de tênis		
Sala de exercícios – Físicos		
Sala de jogos		
Campo de futebol		
Anfiteatro		
Auditório		
Pátio de recreação		
Piscina		
Quadra		
Pomar		
Jardim		
Cantina/restaurante		
Enfermaria		
Gabinete médico		
Gabinete odontológico		
Parque		
Templo/igreja		

Obs: vale 1,0 (um) ponto cada assertiva sim, até o limite 10,0 (dez).

### 3.4.2.1.3 Atividades Extra-Classe

As atividades extra-classe, aqui, atuam como indicador da variável Ambiente Física e a mensuração é feita mediante constatação da existência e funcionamento dos itens constantes na matriz. Para cada item existente, em funcionamento, registra-se um ponto até o limite 10.

#### **Matriz das Atividades Extra-Classe**

<b>Atividades</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Banda Escolar		
Coral Musical		
Banda Musical		
Equipe de futebol participando de campeonato		
Equipe de vôlei participando de campeonato		
Equipe de basquete participando de campeonato		
Equipe de (.....) participando de campeonato		
Grêmio ou diretório estudantil		
Cooperativa escolar		
Clube literato		
Equipe de edição de jornal		
Grupo de dança		
Equipe de luta marcial		
Equipe de capoeira		
Grupo de artes cênicas		
Grupos de recitação		

Obs: Vale 1,0 (um) ponto cada assertativa sim, até o limite de 10,0 (dez) .

### 3.4.2.1.4 Biblioteca

No elenco dos indicadores da Ambiente Física Escolar, a biblioteca se distingue como suporte do ensino aprendizagem. Daí na composição ela integra com peso maior. Os pontos estão distribuídos pelo conjunto dos itens, os quais abrangem, fundamentalmente, os seguintes aspectos: localização, móveis e equipamentos, quantidade e tamanho dos cômodos, característica do acervo e horário de acesso dos alunos. Com exceção do indicador atualização do acervo, os demais podem ser aferidos de forma objetiva. E a sua pontuação é feita em conformidade com a sua existência material, concreta, ou comportamento evidenciado.

### **Matriz de Avaliação de Biblioteca**

<b>Itens Com Pesos Correspondentes</b>	<b>Sim</b>	<b>Parcial</b>	<b>Não</b>
<b>Localização ( 1.7 )</b>			
Iluminação ( 0.7 )			
Ventilação ( 0.6 )			
Silêncio ( 0.4 )			
<b>Móveis e equipamentos ( 2.0 )</b>			
Televisão ( 0.3 )			
Vídeo cassete ( 0.3 )			
Computador ( 0.2 )			
Mesas ( 0.4 )			
Cadeiras ( 0.4 )			
Prateleiras ( 0.4 )			
<b>Quantidade e tamanho dos cômodos (1.0)</b>			
Possui três ou mais cômodos ( 1.0 )			
Possui dois cômodos ( 0.7 )			
Possui apenas um cômodo ( 0.5 )			
<b>Área ( 1.2 )</b>			
A área disponível é suficiente para acomodar o acervo ( 0.6 )			
A área destinada à sala de leitura é suficiente ( 0.6 )			
<b>Acervo existente é atualizado, atende às necessidades ( 2.8 )</b>			
Livros ( 1.4 )			
Revistas e periódicos ( 0.7 )			
CD Room e Internet ( 0.5 )			
Outros ( 0.2 )			
<b>Horário de Acesso à Biblioteca ( 1.3 )</b>			
Apenas no turno de funcionamento do curso ( 0.7 )			
Dois turnos independente do curso (0.9)			
Três turnos independente do curso (1.0)			
Permanente e horários especiais: intervalo do almoço, final de tarde etc. (1.3)			

No registro para a contagem de pontos, o Sim equivale ao peso<sup>23</sup> total do item; o Parcial corresponde a metade, e o Não é zero. Os pesos ou valores de cada item estão distribuídos na matriz.

<sup>23</sup> Peso do indicador - Ele foi atribuído por uma equipe, aqui chamada de juízes, convidados para contribuir com o trabalho. A equipe foi constituída de: quatro doutores em educação e professores de cursos de Mestrado e Doutorado; três doutorandos em Educação e professores da UESC; três Mestre em Educação e professores da UESC da UESB. Alguns integrantes além de possuírem a titularidade mencionada desempenham funções de Diretor, Assessor, Coordenador e até Secretário Municipal de Educação. Na definição de peso foram utilizados os seguintes procedimentos: os juízes atribuíram pontos para cada indicador em escala que variou de 0 a 100; em seguida extraiu-se a média dos pontos e o resultado foi dividido por 10. O produto obtido se constitui no peso do indicador. O quociente 10 foi utilizado para definir o tamanho da escala 0-10.

### 3.4.2.1.5 Laboratórios

Em que pese a discussão e dúvida sobre a incipiente influência de laboratório na aprendizagem, no ensino médio e fundamental, irrefutavelmente, a sua presença é importante na ambiência escolar. É aspecto que atrai o aluno e contribui para a integração.

Assim, laboratório(s) atua (m) como indicador da ambiência e envolvem unidades e similares, nos diversos campos de conhecimento, quer na área das ciências exatas como química, física, matemática, quer nas ciências sociais, como geografia, história etc.

#### a) Matriz de Laboratório

Especificação	Sim	Não
Informática		
Química		
Física		
Biologia		
Matemática		
Geografia		
Línguas		
Música		
Artes plásticas		

Obs: Cada assertiva sim vale 1 ponto até o limite de 5 (cinco) pontos.

Registrar os laboratórios existentes em funcionamento, sendo um ponto para cada até o limite de cinco.

#### b) Atendimento dos Laboratórios

O atendimento do(s) laboratório(s) às necessidades da escola é representado por um conjunto de itens, que totalizam cinco pontos, conforme a seguir:

1. os laboratórios existentes, inclusive de informática, atendem às necessidades do colégio ( ). Se positivo recebe 5 pontos;
2. os laboratórios existentes, inclusive o de informática, atendem parcialmente ( ). Se positivo recebe 3 pontos;

3. os laboratórios existentes atendem as necessidades, mas não existe o de informática ( ). Se positivo, 2 pontos;
4. só existe laboratório de informática ( ). Se positivo 1 ponto;
5. o colégio não dispõe de laboratório. Se positivo zero ponto.

### 3.4.2.1.6 Material Didático

O material didático é um forte sinalizador da ambiência física escolar figurando, aqui, como indicador de posição destacada, em função da relevância dos equipamentos e materiais para a realização do trabalho educativo com qualidade e conforto mínimo, o que se constitui em exigência da vida moderna.

#### 1- Matriz de Material Didático Existente

<b>Especificação</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Retroprojektor		
Tela		
Projektor de slide		
Projektor de diafilmes		
Episcópio		
Gravador		
Televisão		
Vídeo cassete		
Data show		
Mimeógrafo		
Outros		

Obs: Cada assertiva positiva vale 0,5 ponto até o limite de 5,0 (cinco)

#### Atendimento às Necessidades da Escola

1. Os materiais didáticos existentes atendem plenamente às necessidades da Escola ( ). Se positivo 5 pontos.
2. Os materiais didáticos existentes atendem parcialmente às necessidades da Escola ( ). Se positivo 3 pontos.
3. Os materiais didáticos existentes atendem precariamente às necessidades da Escola ( ). Se positivo 2 pontos.
4. Não existem materiais didáticos ( ). Se positivo zero ponto.



### 3.4.2.1.7 Material de Apoio e Conforto

O material de apoio e conforto também é um sinalizador da Ambiência Física Escolar. Ele se expressa como elemento que propicia condições que asseguram bem-estar tornando o ambiente mais prazeroso, facilitando o processo ensino aprendizagem e motivando o rendimento no trabalho.

#### **Matriz de Material de Apoio e Conforto**

<b>Especificação</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Aparelhos de ar refrigerado em salas de aula		
Ventiladores nas salas de aula		
Bebedouros disponíveis para alunos		
Geladeira ou correlata específica para funcionários e professores		
Telefone(s) aparelho disponível para aluno		
Auto serviços xerox		
Terminal de computador		

Obs: Cada assertiva sim vale 1 (um) ponto até o limite de 5 (cinco) pontos.

#### **Atendimento às Necessidades da Escola**

1. Os materiais de apoio e conforto existentes atendem plenamente às necessidades da escola, de acordo com a vida moderna ( ). Se positivo 5 pontos.
2. Os Materiais de Apoio e Conforto existentes atendem parcialmente às necessidades da escola ( ). Se positivo 3 pontos.
3. Os Materiais de Apoio e Conforto existentes atendem precariamente, às necessidades da escola, de acordo com a vida moderna ( ). Se positivo 2 pontos.
4. Não existem Materiais de Apoio e Conforto ( ). Se positivo zero ponto.

### 3.4.2.1.8 Estado de Manutenção do Prédio

O estado de manutenção figura como indicador da ambiência, como também da própria conservação do bem, o ativo que forma o patrimônio da

cooperativa. A durabilidade e valorização do prédio passa pela manutenção. Dessa forma, deve ser levado, em conta a aparência física da edificação, do prédio, incluindo: piso, porta, janela, sanitário, pintura, telhado. Daí, recomenda-se observar se as paredes estão limpas, sem impropérios e desenhos obscenos; se os sanitários estão com pisos de cerâmica e paredes revestidas de azulejos; se as instalações hidráulicas e elétricas estão funcionando adequadamente. A avaliação deste indicador inclui caráter de subjetividade, e o enquadramento é feito conforme a seguir:

1. o prédio, na sua totalidade, não precisa de reparos ( ). Se positivo 8 a 10 pontos;
2. o prédio necessita de pequenos reparos ( ). Se positivo 7 pontos;
3. o prédio necessita de reparos parciais, limpeza e adequação. Se positivo 5 a 6 pontos;
4. o prédio necessita de reforma total. Se positivo 0 a 4 pontos.

#### **3.4.2.1.9 Condições de Limpeza**

As condições de limpeza e higiene do ambiente são fundamentais para a obtenção de uma vida prazerosa e conseqüentemente para a ambiência escolar, por isso a sua importância como indicadora, a qual manifesta cuidado, educação, salubridade e, sobretudo, vida saudável.

O indicador condições de limpeza tem como raio de abrangência o espaço do colégio, incluindo os sanitários, salas de aula, pátios, corredores, enfim toda a ambiência física. Neste Modelo é levado em conta a higiene, a limpeza.

O indicador em epígrafe interfere na composição da variável Ambiência Física e o enquadramento é realizado na forma a saber:

1. Excelente condições de limpeza ( ). Se positivo 8 a 10 pontos;
2. Boa condição de limpeza ( ). Se positivo 7 pontos;
3. Regular condição de limpeza ( ). Se positivo 5 a 6 pontos;
4. Deficiente, insatisfatória condição de limpeza ( ). Se positiva 0 a 4 pontos.

### 3.4.2.1.10 Identificação do Nível da Ambiência Física Escolar

A identificação consiste em conhecer o índice, o qual expressa o nível de desempenho da Ambiência Física Escolar. Os procedimentos recomendados para calcular o índice são:

- desenhar uma matriz, conforme exemplo (1), para compor o índice;
- relacionar na coluna "A" da matriz os indicadores que compõem a variável Ambiência Física Escolar;
- atribuir peso da cada indicador que compõe a variável - Ambiência Física Escolar;
- registrar, anotar o peso de cada indicador na coluna "B" da matriz;
- registrar na coluna "C" o resultado obtido (índice) de cada indicador, na forma orientada nas subseções 3.4.2.1 a 3.4.2.9;
- multiplicar o peso do indicador (coluna B) pelo índice obtido (coluna C). O resultado dividir por 9. O produto registrar na coluna D.
- somar os valores da coluna D ou aplicar a fórmula (6). Em ambos os casos o resultado corresponde o nível de desempenho da ambiência física.

Fórmula (6)

$$A F E = \frac{( I_1 . P_1 ) + \dots + ( I_9 . P_9 )}{9} , \text{ onde:}$$

- A F E - quer dizer ambiência física escolar;
- I - significa indicador da Ambiência física escolar;
- P - significa peso do indicador; (Vide Apêndice b)
- 9 - quociente que corresponde a quantidade de indicadores ou número de variáveis.

Os resultados permitem enquadrar o nível de desempenho da Ambiência Física Escolar, nas categorias a seguir:

- Muito Bom - score igual ou acima de 8 pontos

- Bom -                escore entre 7 e abaixo de 8 pontos
- Regular -           escore entre 5 e abaixo de 7 pontos
- Insatisfatório -   escore abaixo de 5 pontos

### Exemplo (1)

#### Matriz para identificação do Nível da Ambiência Física Escolar

( A ) Indicadores da Ambiência	( B ) Peso do Indicador	( C ) Índice do Indicador	( D ) ( B.C : 10 )
<b>TOTAL</b>	<b>10,0</b>	<b>XXXXX</b>	<b>10,00</b>

### 3.4.2.2 Corpo Docente

O nível do corpo docente, nesta proposta de Modelo de Avaliação, é manifestado através dos seguintes indicadores: a) nível de qualificação; b) nível de atualização; c) nível de renda. Contudo, no dimensionamento geral da variável exclui o nível de renda, o qual é apresentado separadamente.

#### 3.4.2.2.1 Nível de Qualificação

O nível de qualificação é evidenciado através da titularidade do docente, isto é, o grau de instrução, de escolaridade. E os procedimentos para identificar o nível de qualificação são:

- Identificar e registrar a escolaridade de cada professor e dirigente pedagógico na Matriz do Questionário;
- pontuar, numericamente, a escolaridade máxima de cada um, com base na estratificação a seguir: nível Médio - 3; nível Superior - 7; nível de Especialista - 8; nível de Mestre - 9; nível de Dr – 10;

- contabilizar, somar, os pontos das escolaridades, de modo obter o total de pontos do corpo docente da escola;
- de posse dos resultados aplicar a fórmula ( 7 )

Fórmula ( 7 )

$$N Q = \frac{\frac{\sum pq}{10}}{x}; \text{ onde:}$$

- N Q - quer dizer Nível de Qualificação;
- Pq - significa a soma total dos pontos de todo o corpo docente da Escola;
- 10 - significa quociente constante que define o nível de abrangência da escala;
- x - representa o número de docentes e dirigentes envolvidos na investigação, isto é, que participou na totalização dos pontos (pq)

Os resultados permitem inferir e enquadrar a escola, conforme escala a seguir:

- Muito Bom - Escore igual ou acima de 8. Indica a existência da maioria do corpo docente com nível de pós-graduação;
- Bom - Escore entre 7 e inferior a 8. Significa que a maioria do professorado possui curso superior e nível de especialização;
- Regular - Escore entre 5 e inferior a 7. Expressa que a metade do corpo docente tem curso superior e a outra apenas o nível médio;
- Insatisfatório - Escore inferior a 5. Quer dizer que a maioria predominante do quadro docente não possui curso superior. Quanto mais o escore se aproxima de 3 mais grave é a situação da Escola.

#### **3.4.2.2.2 Nível de Atualização do Corpo Docente**

A atualização do professor se constitui em indicador do nível do corpo docente da Escola. Ela mostra, de modo sintético, o grau de informação e integração do indivíduo no mundo letrado, no campo do conhecimento, saber

escolar e/ou acadêmico. No presente modelo de Avaliação, a atualização está manifestada em um conjunto de itens que abrangem do acesso ao computador, leituras, participação em eventos até a integração em organismos ou associações de caráter científico, conforme constam na Matriz do Nível de Atualização.

Os procedimentos recomendados para calcular o nível de atualização:

- Construir a Matriz do Nível de Atualização, conforme exemplo (2);
- definir o peso<sup>24</sup> de cada item integrante da matriz;
- na execução empírica do trabalho solicitar que cada professor e/ou dirigente pedagógico preencha questionário, desenhado especificamente para identificar o nível de atualização;
- com base nos pesos da matriz examinar os questionários preenchidos, verificar o número de pontos alcançado por cada um e registrar;
- Somar os pontos de todos os questionários e aplicar a fórmula (8).
- Fórmula (8)

$$N A = \frac{\sum pa}{10 \cdot x}; \text{ onde:}$$

- N A – quer dizer nível de atualização;
- pa – significa pontos de atualização;
- 10 – significa quociente constante;
- x – representa o número de docentes e dirigentes envolvidos, respondentes do questionário.

### Exemplo (2)

#### **MATRIZ DE NÍVEL DE ATUALIZAÇÃO DE DOCENTES**

<b>Vetores e Pesos</b>	<b>Sim</b>	<b>Parcialmente</b>	<b>Não</b>
Tem acesso e sabe trabalhar com computador ( )			
Tem endereço eletrônico ( )		xxxxxxx	

<sup>24</sup> Peso de cada item do indicador foi atribuído por uma equipe de Mestres e Doutores, na forma já descrita na página 162.

<b>Vetores e Pesos</b>	<b>Sim</b>	<b>Parcialmente</b>	<b>Não</b>
Tem acesso e lê jornais: ( ) - Diariamente ( ) - Semanalmente ( ) - Ocasionalmente ( ) - Não lê ( )			
Tem acesso e/ou é assinante de revistas, periódicos ou equivalentes ( )			
Tem acesso e lê revistas ( ) - Semanalmente ( ) - Ocasionalmente ( ) - Não lê ( )			
Participa de seminários, congressos ou similares ( ) - Anualmente ( ) - De dois em dois anos ( ) - Ocasionalmente ( ) - Nunca participou ( )			
Recebe e/ou adquire livros ou produção científica da área do conhecimento que atua ( ) - regularmente ( ) - Ocasionalmente ( ) - Não adquire e não tem acesso ( )			
É associado ou pertence a instituição ou grupo de caráter científico.			
<b>TOTAL DE PONTOS</b>			

### 3.4.2.2.3 Renda do Docente

A questão da renda do docente pode ser obtida em valores absolutos externalizados através do nível sócio-econômico, operacionalizada com base na metodologia Critério Brasil, apresentada no Quadro Teórico de Referência.

A metodologia Critério Brasil tem como foco o consumo da família e não da pessoa individualmente. A estratificação é feita a partir do nível de consumo, o qual é pontuado, bem como o grau de instrução do chefe da família. A totalização dos pontos permite enquadrar famílias e/ou pessoas, níveis sócio econômico ou faixas de consumo, conforme mostram as Tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Níveis Sócio-econômicos em relação a Renda/ Consumo

<b>Níveis sócio-econômicos</b>	<b>Intervalo de Classe Pontos de consumo*</b>	<b>Renda Média Mensal (R\$)</b>
A1	30 a 34	5.894
A2	25 a 29	3.743
B1	21 a 24	2.444
B2	17 a 20	1.614
C	11 a 16	844
D	06 a 10	435
F	Até 05	229

Fonte: IBOPE

(\*) Vide Tabela 2, Apêndice e Planilha de Pontuação de Consumo.

Para efeito de Operacionalização recomendam-se os seguintes procedimentos:

- professor preenche formulário informando renda total , nível de instrução e dados que versam sobre consumo, conforme modelo constante no Apêndice.
- as informações sobre nível de instrução, bens de consumo durável e outros são pontuadas na forma prevista na Planilha de Pontuação.
- calcula-se o total de pontos de cada docente. O resultado permite o enquadramento no nível sócio-econômico correspondente, conforme Tabela 1.
- complementarmente calcula-se a renda média total dos docentes da escola e o resultado permite o enquadramento na forma a seguir.

Para efeito de categorização e enquadramento de nível sócio-econômico a renda pode ser classificada com base no modelo adotado pela Associação Nacional das Empresas de pesquisa de Mercado – ANEP, a qual estratifica a população brasileira em níveis, conforme Tabela 2.

Tabela 2. Renda Média Mensal para Estratificação da População

<b>Níveis sócio-econômico</b>	<b>Renda Média Mensal (R\$)</b>	<b>Intervalos de Classe de Renda* ( R\$ )</b>
A1	5.894	a partir 4.820
A2	3.743	3.095-----4.819
B1	2.444	2.030-----3.094
B2	1.614	1.280-----2.029
C	844	538-----1.279
D	435	333-----537
E	229	Até----- 332

Fonte IBOPE.



Obs. Os Intervalos de Classe de Renda foram elaborados pelo autor deste trabalho, para o presente Modelo.

#### 3.4.2.2.4 Identificação do Nível do Corpo Docente

A identificação, aqui, consiste em obter um índice que retrate o nível de Corpo Docente da Escola. A seguir estão relacionados os procedimentos para calcular o nível do corpo docente:

- dispor da informação relativa ao nível obtido pela Escola quanto a qualificação do Corpo Docente (N Q). Ver subseção (3.4.2.2.1)
- dispor do resultado alcançado pela Escola quanto ao nível de Atualização do Corpo Docente (N A). Ver subseção (3.4.2.2.2)
- de posse das informações (N Q e N A) aplicar a fórmula (9)

Fórmula (9)

$$N C D = \frac{(N Q \cdot P1) + (N A \cdot P2)}{10} ; \text{ onde:}$$

- N C D - quer dizer nível do corpo docente;
- N Q - significa nível de qualificação;
- N A - significa nível de Atualização;
- P1 e P2 – pesos atribuídos a cada indicador, sendo seis para a Qualificação e quatro para a Atualização, neste Modelo de Avaliação.
- 10 – expressa quociente constante que delimita a variação – 0 (zero) e 10 (dez).

O produto constitui-se no nível do corpo Docente da escola e permite enquadrar nas categorias a seguir:

- Muito Bom - Escore igual ou acima de 8.
- Bom - Escore entre 7 e inferior a 8.
- Regular - Escore entre 5 e inferior a 7.
- Insatisfatório - Escore inferior a 5.

### 3.4.2.3 Operacionalidade da Escola

No que tange à operacionalidade, a questão central é selecionar indicadores representativos, que no processo de avaliação retratem o desempenho da Escola.

Nesse sentido, este Modelo de Avaliação, levando em consideração as reflexões apresentados no Quadro Teórico, optou pelos seguintes indicadores: a) regularidade institucional; b) tamanho médio das turmas;

#### 3.4.2.3.1 Regularidade Institucional

A regularidade institucional se traduz como indicador que espelha a condição da escola em termos de reconhecimento. Evidencia habilitação jurídica para o desempenho oficial da sua missão. Expressa regularidade junto ao Conselho Estadual de Educação. Este indicador é aferido e enquadrado com base na estratificação a seguir:

- Situação Regularizada com autorização definitiva ..... 10 pontos
- Regularização Parcial - Autorização provisória ..... 7 pontos
- Processo em Andamento ..... 5 pontos
- Processo Encaminhado - Paralisado ..... 2 pontos
- Irregular ..... 0 pontos

Obs: Verificar a quantidade de pontos do indicador e transportar para a efetivação do cálculo do nível de Operacionalidade da Escola.

#### 3.4.2.3.2 Tamanho Médio das Turmas

O tamanho médio das turmas é um indicador que na prática está afeto à questão pedagógica. É um índice que sinaliza de um lado a relação professor aluno, do outro retrata a operosidade da Escola.

O tamanho da turma será calculado tomando como referência o número de alunos por sala. Reconhece-se a limitação desse indicador e o seu caráter de subjetividade, como sinalizador de eficiência da escola, entretanto ele foi incorporado ao presente Modelo de Avaliação por retratar, embora de forma relativa, a relação professor aluno. A seguir, estão relacionados os procedimentos para operacionalizar o presente indicador.

- Obter a quantidade de aluno por sala
- Calcular a média de alunos por sala; e enquadrar:
  - Tamanho de Turma com até 30 alunos ..... 10 pontos.
  - Tamanho de Turma entre 31 e 40 alunos ..... 9 pontos.
  - Tamanho de Turma entre 41 e 50 alunos ..... 7 pontos.
  - Tamanho de Turma entre 51 e 60 alunos ..... 6 pontos.
  - Tamanho de Turma entre 61 e 80 alunos ..... 5 pontos.
  - Tamanho de Turma entre 81 e 100 alunos ..... 4 pontos.
  - Tamanho de Turma com mais de 100 alunos ..... 3 pontos.

Obs: Calcular a quantidade de pontos do indicador e transportar para a efetivação do cálculo do nível de Operacionalidade da Escola.

#### **3.4.2.3.3 Identificação do Nível de Desempenho da Operacionalidade da Escola**

A identificação compreende o dimensionamento do nível de operacionalidade. Traduz-se como índice que espelha a condição da Escola. A seguir estão relacionados os procedimentos para calcular o nível da operacionalidade:

- Dispor da quantidade de pontos obtidos pela Escola em Tamanho Médio das turmas – TM.
- Dispor da quantidade de pontos obtidos pela Escola em Regularidade Institucional – RI
- De posse das informações (TM e RI) aplicar a fórmula (10).

Fórmula (10)

$$N O E = \frac{(T M . P1) + (R I . P2)}{10}, \text{ onde}$$

N O E – quer dizer Nível de Operacionalidade Escolar

T M – significa Tamanho Médio da Turma

R I – significa Regularidade Institucional

P1 e P2 – peso dos itens. Aqui foi atribuído peso quatro para o tamanho médio da turma e seis para a regularidade institucional.

10 – quer dizer quociente constante que define o tamanho da variação.

O produto da operação significa o índice de operacionalidade da Escola e permite enquadrar nas categorias a seguir:

- Muito Bom - Escore entre 8 e 10 pontos.
- Bom - Escore entre 7 a abaixo de 8 pontos.
- Regular - Escore entre 5 a abaixo de 7 pontos.
- Insatisfatório - Escore abaixo de 5 pontos.

#### **3.4.2.4 Identificação do Nível de Desempenho Geral da Escola**

Nesta seção, objetiva-se evidenciar os procedimentos utilizados para identificar o nível de desempenho geral do constructo Escola. Ela inicia externando as limitações do modelo, onde é feita uma autocrítica, e conclui apresentando os procedimentos necessários para a realização da tarefa avaliativa.

##### **a) Limitações do Modelo**

Tornou-se prática comum visualizar a eficiência de uma unidade escolar através de resultados espelhados: na ambiência física escolar; no nível dos docentes; na operacionalidade da escola; na prática pedagógica e no desempenho escolar do aluno.

Contudo, neste modelo deliberou-se excluir a prática pedagógica e o desempenho escolar dos alunos. Tal decisão decorreu do fato de se identificar que estes dois se constituem em temas de operacionalização complexa, e que estudos nesses campos demandam tempo, recursos e investigação específicas.

Assim, na busca de formatar e disponibilizar um modelo de avaliação operacional, de aplicação acessível, optou-se pela exclusão mencionada. Entretanto, o presente trabalho incorpora e externaliza o reconhecimento da sua limitação por não ter condições factíveis de incluir na composição do processo avaliatório a prática pedagógica e o desempenho escolar, indicadores expressivos da visibilidade dos resultados globais de uma Escola.

## **b) Procedimentos Operacionais**

Na realização dos cálculos para se identificar o nível de desempenho geral da escola, neste Modelo de Avaliação, recomendam-se os seguintes procedimentos:

- desenhar uma matriz, conforme exemplo (3).
- relacionar na coluna A da matriz as variáveis que compõem o constructo Escola.
- definir e registrar o peso de cada variável na coluna B da matriz.
- registrar na coluna C o índice de nível obtido por cada variável, na forma descrita nas subseções (3.4.2.1.10)
- multiplicar o peso da variável (coluna B) pelo seu respectivo resultado (coluna C). O resultado dividir por 10 e registrar na coluna D.
- somar os valores da coluna D ou aplicar a fórmula (11). Em ambos os casos o resultado corresponde ao nível de desempenho geral da escola.

Fórmula (11)

$$D G E = \frac{(A F E \cdot P3) + (N C D \cdot P5) + (N O E \cdot P2)}{10}, \text{ onde:}$$

10

D G E – quer dizer Desempenho Geral da Escola ;

A F E – significa Ambiência Física Escolar;

N C D – significa Nível do Corpo Docente;

N O E – quer dizer Nível de Operacionalidade escolar;

P – significa o peso de cada variável, que no presente modelo ficou assim estabelecido: Ambiência física peso 3; Corpo docente peso 5; Operacionalidade peso 2. Atribui-se peso maior ao corpo docente por entender que o mesmo se constitui no vetor mais importante da escola, elemento insubstituível, conforme ficou demonstrado no quadro teórico de referência.

10 – quer dizer quociente constante que define a abrangência.

O resultado situa-se entre 0 (zero) e 10 (dez) e permite o enquadramento do nível de desempenho da escola nas categorias a saber:

- Muito Bom - Escore igual ou superior a 8 .
- Bom - Escore entre 7 e inferior a 8.
- Regular - Escore entre 5 e inferior a 7.
- Insatisfatório - Escore abaixo de 5.

### Exemplo (3)

#### Matriz do Desempenho Geral da Escola

<b>A</b> <b>Variáveis</b>	<b>B</b> <b>Peso da</b> <b>Variável</b>	<b>C</b> <b>Resultado da</b> <b>variável</b>	<b>D</b> <b>( B.C : 10 )</b>
Ambiência Física Escolar	P3		
Nível do Corpo Docente	P5		
Nível da Operacionalidade Escolar	P2		

Concluem-se, aqui, os procedimentos operacionais concebidos para efetuar a avaliação do desempenho dos constructos Cooperativa e Escola. Os resultados de cada um permitem cruzamentos e inferências estatísticas, possibilitando análises, comparações, enfim elementos que retratam a performance dos constructos ou das variáveis estudadas, conforme demonstra a Figura1.

## **CAPÍTULO IV**

### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO PROPOSTO**

Construído o Modelo de Avaliação, desponta a necessidade da aplicação do instrumental produzido, de modo a verificar sua aplicabilidade e pertinência, como também, identificar as potencialidades e limitações.

A realização do processo de validação figura como uma atividade de investigação e, como tal, impõe a adoção de critérios de natureza metodológica, capazes de balizar a pesquisa, bem como permitir que outros realizem ensaios e testem o instrumental.

Nesse sentido, elaborou-se o presente capítulo, o qual objetiva relatar os procedimentos metodológicos que nortearam o processo de validação. Ele inicia mostrando as hipóteses e conclui externando as ações e atividades desenvolvidas, conforme constam nas páginas que se seguem.

#### **4.1 HIPÓTESES RELATIVAS AOS RESULTADOS ESPERADOS**

As hipóteses traduzem-se como expectativas dos principais resultados que serão evidenciados mediante a aplicação deste Modelo, pelos constructos Cooperativa e Escola. Assim, esperam-se, entre outros, os resultados a seguir.

##### **Quanto à Cooperativa**

- a) Os níveis de desempenho dos vetores que compõem e modelam as cooperativas mantêm relações entre si. Se o econômico registrar bom desempenho, o administrativo, o social e a participação, provavelmente,

apresentarão resultados positivos e satisfatórios. Se for o contrário, isto é, o econômico alcançar resultado pífio, a probabilidade é de que os outros registrem níveis indesejados.

b) O nível geral de desempenho está relacionado à categoria de cooperativa: as dos pais devem externar os menores níveis; as mistas devem evidenciar níveis intermediários; as de docentes e funcionários, provavelmente, exibirão níveis superiores às demais categorias de cooperativas.

c) O desempenho do vetor participação está relacionado ao geral da cooperativa. Se o nível de participação for elevado, resultado equivalente deve ser alcançado no desempenho geral.

### **Quanto à Escola**

a) O desempenho geral da escola está associado ao da sua mantenedora. Se a cooperativa alcançar nível geral elevado, resultado equivalente deverá obter a escola.

b) O corpo docente, a renda média e o nível de atualização estão associados. Se um externar resultado elevado, posições idênticas deverão ser obtidas pelos outros.

c) A ambiência física escolar, o nível docente e a operacionalidade mantêm relações entre si. Se o nível docente for elevado, provavelmente os outros externalizarão resultados semelhantes.

d) O número de alunos da escola está relacionado ao nível do corpo docente. Quanto maior for o número de discentes situação semelhante deverá ocorrer com o nível dos docentes.

## **4.2 AÇÕES E PROCEDIMENTOS**

### **4.2.1 Dimensão Espacial da Aplicação do Modelo**

A aplicação, em termos espaciais, compreendeu todos os municípios que abrigavam Cooperativa-Escola no território do Estado da Bahia.



#### 4.2.2 Amostra

A amostra teve um caráter intencional e pretendeu abranger 100% do universo delineado. O universo foi constituído de 19 Cooperativas-Escolas de ensino fundamental e médio, criadas antes de 1999 e que estavam funcionando por ocasião da pesquisa (2001); e estavam inscritas na junta comercial e/ou no Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB.

Contudo foram envolvidas 17 Cooperativas-Escolas, ficando parcialmente de fora apenas duas: sendo que uma por ocasião da visita não foi localizada devido à mudança de endereço; a outra foi a Cooperativa-Escola de Una, por ter entrado em funcionamento a partir de 1999 e externar limitações exacerbadas para atender os requerimentos da pesquisa. Salienta-se, também, que as Cooperativas-Escolas que não estavam inscritas na JUCEB e/ou OCEB, e não eram conhecidas, se por ventura existiam, ficaram a margem da validação. Afora isso, até mesmo a Cooperativa-Escola de Paulo Afonso, inscrita na junta comercial do Estado de Alagoas, foi incluída no conjunto amostral.

A amostra do corpo docente envolvido na validação compreendeu, 126 professores, no item 25,7% na Atualização (24,6%) e 484 na Qualificação (94,7%) do universo, isto é, do contingente geral de professores. Todas as cooperativas participaram da amostra contribuindo, no mínimo, com 20% do seu efetivo de docentes, conforme evidencia a Tabela 3.

Tabela 3. Cooperativas – Escolas que integraram o conjunto da Amostra para o processo de Aplicação – Estado da Bahia.

COOPERATIVA-ESCOLA	TOTAL DOCENTES	AMOSTRA DOCENTES			
		Atualização	%	Qualificação	%
Ilhéus	29	8	27,6	29	100
Itabuna	35	8	22,8	35	100
Eunápolis	30	7	23,3	30	100
Teixeira de Freitas	28	9	32,1	28	100
Itapetinga	37	10	27	37	100
Vitória da Conquista	26	7	26,9	26	100
Caetité	25	11	44	25	100
Irecê	44	9	20,4	44	100
Barreiras	32	7	21,9	32	100
Paulo Afonso	21	5	23,8	21	100

COOPERATIVA-ESCOLA	TOTAL DOCENTES	AMOSTRA DOCENTES			
		Atualização	%	Qualificação	%
Santo Antônio de Jesus	38	9	23,7	38	100
Salvador – COEBRO	28	6	21,4	28	100
Salvador – EDUCAR	30	7	23,3	30	100
Valença	32	7	21,9	32	100
Valença (COPEVA)	26	6	23,1	26	100
Nazaré	15	6	40	15	100
Lauro de Freitas	-	-	-	-	-
Sobradinho	11	4	36,4	8	72,7
Total	511	126	-	484	-
%	100	24,65	-	94,7	-

Fonte: Dados de Pesquisa

#### 4.2.3 Unidade de Investigação para a Aplicação do Modelo

A pesquisa contemplou duas unidades básicas: a Escola e a Cooperativa. A Escola como instância produtora do serviço educacional e 'locus' da ação educativa. A Cooperativa como instituição mantenedora da escola, com configuração jurídica para respaldar a funcionalidade do processo.

#### 4.2.4 População Envolvida

A população alvo objeto do processo de validação do Modelo compreendeu três categorias: a) dirigentes da Cooperativa - unidade mantenedora da Escola; b) dirigentes da Escola; c) docentes da Escola-Cooperativa.

A categoria dirigente de Cooperativa (mantenedora) envolveu presidente, diretor, superintendente, coordenador administrativo e contador. A categoria dirigente Escolar abrangeu diretor da Escola, diretor pedagógico, coordenador pedagógico e/ou função com a incumbência de direção. A categoria docentes foi representada pelos professores das unidades escolares pesquisadas.

#### **4.2.5 Coleta de Dados**

Inicialmente, os dados relativos às cooperativas foram coletados na Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB, instituição fiscalizadora e com poderes legais de autorizar o funcionamento das cooperativas no Estado. Em seguida foram levantadas informações na Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB.

A partir dos dados da OCEB recorreu-se à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, especificamente as Diretorias Regionais de Educação - DIREC, na busca de complementar as informações. De posse dos dados preliminares, foram planejadas e executadas as visitas, permitindo a realização de entrevistas, observações locais, reuniões e obtenção de dados.

Além das fontes mencionadas, outras também, contribuíram no fornecimento dos dados como sejam: associação de professores, justiça do trabalho, sindicatos e, principalmente, professores, ex-dirigentes de cooperativas, pais, alunos e ex-discentes das unidades cooperativadas.

No contexto geral, os dados fundamentais para a análise dos resultados decorreram de fonte primária, obtidos diretamente através de visita e aplicação do instrumental junto às Cooperativas-Escolas.

#### **4.2.6 Atividades Realizadas na Aplicação do Modelo**

Com base nos procedimentos metodológicos descritos, procedeu-se a validação do Modelo de Avaliação proposto, tarefa que demandou a realização das atividades e ações a seguir.

- Validação preliminar dos instrumentos, teste para verificação da aplicabilidade, desenvolvido junto às Cooperativas-Escolas de Ilhéus e Itabuna.
- Aplicação do Modelo - validação geral - atividade que envolveu o planejamento e execução das visitas a todas Cooperativas-Escolas existentes na Bahia, na forma do item Amostra.

- Realização de reunião em cada unidade, envolvendo os dirigentes da mantenedoura (cooperativa) como sejam: Presidente, Diretor, Superintendente, Coordenador e Correlatos.
- Em cada reunião foram apresentados os objetivos do trabalho, concepção, fundamentação e o modelo específico da Avaliação do Constructo Cooperativa.
- No final da exposição, perguntava-se aos dirigentes se eles gostariam de contribuir com o estudo, apreciando o modelo, criticando, sugerindo e respondendo o questionário.
- Todos os dirigentes contactados concordaram em contribuir. Eles receberam os instrumentos, examinaram o modelo, fizeram perguntas, responderam o questionário.
- Certas questões ficaram sem respostas, especialmente as que tratavam de resultados financeiros, e dependiam de dados dos balanços. Isso porque algumas cooperativas estavam, na oportunidade, com a contabilidade irregular, em atraso. Outras não informaram porque na ocasião da visita as peças contábeis estavam nas mãos dos contadores. (Estas foram as justificativas apresentadas pelos dirigentes).
- Similarmente ao que foi feito com os dirigentes da cooperativa, realizou-se com os da área educacional.
- Durante a visita, foi realizada reunião com os dirigentes da área educacional, em cada unidade de Cooperativa-Escola da Bahia.
- Em todas reuniões foram apresentados os objetivos do trabalho, concepção teórica e Modelo de Avaliação específico do Constructo Escola.
- Ao concluir a exposição, perguntava-se aos dirigentes se eles gostariam de contribuir com a investigação, apreciando o modelo, criticando, sugerindo e aplicando o instrumental no próprio colégio.
- Todos os dirigentes das unidades escolares visitadas concordaram em contribuir. Eles receberam os instrumentos, examinaram, fizeram perguntas e responderam o questionário.

- O preenchimento do questionário do Constructo Escola determinava visita e observação direta às instalações e equipamentos de colégio, tais como: biblioteca, compartimentos do prédio, área de lazer, sanitários, e outros, de modo poder avaliar e registrar as condições reais de uso.
- As visitas e observações às instalações e equipamentos, bem como a avaliação das condições foram realizadas em conjunto pelos dirigentes escolares e o coordenador desta pesquisa.
- Além das reuniões com os dirigentes (Cooperativa-Escola), foram realizadas, também, com os docentes; com os professores presentes no dia da visita do pesquisador.
- Nos encontros com os professores, foi apresentado o projeto, bem como comentário específico sobre o Modelo. Na oportunidade foram colhidas sugestões e apreciações. Em seguida, foram entregues os questionários relativos a Matriz de Atualização e Nível de Renda e Consumo, os quais foram respondidos e devolvidos à coordenação do Projeto.
- Convém salientar que as reuniões especificamente com os docentes aconteceram, em aproximadamente 60% dos colégios, embora a aplicação do questionário do professor tenha alcançado 80% das Escolas.
- As sugestões apresentadas pelos diferentes segmentos (dirigentes cooperativas, de escola e professores) foram apreciados e analisados, e os considerados pertinentes se integraram ao presente Modelo.
- No geral, as informações e sugestões, acompanhadas do teste de aplicação resultaram no conjunto de dados que serão analisados e refletidos no capítulo 5, intitulado - Resultados da aplicação.

## **CAPÍTULO V**

### **5. APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DE COOPERATIVA-ESCOLA**

O presente capítulo objetiva externar os resultados do processo de validação do Modelo proposto de Avaliação de Cooperativa-Escola. Ele está constituído de três seções: a primeira mostra a caracterização das Cooperativas-Escolas do Estado da Bahia; a segunda, apresenta resultados da validação no âmbito da Cooperativa; a terceira, evidencia os resultados da avaliação no ângulo específico da Escola.

#### **5.1 CARACTERIZAÇÃO**

A caracterização consiste na descrição de um conjunto de informações, que compõem o perfil das Cooperativas-Escolas. A temática aborda, fundamentalmente, os seguintes itens: categorização, distribuição espacial e aspectos gerais, conforme a seguir.

##### **5.1.1 Categorização das Cooperativas-Escolas da Bahia**

A categorização é aqui entendida como a natureza<sup>25</sup> da instituição, podendo ser: a) cooperativa exclusiva de pais, o que tipifica como unidade prestadora de serviços para consumo dos seus associados; b) cooperativa exclusiva de docentes, o que caracteriza como cooperativa de trabalho, similarmente a dos médicos, dentistas (Unimed, Uniodonto) e correlatas;

cooperativa mista de propriedade dos pais, professores e funcionários, modelo eclético. Assim, nesta subseção, o foco da discussão se volta para identificar como se situam as Cooperativas-Escolas da Bahia quanto a categorização.

Nessa linha, a pesquisa constatou que o território baiano, no ano de 2001, abrigava 19 Cooperativas-Escolas voltadas para prestação do serviço escolar de ensino médio e fundamental, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4. Relação dos Municípios que Abrigam Cooperativas-Escolas de Ensino de Nível Médio e Fundamental no Estado da Bahia

Município	População Existente	Nº de Cooperativas	Nº Alunos Matriculados		
			1999	2000	2001
Ilhéus	221.883	1	396	410	279
Itabuna	196.456	1	168	174	230
Eunápolis	84.412	1	135	152	174
Teixeira de Freitas	107.257	1	450	580	452
Itapetinga	57.800	1	331	326	366
Vitória da Conquista	262.585	1	178	298	251
Caetité	45.241	1	261	287	301
Irecê	57.360	1	1082	1176	1319
Barreiras	131.335	1	351	390	422
Valença	77.453	2	433	540	773
Paulo Afonso	96.428	1	207	227	343
Sobradinho	21.223	1	66	61	125
Sto. Antonio de Jesus	77.340	1	378	389	504
Nazaré	26.376	1	160	168	215
Salvador	2.440.886	2	223	289	436
Lauro de Freitas	113.258	1	x	47	60
Una	31.265	1	x	x	82
Total	-	19	-	-	6.332

Fonte: Dados da Pesquisa

O processo de validação envolveu as cooperativas que entraram em funcionamento antes de 1999, daí a categorização abrangeu 18 unidades as quais estão assim distribuídas: 22,2% na categoria exclusiva de pais; 38,9% na

<sup>25</sup> Natureza da instituição Cooperativa. (Ver RECH, 2000, p. 35)

categoria identificada como mista ou eclética; 38,9% na categoria caracterizada como de docente, conforme Quadro 2.

Os dados apontam uma tendência de evolução linear, na vida das Cooperativas-Escolas na Bahia, refletindo em mudanças de posição, em termos de natureza. Isso fica demonstrado quando se compara os resultados, relativos ao número de cooperativas que iniciou em cada categoria e a situação atual. Observa-se, que 5,6%, ou seja, apenas uma nasceu na condição exclusiva de docentes; 27,7% na categoria mista, e a esmagadora maioria (66,7%) foi criada como cooperativa exclusiva de pais conforme Quadro 2. Com o passar dos tempos surgiram dificuldades e embates trabalhistas<sup>26</sup>, falta da liquidez financeira, e as cooperativas foram modificando estatutos. As unidades que pertenciam a categoria de pais que enfrentaram crises e sobreviveram, um significativo número, evoluiu para o tipo misto, a exemplo de Ilhéus, Itabuna, Salvador (Educar) e outras. Das cooperativas exclusivas de pais que avançaram para a categoria mista, sem conviver com crises profundas, foram: Irecê e Caetité.

As cooperativas que iniciaram na categoria (a), exclusiva de pais, e que ainda permanecem nesta condição são: Eunápolis, Santo Antonio de Jesus e Barreiras, ou seja, 25% do total que iniciou. Na condição de categoria mista foram criadas na Bahia cinco cooperativas, como sejam: Salvador (COEBRO), Valença (COPEVA), Nazaré, Paulo Afonso e Sobradinho. Deste contingente, 60% já avançaram para o modelo docentes, e apenas a COEBRO e Sobradinho permanecem na posição de origem, embora no aspecto formal porque, de fato, elas funcionam como uma unidade comandada pelos docentes, cuja hegemonia se estabelece desde a presidência da cooperativa. Os pais atuam como atores que legitimam o modelo (misto).

Em termo do processo evolutivo da natureza das Cooperativas-Escolas, vale destacar as unidades que saíram da condição de propriedade exclusiva de pais e foram para a mista, e depois para a categoria de docentes, completando a trajetória, como sejam: Teixeira de Freitas, Educar (Salvador) e Colégio Atlântico – Lauro de Freitas.

---

<sup>26</sup> Embates Trabalhistas – Em algumas localidades as Cooperativas-Escolas perderam quase todo acervo físico, cujo material foi arrematado nos leilões para saldar passivo trabalhista. Ainda existem escolas com passivo trabalhista. Em alguns casos o patrimônio foi arrematado por quantia bem inferior ao valor real, exemplo do Colégio Atlântico e Educar em Salvador.



Os dados sugerem que o processo evolutivo das Cooperativas-Escolas da Bahia se consubstancia, figuradamente, em três fases ou estágios. O primeiro, na condição de Cooperativa de pais, modelo adotado predominantemente, no início da década de 90, pela maioria das cooperativas que iniciaram. Entretanto, em 2001, existiam apenas quatro, o que indica um retrocesso da ordem de 44,5%. As cooperativas que ainda existem são: a) unidades comandadas pelos associados fundadores, ou; b) unidades que efetuaram o processo evolutivo.

As cooperativas que permanecem na categoria só de pais, apresentam, como traço comum, o fato de ser dirigida pelos associados fundadores: os pais que participaram ativamente do processo de formação continuam vinculados organicamente ao projeto inicial de constituição da cooperativa, com foco de interesse centrado na escola. Alguns pais, inclusive, adquiriram competências e habilidades e já se profissionalizaram na gestão de Cooperativa-Escola. Contudo, observou-se que quando ocorre afastamento dos pais fundadores ou a cooperativa avança para outros modelos, ou acaba desaparecendo, a exemplo do que ocorreu em diversas localidades do Estado.

As cooperativas de pais que efetuaram o processo evolutivo, isto é, passaram para outras categorias, foram motivadas por: a) dificuldades econômicas e trabalhistas; b) desvinculação dos associados fundadores; c) influência de professores e funcionários que se integraram, de modo orgânico, ao projeto; d) compatibilização de interesses entre professores e pais, principalmente, os que adquiriram competências na gestão escolar. O fato positivo é que toda Cooperativa-Escola, onde pais ou professores se profissionalizaram na gestão, continua existindo.

Quadro 2 - Categorização das Cooperativas – Escolas do Estado da Bahia . Posição Ano 2001

COOPERATIVA-ESCOLA	Condição de Origem			Condição Atual		
	Coop. Pais	Coop. Mista	Coop. Docentes	Coop. Pais	Coop. Mista	Coop. Docentes
Ilhéus	X	-	-	-	X	-
Itabuna	X	-	-	-	X	-
Eunápolis	X	-	-	X	-	-
Teixeira de Freitas	X	-	-	-	-	X
Itapetinga	X	-	-	X	-	-
Vitória da Conquista	X	-	-	-	X	-
Caetitê	X	-	-	-	X	-
Irecê	X	-	-	-	X	-
Paulo Afonso	-	X	-	-	-	X
COEBRO – Salvador	-	X	-	-	X	-
Educar – Salvador	X	-	-	-	-	X
COPEVA – Valença – 2	-	X	-	-	-	X
COPEVA – Valença – 1	-	-	X	-	-	X
Nazaré	-	X	-	-	-	X
Santo Antônio de Jesus	X	-	-	X	-	-
Barreiras	X	-	-	X	-	-
Colégio Atlântico L... Freitas	X	-	-	-	-	X
Sobradinho	-	X	-	-	X	-
Total	12	5	1	4	7	7
%	66,7	27,7	5,6	22,2	38,9	38,9

Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando na ótica do processo evolutivo, o segundo estágio, aqui, é considerado a categoria mista, situação que abrigou, inicialmente, cinco Cooperativas-Escolas, conforme Quadro 2 e, no momento, encontra-se com sete unidades, o que equivale um índice de crescimento da ordem de 40%. Com exceção de Valença-1, todas as cooperativas, criadas a partir da segunda metade da década de 90 até 2001, nasceram na condição de mista, devido às recomendações<sup>27</sup> de técnicos ligados à Organização das Cooperativas do Estado da Bahia - OCEB.

As informações colhidas junto aos professores, dirigentes escolares e pais indicam que a evolução da cooperativa da categoria de pais para mista não resolveu os problemas internos, apenas contribuíram para reduzir os embates na justiça do trabalho e, em compensação, surgiram novos atritos. Alguns professores declaravam que "desejavam continuar tendo patrão, receber os encargos sociais, ser empregado". Outros docentes concordaram com a nova posição, "patrão de si mesmo". Além disso, ocorreram choques e conflitos determinados pela lógica de interesse dos atores. Os pais buscavam a cooperativa na pretensão de obter ensino com qualidade, com preço inferior a média do mercado, enquanto os professores objetivavam melhor recompensa financeira pelo seu trabalho e estabilidade. Isso implicava em investimentos nas escolas com repercussões no custo, fato que, na maioria das vezes, era rejeitado pelos pais nas assembléias. No contexto de conflito, nascia a insatisfação o que contribuiu, efetivamente, para a evolução da cooperativa da categoria mista para a de docentes.

O terceiro estágio do processo evolutivo é a categoria docente, a qual iniciou com Valença-1 e, atualmente, abriga sete unidades, número similar ao da mista. A categoria cooperativa de docentes registrou uma expansão da ordem de 600% e ainda sinaliza tendência de crescimento, isto porque, um percentual considerável de cooperativas que funciona com o rótulo de mista, na prática são controladas<sup>28</sup> hegemonicamente por docentes e pais que se profissionalizaram na

---

<sup>27</sup> Recomendações. Os defensores da categoria misto proclamam que esse modelo é o ideal, e que se enquadra na legislação para se tornar isento do Imposto Sobre Serviços - ISS.

<sup>28</sup> Controladas hegemonicamente por docentes - nesta condição se destacam: COEBRO em Salvador; COPEDI em Itabuna, COOPEC em Caetité, cooperativas que são presididas e geridas por docentes.

gestão de cooperativa. A categoria cooperativa de docentes iniciou o seu processo de expansão no final da década de 90, quando aguçaram as crises internas, tanto no modelo exclusivo de pais, quanto no misto.

O conjunto das informações obtidas junto aos arquivos, documentos, depoimentos de pais, professores e funcionários sugere que a Cooperativa-Escola exclusiva de pais, na realidade baiana, apresenta-se como modelo de permanência duvidosa. Existem indícios que a sua durabilidade é limitada, isto é, enquanto os sócios fundadores estão nas cooperativas elas permanecem; quando inicia o processo de substituição, afastamento dos pais, por desinteresse ou transferência de local, surgem crises e elas ou desaparecem ou passam para outra categoria (mista ou docente).

Nessa linha, os dados permitem imaginar que a cooperativa exclusiva de pais pode ser viabilizada se ela estiver vinculada a um grupo de status, ou instituição comunitária, permanente que concentre interesses que transcendam a lógica individual (dos pais), enfocando os objetivos no âmbito da coletividade, em dimensão temporal de médio e longo prazo.

Em relação à categoria mista, os resultados apontam que é uma etapa transitória, e que a tendência das cooperativas que estão nessa condição é avançar para o modelo de docentes. Embora seja possível que algumas continuem funcionando como mista para obter o privilégio do incentivo fiscal (dispensa do imposto sobre prestação de serviços - ISS), mas, na prática, serão geridas por docentes. Observou-se, também, que o modelo misto, quando funciona de fato, acentuam-se os conflitos relacionados com a lógica de interesses entre pais e professores.

Quanto à categoria docentes, os elementos sinalizadores externam tendência de evolução e, no presente, apontam esta categoria como estágio definitivo, o qual, a curto prazo, exercerá a hegemonia no processo de categorização das cooperativas do Estado da Bahia.

### **5.1.2 Distribuição Espacial das Cooperativas-Escolas**

Nesta seção, serão apresentadas as localizações das Cooperativas-Escolas do Estado da Bahia, especialmente as unidades que compõem a amostra

do universo do processo de validação; seguido de uma reflexão sobre aspectos do mercado.

Os dados constantes na Tabela 4 mostram que as Cooperativas-Escolas estão presentes em 19 municípios do Estado da Bahia, sendo que apenas dois abrigam mais de uma unidade, como sejam: Salvador e Valença. As informações contidas revelam que as localidades, com população de até 20.000 habitantes, não possuem Cooperativa-Escola no seu território.

Do conjunto dos municípios baianos, cujo tamanho da população situa-se entre 21.000 e 40.000 habitantes, registra-se a existência de três que abrigam Cooperativa-Escola, os quais possuem 422 alunos matriculados, com uma média de 140,6 discentes por unidade escolar, portanto a menor relação. Na faixa entre 41.000 e 80.000 habitantes é onde encontra-se a maior frequência de Cooperativas-Escolas, sendo seis unidades instaladas em cinco municípios, totalizando, também, o maior atendimento no âmbito do Estado, não só no contingente de alunos existentes (3.263), como também na relação de quantidade de aluno por unidade (543,8), conforme mostra a Tabela 5. Este resultado é motivado pelo município de Irecê, o qual externaliza o mais alto índice, 1.319 alunos na unidade Cooperativa. O desempenho de Irecê pode ser explicado, parcialmente, pelo aspecto populacional, a forma de gestão e também, pela condição de regionalidade, dada a sua posição geográfica, funcionar como centro econômico da microregião, o que facilitou a Cooperativa receber alunos de todos os municípios circunvizinhos.

Dos municípios que possuem de 81.000 a 160.000 habitantes, distinguem-se cinco localidades que abrigam Cooperativa-Escola, posicionando-se em segundo lugar, em termos de frequência. O conjunto das Escolas atendem a 1.451 alunos e externalizam uma relação de 290,2 discentes por unidade.

A partir da faixa de 161.000 habitantes observa-se que os municípios que se enquadram nesta categoria apresentam tendência de queda no que se refere ao número de alunos por unidade escolar, conforme evidencia a Tabela 5. Os dados constantes na Tabela 5 revelam que entre 161.000 e 320.000 a média é 253,3 alunos por unidade, enquanto nos municípios com mais de 320.000 habitantes, neste caso Salvador, a relação é da ordem de 218 alunos por unidade, índice que pode ser considerado pequeno, levando em conta o tamanho da população e o nível de renda da capital. No geral, o menor índice é registrado

no município de Lauro de Freitas (60), situação que pode ser parcialmente explicada pelo fato da Cooperativa-Escola estar em local que abriga população de nível elevado de renda e onde, também, existe uma concentração de Escolas - Empresas com estrutura e ambiência tipificada como colégio de Elite, tornando a competição desigual.

Tabela 5. Distribuição das Cooperativas-Escolas de acordo com o número de habitantes dos municípios. Posição 2001

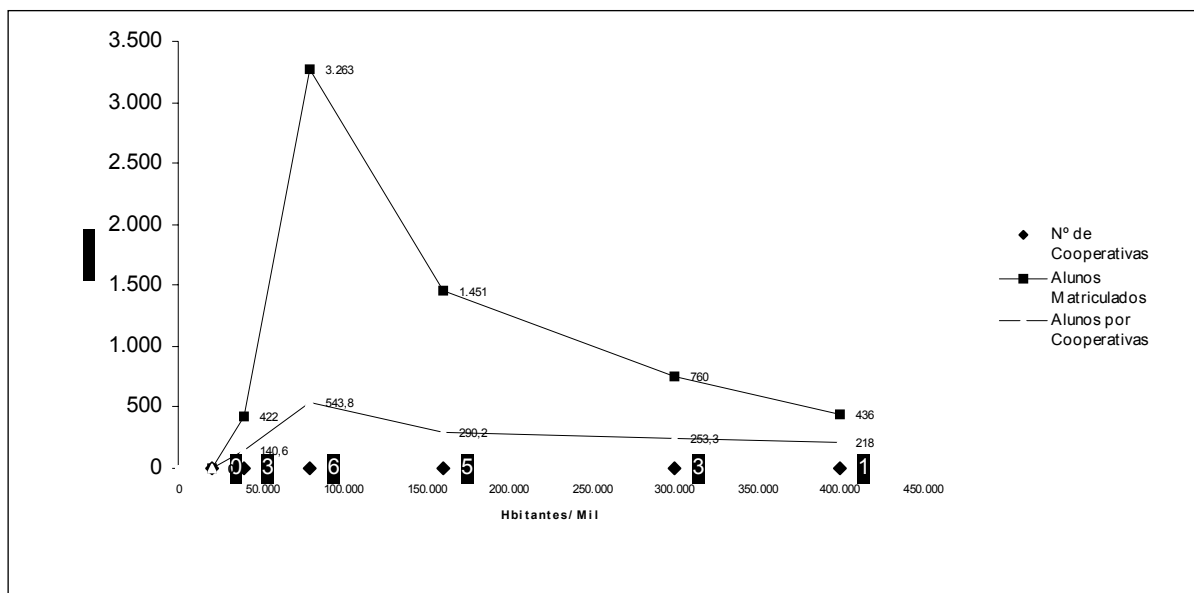
<b>Nº de Habitantes - Municípios</b>	<b>Nº de Cooperativas</b>	<b>Alunos Matriculados</b>	<b>Alunos p/ Cooperativa</b>	<b>% Alunos</b>
Até 20.000	-	-	-	-
Entre 21.000 e 40.000	3	422	140,6	6,7
Entre 41.000 e 80.000	6	3.263	543,8	51,5
Entre 81.000 e 160.000	5	1.451	290,2	22,9
Entre 161.000 e 300.000	3	760	253,3	12,0
Acima de 300.000	1	436	218,0	6,9
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>6.332</b>	<b>332,2</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

As informações indicam que, na realidade baiana, o funcionamento da Cooperativa-Escola está associado ao tamanho da população. Os dados sinalizam que os municípios com população de aproximadamente 20.000 habitantes passam a impressão que não apresentam as condições desejáveis para o funcionamento da Cooperativa-Escola. Isso leva a supor que existem limitações de mercado determinada pela ausência de clientes com renda média para assegurar o funcionamento da cooperativa.

Os dados da Tabela 5 evidenciam que as melhores condições de funcionalidade da Cooperativa-Escola situam-se nos municípios com populações entre 41.000 até 135.000, onde encontra-se o maior número de unidades, como também a mais elevada relação de alunos por Cooperativa-Escola. Estes dados permitem imaginar que as condições de mercado para Cooperativa-Escola se sediam nas cidades de porte médio, em que a presença da escola privada para

elite tem dificuldades de expansão devido à limitação da renda e da quantidade de clientes potenciais.

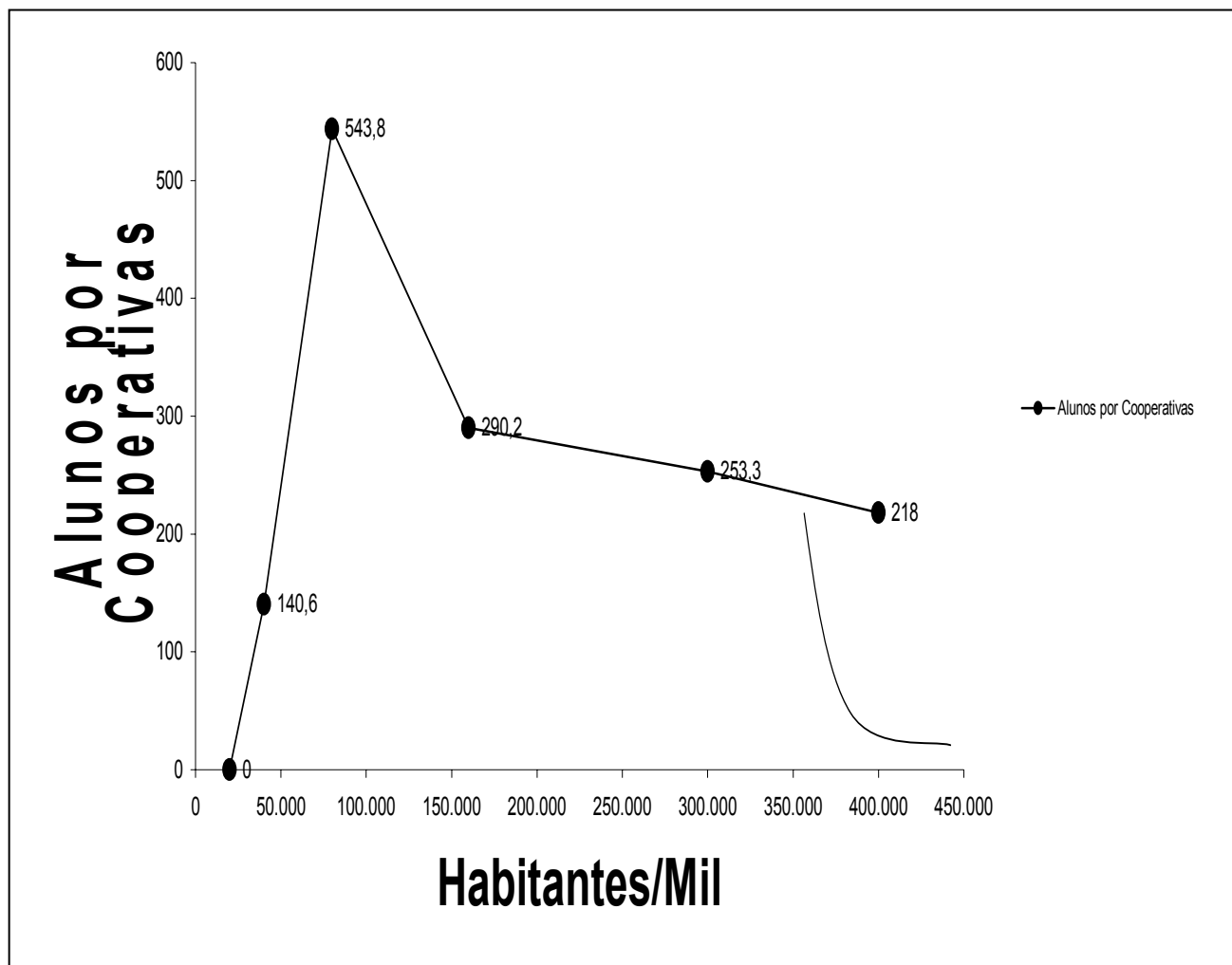


Fonte: Dados da pesquisa

Figura 2 – Relação entre nº de Cooperativas, Alunos Matriculados e Alunos por Cooperativas por habitantes nos Municípios da Bahia – posição 2001.

A partir da faixa de 160.000 habitantes, à medida que aumenta a quantidade da população, vai reduzindo a relação aluno por unidade escolar, externando que as condições de funcionalidade da Cooperativa-Escola vão diminuindo. No ponto de vista de análise do comportamento do mercado, o fato se apresenta como um paradoxo, haja vista que o esperado seria o contrário: quanto maior o número de habitantes e a renda da população, mais elevadas seriam as condições de funcionalidade, e, por conseguinte, o mercado para Cooperativas-Escolas. Nem mesmo a presença de faculdades e cursos superiores nos municípios com mais de 100.000 habitantes tem se constituído em potencializador para o funcionamento da Cooperativa-Escola. Isso permite pensar que quanto maior é a renda da população e a quantidade de habitantes, mais elevada é a presença das Escolas privadas, (empresas), maior competição, oferta de vagas e emprego para educador, o que; de um lado, desmotiva o professor a criar cooperativa; do outro, o cliente (pai) não sente a necessidade de ensejar esforços para instalar cooperativas. Tal constatação fica demonstrado quando se analisa a

situação de Salvador, o maior mercado, tanto no âmbito do tamanho da população, quanto na renda per capita. No entanto, externaliza a segunda menor relação de alunos por unidade escolar, além do fato de ser o município onde fechou significativo número, de Cooperativas que foram instaladas na década de 90.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 3 – Número de Alunos por Unidade em Relação a População dos Municípios da Bahia – 2002.

### 5.1.3 Aspectos Gerais das Cooperativas-Escolas

Nesta subseção, pretende-se evidenciar informações que contribuem para caracterizar as Cooperativas-Escolas da Bahia, especialmente as unidades



que compõem o universo da pesquisa. Nela serão apresentados dados sumários, a seguir.

As Cooperativas-Escolas instaladas interferem no contexto produtivo da sociedade baiana, participando na infra-estrutura como elemento gerador de emprego, mediante a oferta de 779 postos de trabalho diretos, distribuídos nas funções de educador (589) e atividades de apoio administração e operação (190), conforme mostra a Tabela 6. Acrescenta-se, ainda, a contribuição realizada através da geração de empregos indiretos, criados na cadeia produtiva do serviço escolar, tais como: cantina, preparação de alimentos, produção e distribuição de materiais, inclusive didáticos; cobranças, serviços contábeis, jurídicos e assemelhados, os quais são, predominantemente, terceirizados. Esses empregos indiretos movimentam a cadeia produtiva, gerando renda e incorporando capital.

Tabela 6. Postos de Trabalho (Empregos Diretos) Gerados pelas Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição. Dez. 2001

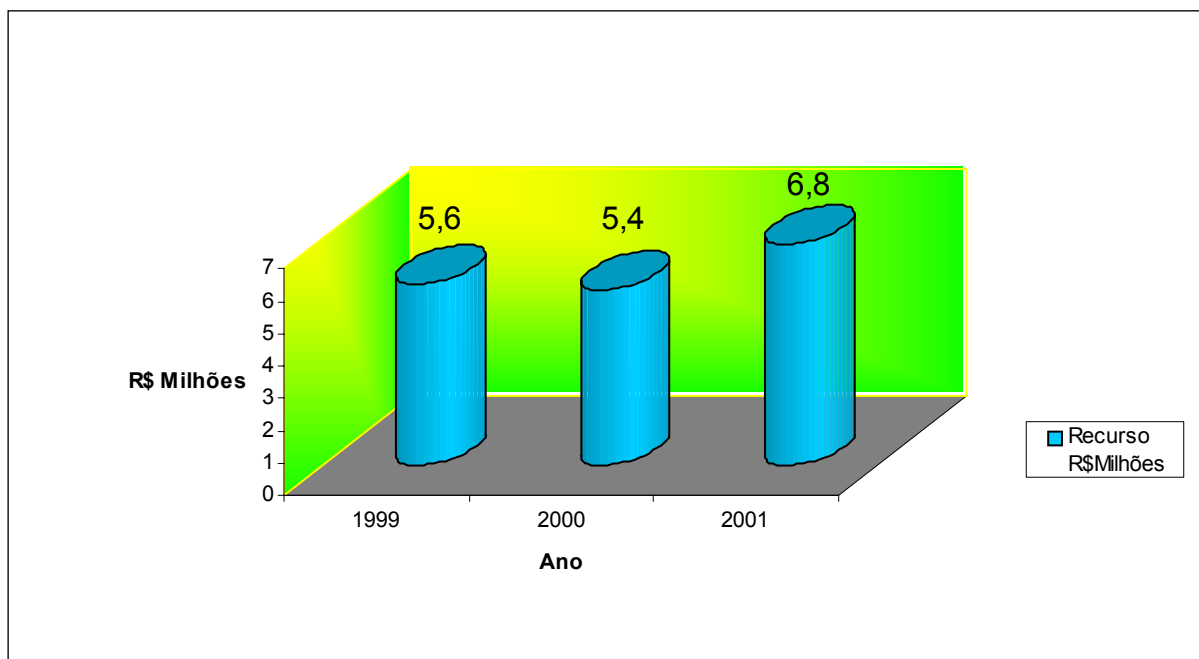
<b>Especificação</b>	<b>Nº Postos de Trabalho</b>	<b>Relação aluno posto de trabalho</b>	<b>Relação Posto de trabalho Nº categorias</b>
Educador	<b>589</b>	<b>10,7</b>	<b>31.0</b>
- Professor	511	12,3	26,9
- Dirigente Escolar	78	81,1	4,1
- Administrativo/Apoio	<b>190</b>	<b>33,3</b>	<b>10.0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>779</b>	<b>8,1</b>	<b>41</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados mostram que o número de alunos matriculados nas unidades cooperativadas é de 6.332, o que resulta em uma relação de ordem de 12,3 discentes para cada professor e uma média geral de 8,1 alunos para cada posto de trabalho direto gerado pela Cooperativa-Escola. Eles externalizam que existe uma relação da ordem de 31,0 educadores para cada cooperativa e de 10 funcionários por unidade.

Quanto aos recursos financeiros movimentados pela cadeia produtiva do serviço Cooperativas-Escolas, os dados coletados não permitiram fazer o dimensionamento do total, pois além da receita decorrente das mensalidades escolares existem outras, embora de tamanho menor que são importantes e agregam renda ao conjunto da cadeia. Entre elas se destacam: renda de

cantinas, vendas e intermediações de livros, material escolar, fardamento, festas e eventos, acordos, parcerias e até contribuições diretas, mediante verbas do serviço público. Entretanto, não foi possível calcular essas rendas, sazonais, complementares, portanto a informação relativa a movimentação de recursos apresentados a seguir, foram decorrentes, fundamentalmente, das mensalidades escolares.



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 4 – Recursos Financeiros Gerados pelas Cooperativas Escolares da Bahia – 2001.

A Figura 4 mostra a contribuição das Cooperativas-Escolas no processo de formação de capital movimentado pela cadeia produtiva, no triênio 1999 a 2001. Os dados evidenciam que ao longo do período as cooperativas movimentaram R\$ 17,8 milhões de reais, recursos decorrentes de poupanças privadas que foram destinados à manutenção das unidades, os quais se integraram à economia de forma repartida, impactando positivamente.

Quanto ao patrimônio físico, representado pelo prédio onde são realizadas as atividades escolares, a pesquisa constatou que 35,3% das Cooperativas-Escolas utilizam imóveis alugados de terceiros, como sejam: Teixeira de Freitas, Valença, Nazaré, Salvador (COEBRO) e Ilhéus. Duas (11,7%) utilizam prédio cedido em forma de comodato: Sobradinho e Paulo Afonso. As demais unidades

(53,0%) possuem prédio próprio, e apresentam condições de competir com a rede de escolas-empresas.

## 5.2 APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DO CONSTRUCTO COOPERATIVA.

Nesta seção encontram-se os resultados da validação proposta, especificamente do constructo cooperativa. Os resultados decorrem da aplicação do modelo e estão distribuídos em duas subseções: a primeira enfoca o desempenho dos vetores; a segunda trata do desempenho geral das cooperativas que compõem a amostra.

### 5.2.1 Identificação do Desempenho dos Vetores que Modelam a Cooperativa.

O constructo cooperativa é modelado pelos seguintes vetores: administrativo, econômico, social e a participação. A conjugação dos vetores mencionados ensejam e definem o nível de desempenho das cooperativas.

A identificação de desempenho consiste no reconhecimento do comportamento de cada vetor, do seu nível de operacionalidade; inicia a partir das informações da matriz referencial de avaliação (Apêndice), o que possibilita a construção dos questionários e instrumentos, juntamente com os seus respectivos critérios e pesos.

Nesse sentido, aqui, no presente trabalho, a validação compreendeu a aplicação empírica do modelo, junto as amostras que compõem a pesquisa, de modo a verificar a identificação do desempenho dos vetores com base nas orientações apresentadas na subseção 3.4.1.2. Os resultados se constituem, inicialmente, em escores brutos, e estão sintetizados no Apêndice e. Os dados retratam os pontos obtidos pelas cooperativas em cada vetor, etapa inicial do processo de identificação do desempenho. Conhecidos os pontos de cada vetor apoiou-se na fórmula (1) e calculou-se o nível de desempenho, conforme exemplo que será apresentado a seguir.

Exemplo (4): Identificação do nível de desempenho do vetor administrativo da Cooperativa-Escola de Itapetinga.

Apoiando-se na fórmula (1)

$$DF = \frac{\sum_{i=1}^n I}{Em}; \text{ onde :}$$

- DF - quer dizer desempenho do vetor;
- P - quer dizer pontos alcançados, e neste exemplo (Itapetinga obteve 10 pontos),vide Apêndice (d).
- Em - quer dizer eficiência mínima, cujo cálculo é feito através da fórmula:

$$Em = \frac{Tp}{2}; \text{ onde :}$$

- Tp - significa o total de pontos do vetor, e neste exemplo é 13, vide Apêndice (d).
- Operacionalizando, tendo como referência os dados, obtêm-se os resultados a seguir.

$$DF = \frac{10}{\frac{13}{2}} = \frac{10}{6,5}$$

$$DF = \frac{10}{6,5} = 1,53$$

O desempenho do vetor administrativo da Cooperativa Escola de Itapetinga é 1,53. Procedendo na forma acima apresentada calculou-se o desempenho de cada vetor (administrativo, econômico social e participação) do total das cooperativas, e os resultados estão registrados nas Tabelas 7, 8, 9 e 10.

Tabela 7. Desempenho do Vetor Administrativo das Cooperativas- Escolas da Bahia. Ano 2001

Cooperativa	Vetor Administrativo	X <sup>2</sup>	X̄	σ	I C
	Escore x				
Ilhéus	0,96	0,9216	12	0,295057	-1,15232
Itabuna	1,53	2,3409	1,3	0,295057	0,77951
Eunápolis	1,11	1,2321	1,3	0,295057	-0,64394
T. Freitas	1,35	1,8225	1,3	0,295057	0,169459
Itapetinga	1,53	2,3409	1,3	0,295057	0,77951
Vit. Conquista	0,76	0,5776	1,3	0,295057	-1,83015
Caetité	1,27	1,6129	1,3	0,295057	-0,10168
Irecê	1,3	1,69	1,3	0,295057	0
Barreiras	1,58	2,4964	1,3	0,295057	0,948968
Valença - 1	1,63	2,6569	1,3	0,295057	1,118427
Valença - 2	0,77	0,5929	1,3	0,295057	-1,79626
Paulo Afonso	1,43	2,0449	1,3	0,295057	0,440592
Sobradinho	1,04	1,0816	1,3	0,295057	-0,88118
Santo Antonio	1,21	1,4641	1,3	0,295057	-0,30503
Nazaré	1,75	3,0625	1,3	0,295057	1,525127
Salvador - Coebro	1,69	2,8561	1,3	0,295057	1,321777
Salvador - Educar	1,19	1,4161	1,3	0,295057	-0,37281
∑ x	22,1	30,21	-----	-----	-----
X	1,3	-----	-----	-----	-----

Fonte: Dados da Pesquisa

Obs. I C = Índice de Classificação = resultado obtido através do escore z.

Tabela 8. Desempenho do Vetor Econômico das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição Ano 2001

Cooperativa	Vetor Econômico	X <sup>2</sup>	Média	Desvio padrão	I C
	Escore x				
Ilhéus	0,61	0,3721	1,258889	0,302855	-2,14257
Itabuna	1,22	1,4884	1,258889	0,302855	-0,12841
Eunápolis	----	-----	-----	-----	-----
T. Freitas	----	-----	-----	-----	-----
Itapetinga	1	1	1,258889	0,302855	-0,85483
Vit. Conquista	----	-----	-----	-----	-----
Caetité	1,2	1,44	1,258889	0,302855	-0,19445
Irecê	1,28	1,6384	1,258889	0,302855	0,069707
Barreiras	1,28	1,6384	1,258889	0,302855	0,069707
Valença - 1	1,69	2,8561	1,258889	0,302855	1,423491

Cooperativa	Vetor Econômico	X <sup>2</sup>	Média	Desvio padrão	I C
	Escore x				
Valença - 2	----	----	----	----	----
Paulo Afonso	----	----	----	----	----
Sobradinho	----	----	----	----	----
Santo Antonio	1,48	2,1904	1,258889	0,302855	0,73009
Nazaré	1,57	2,4649	1,258889	0,302855	1,027262
Salvador - Coebro	----	----	----	----	----
Salvador - Educar	----	----	----	----	----
$\sum x$	11,33	15,0887	----	----	----
X	1,258888889	----	1,258889	----	----

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 9. Desempenho do Vetor Social das Cooperativas-Escolas da Bahia.  
Posição Ano 2000

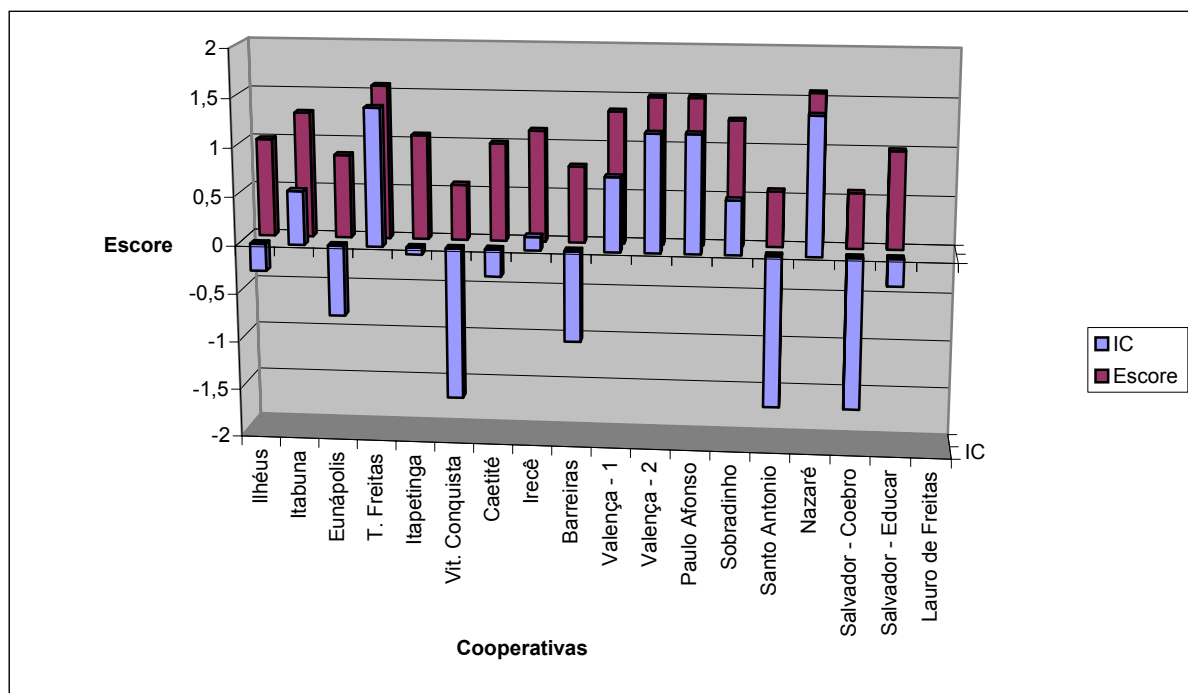
Cooperativa	Vetor Social	X <sup>2</sup>	Média	Desvio padrão	I C
	Escore x				
Ilhéus	0,75	0,5625	0,914118	0,291831	-0,56237
Itabuna	0,75	0,5625	0,914118	0,291831	-0,56237
Eunápolis	0,62	0,3844	0,914118	0,291831	-1,00784
T. Freitas	0,93	0,8649	0,914118	0,291831	0,054423
Itapetinga	0,87	0,7569	0,914118	0,291831	-0,15118
Vit. Conquista	0,75	0,5625	0,914118	0,291831	-0,56237
Caetité	0,75	0,5625	0,914118	0,291831	-0,56237
Irecê	1,25	1,5625	0,914118	0,291831	1,150948
Barreiras	0,87	0,7569	0,914118	0,291831	-0,15118
Valença - 1	1,06	1,1236	0,914118	0,291831	0,499886
Valença - 2	0,62	0,3844	0,914118	0,291831	-1,00784
Paulo Afonso	1,28	1,6384	0,914118	0,291831	1,253747
Sobradinho	0,62	0,3844	0,914118	0,291831	-1,00784
Santo Antonio	0,87	0,7569	0,914118	0,291831	-0,15118
Nazaré	1,81	3,2761	0,914118	0,291831	3,069866
Salvador - Coebro	0,87	0,7569	0,914118	0,291831	-0,15118
Salvador - Educar	0,87	0,7569	0,914118	0,291831	-0,15118
$\sum x$	15,54	15,6532	----	0,291831	-----
X	0,914117647	----	----	-----	-----

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 10. Desempenho do Vetor Participação das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição Ano 2000

Cooperativa	Vetor Participação Escore x	X <sup>2</sup>	Média	Desvio padrão	I C
Ilhéus	1	1	1,094118	0,33682	-0,27943
Itabuna	1,28	1,6384	1,094118	0,33682	0,551874
Eunápolis	0,85	0,7225	1,094118	0,33682	-0,72477
T. Freitas	1,57	2,4649	1,094118	0,33682	1,412868
Itapetinga	1,07	1,1449	1,094118	0,33682	-0,0716
Vit. Conquista	0,57	0,3249	1,094118	0,33682	-1,55608
Caetité	1	1	1,094118	0,33682	-0,27943
Irecê	1,14	1,2996	1,094118	0,33682	0,136222
Barreiras	0,78	0,6084	1,094118	0,33682	-0,9326
Valença - 1	1,35	1,8225	1,094118	0,33682	0,7597
Valença - 2	1,5	2,25	1,094118	0,33682	1,205042
Paulo Afonso	1,5	2,25	1,094118	0,33682	1,205042
Sobradinho	1,28	1,6384	1,094118	0,33682	0,551874
Santo Antonio	0,57	0,3249	1,094118	0,33682	-1,55608
Nazaré	1,57	2,4649	1,094118	0,33682	1,412868
Salvador - Coebro	0,57	0,3249	1,094118	0,33682	-1,55608
Salvador - Educar	1	1	1,094118	0,33682	-0,27943
Lauro de Freitas		-----	-----	-----	-----
$\sum x$	18,6	22,2792	-----	0,33682	-----
X	1,094117647	-----	-----	-----	-----

Fonte: Dados da Pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 5 - Índice de Classificação e Escore do vetor Participação de Cooperativas Escolas.

Os dados externalizam o desempenho de cada vetor das Cooperativas-Escolas, através dos escores, os quais têm uma variação que vai de 0,0 (desempenho mínimo) a 2,0 (desempenho máximo). O escore abaixo de 1,0 significa desempenho insatisfatório; e quanto mais se aproxima de 0,0 maior é o seu nível de deficiência. Em contra-partida, o escore acima de 1,0 significa satisfatório em termo de desempenho; e quanto mais se aproxima de 2,0, maior o seu nível de eficiência.

Assim, para uma melhor visão do desempenho e compreensão da realidade em estudo foram elaboradas as Tabelas 8, 9 e 10, as quais retratam o desempenho por vetor, exibindo o desvio padrão do conjunto e o índice de classificação amostral, calculados com o apoio do escore z, tendo como base a fórmula (5), a seguir:

$$I C = \frac{X - \bar{X}}{\sigma}$$

A Tabela 7 evidencia o desempenho do vetor administrativo das Cooperativas-Escolas da Bahia, o qual, conforme o referencial teórico, está manifestado nos indicadores: planejamento, organização, coordenação e controle. Ela mostra o comportamento geral do vetor administrativo e acusa que três instituições: Ilhéus, Vitória da Conquista e Valença-2, registraram comportamento insatisfatório, posicionando-se abaixo da eficiência mínima, fato que expressa possibilidades destas cooperativas enfrentarem sérias dificuldades no futuro. O menor escore foi obtido pela unidade de Vitória da Conquista (0,76) e o maior foi conquistado pela de Nazaré (1,75), resultados que indicam, situação confortável, categoria bom. Quanto ao índice de classificação do conjunto dos dados da amostra, observa-se a distribuição das unidades em relação ao desvio padrão.

A Tabela 8 sintetiza informações relativas ao comportamento do vetor econômico das Cooperativas-Escolas da Bahia. Conforme consta no referencial teórico, o econômico abrange aspectos relativos ao custo, comportamento do patrimônio, rentabilidade do capital, liquidez e solvência. Em custo, são analisadas as prática e os procedimentos utilizados, na forma apresentada na base teórica deste trabalho.



As informações da Tabela 8 externalizam que 50% da amostra não tiveram condições de apresentar todas as informações necessárias ao dimensionamento e identificação do vetor econômico. Essas unidades, a maioria, por ocasião da pesquisa estavam com problemas nos seus balanços. Algumas tinham a contabilidade em atraso e outras, presume-se, não quiseram expor a real situação econômica financeira. Contudo, das cooperativas que apresentaram todas as informações observa-se que apenas Ilhéus, com 0,61, evidencia condição de fragilidade, externando um índice que indica desempenho abaixo da eficiência mínima. Isso significa reconhecer que esta unidade passa dificuldades e que pode ter o seu trabalho seriamente comprometido por insuficiência de recursos financeiros. Por outro lado, a Tabela citada, mostra, também, a confortável posição das cooperativas de: Valença-1, Nazaré, Santo Antonio de Jesus, Barreiras e Irecê, as quais exibem condições de liquidez, bem como nível de eficiência econômica que asseguram condições para cumprimento das missões e objetivos da instituição. No que se refere ao índice de classificação, os dados ratificam as privilegiadas posições das unidades de Nazaré, Valença e a desconfortável situação de Ilhéus.

A Tabela 9 disponibiliza as informações relativas ao desempenho do vetor social das Cooperativas-Escolas. O social aqui está manifestado em indicadores como: implementação do FATES, existência de fundo social complementar, distribuição de sobras líquidas, valor da pró-labore, preço do serviço escolar e outros. O conjunto dos indicadores formatam o nível de desempenho do vetor cujos resultados serão comentados a seguir.

Conforme os dados da Tabela 9, o desempenho das Cooperativas - Escolas da Bahia, na sua maioria, apresenta resultados indesejados, no vetor social, pois 76,5% estão abaixo do nível de eficiência mínima, isto é, score inferior a 1,0. Significa dizer que a maioria das unidades não está prestando os benefícios sociais, na forma preceituada na doutrina cooperativista. Implica em reconhecer que a maior parte das cooperativas não está, concretamente, realizando a sua missão, cumprindo os objetivos delineados. Isso fica demonstrado, quando se observa que, apenas, quatro unidades se situaram acima da linha de eficiência, e entre elas, destacando-se em primeiro lugar, a Cooperativa-Escola de Nazaré, com score 1,8, sendo acompanhada, embora com score menor, pelas unidades de Paulo Afonso, Irecê e Valença-1. No que

se refere ao índice de classificação das cooperativas, verifica-se a distribuição das unidades com base no escore z, destaca-se a posição confortável de Nazaré, Paulo Afonso e Irecê, em detrimento da situação de Sobradinho, Valença-2 e Eunápolis, como os últimos colocados.

A Tabela 10 evidencia os resultados do desempenho do vetor participação<sup>29</sup>, o qual está espelhado pelos seguintes indicadores: rotatividade nos cargos de direção, participação nas eleições, números e frequência nas reuniões, existência de processo de informação e operacionalização do FATES. Os resultados determinam o nível de participação e externalizam o seu desempenho conforme a seguir.

À luz das informações contidas na Tabela 10, deduz-se que o nível de participação das Cooperativas-Escolas da Bahia é satisfatório, pois 70,5% das unidades estão situadas em posição igual ou acima da linha de eficiência mínima. Significa dizer que apenas 29,5% possuem nível de participação insatisfatório, o que pode, no futuro, comprometer, seriamente o desempenho. Os dados mostram que as cooperativas que pertencem a categoria de pais estão em desvantagem, com baixa participação, externando os menores resultados. Em relação ao índice de classificação, calculado através do escore z, os dados destacam a posição de Teixeira de Freitas e Nazaré, com os índices mais relevantes e no extremo estão Eunápolis e Santo Antonio de Jesus.

Analisando o desempenho dos vetores por categoria de cooperativa observa-se na Tabela 11 o comportamento das unidades. Constatam-se, nas cooperativas dos pais, que os vetores administrativo e econômico estão em situação confortável, registrando escores que os posicionam em condições igual ou superior a linha de eficiência mínima. Quanto ao vetor social, todas as cooperativas dos pais registram níveis insatisfatórios, com escore inferior a 1,0. Em participação, apenas a cooperativa de Itapetinga conseguiu escore que lhe situa na linha da eficiência mínima (1,07); as demais unidades ficaram abaixo com escore inferior a 1,0.

---

<sup>29</sup> Fator Participação - empiricamente atribui-se a falta de participação dos associados como uma das principais causas que provoca o enfraquecimento do cooperativismo, chegando até a favorecer a sua desativação.

Tabela 11. Desempenho das Cooperativas Escolas da Bahia no constructo Cooperativa, por Categoria (pais, mista, docente). Posição 2001

Cooperativa / Cidade	PAIS			MISTA			DOCENTES							
	Adm.	Eco	Soc.	Part.	Geral	Adm.	Eco	Soc.	Part.	Geral	Eco	Soc.	Part.	Geral
Ilhéus	-	-	-	-	-	0,96	0,92	1,12	1,00	4,00	-	-	-	-
Itabuna	-	-	-	-	-	1,53	1,22	0,75	1,28	5,76	-	-	-	-
Eunápolis	1,11	-	0,62	0,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T. Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,35	0,93	1,57	-
Itapetinga	1,53	1,00	0,87	1,07	5,43	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V. Conquista	-	-	-	-	-	0,76	-	0,75	0,57	-	-	-	-	-
Caetitê	-	-	-	-	-	1,27	1,20	0,75	1,00	5,19	-	-	-	-
Irecê	-	-	-	-	-	1,30	1,28	1,25	1,14	6,23	-	-	-	-
Barreiras	1,58	1,28	0,87	0,78	5,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valença – 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,63	1,69	1,06	1,35
Valença – 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,77	-	0,62	1,50
Paulo Afonso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,43	-	1,93	1,28
Sobradinho	-	-	-	-	-	1,04	-	0,62	1,28	-	-	-	-	-
Sto. Antônio	1,21	1,48	0,87	0,57	5,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nazaré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,75	1,57	1,81	1,57
Salvador- Coebro	-	-	-	-	-	1,69	-	0,87	0,57	-	-	-	-	-
Salvador – Educar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,19	-	0,87	0,87
Σ X	5,43	3,76	3,23	3,27	16,34	8,55	4,62	6,11	6,84	21,18	8,12	3,26	7,22	8,14
X	1,3	1,2	0,8	0,8	5,4	1,2	1,0	0,8	0,9	5,2	1,3	1,6	1,1	1,4

Fonte: Dados da Pesquisa.

O comportamento das cooperativas da categoria mista está externalizado na Tabela 11, o qual mostra que o desempenho médio do vetor administrativo foi 1,2 e o econômico 1,0, resultados inferiores aos da categoria pais, porém positivos do ponto de vista da eficiência. Entretanto, no que se refere aos vetores social e à participação, o índice é inferior a 1,0, a exemplo do que aconteceu com a categoria pais, o que sinaliza que ambas as categorias citadas não atendem, ainda, plenamente às aspirações do cooperativismo. Ele evidencia, também, o comportamento das cooperativas que integram a categoria dos docentes; os dados mostram a sua supremacia em relação às outras registrando índices acima da média, especialmente em participação, com escore médio de 1,4. Com exceção da unidade Valença-2, que obteve dois escores insatisfatório, as demais registraram resultados médios satisfatórios.

A Tabela 12 apresenta os índices médios dos vetores: administrativo, econômico, social e participação por categoria de cooperativa. As informações sinalizam que as cooperativas de pais e as mistas exibem eficiência no vetor administrativo e econômico e demonstram fragilidade na oferta de benefícios (esfera social) e na participação; enquanto que a categoria docente se mostrou consistente em todos os vetores evidenciando regularidade de desempenho, o que pode ser atribuída à condição de eficiência.

### **5.2.2 Desempenho Geral das Cooperativas**

Conforme preconiza a base teórica, o desempenho geral das cooperativas é modelado pelo comportamento dos vetores: administrativo, econômico, social e participação. A conjugação desses vetores enseja e determina o nível da operacionalidade.

Assim, identificado o desempenho dos vetores, buscou-se conhecer o desempenho geral das Cooperativas-Escolas, operação realizada com o suporte da fórmula (4), cujo exemplo a seguir, mostra como foi executado e encontrado os resultados que estão registrados nas Tabelas 11 e 12.

Exemplo (5) Avaliação do Desempenho Geral da Cooperativa-Escola.  
Valença-1

Apoiando-se na fórmula (4)

$$D G C = \frac{(D.F.A .P_1)}{2} + \frac{(D.F.E .P_2)}{2} + \frac{(D.F.S .P_3)}{2} + \frac{(D.F.P .P_4)}{2}; \text{ onde:}$$

- D G C = desempenho geral das cooperativas;
- D F A = desempenho do vetor administrativo;
- D F E = desempenho do vetor econômico;
- D F S = desempenho do vetor social;
- D F P = desempenho do vetor participação;
- P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub>, P<sub>3</sub>, P<sub>4</sub> = significam os pesos de cada vetor, conforme a seguir: adm P<sub>1</sub>=2; econômico P<sub>2</sub>=3; social P<sub>3</sub>=3; participação P<sub>4</sub>=2;
- O número 2 é quociente constante;
- Operacionalizando, tendo como referência os dados da Tabela 11 obtêm-se os resultados a seguir.

$$D G C = \frac{(1.63 .2) + (1.69 .3) + (1.06 .3) + (1.35 .2)}{2}$$

$$D G C = 14,21 : 2$$

$$D G C = 7,1$$

Por conseguinte, o desempenho geral da Cooperativa-Escola de Valença-1 é 7,1, índice que coloca essa unidade em categoria destacada, bom<sup>30</sup>.

Nesse sentido, foram efetuados os cálculos na forma acima descrita, com base nos dados figurados nas Tabelas 7, 8, 9 e 10, obtendo-se o desempenho geral do constructo Cooperativa, cujos resultados estão registrados nas Tabelas 11 e 12.

<sup>30</sup> Conforme modelo teórico a escala de aferição estratifica os escores na forma a seguir: inferior a 5 - desempenho insatisfatório; entre 5 e inferior a 7 - desempenho regular; entre 7 e inferior a 8 - desempenho bom; igual ou superior a 8 é muito bom. (Vide subseção 3.4.1.3 )

Tabela 12. Desempenho Geral das Cooperativas – Escolas da Bahia. Ano 2001

COOPERATIVA	Escore Fatores			Geral	X <sup>2</sup>	Média	Desvio Padrão	I C
	Adm.	Econ.	Social					
Ilhéus	0,96	0,92	1,12	1,00	4,00	5,89	1,18	-1,60
Itabuna	1,53	1,83	1,12	1,28	5,76	5,89	1,18	-0,11
Eunápolis	1,11	-	0,93	0,85	-	-	-	-
T. Freitas	1,35	-	1,40	1,57	-	-	-	-
Itapetinga	1,53	1,00	1,31	1,07	5,43	5,89	1,18	-0,39
Vit. Conquista	0,76	-	1,12	0,57	-	-	-	-
Caetitê	1,27	1,80	1,12	1,0	5,19	5,89	1,18	-0,59
Irecê	1,30	1,92	1,87	1,14	6,23	5,89	1,18	0,29
Barreiras	1,58	1,92	1,31	0,78	5,61	5,89	1,18	-0,24
Valença – 1	1,63	2,54	1,59	1,35	7,10	5,89	1,18	1,02
Valença – 2	0,77	-	0,94	1,50	-	-	-	-
Paulo Afonso	1,43	-	1,93	1,50	-	-	-	-
Sobradinho	1,04	-	0,93	1,28	-	-	-	-
Santo Antônio	1,21	2,22	1,31	0,57	5,30	5,89	1,18	0,50
Nazaré	1,75	2,35	2,71	1,57	8,39	5,89	1,18	2,12
Salvador – Coebro	1,69	-	1,90	0,57	-	-	-	-
Salvador – Educar	1,19	-	0,87	1,00	-	-	-	-
∑ x	-	-	-	-	53,01	324,78	-	-
X	-	-	-	-	5,89	5,89	1,18	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados mostram que a identificação do desempenho geral foi realizada com apenas nove cooperativas, ou seja, 50% da amostra. O restante, conforme já foi explicitado, por problemas contábeis e de outras naturezas, não apresentou as peças e informações necessárias. Por isso, em relação ao desempenho geral, a análise ficou parcializada.

Contudo, o que consta na Tabela 12, em nível de desempenho geral, permite afirmar que apenas uma cooperativa, Ilhéus, encontra-se abaixo da eficiência mínima, com escore 4,0, enquadrando-se na categoria de insatisfatória. Isso significa reconhecer que essa unidade atravessa dificuldades o que pode provocar, no futuro, condições de insolvência, caso não sejam feitas as correções necessárias. Os dados sinalizam, também, que a maioria das cooperativas situa-se na categoria regular, com escore entre 5,0 e abaixo de 7,0, ficando duas: Valença com 7,10 enquadrada com desempenho bom; e Nazaré com 8,3, muito bom.

Conhecido o desempenho geral das cooperativas, a preocupação se volta para o comportamento dos vetores, buscando responder às indagações que se constituíram em bússola no processo de aplicação. Nesta linha, os dados constantes na Tabela 12 evidenciam o comportamento dos vetores e permitem que sejam feitas comparações e análises de tendências. Percebe-se uma leve associação entre o comportamento do social e o econômico, o administrativo e a participação, como, também, entre o econômico e o administrativo isolado dos demais vetores, conforme mostra Matriz de Correlação, Quadro 3.

Em relação ao social, a Tabela 12 mostra que todas as unidades que registraram desempenho igual ou superior ao nível da eficiência mínima, resultado similar alcançaram, também, no econômico, administrativo e na participação. Por outro lado, observa-se que nem toda cooperativa que registrou resultado satisfatório no econômico e no administrativo apresentou posição equivalente no social. Logo, deduz-se que existe a inter-relação entre os vetores, mas a capacidade de geração dos benefícios sociais para o quadro societário não depende apenas do econômico e sim da conjugação eficiente de todos os vetores, isto é, o econômico, o administrativo e a participação. Entretanto, a interferência do social no desempenho geral da cooperativa é relevante, apresentando uma forte correlação, positiva, inclusive a mais alta de todas as variáveis, externando um  $r = 0,98$ .

Quadro 3 - Matriz de Correlação de Indicadores e Variáveis do Constructo Cooperativa. Posição 2001

VARIÁVEL	Administrativa	Econômico	Social	Participação	Desempenho G. Cooperativa	Desempenho G. Escola
Administrativa	1,00	0,52	0,59	0,16	0,65	0,00
Econômico	-	1,00	0,59	0,22	0,79	-0,45
Social	-	-	1,00	0,41	0,98	0,04
Participação	-	-	-	1,00	0,60	0,26
Desempenho Geral Cooperativa	-	-	-	-	1,00	0,07
Desempenho Geral Escola	-	-	-	-	-	1,00

Fonte: Dados da Pesquisa.



Quanto ao econômico, as informações da Tabela 12 sinalizam uma associação direta com o administrativo, pois toda unidade que obteve escore igual ou superior a 1,0 em um desses vetores, resultado similar foi alcançado no outro, exibindo índice de correlação médio, positivo, da ordem 0,59. No geral da cooperativa, a variável econômica apresenta uma correlação positiva, expressiva, com um  $r = 0,79$ .

No que se refere à hipótese de que o nível do vetor participação varia de acordo com a categoria de cooperativa, outra assertiva que também balizou a validação, os dados apontam a confirmação empírica desta hipótese. As informações evidenciam que as unidades que pertencem aos pais são as que totalizam menor nível de participação, com escore 0,8, que se traduz como resultado insatisfatório, e representa condição abaixo do nível de eficiência mínima. Também, em posição similar, situam-se as cooperativas mistas, com escore médio 0,9, abaixo do nível de eficiência mínima. Enquanto isso, as cooperativas dos docentes, no conjunto geral, registram nível de participação da ordem de 1,4, escore que equivale bom desempenho. Enfim, os dados sinalizam, claramente, que nas unidades dos docentes a prática da participação é desenvolvida de forma mais intensiva pelo quadro societário em relação as outras categorias de cooperativa.

No que se refere à hipótese que proclama: se o nível de participação for elevado, resultado equivalente deve ser obtido no desempenho geral da cooperativa, a realidade empírica, manifestada através dos dados, confirma parcialmente. Os dados da Matriz de correlação mostram que o  $r=0,60$ , o menor de todas as variáveis, o que leva a supor que o desempenho geral da cooperativa é influenciado pelo conjunto dos vetores, inclusive, a participação.

### 5.3 APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DO CONSTRUCTO ESCOLA

Conforme foi demonstrado no escopo analítico (Figura 1), o constructo escola, aqui, é representado pelas variáveis ambiência física, nível do corpo docente e operacionalidade escolar, as quais modelam e conformam a performance da escola. Estas três variáveis retratam os resultados,

operacionalmente, espelhando o nível de desempenho geral. Nesse sentido, buscou-se, objetivamente, conhecer o comportamento de cada variável, a partir da ambiência física.

### **5.3.1 Ambiência Física Escolar**

Conforme já foi explicitado, a ambiência física escolar compreende a infra-estrutura básica da escola e aqui é representada por um conjunto de indicadores que asseguram a sua funcionalidade. Assim, em obediência ao modelo teórico, foram observados procedimentos operacionais e calculados os níveis de ambiência física das Cooperativas-Escolas, cujos resultados estão configurados na Tabela 13, procedendo-se na forma a seguir.

De posse dos questionários e matrizes respondidos pelos dirigentes das escolas, levando em conta pesos<sup>31</sup> e critérios definidos nos procedimentos operacionais, seção 3.4.2, foram computados os resultados, tabulados os dados e calculados os níveis de desempenho de cada indicador que compõe a variável ambiência física: o prédio, instalações de comodidade, atividades extra-classe, biblioteca, laboratório, condições físicas, condições de limpeza, material didático, material de conforto.

Reconhecidos os níveis alcançados pelos indicadores, calculados na forma recomendada nos procedimentos operacionais, identificou-se o desempenho geral da ambiência física escolar, com apoio da fórmula (6). A título ilustrativo, colocando como exemplo a Cooperativa-Escola de Itabuna, referenciando-se nos resultados dos indicadores registrados na Tabela 13, efetuou-se na forma a seguir.

Ex (6) Identificação do Nível de Ambiência Física da Cooperativa-Escola de Itabuna.

---

<sup>31</sup> Pesos e critérios já definidos e apresentados em Procedimentos Operacionais na subseção (...)

Fórmula (6)

$$A F E = \frac{I_1(P_1) + \dots + I_n(P_n)}{X}; \text{ onde:}$$

A F E = Ambiência Física Escolar;

P = Peso de cada indicador;

I = Indicador da variável - dado constante na Tabela 13;

X = Número de indicadores, neste caso 9.

Realizando a operação:

$$A F E = \frac{9(1,4) + 5(0,8) + 4(0,8) + 6,3(1,6) + 7(1,0) + 7(0,9) + 9(1,0) + 7(1,6) + 7(0,9)}{9}$$

$$A F E = \frac{69,60}{9}; \text{ logo } A F E = 7,73$$

Assim, o índice da ambiência física encontrada na Cooperativa - Escola de Itabuna é 7.73. Adotando-se procedimento similar, calculou-se o índice de todas as Cooperativas - Escolas, cujos dados estão relacionados na Tabela 13.

O conjunto das informações relativas à ambiência física externaliza uma variação de desempenho, na qual o índice mais elevado foi alcançado pela unidade escolar de Barreiras ( 9.56 ) e o menor pela de Sobradinho com 3.82, no âmbito geral. A segunda posição, em termos de melhor desempenho, foi atingida pela cooperativa de Irecê, alcançando um índice de 8.67, número, relativamente, próximo ao das cooperativas de Stº Antonio de Jesus, Caetité e Itapetinga, com 8.65, todas situadas na terceira colocação.

Os resultados obtidos sugerem a existência de uma frágil relação em termo de nível de ambiência física e número de alunos. Isso fica demonstrado quando se observa a Tabela 14 e se constata que as cinco maiores Cooperativas Escolas, em termo do número de alunos, ou seja, as que possuem mais de 400 discentes, abocanharam as melhores posições da ambiência física: Irecê (2ª), Stº Antonio de Jesus (3ª), Teixeira de Freitas (6ª), Valença-1 (4ª), Barreiras (1ª).

Tabela 13. Ambiência Escolar das Cooperativas Escolas da Bahia. Posição Ano 2001

Cooperativa	Prédio (11)	Inst. Comodidades (12)	Atividade Extra-Classe (13)	Biblioteca	Laboratório (15)	Cond. Físicas (16)	Cond. Limpeza (17)	Mat. Didático (18)	Mat. Conforto (19)	D. Geral
Ilhéus	8.0	2.0	4.0	5.0	6.0	6.0	8.0	7.0	8.0	6.86
Itabuna	9.0	5.0	4.0	6.3	7.0	7.0	9.0	7.0	7.0	7.75
Eunápolis	9.0	5.0	5.0	6.1	7.0	9.0	8.0	7.0	8.0	8.02
T. Freitas	10.0	4.0	4.0	6.3	6.0	7.0	9.0	8.0	8.0	8.04
Itapetinga	10.0	8.0	7.0	5.5	6.0	9.0	9.0	8.0	8.0	8.65
Vit. Conquista	9.5	6.0	3.0	6.3	5.0	8.0	8.0	9.0	8.0	8.04
Caetite	10.0	5.0	7.0	7.0	6.0	9.0	9.0	8.0	8.0	8.65
Irecê	9.5	6.0	5.0	6.0	7.0	9.0	9.0	10.0	7.0	8.67
Valença - 1	9.5	4.0	6.0	7.0	7.0	7.0	9.0	6.0	7.0	8.41
Valença - 2	9.0	3.0	1.0	4.6	-	6.0	7.0	6.0	7.0	5.78
Nazaré	8.5	2.0	8.0	4.6	6.0	6.0	8.0	8.0	8.0	7.40
Sto Antônio	10.0	6.0	3.0	5.7	8.0	9.0	9.0	7.0	9.0	8.65
Barreiras	10.0	6.0	9.0	7.6	9.0	10.0	9.0	8.0	9.0	9.56
Sobradinho	7.0	2.0	1.0	0	-	5.0	7.0	5.0	3.0	3.82
Paulo Afonso	10.0	8.0	1.0	-8,2	6.0	8.0	8.0	7.0	9.0	8.31
Salvador-Coebro	9.0	3.0	6.0	6.6	7.0	7.0	8.0	7.0	7.0	7.68
Salvador-Educar	8.5	4.0	1.0	4.2	-	7.0	8.0	6.0	6.0	5.77

Fonte: Dados da Pesquisa.

D = Desempenho Geral | = Indicador |1....|9

Os dados da Tabela 14 sinalizam a existência de uma tênua relação entre a ambiência escolar e o número de alunos. Essa tendência ficou parcialmente comprovada quando se constata que as duas últimas Cooperativas-Escolas, em número de alunos, foram as que registraram os piores índices de desempenho, como sejam a Educar 17<sup>a</sup> e Sobradinho 16<sup>a</sup>. Por outro lado, observou-se, também, a existência de unidade escolar classificada em 10<sup>o</sup> lugar, em número de alunos, posicionando-se em termos de ambiência física em nível equivalente a 3<sup>a</sup> posição, como é o caso de Caetité e de modo assemelhado Paulo Afonso. Existe também condição inversa a exemplo de Valença-2, que situa-se na 7<sup>a</sup> posição em número de alunos e posiciona-se na 12<sup>a</sup> no nível de ambiência, Tabela 14. Estes contrastes confirmam a inexistência de correlação entre número de alunos e ambiência física, pois conforme o Quadro 4 o  $r = -0,01$ . Os resultados obtidos permitem a imaginar que o nível é determinado por múltiplos vetores, entre os quais o número de alunos, contingente populacional do município e outros.

Tabela 14. Número de Alunos e Ambiência Física das Cooperativas - Escolas. Posição 2002

Cooperativa-Escola	Alunos Matriculados		Ambiência Física	
	Quantidade	Posição	Escore	Posição
Irecê	1.319	1 <sup>a</sup>	8.67	2 <sup>a</sup>
Sto. Antonio	504	2 <sup>a</sup>	8.65	3 <sup>a</sup>
T. Freitas	452	3 <sup>a</sup>	8.04	6 <sup>a</sup>
Valença -1 ( COPEVA )	428	4 <sup>a</sup>	8.41	4 <sup>a</sup>
Barreiras	422	5 <sup>a</sup>	9.56	1 <sup>a</sup>
Itapetinga	366	6 <sup>a</sup>	8.65	3 <sup>a</sup>
Valença - 2	345	7 <sup>a</sup>	5.78	12 <sup>a</sup>
Paulo Afonso	343	8 <sup>a</sup>	8.31	5 <sup>a</sup>
Salvador - COOEBRO	316	9 <sup>a</sup>	7.68	9 <sup>a</sup>
Caetité	301	10 <sup>a</sup>	8.65	3 <sup>a</sup>
Ilhéus	279	11 <sup>a</sup>	6.86	11 <sup>a</sup>
Vit. Conquista	251	12 <sup>a</sup>	8.04	6 <sup>a</sup>
Itabuna	230	13 <sup>a</sup>	7.74	8 <sup>a</sup>
Nazaré	215	14 <sup>a</sup>	7.40	10 <sup>a</sup>
Eunápolis	174	15 <sup>a</sup>	8.02	7 <sup>a</sup>
Salvador - Educar	126	16 <sup>a</sup>	5.77	13 <sup>a</sup>
Sobradinho	125	17 <sup>a</sup>	3.82	14 <sup>a</sup>

Fonte: Dados da pesquisa

### 5.3.2 Corpo Docente

O corpo docente, no presente modelo de avaliação, é manifestado através dos indicadores: qualificação, atualização e a posição sócio-econômica, isto é, renda ou poder de consumo. Contudo, para efeito do dimensionamento do nível geral do corpo docente, exclui-se a posição sócio-econômica, por entender que este vetor se constitui em componente externo ao processo, com efeitos e desdobramentos indiretos.

Nessa linha, foram calculados os níveis de qualificação e atualização, tendo, como base referencial, as recomendações constantes nos procedimentos operacionais. Assim, apoiando-se no conjunto dos índices definidos para o cálculo da titularidade do quadro docente, bem como da atualização, foram extraídos os dados dos formulários e/ou questionários. Os resultados do comportamento de cada indicador ensejaram e definiram o nível geral da docência, calculado com base na fórmula (9).

Ex (7) nível geral do Corpo Docente Cooperativa-Escola de Barreiras.

Apoiando-se na fórmula (9)

$$N C D = \frac{(NQ.P1) + (NA.P2)}{10}; \text{ onde :}$$

N C D = quer dizer Nível do Corpo Docente;

NQ = indicador da variável e quer dizer nível de qualificação;

NA = indicador da variável e significa nível de atualização;

P1 e P2= pesos atribuídos a cada indicador, sendo 6,0 para Qualificação e 4,0 para Atualização;

10 = quer dizer quociente constante.

Efetuando a operação com base nos dados da Tabela 14

$$N C D = \frac{76 + 84}{10}$$

$$N C D = \frac{74}{10} = 7,4$$

Dessa forma, o índice do desempenho geral do quadro de docente de Barreiras é 7,4. Procedendo-se de forma similar com as demais unidades escolares, calculou-se o índice de todas as Cooperativas-Escolas, conforme mostra os dados registrados na Tabela 15.

Tabela 15. Nível de Desempenho do Corpo Docente das Escolas - Cooperativas da Bahia. Posição 2001

Cooperativa	Nível de Qualificação			Nível de Atualização			Desempenho Geral
	Pontuação	Nº Docentes	I. Médio	Pontuação	Nº Docentes	I. Médio	
Ilhéus	175	29	6.0	57,6	8	7,2	6,48
Itabuna	169	35	4,8	54,4	8	6,8	5,60
Eunápolis	137	30	4,6	50,2	7	7,2	5,64
T. Freitas	164	28	5,9	58,7	9	6,5	6,14
Itapetinga	192	37	5,2	81,9	11	7,4	6,08
Vit. Conquista	152	26	5,8	41,95	7	6.0	5,88
Caetité	185	25	7,4	104.0	14	7,4	7.40
Irecê	271	44	5,6	100,9	15	6,72	6,27
Valença - 1	211	32	6,6	47,8	7	6,8	6,68
Valença - 2	122	26	4,7	31,9	6	5,3	4,94
Nazaré	104	15	6,9	30,9	5	6,2	6,62
Sto Antonio	261	38	6,8	63,4	9	7,04	6,93
Barreiras	223	32	7.0	56,1	7	8.0	7.40
Sobradinho	24	8	3.0	16.6	4	4,1	3,44
Paulo Afonso	87	21	4,1	34,5	5	6,9	5,22
Salvador - Coebro	204	28	7,3	36,2	6	6.0	6,78
Salvador - Educar	203	30	6,8	48,2	8	6.0	6,48
Total	2.884	484	98.5	915.25	136	xxx	xxx

Fonte: Dados da Pesquisa

- Obs. 1) Sto Antonio - 6 Especialistas; 5 Mestres e 1 Doutor.  
 2) Barreiras - 9 Especialistas; 1 Mestre  
 3) Caetité - 1 Nível Médio; 24 Superior e 14 Especialistas

A Tabela 15 apresenta os níveis de qualificação dos docentes das Cooperativas Escolas, os quais situam-se entre um máximo de 7,4, posição exibida por Caetité e Barreiras, e o mínimo de 3,44, índice obtido pela Cooperativa de Sobradinho. Conforme modelo, as escolas com índice inferior a 5,0 são aquelas que a maioria do corpo docente não possui Nível Superior, e se identificam como unidades fragilizadas. Nessa categoria, encontram-se cinco Cooperativas-Escolas e entre elas Valença-2, Eunápolis, Paulo Afonso e Itabuna.

Por outro lado, a Cooperativa-Escola com nível de qualificação geral igual ou superior a 7,0 externaliza condição confortável, e indica que o corpo docente, predominantemente, tem curso superior; e, quanto maior de 7,0, mais elevada é a titularidade, isto é, o nível de pós-graduação da docência. Nesta categoria, enquadram-se três Cooperativas-Escolas, a que já foi citada (Caetité), a COEBRO de Salvador e de Barreiras. Nessa linha, vale destacar também a Cooperativa Educacional de Stº Antonio de Jesus, em que pese a sua pontuação, conferindo-lhe índice 6,86; todavia é a unidade que, qualitativamente, possui o quadro docente mais expressivo, em termos de titularidade. Ela assemelha-se a uma faculdade, abrigando seis especialistas, cinco mestres e um Doutor, além de significativo número de profissionais com nível superior. Entretanto, a referida Cooperativa tem curso infantil (maternal), como também a 1ª a 4ª série, implementadas por professores com nível médio e estudantes de graduação, resultado que reposiciona a escola, ofuscando a grandeza do seu nível de docência. A facilidade da presença de professores, com nível de pós-graduação, decorre, de um lado, da existência da Faculdade no município e, do outro, dos salários pagos aos educadores.

No que se refere ao nível de atualização dos docentes, a Tabela 15 mostra a performance geral obtida, evidenciando uma situação, cuja pontuação máxima é registrada na Cooperativa de Barreiras, índice 8,0; e a mais baixa, (4,1) é obtida pela de Sobradinho. A maioria das Cooperativas exhibe índice satisfatório, variando entre 6,0 e 7,0, indicando que o seu quadro de professores está articulado com a realidade social e harmonizada com os processos tecnológicos e culturais, formulados no mundo do saber letrado.

Os resultados relativos à situação geral do corpo docente revelam que a maioria se encontra em nível regular, possuindo, ainda, no quadro um número expressivo de professores sem o curso superior. Entretanto, observou-se que é uma posição transitória, pois o número de docentes que está cursando a graduação é relevante e, considerando que 52% das Cooperativas estão com escore próximo a sete, deduz-se que, em pouco tempo, o cenário apresentar-se-á de forma bastante favorável.

Os dados da Tabela 15 confirmam a precariedade da unidade de Sobradinho, registrando escore 3,4, o que significa condições insatisfatórias, isto é, professores com apenas o nível médio e desatualizados. Apenas duas



unidades registram condições consideradas, pelo modelo, com bom quadro docente, como sejam: Barreiras e Caetité com 7,4 ambas. E de modo qualitativo Sto Antonio de Jesus, também se integra a este grupo, apesar de só ter alcançado 6,93, portanto faltou menos de um décimo para situar na categoria bom, cujo índice é definido a partir de 7,0. Observa-se, também que nenhuma unidade conseguiu índice que o qualificasse na categoria muito bom, a qual tem como escore mínimo o 8,0.

No contexto geral o corpo docente das Cooperativas-Escolas é satisfatório, fato positivo no processo de competição no mercado escolar. Situação que é motivada, também, pela presença de faculdades, especialmente a UNEB no interior do Estado, a exemplo de Barreiras, Caetité, Santo Antonio de Jesus, Irecê, onde a presença de docentes universitários, pós-graduados, integrados no programa educacional da Cooperativa-Escola têm contribuído para avançar o processo e melhorar o nível educacional.

Confrontando os resultados do nível geral do corpo docente com a ambiência escolar, observa-se uma correlação positiva com  $r = 0,72$ . Os dados mostram que as unidades posicionadas nos extremos externalizam forte correlação, isto é, quanto maior é o desempenho na ambiência, situação idêntica é registrada no nível de docente; e ao contrário, menor índice de desempenho, resultado equivalente no índice de docente.

Verificado o nível do quadro docente, a questão se volta para a situação sócio-econômica do professor, cujos dados estão distribuídos na Tabela 16. Conforme foi destacado no Quadro Teórico de Referência, a situação sócio-econômica tem implicações com a renda, a qual assume posição de destaque no sentido de oportunizar ao professor as condições para sua manutenção, como também, meios que facilitem a apropriação de conhecimentos, refletindo no nível de atualização e na execução do trabalho, na prática docente. Daí a importância que Demo (1996) dedica ao aspecto da remuneração do professor, destacando-o como vetor que contribui para elevar o nível da escola e ao tempo favorece à conquista da credibilidade, aceitação e respeito junto à comunidade.

Nessa linha, o modelo de avaliação em pauta contempla a questão e busca identificar o nível sócio-econômico dos docentes. Ele se apoia na metodologia critério Brasil, e objetiva conhecer a situação geral, a partir da condição individual de cada professor, na forma demonstrada no Apêndice (c).

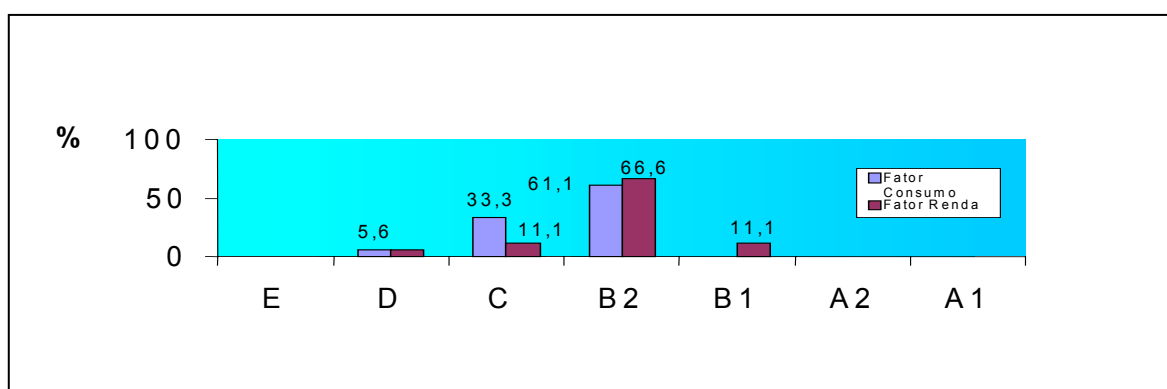
O conjunto das informações relativas à posição sócio-econômica dos docentes permite afirmar que a maioria dos professores (66,6) se encontra na classe média - média, aqui tipificada no nível B2, conforme evidencia a Tabela 16.

Tabela 16. Frequência do Nível Sócio-Econômico dos Docentes das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição 2001

Nível sócio-econômico	Escore	Frequência	
		Consumo	Renda
A1	6,6 a 7,0	-	-
A2	5,6 a 6,5	-	-
B1	4,6 a 5,5	-	11,1
B2	3,5 a 4,5	61,1	66,6
C	2,6 a 3,5	33,3	11,1
D	1,6 a 2,5	5,6	5,6
E	0,0a 1,5	-	-
$\Sigma$	-	100	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados da Tabela 17 mostram a Cooperativa-Escola de Barreiras registrou 5,4 no vetor renda, escore mais alto; e em segundo lugar Caetité, com 4,6. Outras Cooperativas, também, se destacaram no vetor renda, com escore superior a 4,0, como sejam: Itapetinga, Itabuna, Valença - 1. Estes dados permitem pensar que: ou essas Cooperativas-Escolas estão remunerando razoavelmente os seus professores; ou eles têm outras ocupações que lhes asseguram relevante complementação de renda.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 6 – Frequência do Nível Sócio Econômico dos Docentes das Cooperativas Escolares da Bahia - 2001

Tabela 17. Nível Sócio-econômico dos Professores das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição 2001

Cooperativa	Escore Médio		Nível	
	Consumo ( C )	Renda ( R )	C	R
Ilhéus	3.6	3.7	B2	B2
Itabuna	3.6	4.5	B2	B2
Eunápolis	3.0	3.9	C	B2
T. Freitas	3.2	4.0	C	B2
Itapetinga	4.0	4.5	B2	B2
Vit. Conquista	3.3	4.1	C	B2
Caetité	3.7	4.6	B2	B1
Irecê	3.0	3.8	C	B2
Valença - 1	3.7	4.5	B2	B2
Valença - 2	3.2	3.2	C	C
Nazaré	3.0	3.2	C	C
Sto Antonio	4.2	3.8	B2	B2
Barreiras	3.9	5.4	B2	B1
Sobradinho	2.5	2.2	D	D
Paulo Afonso	3.6	4.0	B2	B2
Salvador - Coebro	3.8	-	B2	-
Salvador - Educar	3.8	4.4	B2	B2
Média Modal	-	-	B2	B2

Fonte: Dados da Pesquisa.

As informações da Tabela 16 mostram que o nível sócio-econômico, ancorado na capacidade de consumo é inferior ao da renda. Os dados sinalizam uma queda de padrão com o crescimento do nível C, que sai de 11,1% para 33,3%, situação que tipifica tendência de empobrecimento. Nesse vetor, o comportamento mais destacado é o da Cooperativa-Escola de Santo Antonio de Jesus, a qual obteve um escore de 4,2 (Tabela 17). Em ambos os vetores, o pior desempenho é da Cooperativa-Escola de Sobradinho, onde o seu quadro docente está plenamente identificado com as classes populares da base da pirâmide social (D e E).

A diferença de resultados entre o vetor renda e o de consumo pode ser interpretado como reflexos da vida cotidiana da população do interior, onde se localizam 83,4% das Cooperativas-Escolas. A valoração feita pelo IBOPE (autor do modelo) para os itens de consumo contempla, fundamentalmente, o setor urbano, com ênfase nas capitais onde se concentra a maior parte da população brasileira. Isso contrapõe com a vida do interior, onde o elemento pode até dispor

de renda, mas não é motivado para o consumo de certos bens, a exemplo de aspirador de pó e outros, criando um viés que reflete no resultado final. Confrontando os resultados do nível sócio-econômico com a qualificação do docente, percebe-se tendências de associação, sinalizado, especialmente, pelas cooperativas que obtiveram escores extremos (mais altos e mais baixos), porém não indicam correlação linear.

### **5.3.3 Operacionalidade da Cooperativa-Escola**

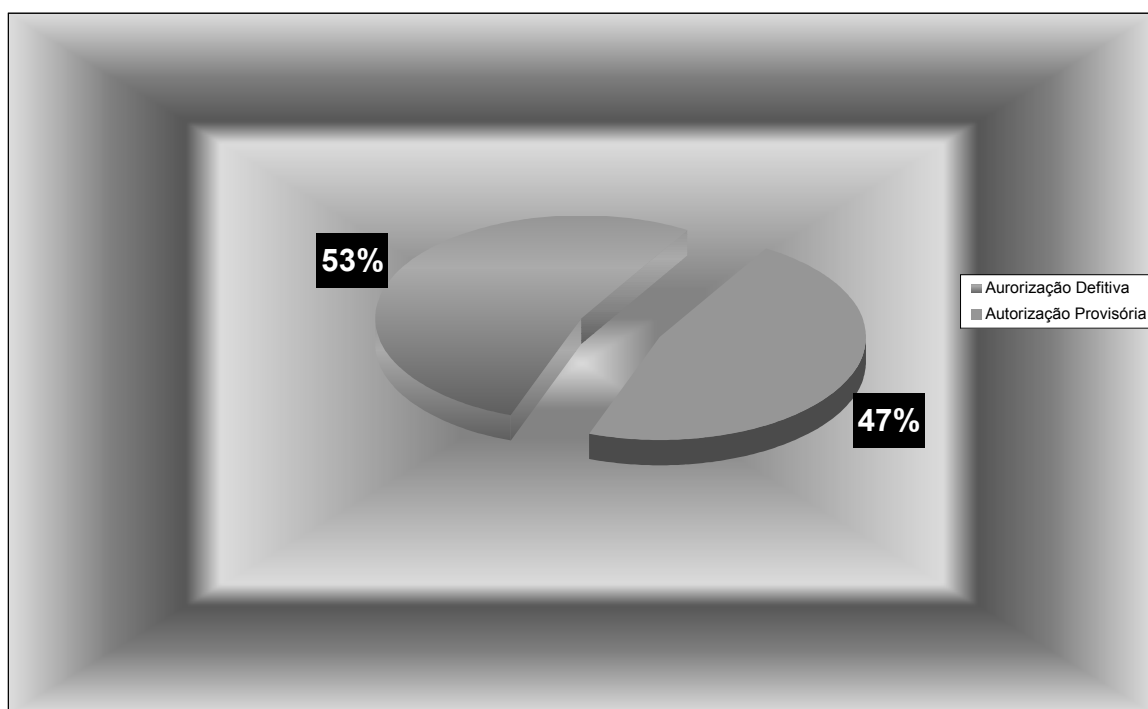
A operacionalidade, conforme definida na base teórica, compreende a funcionalidade do constructo escola e é manifestada através do comportamento de dois indicadores: regularidade institucional e tamanho da turma.

O tamanho da turma é expressado pela quantidade média de alunos por sala. Este indicador se constitui, em questão de controvérsia, devido à falta de consenso entre os estudiosos da ciência da educação. Existem correntes de pensamento que relativizam esse fato, pois acham que o número de alunos por sala não afeta a aprendizagem, enquanto outras correntes valorizam a questão e apoiam-se na prática das escolas, voltadas para a elite, advogando a necessidade de redução do número de alunos por sala.

Diante da dubiedade da importância do tamanho médio das turmas, aqui, no presente modelo, incorporou-se essa preocupação e buscou-se identificar o comportamento desse indicador no conjunto da operacionalidade. Daí, os dados evidenciados na Tabela 18, mostram que as Cooperativas Escolas da Bahia, predominantemente, têm o tamanho médio das suas turmas, situado entre 20 e 30 alunos por sala, posições que equivalem aos escores 10 e 9, respectivamente.

O indicador regularidade institucional tem como missão externalizar a situação jurídica da escola, no que tange à condição de funcionamento, na órbita da legislação. Ele enfoca a questão da legalidade, demonstrando a situação frente aos órgãos que controlam o processo de funcionamento das unidades escolares; isto é, coordenam e autorizam.

Assim, integra-se ao processo avaliatório a regularidade institucional da escola, indicador que está externado na Figura 7 e mostra que 53% das Cooperativas-Escolas estão com a autorização definitiva, legalmente credenciadas, posição manifestada através do escore 10 e 9,0 e evidencia também que 47% das unidades estão, também, legalmente credenciadas, embora com autorização provisória, condição refletida através do escore 7,0.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 7 - Regularidade Institucional das Cooperativas Escolares da Bahia – 2001.

O nível geral da operacionalidade da Escola neste modelo, foi obtido através da conjugação dos dois indicadores: regularidade institucional e tamanho da turma, os quais interferem na composição com peso quatro e seis, respectivamente.

Com base nas definições apresentadas, somadas aos critérios estabelecidos nos procedimentos operacionais, foram extraídos os dados dos questionários, tabulados, calculados os índices de desempenho dos indicadores e do nível geral da operacionalidade da Escola. A título ilustrativo, será apresentado exemplo, a seguir.

Ex. (8) Nível Operacionalidade da Cooperativa-Escola de Irecê, posição ano 2001.

Apoiando-se na fórmula (10)

$$N O E = \frac{(T M . P1) + (R I . P2)}{10}; \text{ onde:}$$

N O E = quer dizer Nível de Operacionalidade Escolar;

T M = significa Tamanho Médio da Turma;

R I = significa Regularidade Institucional;

P1 e P2 = peso dos itens. Aqui foi atribuído peso quatro para tamanho médio (T M); e peso seis para regularidade institucional (R I);

10 = quociente constante.

Efetuada a operação:

$$N O E \text{ de Irecê} = \frac{(9,0 . 4) + (10,0 . 6)}{10}$$

$$N O E = \frac{36 + 60}{10} = \frac{96,0}{10}$$

$$N O E = \frac{96,0}{10} = 9,6$$

Assim, o nível de operacionalidade da Cooperativa-Escola de Irecê é 9,6. Utilizando os mesmos procedimentos, foram calculados os níveis das outras Escolas, cujos resultados estão registrados na Tabela 18. Os dados evidenciam que no conjunto geral as Cooperativas-Escolas da Bahia, em termos da operacionalidade, desfrutam de uma situação privilegiada, confortável, registrando índices de desempenho que as qualificam com unidades de nível bom e muito bom.

Tabela 18. Operacionalidade das Cooperativas-Escolas da Bahia. Posição Ano 2001

Cooperativa	Tamanho da Turma		Regularidade Institucional	Nível Geral
	Intervalo	Escore		
Ilhéus	25-30	9	7	7.8
Itabuna	25-30	9	10	9.6
Eunápolis	25-30	9	10	9.6
T. Freitas	25-30	9	10	9.6
Itapetinga	25-30	9	10	9.6
Vit. Conquista	25-30	9	10	9.6
Caetité	20-30	9	7	7.8
Irecê	30	9	10	9.6
Valença	20-30	9	7	7.8
Valença	20-30	9	7	7.8
Nazaré	20-30	9	7	7.8
Sto Antonio	20-30	9	7	7.8
Barreiras	20-30	9	7	8.2
Sobradinho	até 20	10	7	8.2
Paulo Afonso	até 20	10	7	8.2
Salvador - Coebro	20-30	9	10	9.6
Salvador - Educar	20-30	9	10	9.6

Fonte: Dados da Pesquisa.

#### 5.3.4 Nível de Desempenho Geral do Constructo Escola.

Nesta subseção, serão apresentados e discutidos os resultados do desempenho geral, especificamente, do constructo escola, bem como a sua classificação. Embasando-se no escopo analítico e apoiando-se nos procedimentos operacionais, foram realizados os cálculos do nível de desempenho geral de cada unidade escolar, a partir dos índices obtidos na Ambiência Física, Corpo Decente e Operacionalização.

Os resultados das variáveis mencionadas, retratados na Tabela 19, permitiram a realização do cálculo do nível de desempenho geral o qual foi executado com o apoio da fórmula (11), exemplificado a seguir.

Ex (9) Nível de Desempenho Geral da Cooperativa Escola de Caetité.

Fórmula (11)

$$D G E = \frac{(A F E \cdot P3) + (N C D \cdot P5) + (N O E \cdot P2)}{10}; \text{ onde:}$$

D G E = Desempenho Geral da Escola;

A F E = Ambiência Física Escolar;

N C D = Nível do Corpo Docente;

N O E = Nível de Operacionalidade Escolar;

P = Pesos de cada elemento. No caso do presente modelo foram arbitrados os seguintes pesos: 3,0 para a ambiência física; 5,0 para o nível do corpo docente; e 2,0 para o nível de operacionalidade escolar;

10 = quociente constante

Efetuada a operação com base nos dados da Tabela 19

$$\begin{aligned} DGE &= \frac{25,95 + 37 + 15,60}{10} \\ DGE &= \frac{78,55}{10} = 7,86 \end{aligned}$$

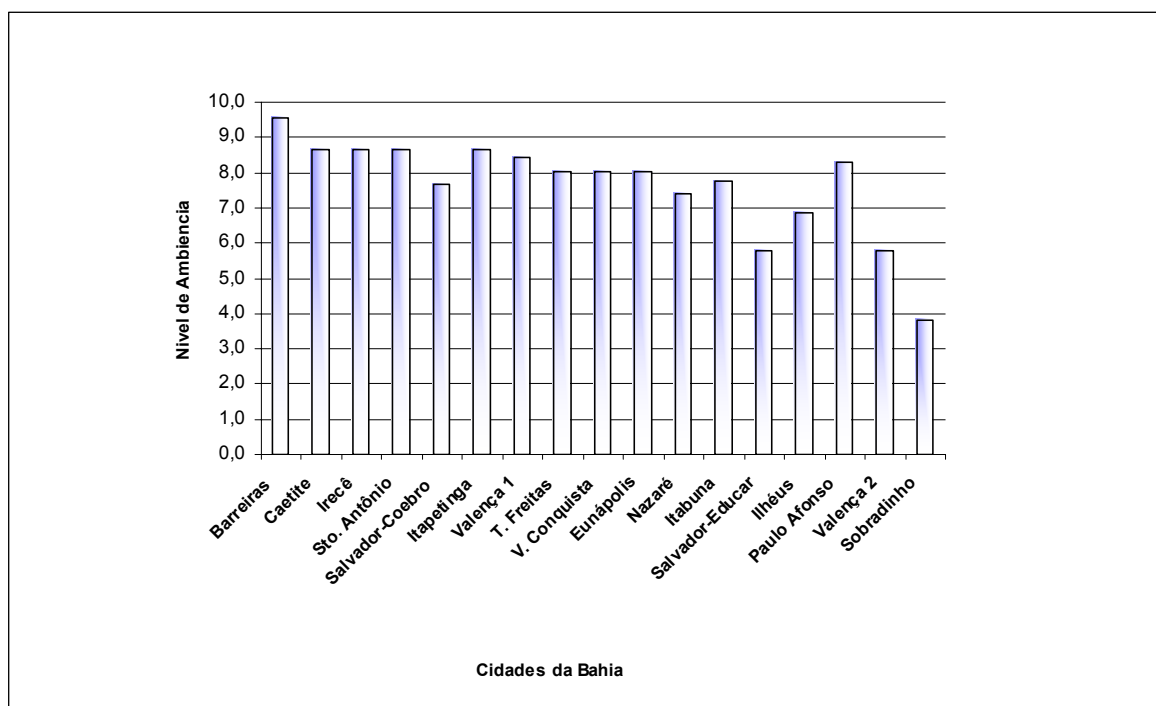
Neste sentido, o índice de desempenho geral do constructo escola de Caetité é de 7,8. Procedendo na forma apresentada acima, calcula-se o desempenho das outras unidades, bem como o nível de classificação geral, cujos resultados estão na Tabela 19.



Tabela 19. Desempenho Geral das Escolas Cooperativas da Bahia - Período 2001

Cooperativa/cidade	Ambiência	Docente	Operacionalidade	Nível Geral	Média	Desvio Padrão	Classificação
Barreiras	9,56	7,40	7,80	8,13	7,10	0,47	2,20
Caetite	8,65	7,40	7,80	7,86	7,10	0,47	1,62
Irecê	8,67	6,38	9,60	7,71	7,10	0,47	1,31
Sto. Antônio	8,65	6,93	7,80	7,62	7,10	0,47	1,12
Salvador-Coebro	7,68	6,78	9,60	7,61	7,10	0,47	1,10
Itapetinga	8,65	6,08	9,60	7,56	7,10	0,47	0,98
Valença 1	8,41	6,68	7,80	7,42	7,10	0,47	0,70
T. Freitas	8,04	6,14	9,60	7,40	7,10	0,47	0,65
V. Conquista	8,04	5,88	9,60	7,27	7,10	0,47	0,38
Eunápolis	8,02	5,64	9,60	7,15	7,10	0,47	0,11
Nazaré	7,40	6,62	7,80	7,09	7,10	0,47	-0,01
Itabuna	7,74	5,60	9,60	7,04	7,10	0,47	-0,12
Salvador-Educar	5,77	6,48	9,60	6,89	7,10	0,47	-0,44
Ilhéus	6,86	6,48	7,80	6,86	7,10	0,47	-0,51
Paulo Afonso	8,31	5,22	8,20	6,74	7,10	0,47	-0,75
Valença 2	5,78	4,94	7,80	5,76	7,10	0,47	-2,84
Sobradinho	3,82	3,47	8,20	4,52	7,10	0,47	-5,49

Fonte: Dado de Pesquisa.



Fonte: Dado de Pesquisa.

Figura 8 - Nível de Ambiência das Cooperativas Escolas da Bahia no Constructo Escola.

Tabela 20. Comportamento das Cooperativas Escolas da Bahia por Categorias: Pais, Mista e Docentes, no Constructo Escola. Posição 2001

Cooperativa / Cidade	PAIS			MISTA			DOCENTES					
	AMB	DOC	OP	GERAL	AMB	DOC	OP	GERAL	AMB	DOC	OP	GERAL
Barreiras	9,56	7,40	7,80	8,13	-	-	-	-	-	-	-	-
Caetitê	-	-	-	-	8,65	7,40	7,80	7,86	-	-	-	-
Irecê	-	-	-	-	8,67	6,38	9,60	7,71	-	-	-	-
Sto. Antônio	8,65	6,93	7,80	7,62	-	-	-	-	-	-	-	-
Salvador – Coebro	8,65	6,93	7,80	7,62	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapetinga	-	-	-	-	7,68	6,78	9,60	7,71	-	-	-	-
Valença – 1	-	-	-	-	-	-	-	-	8,41	6,68	7,80	7,42
T. Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	8,04	6,14	9,60	7,40
Vit. Conquista	-	-	-	-	8,04	5,88	9,60	7,27	-	-	-	-
Eunápolis	8,02	5,64	9,60	7,15	-	-	-	-	-	-	-	-
Nazaré	-	-	-	-	-	-	-	-	7,40	6,62	7,80	7,09
Itabuna	-	-	-	-	7,74	5,60	9,60	7,04	-	-	-	-
Salvador-Educar	-	-	-	-	-	-	-	-	5,77	6,48	9,60	6,89
Ilhéus	-	-	-	-	6,86	6,48	7,80	6,86	-	-	-	-
Paulo Afonso	-	-	-	-	-	-	-	-	8,31	5,22	8,20	6,74
Valença – 2	-	-	-	-	-	-	-	-	5,78	4,94	7,80	5,76
Sobradinho	-	-	-	-	3,82	3,47	8,20	4,52	-	-	-	-
Σ x	34,88	26,05	34,8	30,46	51,46	41,99	61,2	48,87	43,71	36,08	50,80	41,3
X	8,7	6,5	8,7	7,6	7,35	5,99	8,74	6,9	7,28	6,01	8,46	6,8

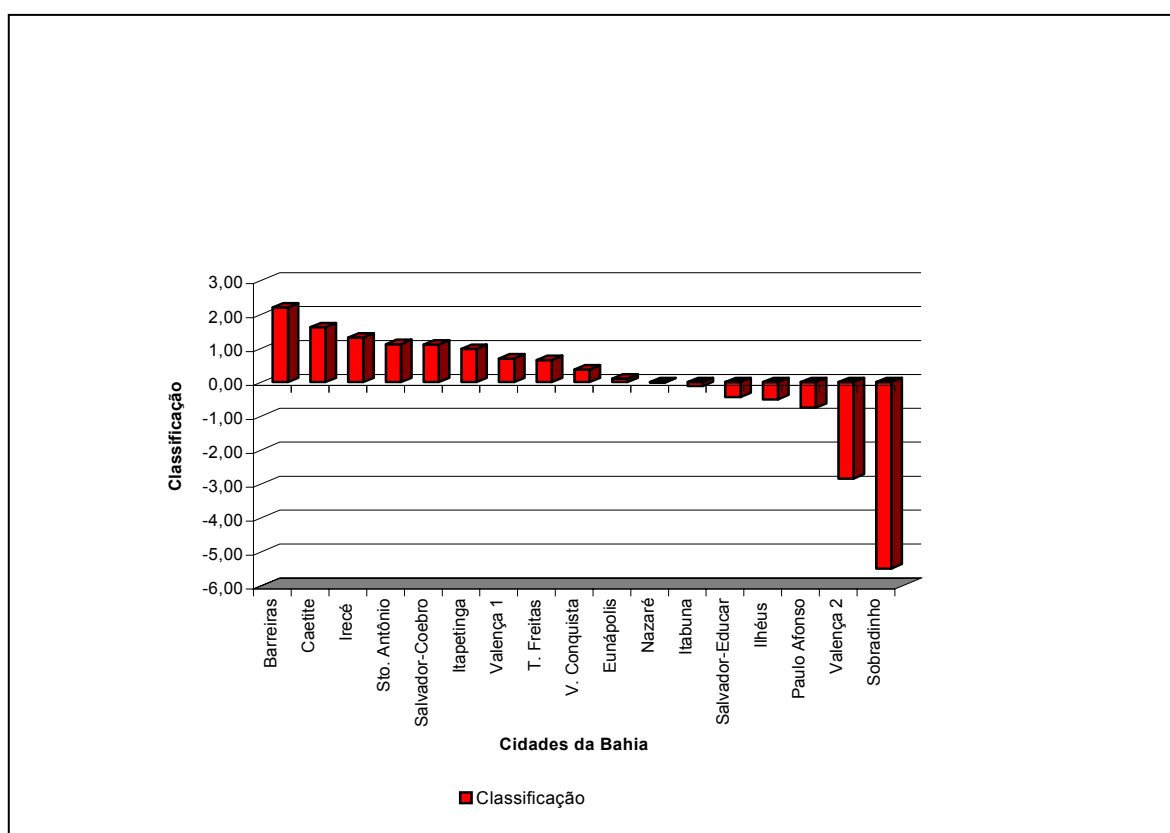
Fonte: Dados da Pesquisa.

A pontuação, para efeito de classificação do constructo escola, foi realizada com base no escore z, apoiando-se na fórmula 5 a seguir.

Fórmula (5)

$$I C = \frac{X - \bar{X}}{\sigma}$$

Os resultados estão retratados na Figura 9, a qual externaliza os índices de classificação geral do constructo escola.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 9 – Classificação das Cooperativas Escolas da Bahia – Constructo Escola.

Os dados constantes na Tabela 19 mostram o nível de desempenho geral das Escolas das unidades Cooperativas educacionais do Estado da Bahia. Eles evidenciam a condição da Cooperativa Escola de Barreiras posicionando-se como a primeira na classificação geral, inserindo-se, dessa forma, na categoria muito bom, posição conquistada, especialmente, pela influência das variáveis nível do corpo docente e ambiência física, nas quais Barreira destacou das

demais escolas. Dotada de uma ambiência física privilegiada, esta Cooperativa Escola se destaca como exemplo no contexto do Estado. O seu quadro docente, é referência pela quantidade de pessoas tituladas, situando-se no nível considerado bom. A segunda posição em termos geral, é ocupada pela cooperativa de Caetité, a qual possui, também, um corpo docente com nível considerado bom e uma ambiência física privilegiada, embora um pouco abaixo de Barreiras. Caetité registrou 7,86 no desempenho geral e escore z 1,62, dado que promove esta cooperativa para segunda posição na situação geral do Estado. As escolas que registraram desempenho pífio foram Sobradinho e Valença -2.

O constructo escola da cooperativa de Sobradinho obteve 4,52 pontos, resultado insatisfatório que indica fragilidade, deficiência. A Valença - 2 posiciona-se no penúltimo lugar, alcançando um índice de 5,76 e o escore – 2,84.

A realidade empírica, visualizada de modo assistemático, confirma os resultados obtidos através do presente modelo teórico. Inegavelmente, a escola de Barreiras, situada em uma área privilegiada, dotada dos principais equipamentos para a atividade educacional, é a mais destacada Cooperativa-Escola no geral. Situação semelhante, com as devidas diferenças, são observadas também em: Caetité, Irecê, e Sto. Antônio de Jesus. Em contrapartida, é visível o nível de carência e fragilidade estrutural das cooperativas de Sobradinho e Valença-2, não só na ambiência física, como no campo da titulação do corpo docente. São contrastes visíveis entre os dois grupos: o de maior e o de menor pontuação. No conjunto, convém destacar, a situação de Paulo Afonso, por se tratar de uma escola que trabalha apenas com o nível fundamental, a titularidade do seu corpo docente é marcada pela presença acentuada de professores com nível médio e estudantes de graduação, resultado que potencializou, negativamente, o desempenho geral, apesar do nível de ambiência muito bom (8,31) e a operacionalidade com posição idêntica (8,20).

Visualizando a classificação, na ótica do escore z, percebe-se que algumas unidades registraram desempenho inferior a média, obtendo resultados negativos conforme ilustra a Figura 9. Algumas unidades que externam posição desconfortável neste gráfico, na realidade, estão apenas abaixo da média, mas o seu conjunto em termos de desempenho geral é bom, com nível em torno 7.0, como é caso de Itabuna e Nazaré.

Observado o desempenho geral da escola, a preocupação se volta para identificar o comportamento, por categoria de cooperativa, isto é, pais, mista e de docentes. A Tabela 20 apresenta dados que permitem comparar os resultados e visualizar diferenças nos níveis de desempenho. Ele mostra que em relação à estrutura e funcionalidade, as escolas de propriedade das cooperativas dos pais externalizam uma leve vantagem sobre as outras categorias, fato demonstrado no escore obtido, o qual é 7,6, enquanto que a mista registrou 6,9 e a de docente 6,8. Embora a vantagem seja, relativamente, pequena, menos de um ponto percentual, mas significa condições de superioridade.

A superioridade da cooperativa dos pais, no constructo escola, pode ser resultado do processo de depuração que as unidades desta categoria foram submetidas, haja vista que a maioria absoluta se extinguiu ou avançou para outro modelo, conforme mencionado na subseção 5.11. As unidades que sobreviveram foram as que lograram condições favoráveis, o que possibilitou a construção de um patrimônio<sup>32</sup> expressivo, manifestado em área, prédios, materiais e equipamentos da Escola. Este fato é constatado quando se observa a estrutura das escolas de Barreiras, Itapetinga, Eunápolis e Santo Antonio de Jesus, unidades com condições físicas capazes de abrigar faculdades, ou curso superior, como já acontece com a de Barreiras.

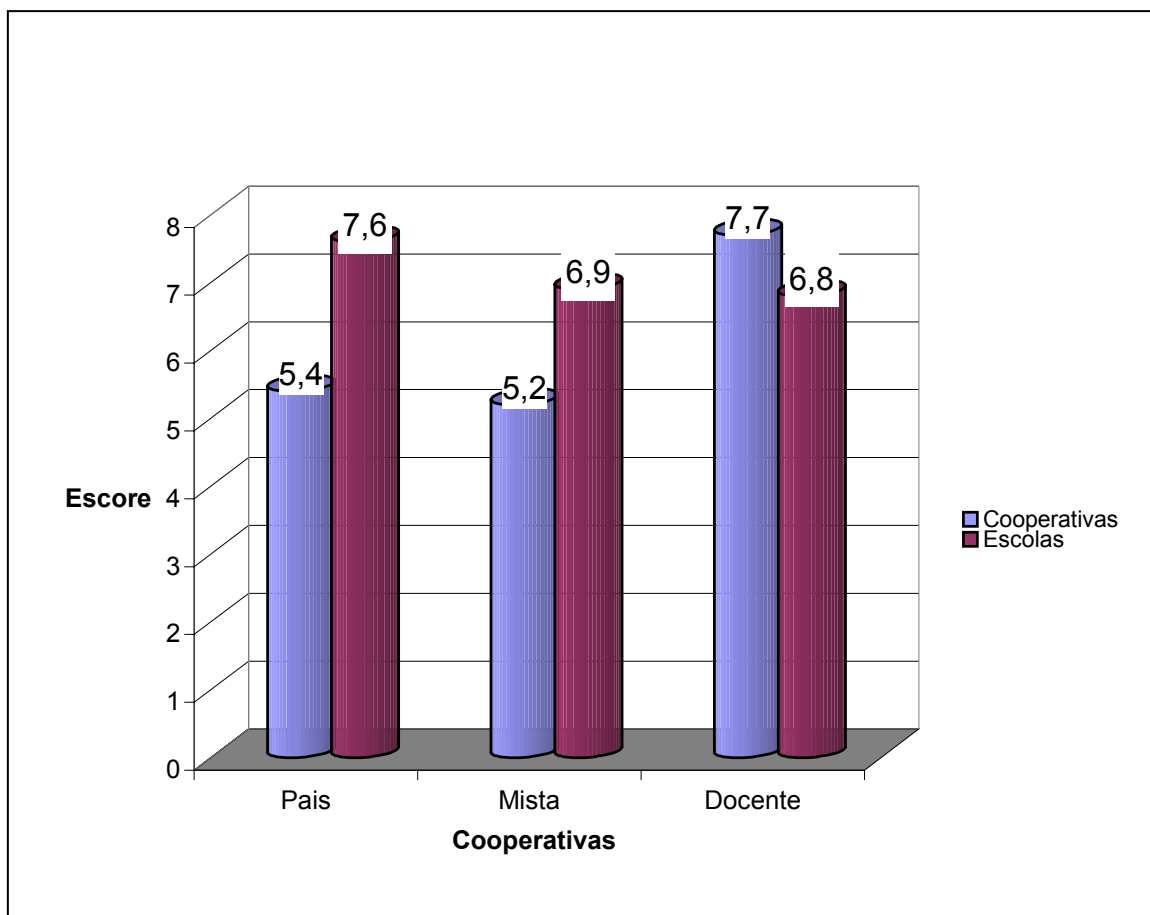
Confrontando os resultados dos dois constructos: Cooperativa e Escola, os dados que externalizam os desempenhos estão apresentados na Figura 10. Observa-se que o constructo cooperativa é viabilizado, com maior relevância, pela categoria docente, fato sinalizado pelo escore obtido, 7,1, índice que o qualifica na condição de bom. Em contrapartida a categoria docente, no constructo escola, fica na terceira colocação, embora com diferença de apenas um décimo para a mista, segundo colocada, ficando ambas na condição de regular, com escores 6,8 e 6,9, respectivamente.

A Figura 10 mostra a situação da categoria mista a qual apresenta o menor desempenho no constructo cooperativa com escore 5,2. Enquanto que a categoria dos pais posiciona-se, na segunda colocação, com escore 5,4, portanto

---

<sup>32</sup> Salienta-se que as Escolas foram criadas na década de 90, início de expansão do crescimento urbano dos municípios que abrigavam essas Cooperativas-Escolas. Existiam facilidades para aquisição de terrenos. E algumas prefeituras doaram terrenos, como Lauro de Freitas e Eunápolis. E outros adquiridos a preço abaixo do valor de mercado.

regular, mas, no constructo escola ele demonstrou supremacia, com escore 7,6, resultado influenciado pela estrutura das escolas de Barreiras, Santo Antonio de Jesus, Itapetinga e Eunápolis, fato já comentado anteriormente.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 10 – Média do Desempenho Geral da Cooperativa, por Nível de Constructo e Categoria.

As informações evidenciadas na Tabela 21 demonstram que o desempenho geral da escola não está associado ao da sua mantenedoura, um dos pressupostos que guiou o trabalho de validação pois, o nível de correlação entre essas duas variáveis é de  $r = 0,07$ , o que quer dizer insignificante. Os dados apontam tendência, externando que as escolas que lograram as posições melhores, como sejam bom e muito bom, o que corresponde os escores na faixa de 7,0 e igual ou acima de 8,0, as suas mantenedouras ficaram no mínimo, na condição de regular, com escore entre 5,0 e inferior a 7,0. Assim, não foi registrado nenhum caso de escola boa ou muito boa, neste modelo de avaliação,

que a sua mantenedoura tenha ser localizada abaixo do nível de eficiência mínima, escore inferior a 5,0. Por outro lado, através da Tabela 21, percebe-se que uma escola, a de Ilhéus, ficou na condição de regular e a sua mantenedoura localizou-se abaixo do nível de eficiência mínima, com escore 4,0, embora este resultado não permita generalização. Contudo, existem evidências nos comportamentos das escolas que ficaram na condição regular e insatisfatória, como sejam: Sobradinho, Valença-2 de confirmarem a tendência de que as unidades com desempenho regular ou insatisfatório a sua mantenedoura deverá situar-se abaixo da eficiência mínima (escore inferior a 5,0). Aqui, nesta pesquisa, esta questão não está claramente demonstrada, devido ao fato de algumas cooperativas, inclusive as citadas, não terem informado os dados dos balanços, impedindo, assim, a realização de cálculo do desempenho geral.

Na relação entre renda e o nível do corpo docente o que se constituiu em indagação que balizou o processo de validação, na condição de pressuposto, os dados contidos na Tabela 21 possibilitam a compreensão da questão. Constata-se, que as escolas de Barreiras e Caetité as quais apresentaram os índices mais elevados do corpo docente (7,40), foram estas mesmas unidades que exibiram o maior nível médio de renda dos professores da amostra. Da mesma forma, as escolas de: Sobradinho e Valença-2, que registraram os menores escores, em nível docente (3,4 e 4,9), situando-se abaixo da eficiência mínima, foram as que obtiveram o menor nível médio de renda dos docentes da pesquisa, escore 2,2 e 3,2, respectivamente, o que significa grupo sócio-econômico D e C, tipificadas como baixa renda, situadas na base da pirâmide social. Embora, convém salientar, que a unidade escolar de Nazaré obteve, também, escore 6,6 no nível do corpo docente e apenas 3,2 em renda, resultado que empata com a unidade de Valença - 2. Portanto, no nível das posições extremas, a relação renda versus nível do corpo docente se efetiva, porém, no conjunto geral, a linearidade não acontece. No contexto global, os dados mostram uma certa dissociação, evidenciando escolas com escore na faixa de 5,0, como é o caso de Itabuna e Conquista, posicionando-se em termo de renda com escore acima de 4,0, enquanto outras unidades com escore na faixa de 6,0 ou mais, como é o caso de Nazaré, Ilhéus, Salvador - Coebro, Santo Antonio de Jesus, com nível de renda abaixo de 4,0.

Os resultados externados confirmam a existência de uma correlação positiva, porém fraca, com  $r = 0,28$ , entre o nível do corpo docente e a sua renda auferida. Isso permite imaginar que existe influência, porém outros aspectos interferem nesta mediação, tais como, tamanho e localização da cidade, nível de concorrência entre as escolas, renda per capita dos clientes (família dos alunos), posse de bens e origem sócio-econômica dos docentes, entre outros.

No que diz respeito à relação entre nível do corpo docente e número de alunos na escola, pressuposto que também pautou o processo aplicação do Modelo, as informações constantes na Tabela 21 sinalizam que não existe uma associação direta, o grau de correlação é insignificante ( $r = 0,06$ ). Os dados amostrais exibem uma forte dissociação, indicando tão somente que as unidades escolares que situam-se abaixo da eficiência mínima, em termo de corpo docente, são as que possuem o menor contingente de alunos, como é o caso de Sobradinho e Valença-2.

As informações apresentadas sugerem que existem influências do nível do corpo docente, isto é, a qualificação e atualização são vetores que atraem alunos, clientes para a escola. Porém, eles, isoladamente, não determinam a quantidade de alunos. Estes vetores associam-se a outros, como o mercado, sinalizado no tamanho da população do município.

Finaliza-se aqui o capítulo V, o qual objetivou a descrição e discussão do processo de aplicação do modelo. Os resultados obtidos externalizam a viabilidade da proposta de Avaliação de Cooperativa-Escola e mostram a capacidade de responder indagações e assertivas configuradas nas hipóteses, as quais foram testadas, neste trabalho.



Tabela 21. Níveis de Desempenho do Constructo Cooperativa e Escola. Em Relação à Média e Nº de Alunos – Posição Ano 2001.

Cooperativas	Constructo Cooperativa	Constructo Escola						
	M. Geral	Ambiência	Corpo Docente	Operacion.	Geral	Renda	Nº de Alunos	
Barreiras	5,61	9,56	7,40	7,80	8,13	5,4	422	
Caetitê		8,65	7,40	7,80	7,86	4,6	301	
Irecê	6,23	8,67	6,38	9,60	7,71	3,7	1.319	
Sto Antônio	5,30	8,65	6,93	7,80	7,62	3,8	504	
Salvador – Coebro	-	7,68	6,78	9,60	7,61	3,8	316	
Itapetinga	5,43	8,65	6,08	9,60	7,56	4,5	366	
Valença - 1	7,10	8,41	6,68	7,80	7,42	4,5	428	
T. Freitas	-	8,04	6,14	9,60	7,27	4,0	452	
Vit. Conquista	-	8,04	5,88	9,60	7,15	4,1	251	
Eunápolis	-	8,02	5,64	9,60	7,09	3,8	174	
Nazaré	8,39	7,40	6,62	7,80	7,04	3,2	215	
Itabuna	5,76	7,74	5,60	9,60	6,89	4,5	230	
Salvador – Educar	-	5,77	6,48	9,60	6,86	4,4	120	
Ilhéus	4,0	6,86	6,48	7,80	6,86	3,7	279	
Paulo Afonso	-	8,31	5,22	8,20	6,74	4,0	343	
Valença – 2	-	5,78	4,94	7,80	5,76	3,2	345	
Sobradinho	-	3,82	3,47	8,20	4,52	2,20	125	

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 04. Matriz de Correlação de Indicadores e Variáveis do Constructo Escola – Coop. Escola. Posição 2001

<b>Indicadores e Variáveis</b>	<b>Ambiência Escolar</b>	<b>Atualização Docente</b>	<b>Qualificação Docente</b>	<b>Nível Docente</b>	<b>Número de Alunos</b>	<b>Renda Docente</b>	<b>Operacionalidade de Escola</b>	<b>Desempenho Geral da Escola</b>
Ambiência Escolar	1,00	0,87	0,48	0,72	-0,01	0,44	0,07	0,94
Atualização Docente	-	1,00	0,44	0,73	0,29	0,60	-0,05	0,85
Qualificação Docente	-	-	1,00	0,92	-0,05	0,06	-0,13	0,66
Nível Docente	-	-	-	1,00	0,06	0,28	-0,10	0,85
Número de Alunos	-	-	-	-	1,00	-0,17	0,01	-0,03
Renda Docente	-	-	-	-	-	1,00	-0,12	0,36
Operacionalidade da Escola	-	-	-	-	-	-	1,00	0,15
Desempenho Geral da Escola	-	-	-	-	-	-	-	1,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

## **CAPÍTULO VI**

### **6. CONCLUSÕES E SUGESTÕES**

#### **6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A investigação científica se inicia a partir de um problema, figurado em questão, dúvida ou pergunta. O problema é formatado e construído pelos conhecimentos pré-existentes, manifestados de forma concreta ou abstrata; daí se estabelece a relação empiria versus teoria, o que se constitui no fulcro da investigação.

É da interconexão dos vetores ensejados pelo pensamento e ação, da teoria e empiria, que desponta o papel da investigação, traduzindo-se em instrumento que tem a responsabilidade de buscar respostas, conhecer, explicar e decodificar processos e fenômenos, enfim a realidade que se interpõe e se constitui no problema.

Contudo, conforme Minayo (2002) nenhuma investigação, por mais abrangente e completa, será capaz de explicar todos os fenômenos, na sua totalidade, de um problema de natureza social. As mediações, limitações dos pesquisadores, interferências ideológicas e outros vetores contribuem e determinam, para que os resultados sejam parciais, provisórios, sujeitos às reformulações temporárias.

Neste sentido, associando-se ao pensamento de Minayo, externa-se aqui, o reconhecimento de que os resultados desta investigação explicam parcialmente o problema Cooperativa-Escola, como também, a compreensão da provisoriedade dos produtos, ou seja, das respostas que resultaram na decodificação dos fenômenos da realidade em estudo, os quais estão explicitados nas páginas que seguem.

Assim, o problema central que se constitui como base desta investigação é a Cooperativa-Escola, a qual é aqui entendida como instrumento de natureza social, que exerce um duplo papel: a) de um lado atua como geradora e transmissora do saber para formação de quadros operativos e diretivos da sociedade, qualificando as pessoas para o exercício da cidadania; b) do outro, ela age como instrumento gerador de emprego e renda para a categoria profissional professor.

Na condição de potencializadora de emprego e renda, a Cooperativa-Escola possui amplas condições de expandir a sua ação, em face da amplitude do mercado para educação privada, condição possibilitada tanto pela legislação, quanto pela prática e tradição da sociedade.

No âmbito da legislação, é a Lei de Diretrizes e Bases, no seu Artigo 2º que legitima a atuação do ensino privado a partir da declaração: "A educação é dever da família e do Estado", assegurando aos pais a condição de escolher a educação e a rede escolar que convém para os seus filhos, objetivando o "exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

No que se refere a tradição e prática das populações de privilegiar a escola privada para a educação dos seus filhos, fundamentam-se na idéia de que o melhor ensino, isto é, a rede escolar que prepara os quadros dirigentes da sociedade é a privada. Em que pese o fato de existirem escolas privadas boas e ruins (CASTRO e outros, 1980), a crença que domina o imaginário da maioria da população é que a rede escolar privada é a mais eficiente. Demo (1996b), refletindo sobre a questão diz que as melhores escolas de educação básica são as particulares, que oferecem uma melhor infra-estrutura, embora seja privilégio dos mais ricos. Castro e outros (1980, p. 210), comentando sobre o assunto, citam: "À parte as escolas particulares que, quando frequentada pelos ricos, são de muito melhor qualidade, há uma diferença sensível e, alguns casos, dramáticos nas características de escolas freqüentadas por diferentes classes sociais".

A notoriedade da eficiência da rede privada incrementa o mercado escolar delineando a demanda potencial, manifestada na existência de clientes para o consumo do serviço educacional. Isso significa reconhecer que apesar das limitações de renda da população e a competição com as escolas-empresas, existem espaços para ampla atuação da Cooperativa-Escola, especialmente nos

locais e áreas de conhecimento, onde a rede pública não atende, e a Escola-Empresa não tem interesse pela ausência de possibilidade de obtenção de lucro em escala que justifique a economicidade dos investimentos.

Assim, os cenários formulados a partir do mercado e da opção pela escola privada permitem visualizar condições de crescimento para as Cooperativas-Escolas na Bahia e no Brasil. A exemplo da cooperativa de médicos, UNIMED, que iniciou prestando apenas serviços na área de saúde e hoje é um conglomerado empresarial que abrange crédito, investimentos e outros, formando seis tipos constituindo-se no maior sistema Cooperativista da América Latina (IRION 1997). A Cooperativa-Escola também tem condições de horizontalizar a sua ação, instalando-se fisicamente no território Nacional de forma organizada e articulada com as suas co-irmãs, inclusive com cursos de nível superior. Da mesma forma, ela pode verticalizar formando, nuclearmente, cooperativas de: crédito, produção de material didático; administração e consultoria; previdência, seguros e outros.

O potencial de crescimento para a cooperativa de educação é vasto, na medida que se identifica que o conhecimento se constitui, neste século, em elemento valioso, imprescindível ao homem, colocando-se ao lado da saúde como o bem mais precioso da espécie humana.

As razões expostas atestam a importância da educação e por conseguinte, configuram a dimensão do problema e a sua relevância. Entretanto, a dúvida que emerge é a seguinte: qual o tipo ou natureza de Cooperativa-Escola que potencializa a execução do seu papel de formadora de quadro e geradora de emprego e renda? A resposta desloca a preocupação para um outro foco de investigação, centrando a discussão na questão da Avaliação de Cooperativa-Escola. Neste sentido, aqui nesta pesquisa, o esforço direcionou-se na busca de um instrumento metodológico, na formatação de um modelo que permitisse aferir resultados, oportunizar informações, apresentar elementos capazes de distinguir, diferenciar, avaliar, medir desempenho e identificar a potencialidade dos diferentes tipos ou natureza de Cooperativa-Escola. Portanto, o trabalho objetivou a elaboração de um modelo de Avaliação de Cooperativa-Escola, de modo que fosse capaz de responder às indagações do cotidiano e balizar caminhos, orientar e apoiar o trabalho para a efetivação da prática cooperativista. Um modelo com capacidade de otimizar informações e externar a performance das cooperativas.

O processo de construção do modelo apoiou-se na relação pensamento-ação, daí foram levados em conta de um lado, o conhecimento teórico existente, abrangendo a doutrina cooperativista, os estudos e trabalhos nessa área, como também, as teorias da educação e da economia; do outro, a empiria, a prática e a experiência de militantes cooperativistas, bem como as indicações de dirigentes e gestores de escola. Todas essas contribuições foram incorporadas ao trabalho. A conexão dos conhecimentos práticos e teóricos possibilitou o desenho do escopo analítico, permitindo a definição dos eixos centrais, aqui identificados como os constructos da investigação, como sejam a Cooperativa e a Escola. Ainda com base no escopo analítico foram definidos, também, os vetores que se traduzem como variáveis.

No constructo Cooperativa partiu-se da assertiva que ela funciona como um corpo que tem os seus contornos moldados por quatro vetores os quais têm relações de dependência e independência entre si. Os vetores são: administrativo, econômico, social e a participação. Eles estão integrados e alimentados por laços orgânicos, e agem como força motriz determinando o desempenho da Cooperativa. No processo de formatação do modelo estes vetores foram examinados à luz dos aportes a seguir.

O vetor administrativo foi construído tendo como base a teoria clássica da administração, a escola francesa, ótica de Fayol (1994). Nessa linha, o administrar compreende, fundamentalmente, o planejar, organizar, coordenar e controlar. O vetor econômico foi formulado a partir da compreensão da relação que se estabelece entre o modo de produção e as unidades produtivas que interagem no processo sócio-econômico. Buscou-se conhecer a forma como se obtém o excedente econômico e o modo de atuação do sistema econômico hegemônico. Apoiou-se, inicialmente, na economia política e verificou-se que a cooperativa para sobreviver no modo de produção capitalista terá que trilhar na lógica do sistema: ter eficiência no processo de obtenção de resultados econômicos, produzir excedentes (lucro); concentrar e expandir, isto é, horizontalizar e verticalizar as suas ações. A partir daí, recorreu-se a visão clássica da economia para definir os indicadores da eficiência do capital, configurados nas teorias de custo<sup>33</sup>, remuneração, juros, liquidez e outras.

---

<sup>33</sup> Teorias sobre Custo Educacional. Ver VERHINE, 1998.

O vetor social teve o seu processo de construção pautado, essencialmente, na literatura cooperativista, nos princípios doutrinários. O social aqui é figurado como benefício para o associado. O alcance do social é compreendido na dimensão e extensão do conjunto de benefícios, que resultam no esforço comum. No processo de construção deste vetor, recorreu-se à base epistemológica dos princípios que pautaram a estruturação na origem da cooperativa dos pioneiros de Rochdale. A partir daí, os elementos essenciais retirados do contexto histórico foram compatibilizados com a realidade atual, ancorando na legislação existente, Lei 5.764, a qual define, de modo legal, os procedimentos para executar a prática distributiva dos benefícios.

A participação é entendida, conceitualmente, na visão de Bordenave (1995), como manifestação da ação do cooperado o que implica em fazer parte, ter parte e ser parte, isto é, ser membro do quadro societário, ser proprietário de parte do capital social e atuar, agir, fazer a sua parte e contribuir para que a instituição realize a sua missão. O processo de construção do vetor participação apoiou-se nas seguintes premissas: 1) a participação na ótica da doutrina da democracia, formulada pelos pensadores que criaram este epistolado Rousseau (1911 e 1995), Mill e Cole (apud PATEMAN, 1992); 2) a participação na cooperação como prática social, traduzindo-se como instrumento de política e aperfeiçoamento social na visão de Dallari (1994), Demo (1993) e Bordenave (1995); 3) a participação na dimensão empírica, com base em idéias de cooperativistas militantes como sejam: Rech (2000) e Mélo (1998). O conjunto das idéias permitiram a formatação da variável e definição dos seus indicadores.

A etapa seguinte consistiu na formatação dos vetores do eixo escola a qual, é aqui identificada, como uma instituição que mantém relações com a sociedade, recebendo influência e sendo por ela influenciada. Nessa condição, a escola desenvolve o papel reprodutor do sistema econômico social e, simultaneamente, age como mecanismo de ascensão social. Portanto, ela atua como transmissora de conteúdos e ao mesmo tempo trata de aspectos que ensejam a formação ampla dos indivíduos, potencializando-os para as mudanças sociais.

Entendendo a escola, como mecanismo potencializador do processo social, o esforço se voltou para identificar quais as variáveis que propiciam elementos para a sua aferição: o que explica o seu desempenho? Quais os

principais indicadores que externalizam a performance escolar? Trabalhos e estudos nessa direção apontam que na avaliação da escola os principais elementos colocados em destaque são: a ambiência física-escolar, o corpo docente, a operacionalidade, a prática pedagógica e o desempenho escolar dos alunos. Contudo, no presente modelo, deliberou-se pela exclusão da prática pedagógica e o desempenho escolar dos discentes, em função da complexidade e demanda de tempo para averiguação destas variáveis. A decisão da exclusão decorreu da necessidade de dar ao presente modelo plasticidade e funcionalidade, tornando a sua execução acessível e ágil, fato que lhe confere uma certa limitação, posição que é reconhecida e externalizada aqui neste espaço. Definidas as variáveis do constructo escola, o trabalho voltou-se para as suas respectivas conceituações e seleção de indicadores, na forma a seguir.

A ambiência física é identificada como a infra-estrutura básica que assegura o funcionamento da escola. Ela possibilita os meios para execução do trabalho, propicia bem-estar e conforto, favorecendo as condições para o atendimento dos objetivos da Educação, posição defendida pelos estudiosos deste campo de conhecimento, tais como: Luzuriaga (1970), Reeder (1967), Castro (1980), Martins (1991), Bello (1998) e Zoballi (1999).

A variável docente tem como fio condutor a idéia de que o professor é a figura imprescindível, insubstituível do processo ensino aprendizagem (DEMO, 1996b). Parte-se do entendimento que o professor, na condição de ser humano, insere-se na sociedade, estabelecendo relações orgânicas e que, a exemplo da escola, recebe influências e ao mesmo tempo o influencia; e tem poder de interferir nesta realidade. Portanto, o professor tem o seu espaço próprio para atuar, modificar, transformar, exercitar sua capacidade técnica e exprimir a sua visão de mundo. A capacidade de atuação do docente é potencializada por diversos vetores, entre os quais se destacam: renda, competência técnica e competência política (visão de mundo, capacidade de transformação social). A renda age como vetor de motivação e se constitui em instrumento imprescindível à sobrevivência do professor, ao atendimento às suas necessidades básicas, em face da sua inserção em uma sociedade (capitalista) que é balizada pelo mercado. O vetor renda propicia, também, a aquisição de conhecimentos, a atualização do docente, resvalando na competência técnica, a qual demanda base acadêmica, titularidade, informação e atualização constante. A competência



técnica, no trabalho docente, tem os seus efeitos diretos na qualidade do trabalho escolar, no ensino aprendizagem, posição defendida por diversos pesquisadores da ciência da educação: Mélo (1986), Luckesi (1980), Martins (1991) Tedesco (1995) e Demo (1996).

A variável operacionalidade da escola é representada pela condição jurídica e tamanho médio das turmas. A condição jurídica é manifestada através da sua legitimidade, isto é, atendimento à legislação e autorização para o seu funcionamento. É a condição jurídica que propicia o reconhecimento da escola e assegura aos documentos dos alunos: histórico escolar, certificados e diplomas validade em nível Nacional.

Quanto ao tamanho médio das turmas ou número médio de alunos por sala de aula, trata-se de questão que tem repercussão no custo, refletindo na economicidade do negócio. O tamanho das turmas é entendido por algumas correntes de pensamento como aspecto que influencia a aprendizagem, fato que é negado por outras (CASTRO e outros, 1980). Mas, conclusivamente, ele impacta diretamente o custo do aluno e ressona na escola com efeitos no conjunto geral, no seu desempenho global.

Definido os contornos teóricos e desenhados os instrumentos para captação da realidade empírica o produto obtido foi o Modelo de Avaliação. O desafio seguinte consistiu em aplicar este modelo, examinar a sua aplicabilidade, testar a sua pertinência e identificar as suas limitações e potencialidades.

Para a execução da validação, partiu-se da premissa que esta atividade se caracteriza como um processo investigatório, de natureza científica, e como tal impõe a definição de procedimentos metodológicos que permitam a outros investigadores realizarem ensaios, testes e similares.

O delineamento dos procedimentos metodológicos externou: de forma subjacente, os objetivos; a dimensão espacial objeto da validação; a definição das hipóteses; o tamanho de amostra; a população envolvida; a forma de captação dos dados para averiguação e discussão dos resultados.

Os objetivos transcenderam os limites da aplicação e identificação das potencialidades do modelo para alinharem-se ao problema central que motivou esta pesquisa. Eles se inseriram na órbita dos questionamentos que ensejaram esta investigação, como sejam: qual o tipo ou natureza de cooperativa que pode potencializar, com maior eficiência, a geração de emprego e renda? quais as

formas de intervenção sócio-econômica com capacidade de produzir benefícios à sociedade de maneira coletiva? As respostas foram apresentadas nos resultados da aplicação. Quanto aos outros propósitos e itens dos procedimentos metodológicos estão descritos a seguir.

A dimensão espacial do processo de aplicação do modelo compreendeu todo o território do Estado da Bahia. Os pressupostos (hipóteses) foram construídos, visando observar as conexões entre os dois eixos do modelo, como sejam, a cooperativa e a escola, de modo decodificar a realidade em estudo. A amostra, em termo de cooperativa-escola, teve um caráter censitário e todas as unidades existentes, legalmente inscritas como cooperativa na OCEB e na JUCEB, foram contempladas. Quanto aos docentes, a identificação do nível de qualificação e titularidade, totalizou 94,7% do universo amostral; para a observação do nível de atualização técnica a amostra compreendeu 24,6%, sendo que em todos os casos, contou-se com a participação de todas as Cooperativas-Escolas investigadas. A coleta de informações foi obtida através de questionários, entrevistas e levantamentos realizados nas organizações das Cooperativas da Bahia, Secretaria de Educação dos Municípios e, principalmente, nas Cooperativas-Escolas, no ano de 2001. O público alvo se constituiu de dirigentes da cooperativa e da escola, além dos docentes e funcionários.

No processo de coleta de informações exercitou-se a articulação entre o pensamento e a ação, pois os instrumentos e matrizes para a captação e desvendamento da realidade foram construídos, de conformidade com os epistolados doutrinatórios, porém sofreram reformulações. Os entrevistados, dirigentes de cooperativas e das escolas, foram convidados a examinar e apresentar pontos de vista. Eles analisaram, criticaram e indicaram substituições e eliminação de itens. Daí, os que ficaram em cada indicador representam o consenso e, figuradamente, se constituem no produto da articulação entre a teoria e a empiria.

### **6.1.1 Síntese dos Resultados da Aplicação**

A síntese dos resultados da aplicação se expressa como o conjunto das respostas relativas às indagações e dúvidas que emanaram e se

desprenderam do problema. Ela está organizada e apresentada em três blocos. O primeiro trata da caracterização geral onde se buscou apreender os fenômenos que se inserem na organicidade dos eixos: cooperativa e escola. O segundo bloco de respostas se volta para a cooperativa, enquanto o terceiro preocupa-se em decodificar as questões referentes à escola e às inter-relações com o constructo cooperativa. As respostas, no geral visam, fundamentalmente, explicitar e atender os propósitos dos objetivos manifestos e subjacentes da pesquisa, como também, desvendar as questões implícitas nas hipóteses (pressupostos) que guiaram a aplicação do Modelo de Avaliação.

O primeiro bloco de resultados consiste na caracterização, abrangendo o seguinte: categorização, distribuição espacial e aspectos gerais. No que se refere a categorização, os dados apontam que, no contexto baiano, as Cooperativas-Escolas estão distribuídas em três categorias, a saber: 1) cooperativa de pais; 2) cooperativa mista; 3) cooperativa de docentes e funcionários. Eles sinalizam uma tendência de evolução linear no processo histórico, no que se refere à distribuição das cooperativas por categoria. A evolução linear, de modo figurado, perpassou por três estágios: o primeiro inicia na década de 80, quando todas as cooperativas nessa época nasceram na categoria 1, só de pais; o segundo inicia em meados da década de 90, quando a maioria das Cooperativas Escolas existentes passa para a categoria 2, a mista; e, a partir daí as unidades criadas, na maioria já nascem na condição de mista; o terceiro estágio inicia, ainda, no final da década de 90, por conta do "debacle" e percalços do modelo misto, um número relevante de escolas avança para a categoria 3, isto é, cooperativa de docentes. Numericamente, em termo de origem das cooperativas existentes: 66,7% nasceram na categoria 1, só de pais e hoje correspondem a 22,2%; na condição de mista inicialmente 27,7% e atualmente são 38,9%; na categoria de cooperativa só de docentes inicialmente 5,6% e no momento totalizam 38,9%. Os dados mostram possibilidades de expansão e tendência de hegemonia da categoria docente: externalizam, também, que a Cooperativa-Escola exclusiva de pais, na realidade baiana, apresenta tendência de durabilidade limitada, sujeita as crises, principalmente quando os sócios fundadores se afastam do comando.

Quanto à distribuição espacial das Cooperativas-Escolas os dados evidenciam que elas estão presentes em 19 municípios do Estado da Bahia, e

que as localidades com população de até 20.000 pessoas não possuem cooperativa. Constatou-se uma tendência de relação direta entre a quantidade de habitantes e as possibilidades de funcionamento da Cooperativa-Escola. Os dados mostram que os municípios com contingente populacional entre 41.000 e 135.000 são os que apresentam as melhores condições de funcionalidade, onde concentra-se a maioria das unidades, bem como exibe a maior relação de alunos matriculados por unidade escolar. E, paradoxalmente, a partir de 135.000 habitantes, à medida que aumenta a quantidade de população do município verifica-se uma tendência de queda no número de unidades escolares e na relação número de discentes matriculados. Isto contraria a lógica do mercado escolar, pois a demanda pelo serviço educacional privado é incrementada através dos vetores: número de habitantes e nível de renda, os quais se localizam, com mais intensidade, nas cidades grandes.

Em relação aos aspectos gerais, a investigação constatou que as Cooperativas-Escolas do Estado da Bahia oportunizam à sociedade 779 postos de trabalho, sendo 589 para educador e o restante para atividades administrativas e operacionais externando uma média de 8,1 aluno para cada posto de trabalho. Quanto aos recursos financeiros movimentados pela cadeia produtiva dos serviços Cooperativa-Escola, a pesquisa não teve condições de obter dados para o dimensionamento global. A exiguidade de tempo não permitiu a realização de levantamentos para contabilizar o total de capital que é movimentado pela cadeia produtiva escolar. Contudo, observou-se que a cooperativa contribui na geração de recursos e formação de poupança, e que ao longo do triênio 1999 a 2001 o conjunto das escolas movimentou R\$ 17,8 milhões de reais, uma média anual de R\$ 5,9 milhões, sinalizando tendência de crescimento.

Quanto à posse de patrimônio físico, representado por edifício ou bens imóveis, a pesquisa constatou que 53% das Cooperativas-Escolas são proprietárias do prédio onde são realizadas as atividades escolares, e que 47% utilizam instalações de terceiros, alugadas ou cedidas.

O segundo bloco de respostas versa, fundamentalmente, sobre o constructo cooperativa e busca desvendar as questões que figuram nas hipóteses. Nessa linha, a presente investigação observou o comportamento individual de cada vetor, bem como o seu conjunto. A análise do desempenho dos vetores, de modo isolado, apresentou os seguintes resultados: em relação ao

administrativo, observou-se que a maioria das Cooperativas-Escolas apresenta desempenho satisfatório, e apenas três registraram escore abaixo de nível de eficiência mínimo, indicando cenário de futuro duvidoso; quanto ao vetor econômico, os dados sinalizam que apesar de 50% da amostra não ter informado, as que apresentaram dados encontram-se em posição confortável, com exceção de Ilhéus, que obteve posição abaixo do nível de eficiência mínima. Há de se indagar, também, se as unidades que não apresentaram os dados, teriam condições de obter resultados positivos? A investigação não tem como responder esta dúvida. Todavia, vale realçar que algumas unidades, a exemplo de, Nazaré, Valença-1, Santo Antonio de Jesus, Barreiras e Irecê desfrutam de condição privilegiada, no campo econômico financeiro.

Quanto ao vetor social os dados mostram que a maioria das Cooperativas-Escolas não está prestando os benefícios sociais aos seus membros, na forma preceituada pela doutrina cooperativista, haja vista que 76,5% das unidades estão abaixo do nível de eficiência mínima. Das Cooperativas-Escolas que estão atuando, satisfatoriamente, se destacam: Nazaré, Paulo Afonso e Irecê, conforme resultados obtidos através de escore z. Quanto ao vetor participação a pesquisa constatou que 70,5% das unidades apresentaram nível de desempenho satisfatório, posicionando-se acima da linha de eficiência mínima. Os resultados mais expressivos foram conquistados pelas unidades de Teixeira de Freitas e Nazaré, ambas pertencentes a categoria docente, enquanto que os menores escores foram obtidos por Eunápolis, Santo Antonio de Jesus e Vitória da Conquista, unidades pertencentes a categoria de pais.

A análise do desempenho geral do conjunto das cooperativas, abrangeu, apenas, 50% da amostra, em face da inexistência de informações do vetor econômico. Os dados mostram que o comportamento das unidades, no geral, foi satisfatório, sendo que a unidade de Ilhéus situou-se abaixo do nível de eficiência mínima. Eles externam, também, a situação privilegiada das unidades de Valença-1 e Nazaré, as quais registraram desempenho bom e muito bom, respectivamente.

Verificando o comportamento dos vetores por categoria de cooperativa, os dados mostram que as unidades tipificadas como cooperativa de pais apresentaram desempenho satisfatório nos vetores administrativo e econômico e exibiram fragilidade no social e na participação. As mistas externaram

desempenho similar a dos pais, embora com índices inferiores, em todos os vetores: administrativo, econômico, social e participação, enquanto as cooperativas da categoria docentes externaram superioridade de desempenho, apresentando índices satisfatórios em todos os vetores indicando, portanto, que é a categoria que mais presta benefícios aos seus associados.

Confrontando os dados do desempenho geral com as questões manifestadas nas hipóteses, percebe-se, de modo genérico, uma articulação entre todos os vetores e, de forma específica, as informações sugerem que a concessão de benefícios da combinação eficiente de todos os vetores que modelam a cooperativa.

No que se refere à hipótese de que se o econômico registrar bom resultado, o administrativo e o social apresentariam resultados positivos e satisfatórios, empiricamente esta assertiva foi confirmada apenas parcialmente. Os dados evidenciam a associação existente entre o econômico e o administrativo, mas se apresentam discrepantes em relação ao social, pois algumas cooperativas obtiveram resultados satisfatórios no econômico e insatisfatórios no social. Quanto à pressuposição de que se o econômico obtivesse comportamento pífio, o administrativo e o social teriam resultados indesejáveis, os dados da pesquisa apontam tendência, mas não autorizam a conclusão definitiva. Isto porque, apenas, uma cooperativa registrou desempenho pífio no econômico, no caso a de Ilhéus, a qual obteve, também, resultados insatisfatórios no administrativo e social, isto é, abaixo do nível de eficiência mínima. Contudo, esta constatação não permite generalização por se tratar de apenas uma ocorrência, logo se identifica como resultado provisório.

Quanto ao vetor participação, observou-se que o seu comportamento varia de acordo com a categoria de cooperativa. Os dados confirmaram, empiricamente, que a cooperativa de docentes é a que externa o mais alto índice, enquanto a dos pais registraram o menor escore, portanto o menor desempenho. Entretanto, no que se refere a relação entre o nível de participação e o desempenho geral, empiricamente, os dados sinalizam tendência mas não possibilitam conclusões definitivas.

O terceiro bloco de respostas compreende as questões voltadas para a Escola, a qual é aqui entendida como instituição de natureza social que tem o seu comportamento influenciado pelo desempenho das variáveis: ambiência física,

corpo docente e operacionalidade. Quanto à ambiência física, os dados consagraram Barreiras com o melhor resultado, destacando-a como a cooperativa que possui a melhor infra-estrutura para o trabalho educacional no Estado da Bahia, enquanto a unidade de Sobradinho é considerada como a mais humilde, posicionando-se, em termo de escore, em nível abaixo da eficiência mínima. Não foi observada relação direta entre o nível de ambiência física e o número de alunos da Escola, ficando a impressão que esta questão é determinada pela influência de múltiplos vetores.

Em relação ao comportamento da variável corpo docente, componente estratégico que interfere no desempenho geral da escola, os dados apontam a Cooperativa-Escola de Barreiras como a detentora do corpo docente com o melhor nível de titularidade e atualização, do Estado da Bahia, bem como o maior índice no vetor renda dos seus professores. A maioria das cooperativas exibiu resultados médios satisfatórios, embora no extremo tenha se localizado a unidade de Sobradinho, com os escores abaixo da eficiência mínima.

Quanto à variável operacionalidade, os dados sinalizam a posição confortável de todas as Cooperativas-Escolas do Estado da Bahia. No que se refere ao desempenho geral do constructo escola, a investigação constatou que a unidade de Barreiras, em nível de Estado, logrou o primeiro lugar, obtendo o conceito de muito bom, resultado ensejado, principalmente, pela sua ambiência física e o nível do seu corpo docente. Caetité obteve a segunda melhor posição e Irecê a terceira. Os resultados insatisfatórios, isto é, abaixo da linha de eficiência mínima, foram registrados pelas unidades de Sobradinho e Valença-2, fato que indica que estas escolas carecem de reformulações profundas.

Quanto à questão renda e corpo docente, observou-se que nos extremos, acontece uma relação direta, isto é, melhor nível de professores maior índice de renda, fato observado nas unidades de Barreiras e Caetité, as quais registraram os mais altos escores. Idêntica situação foi constatada em unidades localizadas nas últimas posições, Valença-2 e sobradinho, as quais obtiveram os menores escores no corpo docente, como também no nível renda. Contudo, nos níveis intermediários a relação não se efetivou, sugerindo que a renda é motivada, também, por um conjunto de aspectos tais como: localização espacial da escola, grupo de status que utilizam os serviços da escola, tamanho da população e, provavelmente, origem sócio-econômica do professor.

Quanto à relação nível do corpo docente e número de alunos, os resultados obtidos não confirmam a hipótese, o que leva a supor a existência de conexão de outros vetores, a exemplo dos que já foram citados, com sejam: localização espacial, tamanho da população do município, renda e outros.

No contexto geral, constatou-se que a cooperativa dos docentes se apresentou como a mais eficiente na gestão do constructo cooperativa, enquanto as dos pais registraram índices médios de desempenho superior ao das outras categorias no constructo escola. O modelo misto posicionou-se em estágio intermediário, em termos do desempenho em relação aos dois constructos.

Assim, os dados sugerem que o desempenho do constructo escola não está diretamente vinculado ao da sua mantenedora. Empiricamente as informações sinalizam uma relação tênue. As cooperativas que lograram o melhor desempenho geral às suas escolas apresentaram níveis satisfatórios, porém com escores menores. Por outro lado, as escolas que alcançaram os melhores resultados, necessariamente, não repetiram o mesmo desempenho no constructo cooperativa, embora os índices estejam igual ou acima do nível de eficiência mínima. Enquanto isso, os dados das escolas que ficaram abaixo da eficiência mínima sinalizam que elas teriam os mesmos resultados no constructo cooperativa. Daí, conclui-se que o pressuposto relativo a esta questão foi, parcialmente, confirmado.

Feitas as considerações sobre o comportamento das Cooperativas-Escolas, decorrentes do processo de validação, cabe, agora, refletir sobre o desempenho do Modelo de Avaliação testado. Os resultados obtidos permitem que seja destacada a pertinência do escopo analítico que possibilitou a construção da estrutura básica do modelo. O instrumental que o compõe construído com base na concepção da relação teoria-empíria, apresentou-se consistente e com capacidade de empreender o processo de decodificação da realidade em estudo.

O instrumental utilizado, com apoio das matrizes e aportes teóricos, apresentou-se em condições de responder às indagações que emergiram do problema e desvendar as questões manifestas e subjacentes das hipóteses.

O modelo de avaliação testado externou condições de identificar as conexões dos fenômenos que se estabelecem entre os vetores que modelam o desempenho do constructo cooperativa, entre si, como também com os do



constructo escola. Ele permite aferir desempenho isolado e, no conjunto, categorizar e qualificar resultados, desvendar a realidade em estudo e observar as suas interrelações.

Enfim, em que pesem as críticas que poderão advir, por conta das limitações do modelo, determinadas: de um lado, pela natureza metodológica, por ser fundamentada no paradigma funcional, tendo a estatística como suporte básico; por outro, devido à exclusão da prática pedagógica e do desempenho dos alunos na avaliação da escola; todavia, os resultados obtidos atestam a sua potencialidade investigatória. Eles demonstraram condições do modelo atuar como mecanismo capaz de realizar a averiguação dos resultados, orientar e balizar, na condução das ações; e, de forma concreta, objetivar e concretizar a articulação entre o pensamento e a ação na consolidação dos princípios doutrinários do cooperativismo.

## 6.2 RECOMENDAÇÕES

Considerando a Cooperativa-Escola como instrumento de ação social que propicia a formação do indivíduo, capacitando-os para as mudanças e, ao mesmo tempo, como mecanismo de geração de posto de trabalho e renda, os resultados da investigação permitem que sejam recomendadas as ações a seguir.

À OCEB:

- concentrar esforços e incentivar a criação de Cooperativas-Escolas nos municípios que potencialmente oferecem condições, isto é, locais com populações entre 41.000 e 135.000 habitantes;
- no processo de formação das cooperativas externar as dificuldades para funcionamento de cada categoria de cooperativa, e mostrar a tendência histórica que aponta o modelo docente na direção da hegemonia;

- incrementar esforços visando a formação de Associação ou similar, que congregue o conjunto dos interesses da Cooperativa-Escola, com vistas à criação de um fórum para discussão permanente dos problemas e busca de soluções.

#### ÀS COOPERATIVAS:

- estatuir, como prática obrigatória, a participação em cursos ou seminários de atualização, os sócios eleitos para os cargos diretivos. Os eventos devem abranger aspectos doutrinários, legislação e questões gerenciais. Organizar e implementar treinamentos voltados para contadores e gestores econômico financeiro;
- organizar e implementar, anualmente, treinamento de formação e atualização em cooperativismo. Tornar compulsória a participação em curso, de qualquer pessoa que queira se integrar ao corpo societário;
- incluir, nos conteúdos dos eventos de formação e atualização, os aspectos doutrinários do cooperativismo, como também, elementos contábeis, formas e mecanismos de avaliação de desempenho de cooperativa;
- instituir a prática de avaliação da Cooperativa como procedimento regular, cotidiano e acessível a todo o corpo societário;
- exercer, na prática, os princípios doutrinários do cooperativismo, tais como: distribuição de sobras líquidas, remuneração do capital e outros;
- agregar unidades cooperativistas visando a horizontalização e verticalização dos serviços e produtos;
- identificar as atividades passivas de serem consumidas e/ou geradas, em conjunto, que possam ser desenvolvidas solidariamente, a exemplo de:
  - marketing e propaganda (escrita, falada, televisiva);

- produção de material didático e utilização de franquias, conforme a realidade local;
- utilização de serviços de consultoria; realização de cursos, seminários e similares;
- realização de estudos e pesquisas capazes de potencializar a expansão das cooperativas.
- expandir e aprofundar estudos no campo do cooperativismo, especialmente na área da avaliação, bem como, oportunizar condições de aplicação do presente modelo em âmbito nacional;
- na implantação e geração de serviços, construir planilhas que retratem o custo real do produto e/ou serviço;
- gerir cooperativas como instituição voltada para a geração do serviço, benefício para os sócios.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AGUDO, J. Dias. **Cooperativas de Consumo**. Lisboa – Portugal: Livros Horizonte, 1980.
- ALONSO, Myrtes. **O papel do Diretor Na Administração Escolar**. RJ: Ed. Betrand Brasil, S/A, 1988.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Sociais, 1985.
- ALVAREZ, Manoel S.B. **Terceirização: Parceria e Qualidade**. São Paulo: Ed. Campus, 1996.
- ATHAYDE, Belchior .M. **Fundamentação Filosófica da Educação**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975.
- BEEBY, C.E. **Educação e Desenvolvimento Econômico**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- BELLO, Ruy Ayres. **Princípios e Normas de Administração Escolar**. São Paulo: Ed. Brasil S/A- 1998.
- BENATO, João Vitorino Azolim. **Cooperativismo do Trabalho. O gigante Acordado**. OCESP. São Paulo: 1997.
- BIANCHETTI, Roberto G. R. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- BLAUG, Mark. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O Que é Participação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A Reprodução. Elementos para uma Teoria de Ensino**. Rio de Janeiro: Ed. Fr. Alves, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Cooperativismo tem Espaço para Crescer**. In Cooperbrasil. São Paulo: OCEB: Ano 1, nº 3, Dezembro de 1998.
- CASTRO, Cláudio Moura e outros. **Educação na América Latina: Estudo Comparativo de Custos e Eficiência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/IESAE. 1980.
- CASTRO, Cláudio Moura. **Educação Brasileira, Consertos e Remendos**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1995.

- CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Situação da Educação Básica no Brasil**. Brasília: INEP, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Empresas**. São Paulo, McGraw – Hell, 1987.
- COLE, G.D.H. **Guild Socialism Restated**. Londres: Leonard Parsons, 1920
- CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento Humano e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- CRAWFORD, Richard. **Na Era do Capital Humano**. São Paulo: Ed. Atlas, 1994.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 7.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Editora S. A., 1983.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política**. 13.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Política Social Educação e Cidadania**. 2.ed. Campinas S.P: Papyrus Ed. 1996. (A)
- \_\_\_\_\_. **Desafios Modernos da Educação**. 4.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. (B)
- FAYOL, H. **Administração Industrial e Geral**. São Paulo: Ed. Atlas, 1994.
- FILHO, Lourenço. **Organização e Administração Escolar**. 7.ed. Biblioteca da Educação e Melhoramento. São Paulo: MEC, 1976.
- FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços: de acordo com a nova Lei nº 6.404**. 15.ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1989.
- FRANCO, Maria A. Civita; CASTRO, Cláudio Moura. **Limites e Possibilidades da Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Programa ECIEL, 1979.
- FRIGOTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Editora Cortez. 1984.
- GAL, Naphtali. **A Organização Cooperativa e o Desenvolvimento Rural**. Fortaleza: BMB/ETENE, 1981.
- GENTILI, Pablo A.A.; SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. 7.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- GOMES, Cândido Alberto. **Educação em Perspectiva Sociológica**. 3.ed. EPU. S P: Editora Pedagógica, 1994.
- HUNT, E. N.; SHERMAN, H.I. **História do Pensamento Econômico**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes Ltda, 1986.

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE. **Distribuição da População Brasileira em Níveis Sócio Econômicos segundo o Consumo.**

Mimeografada S/d

IRON, João Eduardo. **Cooperativismo e Economia Social.** São Paulo, Ed. STS, 1997.

JUCIUS, Michael J.; SCHLENDER, **Introdução à Administração**, 2.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Atlas S/<sup>a</sup>, 1970.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à Administração.** 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

LIDLAW, A. F. **As Cooperativas no ano 2000. Relatório da Aliança Cooperativa Internacional.** Coleção Ato Cooperativo N° 1. Minas Gerais: Ed. Organização das Cooperativas do estado de Minas Gerais.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

LUZURIAGA, Lorenzo. **Pedagogia.** São Paulo: Ed. Nacional, 1970.

MARION, **Contabilidade Empresarial.** São Paulo, Atlas, 1991.

MARTINS, José do Prado. **Administração Escolar. Uma abordagem do Processo Administrativo em Educação.** São Paulo. Ed. Atlas, 1991.

MELLO, Guiomar Nano. **Magistério de 1º grau - Da Competência Técnica ao Compromisso Político.** São Paulo. Cortez. 1986.

MÉLO, Wilson Pontes de. **Educação Cooperativista – Influências no Comportamento dos Cooperados.** Ilhéus, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – Convênio UFBA/UESC, 1998.

MENEZES, Antonio. **Cooperativismo para as Escolas de II Grau.** Brasília: gráfica OCB, 1992.

MILL, John S. **Na essay ou Government.** Cambidge University Press: 1937.

\_\_\_\_\_ **Considerações sobre governo Representativo.** São Paulo: IBRASA, 1973.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade.** 20.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Fernando Rios. **Cooperativismo como Alternativa de Mudança.** Rio de janeiro: Forense, 2000.

NASCIMENTO, Valter Alves. **Cooperativismo.** Ilhéus-Ba: UESC, 1999.

(Mimeografado)

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ.

**Assembléias Gerais em cooperativas.** Série 15 Cooperativismo. Curitiba: Departamento de Apoio e Autogestão, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **O Caminho Para a Autogestão das Cooperativas.** 2.ed. Série Cooperativismo 2.

\_\_\_\_\_. **Cooperativa de Educação** . DENACOOB, 1997.

PARO, Vitor H. **Administração Escolar.** Uma Introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 1988.

PARRA, Nélio e PARRA, Ivone C.da Costa. **Técnicas Audiovisuais em Educação.** 5.ed. São Paulo: Biblioteca pioneira das Ciências Sociais, 1985.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

PAVÃO, João Bosco e BERGAMO, P. **Cooperação no Trabalho.** Barreiras- Ba: Faculdade de São Francisco, s/d (mimeografado).

PIMENTEL, Rosalinda Chedian. **Uma Nova Armadilha: Mais Escolaridade e Mais Desemprego.** Rio de Janeiro: Anais Livraria e Editora, 1998.

PINHO, Diva Benevides e outros. **Manual de Cooperativismo: O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo no Brasileiro.** Volume I, II Tiragem. São Paulo: CNPQ, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manual de Cooperativismo: Bases Operacionais do Cooperativismo.** Vol. II. São Paulo: CNPQ, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manual de Cooperativismo: Bases Operacionais do Cooperativismo.** Vol. II. São Paulo: CNPQ, 1982.

PINHO, Diva Benevides. **Avaliação Parcial da ecologia das cooperativas.** SP: S/d (mimeografado).

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas.** 2.ed. Atlas, 1999.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos; SGUISSARDI, Valdemar. **O Ensino Noturno e os Trabalhadores.** 2.ed. São Carlos – SP: Editora UFSCAR, 1995.

PUCCI, Bruno e outros. **Teoria Crítica e Educação. A questão da Formação Cultural da Escola de Frankfurt.** 2.ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1995.

RECH, Daniel. **Cooperativas: Uma Alternativa de Organização Popular.** Rio de Janeiro: DPCA 2000.

- REEDER, Word G. **The Fundamentals Principles of Public School Administration**. The Mac Millan Company – 1967.
- RÊGO, José de Jesus M. D. **Cooperativismo Nacional: Dimensões Políticas e Econômicas**. 2.ed. Brasília: OCB, 1984.
- REQUEJO, Luiz. **A ineficiência do uso do crédito nas Cooperativas Agrícolas**. In Cooper Brasil. São Paulo: OCB. Ano 1, nº 3, Dezembro de 1998.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre economia política e Do contrato social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 – ( Clássicos do pensamento político; 15 ).
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SANTOS, Raimundo Bonfim. **A Formação do Técnico Agrícola: Processo de Reprodução Social ou de Mudança Social?** Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica PUC/RJ, Departamento de Educação, 1987. Dissertação de Mestrado.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica – Primeiras Aproximações**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- \_\_\_\_\_ **Escola e Democracia**. 31.ed. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 1997.
- SCHULTZ, Theodore W. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- SILVA, Adelphino T. **Administração e Controle**. 10.ed. São Paulo: Editora ATLAS, S/A, 1997.
- SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**. Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
- TEDESCO, Juan C. **Sociologia da Educação**. Campinas - S.P: Editora Autores Associados, 1995.
- VAYZEN, John. **Economia da Educação**. São Paulo: IBRASA, 1968.
- VERHINE, Robert E. **Determinação de Custos Educacionais: Uma análise Panorâmica do Estado da Arte**. Porto Alegre. Educação/ANPED, n.35, 1998.
- \_\_\_\_\_ **A gestão do Financiamento da Educação Básica: um Estudo Longitudinal e Comparativo no Contexto de Estado da Bahia**. (mimeografado, s/d).
- ZÓBOLI, Graziela. **Série Educação. Subsídios Para a Atividade Docente**. São Paulo: Editora Ática, 1999.



### **APÊNDICE A - Matriz Referencial - Construção: Cooperativa**

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>PESO</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>PESO</b>	<b>ITENS</b>	<b>TOTAL DE PONTOS</b>
1 – Fator Administrativo	2	1.1 Planejamento 1.2 Organização 1.3 Direção 1.4 Controle	1 1 1 1	17	17
2 – Fator Econômico	3	2.1 Capital Social 2.2 Faturamento / Receita 2.3 Taxa de Rentabilidade 2.4 Índice de Solvência 2.5 Rébito Financeiro 2.6. Número de Consumidores 2.7 Provisionamento dos Fundos 2.8 Remuneração de Capital 2.9 Custo	1 1 1 1 1 1 1 1 1	17	17
3 – Fator Social	3	3.1 Fundo FATES 3.2 Fundo Social Complementar 3.3 Distribuição de Sobras Líquidas 3.4 Remuneração pró-labore 3.5 Preço do Serviço Escolar	1 1 1 1 1	9	8
4 – Participação	2	4.1 Rotatividade nos Cargos de Direção 4.2 Participação nas eleições 4.3 Número de Reuniões e Eventos 4.4 Frequência nas Reuniões 4.5 Existência Processo de Informações 4.6 Operacionalidade, Trabalho Educativo FATES 4.7. Existência Núcleo de Base	1 1 1 1 1 1 1	9	7

Fonte: Dados da Pesquisa.

**APÊNDICE B - Matriz Referencial - Construto: Escola**

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>PESO</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>PESO</b>	<b>ITENS</b>	<b>TOTAL DE PONTOS</b>
1 – Ambiência Física Escolar	3	1.1 O prédio, Tamanho e Operação	1,4	106	90
		1.2 Instalação de Comodidades	0,8		
		1.3 Atividades Extra-Classe	0,8		
		1.4 Biblioteca	1,6		
		1.5 Laboratório	1		
		1.6 Material Didático	0,9		
		1.7 Material de Apoio e Conforto	1		
		1.8 Estado de Manutenção do Prédio	1,6		
		1.9 Condições de Limpeza	0,9		
2 – Corpo Docente	5	2.1 Nível de Qualificação do Corpo Docente	6	10	10
		2.2 Nível de Atualização do Corpo Docente	4	10	10
		2.3 Nível de Renda do Docente	-		
3 – Operacionalidade Da Escola	2	3.1 Regularidade Institucional	2	2	1
		3.2 Tamanho Médio das Turmas	1		1

Fonte: Dados da Pesquisa.

**APÊNDICE C - Planilha De Pontuação para Distribuição da População  
(Docentes) em Níveis Sócio - Econômico, Segundo o Consumo**

Itens de Consumo	Quantidade	Não tem	Pontos			
			1	2	3	4
Televisão em cores		0	2	3	4	5
Vídeo Cassete		0	2	2	2	2
Rádio (som)		0	10	2	3	4
Automóvel		0	2	10	5	5
Máquina de Lavar		0	1	2	1	1
Aspirador de Pó		0	1	1	1	1
Geladeira		0	2	1	2	2
Freezer independente		0	1	2	1	1
Banheiro com vaso		0	2	1	4	4
Empregado (a) mensalista		0	2	3	4	4

**Grau de Instrução do Chefe da Família**

Nível	Pontos
Analfabeto/Primário Incompleto	0
Primário Completo / Ginásial Incompleto	1
Ginásial Completo e Colegial Incompleto	2
Colegial Completo e Superior Incompleto	3
Superior Completo	5

Fonte: IBOPE

**APÊNDICE D - N° de Pontos – Escores Primários dos Fatores das Cooperativas – Escolas da Bahia. Posição Ano 2000**

COOPERATIVA	ADMINISTRATIVO		ECONÔMICO		SOCIAL		PARTICIPAÇÃO	
	Pontos	Ítems (19)	Pontos	Tp. Ítems	Pontos	Tp. Ítems	Pontos	Tp. Ítems
Ilhéus	6,3	13	4,9	16,0	3,0	8	3,5	7
Itabuna	10,0	13	9,8	16,0	3,0	8	4,5	7
Eunápolis	7,25	13	-	-	2,5	8	3,0	7
T. Freitas	8,8	13	-	-	3,75	8	5,5	7
Itapetinga	10,0	13	7,5	15	3,5	8	3,75	7
Vit. Conquista	5,0	13	-	-	3,0	8	2,0	7
Caetitê	8,3	13	9,6	16	3,0	8	3,5	7
Irecê	8,5	13	10,25	16	5,0	8	4,0	7
Barreiras	10,3	13	9,65	15	3,5	8	2,75	7
Valença – 1	10,6	13	13,55	16	4,25	8	4,75	7
Valença – 2	5,0	13	-	-	2,5	8	5,25	7
Paulo Afonso	9,3	13	-	-	5,15	8	5,25	7
Sobradinho	6,8	13	-	-	2,5	8	4,5	7
Sto. Antônio	7,9	13	11,1	16	3,5	8	2,0	7
Nazaré	11,4	13	11,8	15	7,25	8	5,5	7
Salvador	11,0	13	-	-	5,08	8	2,0	7
Coebro								
Salvador – Educar	7,75	13	-	-	3,5	8	3,5	7
Lauro de Freitas	-	-	-	-	-	8	-	7

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tp = Total de pontos ou n° de ítems do Fator

**APÊNDICE E - Frequência da Estratificação sócio-econômica dos professores das Escolas – Cooperativas da Bahia. Ano 2001**

Cooperativa	CONSUMO						RENDA						CONSUMO		RENDA			
	A1	A2	B1	B2	C	D	E	A1	A2	B1	B2	C	D	E	Pontos	Escores		
Ilhéus			1	3	2	1				1	3	3			25	3,5	26	3,7
Itabuna			1	4	2	1		1	2		2	3			29	3,6	36	4,5
Eunápolis					7					1	4	2			21	3,0	27	3,8
T. Freitas			1	1	6	1			1	2	2	4			29	3,2	36	4,0
Itapetinga		2	2	3	3	1		2	1		6	2			45	4,0	50	4,5
V. da Conquista				2	5	1				2	4	C			25	3,1	26	4,3
Caetitê			3	4	7	-		X	3	5	3	2			43	3,7	61	4,6
Irecê				2	11	1				1	7	4			43	3,0	45	3,7
Valença – 1				5	2	-				2	2				26	3,7	18	4,5
Valença – 2			1		2	1				1		2	1		13	3,2	13	3,2
Nazaré					5						3		2		15	3,0	16	3,2
Santo Antônio		1	1	5	1			1			2	2	1		34	4,2	23	3,8
Barreiras		1	2	2	1	1		1	2		2				29	4,1	27	5,4
Sobradinho					2	2						1	3		10	2,5	9	2,2
Paulo Afonso				3	2						4				18	3,5	16	4,0
Salvador – Coebro			2	-	3										19	3,8	-	-
Salvador – Educar				4	1					2	3				19	3,8	22	4,4

Fonte: Dados da Pesquisa.

Pontuação : A1= 7,0; A2 = 6,0; B1=5,0; B2=4,0; C = 3,0; D=2,0; E=1,0